



Ana Rita Fonteles Duarte  
Valderiza Almeida Menezes  
Thiago de Sales Silva  
[ORGANIZADORES]

# A DITADURA MILITAR NO CEARÁ

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO  
(1964-2024)

**EDIÇÕES  
INESP**





**ALECE**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

# **A DITADURA MILITAR NO CEARÁ**

**UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO  
(1964-2024)**



Ana Rita Fonteles Duarte  
Valderiza Almeida Menezes  
Thiago de Sales Silva  
(ORGANIZADORES)

# A DITADURA MILITAR NO CEARÁ

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO  
(1964-2024)



FORTALEZA, OUTUBRO/2024

Copyright by Inesp © 2024

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

**Diretor Executivo do Inesp**  
João Milton Cunha de Miranda

**Assistente Editorial**  
Valquíria Moreira / Rachel Garcia

**Projeto Gráfico**  
Valdemice Costa (Valdo)

**Diagramação e Capa**  
José Gotardo Filho e Letícia Albuquerque

**Redação Pré-textual**  
Rachel Garcia

**Revisão**  
Gustavo Vasconcelos

TODO OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.  
A presente obra não poderá ser comercializada e sua reprodução, total ou parcial,  
por quaisquer meios reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização prévia do Inesp.

O conteúdo veiculado nesta obra é de responsabilidade de seu(s) autor(es).

A Alece, por meio do Inesp e da sua editora, as **Edições Inesp**, restringe-se a seu projeto gráfico,  
revisão ortográfica e publicação, sem qualquer ingerência acerca do seu conteúdo.

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

D615 A ditadura militar no Ceará [livro eletrônico]: um balanço historiográfico  
(1964-2024) / organizadores, Ana Rita Fonteles Duarte, Valderiza  
Almeida Menezes, Thiago de Sales Silva. – Fortaleza: INESP,  
2024.

325 p. : il. ; 5.663 KB ; PDF

ISBN: 978-65-6094-074-1

1. Ditadura – Brasil. 2. Ceará – História. I. Duarte, Ana Rita Fonteles. II. Menezes, Valderiza Almeida. III. Silva, Thiago de Sales. IV. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado.

CDD 981.063

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro,  
desde que citados autores e fontes.

**Inesp**

Rua Barbosa de Freitas, 2674, Anexo II, 5º andar,  
Assembleia Legislativa do Estado do Ceará,  
bairro: Dionísio Torres, Fortaleza - CE, CEP: 60.170-174.  
Telefone: (85) 3277-3702. | E-mail: inesp@al.ce.gov.br  
Site: <https://www.al.ce.gov.br/paginas/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara-inesp>



# Sumário

<b>Palavra do presidente da Alece.....</b>	<b>11</b>
<b>Sobre o Inesp.....</b>	<b>13</b>
<b>Apresentação .....</b>	<b>15</b>
<b>Atentados de extrema-direita em Fortaleza na abertura da ditadura civil-militar (1980-1982)</b>	
José Airton de Farias.....	19
<b>A agonia dos trabalhadores cearenses em tempos de transição: violência e resistência camponesa</b>	
Alberto Rafael Ribeiro Mendes.....	40
<b>Entre a cautela e a ousadia, a luta das mulheres pela anistia no Ceará</b>	
Ana Rita Fonteles Duarte .....	62
<b>A Pastoral da Juventude do Meio Popular sob o olhar vigilante do SNI</b>	
Carolina Maria Abreu Maciel .....	82
<b>Itinerários da luta: movimento estudantil cearense e ditadura</b>	
Edmilson Alves Maia Júnior .....	99

<b>Travestis, imprensa e necropolítica na ditadura civil-militar em Fortaleza (CE)</b>	
Elias Ferreira Veras .....	119
<b>O passeio verde-amarelo pelas ruas das cidades: a festa do Sesquicentenário da Independência e as reatualizações do Golpe de 1964</b>	
Francisco Egberto de Melo .....	139
<b>História e memória sobre o golpe e a ditadura no Ceará: o caso do jornal <i>O Povo</i></b>	
João Teófilo .....	156
<b>Da “União pelo Ceará” ao Partido Arena (1962-1965): transmutações e desentendimentos na manutenção do esquema político de 1962 na imprensa cearense.</b>	
Jucelio Regis da Costa .....	175
<b>“O tempo é chegado”: novas esquerdas e cultura popular no jornal Nação Cariri (1980-1987)</b>	
Kalil Tavares Fonteles .....	197
<b>Dom Delgado, no Ceará: com a Igreja, negociando com a ditadura (1964 – 1973)</b>	
Márcio de Souza Porto .....	216
<b>A FAFIDAM e o Golpe de 1964: perspectivas de aprendizado com o passado</b>	
Maria Lenúcia de Moura.....	248

**Os feminismos cearenses sob a vigilância da ditadura militar brasileira (1979-1985)**

Sarah Pinho da Silva.....265

**Ditadura e pânico moral: a perseguição às prostitutas no Ceará**

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo .....282

**“Estranho ao problema do erotismo”: mães dedicadas, BEMFAM e o controle de natalidade em tempos de ditadura civil-militar**

Valderiza Almeida Menezes .....303

**Fontes .....321**

**Entrevistas.....322**

**Bibliografia.....323**

## Palavra do presidente da Alece

Refletir sobre a política e sobre os impactos da ditadura militar em nossa história coletiva é essencial para o desenvolvimento social e humano, sendo um desafio que todos os cidadãos devem enfrentar para a defesa inegociável da nossa democracia. Assim, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece) busca contribuir com a publicação de obras que forneçam elementos para a compreensão dos fenômenos sociais.

Este livro apresenta uma robusta contribuição sobre a história da ditadura civil-militar no Ceará e, por conseguinte, do Brasil, colaborando para que as novas gerações não mais permitam que se repitam atos de tamanha gravidade contra a nossa democracia. A obra, com seu rigor científico, colabora para dar visibilidade e difundir as histórias de repressão e resistência durante a Ditadura Militar e para a construção de uma política estadual de preservação da memória.

A Alece, por meio do seu Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), distribui, com muita honra, este livro, que ajuda a resgatar nossa memória e a renovar a historiografia sobre a ditadura.

***Deputado Estadual Evandro Leitão***

*Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*



## Sobre o Inesp

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do estado, objetiva ser referência no cenário nacional. Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece). Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o "Edições Inesp" e o "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos editar livros; coletâneas de legislação e periódicos especializados. O "Edições Inesp Digital" obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico. O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A demanda por suas publicações alcança uma marca de 4 milhões de downloads. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados. *60 Anos de Ditadura Militar no Ceará: um balanço histórico* é mais uma obra do diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital" que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

### **João Milton Cunha de Miranda**

*Diretor-Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp)*



## Apresentação

Sessenta anos depois do golpe de 1964, 39 anos após do fim do regime autoritário, a temática da ditadura militar continua sendo tema de disputas de memórias, usos políticos e querelas no espaço público brasileiro. Se pensávamos, há alguns anos, termos consolidado acordos em torno da condenação ao regime de exceção, implementado numa aliança entre militares e civis, essa crença foi desfeita, nos últimos anos, com a ascensão da extrema direita ao poder, a defesa do legado ditatorial e a reivindicação de um novo golpe militar por parte de setores da sociedade brasileira.

As disputas intensas sobre o período somaram-se a um movimento articulado de disseminação de negacionismos em relação ao tema e suas tentativas de desacreditar a produção acadêmica, notadamente no campo historiográfico. Professores e pesquisadores da área de História passaram a ser atacados dentro e fora da sala de aula, objetos de denúncia e campanhas difamatórias.

Essas ações se dão na mesma medida em que assistimos a uma ampliação e consolidação de um campo de pesquisas sobre o tema no Brasil. Inicialmente marcado pela memorialística e compreensão das razões do Golpe, além da resistência de grupos emblemáticos como estudantes e grupos revolucionários, os historiadores voltaram-se, nas últimas décadas, para pensar as diferentes vertentes de construção do regime ditatorial, a participação de diversos setores sociais e instituições em colaboração com os militares, os impactos das políticas autoritárias nos campos da

educação, comportamento, gênero, produção cultural e nos fazeres cotidianos de sujeitos os mais diversos, incluindo mulheres, indígenas, negros e pessoas LGBTQIAPN+.

A renovação do campo de estudos tornou-se possível com a organização de remanescentes de grupos atingidos, leis de reparação e, especialmente, com a abertura e democratização dos arquivos. Foi por meio de iniciativas como o Projeto Memórias Reveladas, a Lei de Acesso à Informação e a própria instituição da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014), que vimos ampliado e facilitado o acesso a documentos e testemunhos.

Mas, tampouco, essa produção acadêmica teria sido possível sem a expansão e esforço de programas de pós-graduação pelas mais diferentes regiões do País. No Ceará, os estudos sobre o período ditatorial iniciaram-se, ainda, antes dos anos 2000, com o deslocamento de pesquisadores para outros estados brasileiros, para programas em História já consolidados, ou através de sua inserção local em áreas como a Sociologia e Educação.

A partir de 2000, com a implementação do mestrado em História Social, na UFC, hoje Programa de Pós-Graduação em História, e de 2007, com o Mestrado Acadêmico em História e Culturas (Mahis-Uece), que deu lugar ao Mestrado Acadêmico em História, Cultura e Espacialidades, também da UECE, além do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (Feclesc-Uece), em Quixadá, essa elaboração foi intensificada, construindo referências sobre experiências e especificidades locais, numa articulação com políticas e movimentos de âmbito nacional e supranacional. Podemos contabilizar, até o momento, cerca de 50 dissertações e quatro teses que tem o período e seus acontecimentos como eixo de análise. Cerca de 75% desses trabalhos referem-se a especificidades locais, sendo 36% dedicados a movimentos sociais (estudantes, camponeses, ferroviários, sem teto, de bairros, etc), 11% sobre as relações entre a Igreja Católica, 11% sobre cultura e comportamento durante o regime, 9% sobre políticas

educacionais, além de outros temas como questões de gênero (9%), estudos sobre a imprensa (7%) e luta armada (4%).

O levantamento das pesquisas já realizadas aponta para a necessidade, ainda, de aprofundarmos estudos sobre a participação das elites políticas e econômicas na construção do regime, assim como as mobilizações das direitas no Estado, as imbricações entre civis e militares, além da análise do funcionamento do aparato repressivo no Ceará, temas que, acreditamos, deverão compor a agenda de pesquisa nos próximos anos.

Esta coletânea é uma forma de dar a conhecer, especialmente a professores e estudantes cearenses, o que foi realizado até o momento, produzido em programas de pós-graduação com financiamentos públicos. Os textos aqui reunidos foram produzidos por pesquisadores do Ceará, em diferentes estágios de sua trajetória acadêmica. São mestres, doutores, professores-pesquisadores das redes públicas de ensino básico, professores do ensino superior atuantes em Fortaleza, cidades do interior do Ceará e outros estados, orientadores de programas de pós-graduação, coordenadores e integrantes de grupos de pesquisa locais e nacionais que têm enfrentado, em seu cotidiano, a tarefa de analisar e debater a ditadura pós-1964, auxiliando na construção de um pensamento crítico e referenciado, sobre o tema, como forma de conscientizar e combater novos arbítrios. Aos pesquisadores que colaboraram na construção desta publicação, agradecemos pela contribuição qualificada e pelo compromisso com o fortalecimento do campo de estudos sobre ditadura em nosso estado.

Desejamos boa leitura e bons debates!

**Ana Rita Fonteles Duarte**

**Valderiza Almeida Menezes**

**Thiago de Sales Silva**

*Organizadores*



ATO INSTITUCIONAL EM VIGOR:  
CONGRESSO ENTRA EM RECESSO



PROFESSOR ENTRA  
CONTRATO  
ESTUDANTE CO

ME  
PERMANENTE

A INDA  
R ESTA  
ESPERANCA?  
NÃO,  
ABSOLUTAMENTE!



# Atentados de extrema-direita em Fortaleza na abertura da ditadura civil-militar (1980-1982)

José Airton de Farias<sup>1</sup>

No final dos anos 1970 e começo da década seguinte, o Brasil foi sacudido por uma onda de atentados terroristas promovidos por extremistas de direita. Diversos indivíduos e grupos promoveram ameaças e ataques a bombas contra entidades de classes, órgãos da imprensa, sindicatos, bancas de jornais, escolas, universidades. Esses extremistas eram autônomos, sem uma coordenação única nacional ou mesmo regional, influenciando-se mutuamente a partir das ações que iam se sucedendo país afora (Lima, 2020; Lopes, 2014; Brasil, 2010). Os terroristas visavam a tumultuar e barrar o processo de distensão/abertura da ditadura, o qual, aos trancos, vinha ocorrendo desde meados da década de 1970 (Resende, 2015; Fico, 2001; Maud, 2012).

As ameaças de bombas e os atentados provocaram enorme comoção e uma onda de medo e angústia no Brasil, sobremaneira, quando começaram a deixar feridos e mortos, como no caso dos ataques à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em agosto de 1980, e no atentado ao Centro de Eventos do Rio de Janeiro (Riocentro),

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Integrante do Grupo de Estudos de História da Ditadura (GEHD), ligado à UFF. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0536542035821361>. E-mail: [airtondefarias@yahoo.com.br](mailto:airtondefarias@yahoo.com.br).

em abril de 1981. A onda terrorista tornou-se um complicador a mais para o processo de distensão da ditadura, cujo desfecho, para os contemporâneos, era completamente imprevisível (Aarão Reis, 2014). Os envolvidos nos ataques ficaram impunes e, de modo geral, sequer sabemos os nomes dos agentes estatais partícipes dos atentados. Muitos dos agentes ligados aos atentados prosseguiram em suas carreiras nas Forças Armadas e na polícia com a democratização do país.

Ao contrário de uma memória difundida, que enfatiza os atentados terroristas, mormente no centro-sul do país, a documentação mostra que os ataques extremistas ocorreram em diversas cidades, de norte a sul<sup>2</sup>. Fortaleza foi uma delas. Ainda que não fosse um dos centros políticos mais dinâmicos do processo de abertura, a capital cearense sofreu vários atentados e ameaças no segundo semestre de 1980, promovidos pelo autodenominado Movimento Anticomunista (MAC). O propósito deste texto é buscar compreender as ações e as motivações para os atentados promovidos na capital cearense pelo MAC, estabelecendo as necessárias conexões com o processo nacional de flexibilização do regime ditatorial-militar e ressaltando, quando existentes, as especificidades (Farias, 2024).

## Consenso democrático e terrorismo

Considerando-se as ponderações de Maria Celina D'Araújo, Gláucio Dillon Soares e Celso Castro (1995, p. 13), temos que diferenciar o *projeto* militar de descompressão da ditadura<sup>3</sup>, iniciado em meados dos anos

---

2 “Atos terroristas ocorridos no Brasil”, período entre 1978 e 1987, de 1987. Fundo SNI. Arquivo Nacional. <https://sian.an.gov.br/sianex>. Notação: br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_aaa\_87063851\_d0001de0001. Acesso em 29/10/2020.

3 Para fins didáticos, usamos aqui as expressões “flexibilização”, “liberalização” ou “descompressão” da ditadura civil-militar para designar o período entre 1974 e 1984, o qual, por sua vez, tradicionalmente, é subdividido em dois momentos. O primeiro, o da “distensão”, se refere ao intervalo no qual governou Ernesto Geisel (1974-79) e o segundo, o da “abertura” (1979-85), no qual o País apresentou João Figueiredo na presidência, quando o processo de democratização foi se incrementando. Ressalte-se que havia uma oscilação entre o emprego das palavras “distensão” e “abertura” pelos agentes históricos do período, termos usados indistintamente (Motta, 2021, p. 246).

1970, do *processo* político que levaria o regime ao fim, o que, por sua vez, chama a atenção para a conjunção e as dinâmicas entre as forças do Estado e da sociedade civil as quais foram atuando ao longo dos anos. O governo ditatorial tinha um projeto de flexibilização do regime, que se iniciou pelo alto, com importantes medidas liberalizantes, embora sem pretensões de democratizar o país (Mathias, 1995, p. 152; Codato, 2005, p. 92). O projeto de distensão da ditadura virou um processo, que redundaria na democratização e cujo rumo foi determinado por várias forças sociais e políticas – inclusive, com destaque, pelos próprios militares – e circunstâncias, muitas vezes com situações e respostas que escapavam ao que havia sendo pensado inicialmente. Ou seja, a interação entre os atores interessados em bloquear o projeto de abertura ou apressá-lo deu-lhe uma dinâmica que não fora prevista pelos mentores da transição (D’Araújo, Soares, Castro, 1995, p. 38). Daí, no processo, as marchas e contramarchas, os ziguezagues, com conteúdos e ritmos que, não raro, escapavam ao controle pleno do governo militar. Nesse sentido, entendemos, as ações de extremistas de direita têm seu peso também nos rumos da abertura da ditadura.

Na segunda metade da década de 1970, em paralelo à liberalização do regime, comandado pelo que se chama comumente de “militares moderados”, houve uma reação de grupos de extrema-direita, que passaram a promover uma série de atentados Brasil afora com a intenção de manter a ditadura fechada. Entre as organizações atuantes, encontramos o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), a Vanguarda de Caça aos Comunistas (VCC), a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), o Grupo Anticomunista (GAC), a Falange Pátria Nova (FPN), o Comando Delta, o Movimento de Renovação Nazista (MRN) e a Frente Anticomunista, afora os esquadrões da morte, liderados por agentes a exemplo do delegado Sérgio Paranhos Fleury e seus sequazes (Motta, 2002, p. 159).

Esses grupos, no geral, contavam com a presença de extremistas alocados no próprio governo que realizava a distensão/abertura, ocupan-

do cargos nos órgãos de informação e repressão – eram militares “linha dura”, policiais e agentes do aparato repressor (Fico, 2001). Comumente se afirma que a possibilidade de a ditadura findar e, conseqüentemente, acontecer o desmonte do aparato repressor e/ou a investigação e punição dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos assustava os integrantes da chamada comunidade de segurança. Temiam igualmente perder os espaços de poder e influência que apresentavam dentro do aparato de repressão com um eventual fim do regime (Maud, 2012). Não descartamos tais elementos, mas defendemos que é preciso também entender as representações anticomunistas das quais eram portadores tais sujeitos históricos. Eles entendiam que a flexibilização do regime abria espaços para a atuação do inimigo vermelho, que se infiltrava na sociedade em projetos secretos de tomada do poder institucional (Farias, 2024).

Conforme Patto Sá Motta (2002), o anticomunismo tornou-se importante elemento das lutas políticas, especialmente da parte de grupos das direitas, conservadores, reacionários e liberais. Em geral, os momentos na história de maior militância anticomunista coincidiram com as fases de ascensão das esquerdas. Entretanto, no final dos anos 1970, ante o desgaste da ditadura, o discurso anticomunista, ainda que endossado por alguns setores conservadores, não conseguiu capilaridade social, tendo-se em conta o consenso que se formava na sociedade em torno da democracia (Farias, 2024).

Como lembra a historiadora Janaína Cordeiro (2015, p. 14), a ditadura civil-militar não sustentou-se, a exemplo de tantos outros regimes autoritários, apenas com base na repressão e propaganda. O regime contou com certo consenso<sup>4</sup> da sociedade. A ditadura, para melhor sustentar-se e legitimar-se, lançou pontes e se fez representante de certos valores e tradições do imaginário coletivo nacional (defesa da ordem, da família,

---

4 Segundo Gíacomo Sani (2000, p. 24), o consenso diz respeito a acordo, uma aceitação de um regime, explícita ou implicitamente, em função de preceitos e princípios compartilhados por determinada unidade ou grupo social. Implica, pois, em consentimento. Este diz respeito a comportamentos sociais, às formas múltiplas a partir das quais o acordo é conformatado e expresso socialmente.

da pátria, da religião, hierarquia, progresso econômico, anticomunismo, etc.), aos quais setores da sociedade correspondiam, consentiram, das mais diversas formas, um consenso que variou no tempo e evoluiu em direções distintas (Aarão, 2010, p. 387). Esse consenso foi especialmente forte por ocasião do golpe de 1964 e no começo dos anos 1970, quando do governo Médici, apesar da oposição de outros segmentos da sociedade, alguns deles, inclusive, recorrendo à luta armada com projetos de derrubada da ditadura e conquista do poder institucional (Cordeiro, 2015).

Consenso não é unanimidade e ele, também, é mutável, ou seja, não é algo estanque e engessado, como se as pessoas e os grupos mantivessem sempre a mesma postura e posicionamento. A partir de meados dos anos 1970, o consenso em torno da ditadura foi se tornando minoritário no seio da sociedade, com a população abraçando progressivamente um outro consenso, o democrático, proposto pelos opositores (Napolitano, 2015, p. 102). As proposituras de acordo do regime não conseguiam mais tanta adesão. Com a longa permanência da ditadura, a insatisfação com a delicada situação econômica e os problemas sociais, o fracasso das promessas que o futuro enfim chegara ao eterno “país do futuro”, etc., setores da população começaram a dar cada vez menos credibilidade aos militares e a abraçar novos valores, os quais enfatizavam a democracia, a solidariedade, o respeito aos direitos fundamentais, a justiça social, etc. A ditadura foi perdendo sua base social e apoio, sendo cada vez mais repudiada, enquanto a democracia ia ganhando corações e mentes da população (Cordeiro, 2015, p. 265). Multidões foram se engajando nas manifestações por anistia, democracia, eleições diretas, fim da censura, etc.

Ou seja, o consenso que se construía na segunda metade dos anos 1970 era outro, o do consenso democrático, proposto genericamente por distintos grupos opositores e abraçado pelo grosso da sociedade, e que não correspondia mais aos valores autoritários propugnados pela ditadura ou por indivíduos e grupos de extrema-direita. Em decorrência, o discurso anticomunista, não conseguia maior capilaridade social. Não ecoavam

e seduziam multidões, ao contrário do início dos anos 1970, quando do consenso formulado em torno do governo do general-presidente Médici.

Entretanto, do mesmo modo que não houve unanimidade no consenso em torno da ditadura no começo da década de 1970, também não foi unânime o consenso em relação à democracia no início dos anos 80. Como diz Giacomo Sani (2004, p. 241), quando o regime político muda, com a difusão e interiorização de novos princípios, mantêm-se muitas vezes vivos resíduos do sistema anterior. Extremistas como os do MAC dão a entender que, ainda no final dos anos 1970, no que pese toda a mobilização por democracia, ainda havia setores da sociedade (minoritários, muito provavelmente) que continuavam a endossar o regime militar. Para além disso: decidiram-se a agir para defender o regime, com ações terroristas.

O ideário anticomunista e a defesa da ditadura fundamentaram as ações de alguns jovens em Fortaleza, que organizaram um grupo denominado Movimento Anticomunista (MAC) e passaram a realizar pichações, ameaças telefônicas e a explodir coquetéis molotovs e bombas no segundo semestre de 1980. O caso do MAC cearense é peculiar. Seus integrantes foram descobertos, detidos, processados e expostos à sociedade, o que, por sinal, serviu aos interesses do governo Figueiredo em aliviar a pressão da sociedade e as críticas da oposição sobre a omissão do regime ante a onda terrorista da extrema-direita, conforme trataremos adiante.

## O MAC em ação

Sobre organizações de extrema-direita, no Ceará pós-1945, há uma carência de maiores estudos. Importa ressaltar que nem toda organização anticomunista é adepta do terrorismo. É o caso, por exemplo, da Tradição, Família e Propriedade (TFP), famosa organização conservadora católica, capitaneada por Plínio Correa de Oliveira (Patto, 2002, p. 149), e que também teve um núcleo em Fortaleza<sup>5</sup>. O jornal *Catolicismo*, em edição de 1965, trouxe matéria abordando as mobilizações de repúdio da secção universitário-secundarista da TFP do Ceará contra um “show de bossa nova” ocorrido no auditório da Faculdade de Direito da Universidade (Federal) do Ceará. O grupo, em sinal do espaço que tinha na imprensa, conseguiu publicar nota nos jornais de Fortaleza, criticando o evento, o qual teria se caracterizado por uma “nota demagógica de colorido marcadamente comuno-janguista”, manifestado através do “açulamento da luta de classes, da exploração demagógica da pobreza e da pregação do igualitarismo sócio-econômico, utópico, antinatural e anticristão”. Segundo ainda o *Catolicismo*, os jovens da TPF teriam, depois, sido agredidos na Faculdade de Direito por “esquerdistas”, desgostosos com a denúncia. Ante o ato de violência, para mostrar força e denunciar o comunismo, nos dias 10 e 11 de setembro de 1965, a TPF promoveu uma passeata pelas ruas de Fortaleza, com seus membros portando os tradicionais uniformes e estandartes da organização<sup>6</sup>.

---

5 Vide SILVA, Filipe Francisco Neves Domingues da. Cruzados do século XX. O movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP): origens, doutrinas, práticas (1960-1970). 2010, 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010, p. 65.

6 A nota da secção universitário-secundarista da TFP foi assinada pelos estudantes universitários João Irisfrâncio Rolim Sales, Vicente Alexandrino de Souza Neto, Rômulo Moreira de Deus e pelos secundaristas Humberto Vitorino Dantas, Maximiano Leite Barbosa Chaves, Francisco Martins Pereira, Francisco Gilberto Bekchior e Juraci Josino Cavalcante. *Catolicismo* nº 178-179, out.-nov. de 1965 Disponível em <http://catolicismo.com.br/Acervo/Num/0178-179/P14-15.html#.Xod5r-GB711s>. Acesso a 02/05/2022.

Textos de Plínio Correia foram transcritos em jornais de Fortaleza por ocasião da série de atentados acontecidos na abertura<sup>7</sup>. Encontramos em Tribuna do Ceará, de setembro de 1980, artigo no qual Correia nega qualquer envolvimento da TFP na onda terrorista da extrema-direita, como as esquerdas chegaram a acusar à época, pois a organização se propunha a “combater o comunismo por meios pacíficos”. Correia diz no artigo que não pediu nem combateu a abertura do regime, apenas a aceitando como um fato, embora advertindo que o processo poderia, sim, levar à expansão do comunismo. Alerta que os grupos de direita os quais “eventualmente estejam espalhando bombas pelo Brasil” estavam fazendo o jogo das esquerdas, que usavam os ataques para desacreditar e difamar os anticomunistas, aparecerem como vítimas perante a sociedade e atraírem simpatias populares ao se mostrarem defensoras da ordem e da liberdade. Ratificava, assim, uma representação comum a elementos de direita no período, e não restrita apenas aos terroristas, sobre como a flexibilização da ditadura poderia levar à expansão do comunismo no país. Para Plínio Correia, estava ocorrendo uma “abertura transviada, cujo real desfecho será a esquerdização do país”<sup>8</sup>.

Em 1968, o deputado cearense Mossclair Cordeiro Leite (MDB) denunciou, na tribuna da Assembleia Legislativa, o surgimento, em Fortaleza, de um Comando de Caça aos Comunistas. O grupo teria sido criado na casa de um rico industrial no bairro da Aldeota e seus planos visavam a realizar “terrorismo psicológico e até a eliminação de algumas pessoas acusadas de adesão ao comunismo”, radicalizando a posição de direita contra o arcebispo de Fortaleza, Dom José Delgado, padres progressistas,

---

7 [https://www.pliniocorreadeoliveira.info/Gesta\\_0102.htm](https://www.pliniocorreadeoliveira.info/Gesta_0102.htm). Acesso a 02/05/2022. Sobre o pensamento da TFP, vide GAMA, Victor Almeida. O pensamento católico antimoderno de Plínio Correa de Oliveira. In: COSTA FILHO, Cícero João da (Org.). *Visões autoritárias: reflexões sobre o pensamento conservador no Brasil no século XX*. São Paulo: Todas as Musas, 2019.

8 “TFP, bombas e abertura transviada”. Tribuna do Ceará, 04/09/1980, p. 11. Segundo a revista Isto É, a TFP pagou matéria em vários jornais do País negando o envolvimento nos atentados da distensão/abertura. Isto É, nº 196, de 24/09/1980.

líderes estudantis e políticos que dessem apoio ao inimigo vermelho<sup>9</sup>. A denúncia coincidiu com a difusão, à noite, pelas ruas da cidade, de panfletos mimeografados anônimos, incitando a população a atacar pessoas de esquerda<sup>10</sup>. Os panfletos traziam um texto sempre igual, iniciando com a frase “cuidado, fulano é perigoso comunista”. Seguia-se o endereço e o telefone do acusado e uma mensagem de alerta e incitação à população: “Não permita que ele continue atuando contra o Brasil. Ele pode matar você e seus filhos. Alerta! Cuidado, cuidado! Eles servem às doutrinas de Cuba, China e Rússia. São traidores do Brasil”. Em cima do panfleto, o emblema da foice e do martelo<sup>11</sup>. A imprensa informou que as pessoas acusadas de comunismo estariam também recebendo ameaças telefônicas. Ante a repercussão das denúncias, o deputado foi obrigado a esconder-se por um tempo. Mossclair seria um dos deputados cearenses cassados pelo AI-5, acusado de “subversão” (Farias, 2020).

Menos de dois meses depois da denúncia do deputado, os estudantes da faculdade de Filosofia estadual acusaram integrantes do CCC de tentar invadir e pichar o estabelecimento. Os anticomunistas teriam sido repelidos à bala pelos estudantes. Antes, extremistas de direita teriam jogado, em uma das ruas de Fortaleza, um carro contra um grupo de universitários que realizavam “pedágio” para arrecadar dinheiro na intenção de participar do congresso (clandestino) da UNE (realizado em outubro de 1968, em Ibiúna-SP). O presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), José Genoíno Neto, falou à imprensa sobre a tensão envolvendo os universitários – a polícia e forças militares estavam cercando e buscando invadir o prédio da Faculdade de Filosofia, ocupado pelos estudantes no

9 “Deputado cearense foge após denúncia de criação de órgão radical de direita”. *Jornal do Brasil*, 16/08/1968, p. 16.

10 São feitos ataques ao ex-deputados, cassado em 1964, Aníbal Bonavides, Raimundo Ivá Oliveira e Amadeu Arrais, ao ex-vereador fortalezense (cassado em 64) Manuel Arruda, à estudante Ester Barroso, ao professor Américo Barreira e ao arcebispo de Fortaleza, Dom José Delgado, entre outras pessoas. *Jornal do Brasil*, 16/08/1968.

11 “Deputado cearense foge após denúncia de criação de órgão radical de direita”. *Jornal do Brasil*, 16/08/1968, p. 16.

dia 6 de setembro de 1968. Os estudantes, no mesmo dia, saíram às ruas da capital cearense em protesto contra o reitor Fernando Leite<sup>12</sup>.

Portanto, havia um histórico de presença e atuação de extremistas de direita e anticomunistas no Ceará em vários setores da sociedade. Pensando em uma perspectiva temporal maior, não parece tão surpreendente, pois, a atuação, em Fortaleza, no começo da década de 1980, de um grupo como o MAC, que se dispôs a realizar ações terroristas no intento de barrar o que entendia ser uma ameaça comunista ante a flexibilização da ditadura.

Segundo Inquérito da Polícia Federal, o MAC de Fortaleza começou a agir, de forma mais organizada, em julho de 1980, sem assumir uma denominação específica e realizando pichações com “caráter apolítico”. Essa caracterização das pichações pela PF é algo, no mínimo, duvidoso, visto o conteúdo delas. Pichações, como uma forma de dar maior visibilidade a um discurso, são polissêmicas, podendo tratar das “arbitrariedades cometidas pelo governo, denunciar problemas sociais, fazer propaganda comercial, declarações de amor, construir negativamente a imagens de pessoas e elaborar frases irônicas e aparentemente sem muito sentido” (Soares, 2018, p. 21).

Veja-se, por exemplo, o caso de uma das pichações feitas pelo grupo de jovens nesta fase inicial: “Morte a Prestes, Brizola e Sidnei Magal”. Na frase, afora seu sentido literal, intimidatório, comparam-se e igualam-se dois líderes das esquerdas, recém-voltados do exílio e detestados por conservadores, e um famoso músico de canções populares, de bastante sucesso naquele período. No caso, a comparação objetiva expressar certa dose de deboche, visto que havia por setores da sociedade, especialmente das classes média, um preconceito e desdém para com canções “bregas e cafonas” (Araújo, 2015), estilo ao qual poderia ser associado Sidney Magal<sup>13</sup>, com suas roupas e dança mimetizando ciganos. Ou seja, Magal, Pres-

12 “Polícia do DOPS invade faculdade no Ceará”. *Jornal do Brasil*, 07/09/1968, p. 12.

13 Durante a década de 1970, Magal lançou sucessos populares como “Sandra Rosa Madalena” (1978),

tes e Brizola seriam figuras bisonhas, exóticas, motivo de risos, seja pelas “cafonices” do cantor, seja pelos discursos e ideias (de esquerda) dos dois políticos adversários da ditadura militar. Nesse sentido, as pichações dos jovens do MAC não deixam de também expressar valores políticos, em um momento de acirramentos e disputas entre vários atores sociais, como naquele fim dos anos 70 e início dos 80.

O grupo não ficou apenas nas ameaças e pichações. Na noite de 8 para 9 de agosto de 1980, o MAC promoveu atentados a bancas de jornais situadas nas Praças da Parquelândia e da Parangaba. Em várias cidades do país estavam ocorrendo ataques a bancas de revistas – a onda iniciou-se com atentados em Belo Horizonte, no início de julho daquele ano, se alastrando a seguir por outras cidades. As ameaças e os ataques visavam atingir e assustar os jornalheiros que disponibilizavam em seus negócios publicações condenadas pelos extremistas, fossem jornais de esquerda/ imprensa alternativa, fossem revistas de conteúdo erótico. Grupos conservadores e anticomunistas apresentavam também um caráter moralista, de preservar os valores da família e entendiam que a pornografia era uma artimanha dos comunistas para corromper a sociedade, devendo, pois, ser combatida (Marcelino, 2006). Os danos às bancas atacadas pelo MAC em Fortaleza foram poucos, sendo o princípio de incêndio, nos dois casos, logo apagado por moradores das imediações (Farias, 2024).

Na noite dos dias 9 para 10 de setembro, o grupo voltou a agir – os atentados noturnos seriam um padrão, pois, geralmente, os extremistas saíam para se divertir antes de realizarem os ataques e a penumbra ajudava a esconder suas identidades, sem falar que o policiamento na cidade era menor pela madrugada. Naquela ocasião, os jovens jogaram molotovs na Igreja de Nossa Senhora do Nazaré, no bairro do Montese. Ao que consta, apesar do susto, o fogo não conseguiu se alastrar, sendo logo apagado por

---

“Meu sangue ferve por você” (1977) e “Amante Latino”, também de 1977 e tema de filme homônimo estrelado pelo cantor em 1979. <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/02/sidney-magal-credita-sucesso-a-sua-energia-e-a-relacao-com-fas-danco-ate-o-corpo-dizer-chega.shtml>. Acesso 30/06/2020.

alguém da vizinhança. Na lateral da igreja, foram pichadas, ainda, com tinta preta tipo spray, as frases: “Abaixo os padres comunistas”, “Abaixo a Igreja comunista” e “MAC – Movimento Anti-Comunista”. A partir daí, o grupo passou a se identificar por essa sigla.

O inquérito da Polícia Federal não explica por que o grupo escolheu a denominada Igreja do Montese, entre tantas outras de Fortaleza. Sabe-se que alguns dos membros do MAC residiram em bairros relativamente próximos do templo. O pároco da Igreja Nossa Senhora do Nazaré, à época, era o padre italiano Batista Poinelli, na função desde 1968 e tido como bastante dinâmico por seu trabalho social, embora apresentasse posições políticas moderadas. Pode ser que os integrantes do MAC, em seu radical anticomunismo, no qual qualquer crítica social soasse como “marxismo”, se sentissem incomodados com as prédicas e o trabalho comunitário do Padre Batista, ainda que este não pudesse ser enquadrado como integrantes do que se chamava clero progressista. Sem descartar essa possibilidade, é plausível ver o atentado como um ataque, sobretudo, à Igreja Católica enquanto instituição em Fortaleza. Não custa ressaltar que a Arquidiocese de local era encabeçada, desde 1973, por Dom Aloísio Lorscheider, religioso de destaque mesmo nacional do clero progressista.

Segmentos da Igreja Católica haviam endossado o golpe de 64. A Igreja, porém, estava passando por várias mudanças no que toca à sua ação evangelizadora e sistemas de crenças nos anos 60 e 70. Destacadamente com os Papas João XXIII e Paulo VI, a Igreja passou a defender o diálogo inter-religioso e o ecumenismo, além de rever sua pauta social. Começou a ter um envolvimento sociopolítico maior, dando uma atenção às estruturas sociais contraditórias e defendendo mudanças nas condições de vida das camadas mais pobres (Gangian, 2011).

O novo papel da Igreja desagradou a segmentos sociais mais abastados, a intelectuais católicos conservadores e a grupos de direita, a exemplo de AIB (Ação Integralista Brasileira) e TFP (Tradição, Família e Propriedade) – muitos acreditavam que a Teologia da Libertação era a

concretização da temida infiltração comunista no clero para destruição da fé católica (Caldeira Neto, 2014, p. 109). Irritação com a nova postura da Igreja Católica teve igualmente a ditadura. Para os militares, qualquer crítica dirigida à ordem social soava como “subversão”. Como diz Diego Omar da Silveira Cunha (2014, p. 42), a Igreja, de baluarte na propagação do imaginário anticomunista, se tornou, aos olhos do governo militar, uma crítica e poderosa adversária, talvez a pior, por sua estrutura organizacional e influência na sociedade. Não por acaso, a repressão dos militares vitimou vários padres, lideranças religiosas e laicas – o citado Dom Aloisio Lorscheider chegou a ser detido, em 1970, no Rio de Janeiro (Gangian, 2011, p. 52).

O MAC, a 30 de setembro 1980, jogou uma bomba no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará (UFC), às vésperas de uma eleição discente. O movimento estudantil se rearticulava a época, reabrindo as entidades de representação e se inserido nas crescentes manifestações populares (Müller, 2016). As lutas estudantis do período confundiam-se com a própria causa democrática, envolvendo outros setores da sociedade, trazendo em seu conjunto a crítica à ditadura e a defesa da Anistia, da libertação dos presos políticos e da democratização do Brasil. A UFC foi um dos locais de intensa articulação dos estudantes (Portugal, 2018). Como quase todos os integrantes do MAC eram igualmente estudantes da instituição, possivelmente eles viam *in loco* as articulações e atuações dos universitários e das esquerdas no ambiente universitário. Incomodados/inconformados/irritados, os membros MAC decidiram atingir o DCE/UFC e, simbolicamente, as esquerdas, o movimento estudantil e a campanha por democracia com um atentado.

A intenção dos extremistas era que a bomba estourasse dentro de uma sala do DCE, na qual estudantes estavam ultimando os preparativos para a eleição do dia seguinte. Isso, porém, não aconteceu, pois o petardo explodiu antes, em pleno ar, danificando uma janela e dois carros estacionados nas imediações. O atentado do MAC, desta vez, repercutiu na

imprensa<sup>14</sup> e até na Assembleia Legislativa do Ceará<sup>15</sup>, sendo alvo de discursos de deputados. O ataque ao DCE da UFC foi noticiado até em jornais do centro-sul<sup>16</sup>. A repercussão era justificável, afinal, tratava-se da principal instituição de ensino superior do estado, frequentada, em boa parte, pelos filhos dos setores médios e abastados da sociedade cearense, sem falar que era mais um atentado que acontecia em Fortaleza e não havia mais como ignorar o fato de que extremistas de direita estavam agindo e praticando terrorismo na cidade (Farias, 2024).

Ante o impacto das ações extremistas locais, a publicização obtida, a impunidade de e, possivelmente, sob a influência de outros ataques de extrema direita que ocorriam Brasil afora, o MAC foi cada vez mais se radicalizando. Segundo o inquérito policial, os extremistas chegaram a pensar em fabricar cartas-bombas e enviá-las a pessoas de esquerda em Fortaleza – vale lembrar que no atentado feito à sede da OAB, no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1980, foi morta, devido a uma carta-bomba, a secretária do presidente da instituição, Lyda Monteiro da Silva.

No final da tarde de 5 de novembro de 1980, em torno de 18h30, o grupo estourou uma banana de dinamite na Praça do Ferreira. Era um horário de grande movimentação no centro de Fortaleza, com trânsito intenso de ônibus e automóveis, multidões se movimentando para voltar a suas casas, especialmente por aquele logradouro, tido como o “coração da cidade”. O explosivo, contido numa caixa de papelão, foi posto em uma lata de lixo, próximo a uma banca de revistas. A explosão provocou pânico e correria dos transeuntes, danificando um automóvel corcel e o letreiro do tradicional Armazém Esplanada, loja de roupas e tecidos (Farias, 2024).

---

14 “Eleições na UFC para nova diretoria do DCE”. Tribuna do Ceará, 1º/10/1980, p. 22; “Bomba explode no DCE”. O Povo, 1º/10/1980, p.1.

15 “Atentado terrorista na UFC repudiado na Assembleia”. Correio do Ceará, 02/10/1980, p. 3.

16 “Enquanto isso, jogaram bomba no DCE”. Tribuna da Imprensa, 02/10/1980, p. 2.

## A queda

O MAC buscou ampliar o raio de atuação para outros estados do Nordeste. Em depoimento à Polícia Federal, os extremistas afirmaram que planejaram realizar, em Recife, assaltos e o sequestro da filha de um empresário pernambucano – alugaram até uma casa em Olinda para mantê-la cativa. Era uma evidência de como buscavam melhor se estruturar, obter mais recursos, para persistir nas ações terroristas. Membros do MAC igualmente passaram a deslocar-se para João Pessoa, na Paraíba, onde morava um dos integrantes da organização. Numa dessas idas à capital paraibana, começou a queda do grupo.

Na noite do dia 13 para 14 de novembro de 1980, três integrantes do MAC acabaram parados numa rotineira *blitz* da polícia paraibana contra furtos de carros. Em posse dos jovens, foram achadas duas máscaras, uma metralhadora de fabricação caseira e um revólver calibre 38. Pressionados e acusados de serem ladrões de automóveis, eles acabaram confessando que integravam um grupo extremista de direita que há meses agia em Fortaleza. O caso, então, foi repassado para a alçada da Polícia Federal, que abriu um inquérito. O trio de extremistas foi levado para a capital cearense e, com as investigações, quase todos os membros do MAC acabaram presos.

Ao todo, nove pessoas foram apontadas como envolvidas nos atentados organizados pelo MAC. Os acusados, em sua maioria, eram sustentados pelos pais e residiam em bairros de classe média ou alta de Fortaleza (Aldeota, Fátima, etc.). Eram todos jovens, com menos de 30 anos de idade. Seis deles apresentavam idade igual ou inferior a 22 anos<sup>17</sup> e sete estudavam na Universidade Federal do Ceará, em cursos como Agronomia,

---

17 Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

Direito, Geologia e Engenharia de Pesca<sup>18</sup>. A pouca idade dos implicados seria usada, na fase processual, como argumento dos advogados na linha de defesa. A estratégia era enquadrar os ataques como uma “brincadeira juvenil”, minimizando as responsabilidades e desconsiderando o conteúdo ideológico e as implicações políticas de atos como aqueles em uma conjunta de incertezas acerca dos rumos da flexibilização da ditadura.

Chamou bastante a atenção da imprensa a presença, no grupo, de uma jovem de 18 anos, namorada de um dos extremistas, tido como líder do MAC. Este, o mais velho dos implicados, tinha 28 anos, sendo formado em engenharia e matemática pela UFC. Comparado com os outros envolvidos, apresentava melhor situação financeira, em virtude de sua profissão, funcionário público que era do Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, onde teria, inclusive, segundo a denúncia da PF, guardado parte dos explosivos usados nos ataques. Foi o responsável por bancar as despesas financeiras para o grupo praticar os atentados, deixando claro seus posicionamentos direitistas. Conforme depoimento da namorada, um dos motivadores do líder do grupo para jogar a bomba na Praça do Ferreira foi o de celebrar a vitória da eleição de Ronald Reagan, do Partido Republicano e ferrenho anticomunista, para a presidência dos Estados Unidos.

O único dos integrantes do MAC que apresentava um perfil social e financeiro discrepante era um carpinteiro de 27 anos, casado (os demais eram todos solteiros). Foi o único a não ser preso pela polícia. Os demais acusados, nos depoimentos feitos à PF, buscaram colocar a culpa pelas ações mais radicais nesse carpinteiro, talvez porque fosse ele de fato um radical extremista, talvez porque fosse o de menor condição econômica ou porque estava foragido – não foi capturado e acabou julgado à revelia.

---

18 Relatório de informação nº 205/116/AFZ/80, sobre o Movimento Anticomunista – MAC, de 12 de dezembro de 1980. O relatório traz, em anexo, o interrogatório prestado pelos acusados à Superintendência da Polícia Federal do Ceará. Arquivo Nacional. <http://sian.an.gov.br/sianex>. Notação br\_dfanbsb\_v8\_mic\_gnc\_qqq\_80000687\_d0001de0001. Acesso a 14/02/2020.

O desbaratamento do MAC foi explorado pelo governo Figueiredo. Não custa lembrar a conjuntura política do momento, de grande pressão da sociedade para que fossem apurados os responsáveis pela onda terrorista. Os extremistas foram, antes mesmo da conclusão do inquérito da Polícia Federal, apresentados à imprensa, em Fortaleza, no início de dezembro de 1980. Para o regime, era uma forma de mostrar que não havia acobertamento ou omissão ante os ataques. A ditadura, porém, não teve a mesma postura quando os acusados de terrorismo eram militares, como se deu no famoso caso Riocentro, ocorrido no Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1981, ocasião em que militares ligados ao DOI-CODI foram flagrados com bombas durante um show pelo 1º de Maio. Uma das bombas estourou antes do esperado, matando o sargento paraquedista Guilherme Pereira do Rosário e ferindo o capitão paraquedista Wilson Luiz Chaves Machado. Após uma confusa investigação, um Inquérito Policial Militar (IPM) inocentou os militares envolvidos no caso Riocentro, o que foi duramente criticado à época (Ribeiro, 1981).

Dentro de seu estratagema, o grupo militar, à frente da distensão/abertura tinha como condição *sine qua non* a não punição dos agentes estatais envolvidos em crimes contra opositores. Daí, não por acaso, a aprovação da Lei da Anistia de 1979, que beneficiou os militares implicados na violação de direitos humanos durante a ditadura. (D'Araújo, Soares, Castro, 1995). A mesma lógica pode ser aplicada a não punição dos elementos, geralmente policiais e militares, responsáveis pela onda terrorista.

Se a exposição do MAC, em 1980, interessava ao regime, a situação mudara quando do julgamento dos extremistas, ocorrido em agosto de 1982. A conjuntura política era outra. Após as bombas do Riocentro, apesar de atentados ainda acontecerem, houve uma redução do número de ações terroristas e um enfraquecimento político da extrema-direita, a qual, assim, deixou de ter tanta atenção da imprensa, da oposição e da sociedade como um todo, visto que havia outras preocupações preeminentes, como a crise econômico-social do país e os rumos da abertura do

regime. Ilustrativo do momento foi a realização, em novembro de 1982, de eleições diretas para governador dos estados – inclusive, com a vitória de opositoristas –, depois de dúvidas se, de fato, elas aconteceriam. Setores da imprensa, do judiciário e elites políticas e econômicas se reaproximavam do governo, especialmente em virtude das greves operárias e alguns distúrbios (saques) de rua acontecidos, abraçando a tese do fim do regime autoritário da forma menos traumática possível e sem radicalismos. Cada vez mais havia, nos quartéis, quem aceitasse a passagem do poder institucional a um civil moderado, desde que não houvesse “atos de revanchismo” contra os militares (Motta, 2021, p. 274 e seguintes).

Assim, não interessava a punição dos envolvidos na onda terrorista, ainda que fossem civis. O importante era a democratização do Brasil e a “conciliação nacional”. Em agosto de 1982, a Justiça Militar se considerou incompetente para julgar o caso, que foi, então, remetido à Justiça Civil Comum. Os atentados do MAC sequer foram considerados como ações de caráter político-ideológicas ou ameaças à segurança nacional. Ou seja, na prática, os integrantes do MAC não foram efetivamente julgados por suas ações terroristas. Responderam legalmente apenas por terem pichado umas paredes malconservadas, queimado umas portas velhas e destruído umas lixeiras sujas. Os extremistas de direita, civis e militares, seguiram suas vidas e carreiras, e a onda terrorista de direita ficou impune, sendo alvo de silenciamentos nas memórias construídas do pós-ditadura (Farias, 2024).

## Referências

AARÃO REIS, Daniel. A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História. In: TELES, Janaína (Orgs.). Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade? São Paulo: Humanitas, 2001.

\_\_\_\_\_. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÚJO, Paulo César de. Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BRASIL, Clarissa. O brado de alerta para o despertar das consciências: uma análise sobre o Comando de Caça aos Comunistas. 2010, 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CALDEIRA NETO, Odilon. Sob o signo do sigma: integralismo, neointegralismo e antisemitismo. Maringá: Eduem, 2014.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº 25, p. 83-106, nov. 2005.

CORDEIRO, Janaina Martins. A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

D'ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. A volta aos quartéis: memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Drumará, 1995.

FARIAS, Airton de. Para além das armas: militantes de esquerda armada no Ceará durante a ditadura civil-militar (1968-72). Fortaleza: INESP, 2020

\_\_\_\_\_. Explosões conservadoras: atentados de extrema-direita na abertura da ditadura civil-militar (1964-85). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2024.

FICO, Carlos. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GANGIAN, Renato. Igreja Católica e ditadura militar no Brasil. São Paulo: Claridades, 2011.

LIMA, Danielle Barreto. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980). 2020, 279 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

LOPES, Gustavo Esteves. Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do Comando de Caça aos Comunistas. Salvador: Editora Pontocom, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. 2006, 300f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MAUD, Chirio. A política nos quartéis: revoltas de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar da distensão: notas sobre a ação política do presidente Geisel. Revista de Sociologia e Política, nº 4-5, p. 149 - 159, 1995

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MÜLLER, Angélica. O movimento estudantil na resistência à ditadura militar (1969-1979). Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). História e memórias das ditaduras do século XX, v 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

PORTUGAL, Niedja. Estudantes em movimento. 2008. 132 f. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2008.

RESENDE, Pâmela de Almeida. Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RIBEIRO, Belisa. A bomba no Riocentro. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

SOARES, Thiago Nunes. Gritam os muros: pichações e ditadura civil-militar no Brasil. Curitiba: Appris, 2018.

# **A agonia dos trabalhadores cearenses em tempos de transição: violência e resistência camponesa**

Alberto Rafael Ribeiro Mendes<sup>1</sup>

*E espero bem que muitas outras transições ainda ocorram sem que ninguém pretenda bloquear este processo de procuras a que nos temos dedicado (Couto, 2011, p.133).*

N’O *que resta da ditadura*, obra organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle, os autores propõem uma reflexão sobre as permanências do regime autoritário em nossas estruturas sociais, nossas organizações políticas e jurídicas, nos casos cotidianos de violência no Brasil. É curioso que nenhum dos artigos ali presentes tratem dos restolhos da ditadura no campo, que nenhuma análise seja dedicada à violência permanente contra trabalhadores rurais e lideranças da luta pela Reforma Agrária.

Talvez a ausência do tema se deva ao fato de ele aparecer em livro posterior, com título semelhante, *Ditadura: o que resta da transição*, organizado por Milton Pinheiro; ou, talvez, a falta seja representativa de nossa

---

1 Doutor em História Social – UFC, professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará – SEDUC, membro do grupo de pesquisa História, Natureza e Cultura – UFC, colunista do site História da Ditadura – HD, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5003515142055129>, E-mail: [albert@alu.ufc.br](mailto:albert@alu.ufc.br).

dificuldade de dar conta da longa duração da ditadura no campo, onde ela se intensificou, sobretudo nos anos finais. O tempo da *ditadura acabada*, para usar a expressão de Elio Gaspari (2016), também foi o tempo do aumento do controle e da militarização das questões agrárias.

Convém lembrar que, no último governo militar, de João Figueiredo, foi criado o *Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários*, entregue ao general Danilo Venturini, numa clara orientação de militarização da questão agrária no Brasil e de esvaziamento político das lutas no campo. Era, como ressalta José de Souza Martins, a tentativa de “esterilizar politicamente o debate sobre a propriedade fundiária e a luta pela terra” (Martins, 1984, p. 26).

Também no governo Figueiredo, foram criados o *Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins* (GETAT) e o *Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas* (GEBAM), ambos subordinados à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Na prática, a criação do GETAT representava a subordinação do INCRA<sup>2</sup> e a redução de sua atuação como órgão competente na realização da colonização e da reforma agrária, retirando-lhe a autonomia para atuar na resolução dos conflitos agrários, que passa para a esfera federal, militarizada.

O GETAT e o GEBAM foram instrumentos de intervenção do estado brasileiro nas respectivas áreas de atuação, destinados a controlar o problema da terra, neutralizar as forças oposicionistas, desmobilizar a organização dos trabalhadores rurais e evitar a politização dos conflitos.

Por isso, esses instrumentos também foram mecanismos criadores de conflito e violência, tecnologias promotoras de expulsão e expropria-

---

2 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, foi criado em 9 de julho de 1970, pelo Decreto nº 1.110, representando uma nova orientação do governo militar voltada para a colonização em áreas de fronteira agrícola. O INCRA substituiu os órgãos anteriores, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, encarregados da política de desenvolvimento rural e reforma agrária da ditadura militar. A criação do INCRA e o foco na colonização das áreas de fronteira visavam criar uma alternativa à reforma agrária, evitando, de certo modo, as desapropriações e garantindo a intocabilidade da propriedade fundiária.

ção dos camponeses. Os anos finais da ditadura e o governo da *República envelhecida*<sup>3</sup> de Sarney foram marcados pela intensificação de todas as formas de violência no campo, em todo o território nacional. De modo que, talvez a expressão mais apropriada para tratar da longa duração do regime autoritário nessas áreas não seja *o que resta*, mas *o que sempre esteve no lugar*, como uma violência insistente.

Este artigo trata dessa longa duração da violência no campo cearense, destacando a permanência não apenas das práticas de repressão, como as prisões, perseguições e assassinatos, mas também de uma dada visibilidade sobre as lutas dos trabalhadores rurais, que as enquadra quase sempre como potenciais forças subversivas influenciadas por ideologias “estranhas”, “comunistas” e “perigosas”. Uma forma de enquadramento que permanecerá recorrente no governo de José Sarney, servindo de parâmetro para caracterizar a movimentação política em torno de questões como a Reforma Agrária, ou para caracterizar a atuação dos próprios trabalhadores e de seus aliados.

## O golpe e a máquina de produzir conflitos no campo

A intervenção e a repressão militar sobre o campo brasileiro foram imediatas. Os golpistas já acompanhavam com muita preocupação a movimentação política dos trabalhadores rurais, dos sindicalistas e de representantes de partidos de esquerda; as lutas em torno dos direitos trabalhistas e o próprio ato de sindicalização dos trabalhadores despertaram a desconfiança dos militares, sobretudo porque, antes, mobilizaram o des-

---

3 Refiro-me à minha Tese de doutoramento, *O rosário macabro dos trabalhadores rurais: violência e resistência no governo Sarney – a república envelhecida (1985 – 1989)*, em que discuto como as iniciativas discursivas do MST e da CPT ajudaram a tornar o problema da violência no campo uma questão de ordem nacional, além de elaborarem uma temporalidade diferente para o governo de José Sarney, que se autodenominava “Nova República”, mas não conseguiu desvencilhar-se dos traços velhos do passado autoritário. No campo, permaneceu a velha violência, o aumento de todos os tipos de conflitos no campo, os recuos nas iniciativas de reforma agrária e o privilégio das classes proprietárias de terra e empresariais.

conforto das elites latifundiárias, especialmente nas décadas de 1950 e início de 1960, tempos de politização das questões agrárias e de intensificação das pressões camponesas por terra e direitos fundamentais.

No campo, na visão dos grupos golpistas, tanto militares quanto civis, abundavam elementos perturbadores da ordem democrática, ideologias estranhas, “agitação comunista”, especialmente no Nordeste brasileiro. “A luta dos trabalhadores por direito à cidadania”, diz-nos, Montenegro (2004), foi transformada em “um grande medo, em um grande perigo, que assustava a todos”. Dessa forma, completa o pesquisador, “eram elaboradas as condições que justificariam a ruptura do pacto constitucional” (Montenegro, 2004, p. 407).

Diversos pesquisadores já demonstraram como, rapidamente, o golpe militar de 1964 desarticulou e reprimiu organizações trabalhistas em todo o território nacional. A caça aos “comunistas”, pelo Exército brasileiro, fez com que lideranças abandonassem seus locais de moradia e de trabalho, casas fossem invadidas e destruídas, documentos e armas fossem procurados e famílias fossem ameaçadas e expulsas de seus lares (Medeiros, 2018, p. 69).

Para o caso do Ceará, cabe destacar as pesquisas de Romário Bastos, que acompanhou a movimentação das *Comissões Volantes*, criadas para procurar focos de atuação comunista, principalmente no interior do estado, numa espécie de interiorização da repressão e do controle. Os alvos primordiais dessas *Comissões* eram sindicatos de trabalhadores rurais, sindicalistas, trabalhadores caracterizados como agitadores.

O pesquisador destaca como a atuação daqueles que animavam os trabalhadores rurais na direção da conquista dos seus direitos era um fator fundamental na sua classificação como elemento perigoso à ordem nacional. Os ditos “agitadores”,

Apontados como realizadores de comícios, defensores da distribuição das terras aos lavradores, encorajavam os trabalhadores a não aceitarem o “regime de trabalho imposto pe-

los donos de propriedades”, estimulavam a rebeldia no campo, todas ações condenadas pelos setores dominantes que os levaram à prisão ou à clandestinidade. As reivindicações por justiça e o enfrentamento à exploração após o golpe militar de abril de 1964 foram criminalizadas e a pulsante mobilização sindical impedida de seguir (Bastos, 2021, p. 278).

Ora, esse foi o padrão de atuação das forças militares no campo, principalmente onde a mobilização já existia de alguma forma. A repressão, que não se deveu apenas aos agentes do Estado, mas também ao braço armado do latifúndio, colocou os trabalhadores rurais em um estado de conflitualidade ampliada. O golpe não só intensificou os conflitos já existentes, como também criou inúmeras novas formas de tensões sociais, por meio de seus agentes, suas instituições e suas tecnologias de exploração e expropriação.

A *Comissão Pastoral da Terra – CPT*<sup>4</sup>, nos seus primeiros levantamentos de conflitos no campo, já apontava para a participação de instituições e agentes do Estado na fabricação de tensões e na distribuição de violências. Em geral, as forças policiais, federais ou estaduais, os órgãos de regularização fundiária, as empresas de administração federal, as forças judiciárias, despontam como elementos de desorganização do cotidiano dos trabalhadores rurais, negando direitos de posse e permanência na terra, determinando e cumprindo ordens de expulsão dos trabalhadores, reprimindo reuniões camponesas, perseguindo lideranças, acobertando e inocentando criminosos ou mandantes de assassinatos<sup>5</sup>.

---

4 A Comissão Pastoral da Terra foi criada em 1975, por ocasião do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, realizado em Goiânia, e que tinha como objetivo traçar atitudes práticas diante dos conflitos existentes entre empresas agropecuárias e posseiros, além de discutir a situação dos trabalhadores rurais na região. O nascimento da CPT diz respeito a inserção de uma parte da Igreja Católica nos problemas sociais durante a ditadura militar, sobretudo a partir da década de 1970, quando a Igreja adota uma postura crítica em relação a situação dos indígenas, dos camponeses e dos trabalhadores rurais. Nasce dessa postura o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, em 1972, e a CPT, em 1975. Um canal de apoio aos trabalhadores rurais, a CPT, desde seu nascimento, realiza a contabilidade e o mapeamento de todas as formas de conflito e de violência no campo, tendo se tornado uma das principais referências para o estudo das violações de direitos nas áreas rurais do Brasil.

5 Ver Relatórios parciais de Conflitos de Terra no Brasil. CPT, janeiro a junho de 1982.

Em 1983, a CPT apresentou o resultado de uma pesquisa nacional sobre os conflitos no campo durante a ditadura militar e ressaltou a presença e a autoria de órgãos oficiais em 105 dessas ocorrências. Vale destacar como, na visão da *Pastoral da Terra*, os órgãos estatais tornam-se produtores de conflitos. Em geral, eles servem de instrumentos nas mãos daqueles que detêm o monopólio da terra, tanto para aumentar as suas propriedades, quanto para impedir que os trabalhadores do campo possam ter acesso à terra.

Eles concentram em suas mãos uma parcela significativa do poder político da nação, exercem esse poder acionando, para a defesa dos seus interesses de classe, instrumentos subordinados ao Poder Executivo (INCRA, GETAT, FUNAI, ITERPA, ELETROSUL, CHESF, Polícia Federal, Polícias Militares) e ao Poder Judiciário (juízes, promotores, tribunais, prisões). Em resumo, utilizando o aparato burocrático-militar do Estado para impedir o acesso dos trabalhadores rurais à terra de que necessitam para a sobrevivência (CPT, 1983, p. 30).

As lideranças do movimento camponês foram os alvos preferenciais da repressão, sobre elas recaiu, imediatamente, a violência do Estado. Exemplo desse imediatismo foi a prisão do presidente da *Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará*, Vicente Pompeu da Silva, apenas três dias após o golpe militar. Na sua primeira prisão, Vicente Pompeu ficou incomunicável durante 30 dias no subsolo de um prédio da Polícia Federal.

Em abril de 1974, novamente preso e levado ao quartel do Exército em Pernambuco, Vicente Pompeu foi torturado. Choques nas orelhas e nos testículos, pau de arara, vela acesa sobre o corpo, privação de comida e de bebida por vários dias, terrorismo psicológico; as memórias de Vicente Pompeu, registradas pelo trabalho de Ana Carneiro e Marta Ciocari (2001), revelam a intensidade da repressão sobre aqueles a quem os militares consideravam perigosos.

Vale registrar, para além da dureza dos relatos das torturas, as formas não militarizadas de violência, operadas pelos latifundiários, o braço

colaborador da ditadura, que avança no tempo, permanecendo como uma violência constante. Vicente Pompeu relata que depois de cumprir sua pena, teve que enfrentar intimidações de pistoleiros a serviço de fazendeiros (Carneiro; Cioccarì, 2001, p. 111).

A ação desses fazendeiros, com seus pistoleiros, capangas, jagunços, são tantas as denominações para os colaboradores da violência no meio rural, compõe o imenso projeto do Estado militarizado para controlar as lutas políticas no campo, neutralizar as lideranças e evitar a politização dos conflitos. Daí porque as tensões nas áreas rurais não podem ser encaradas simplesmente como conflitos isolados, ou resultantes de querelas já existentes.

Essa forma de encarar a questão, como parte integrante de um projeto de morte, que pressupõe o controle estratégico do Estado sobre as áreas de conflitos agrários, já foi denunciada pelos próprios trabalhadores e seus aliados, na própria duração da ditadura militar. Aí reside, talvez, a carência da análise histórica acerca da violência da ditadura sobre os camponeses, qual seja, a de dar maior centralidade às análises realizadas por eles mesmos, ou por seus aliados.

Trata-se de uma administração dos conflitos agrários que produz mais conflito, distribui violência, causa expulsão, expropriação e morte. Os agentes dessa administração não são apenas as forças militares, ou os órgãos oficiais de regularização fundiária, são também os latifundiários, os empresários rurais que, de forma particular, mantém sob controle a terra e os seus homens.

Um importante documento revelador dessa simbiose entre Estado e forças particulares é o dossiê *Assassinatos no Campo: crime e impunidade – 1964 – 1986*, de autoria do *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*. A obra foi publicada em abril de 1986, resultado de dois anos de pesquisa encabeçada pelas sociólogas ligadas à *Comissão Pastoral da Terra*, Maria Cristina Vannucchi Leme e Wânia Mara de Araújo Pietrafesa. Cobrindo o período da ditadura militar, o dossiê registrou o assassinato de 1.123 trabalhadores rurais em todo o país. É o retrato de um campo em

chamas, marcado por muitas formas de violência, provocadas pela ação direta do Estado, ou pela omissão dele.

No Ceará, registra-se,

Nicolau 21, Camponês, foi morto em janeiro de 1971, na região de Canindé, por policiais comandados pelo agente do Deops, Cid Martins”. [...] Manoel Monteiro Filho, agricultor, 22 anos, do município de Caucaia, disputava na Justiça, havia muito tempo uma pequena faixa de terra, assim como também o agricultor Antônio de Barros. [...] após rápida discussão, Antônio de Barros descarregou toda a munição de seu revólver em Manoel Monteiro Filho, matando-o imediatamente. [...] Francisco Sobreira Lima, trabalhador rural, município de Tauá, foi morto em represália ao aviso que deu ao presidente do STR sobre a concentração de pistoleiros para mata-lo. [...] José Alves de Lima, lavrador do distrito de Quixelô, em Iguatu, foi morto a 26 de junho de 1980. José Alves exigia que o fazendeiro cumprisse o Estatuto da Terra, no que diz respeito às normas de parceria e arrendamento (MST, 1987, p. 65 e ss.).

Como se vê, são variados os crimes e as motivações, mas todos são enquadrados como assassinatos da ditadura, como resultado de um modelo de sociedade que fez a opção pelo grande capital, em detrimento dos homens do campo. No prefácio que acompanha a segunda edição, de 1987, Dom José Gomes, bispo de Chapecó, e presidente da CPT Nacional, destacou esse caráter da violência institucionalizada pelo regime de 1964.

A violência no campo tem dois pólos definidos: de um lado, a estrutura fundiária, que a partir de 1964 privilegia a expansão do latifúndio de maneira escandalosa, fazendo do Brasil o país da maior concentração de terras do mundo, apesar de sua extensão territorial. [...] De outro, a multidão dos sem-terra, dos bóias-frias, dos migrantes que vagueiam de um lado para outro, exigindo um lugar ao sol e o direito de trabalhar na terra. Quem teve a coragem de se organizar e resistir para exigir seus direitos encontrou a violência que podemos chamar de institucionalizada. Começam a aparecer os assassinatos dos lavradores que resistem à invasão do latifúndio (MST, 1987, p. 14).

Ora, esse documento está entre os primeiros levantamentos de mortos e desaparecidos no Brasil durante a ditadura militar, sendo mesmo considerado um complemento da pesquisa e da obra *Brasil: Nunca Mais*<sup>6</sup>, de autoria da Arquidiocese de São Paulo. Além de dar centralidade à repressão da ditadura sobre as áreas rurais, tornando-se, por isso, um documento contra as tentativas de esquecimento dos horrores do regime autoritário, o MST também chamou a atenção para a diversidade de conflitos e de violências (frequentemente analisados sem qualquer ligação com a estrutura política instalada em 1964), caracterizando-os como crimes do Estado, criados e alimentados pelas forças diretas ou indiretas que o sustentavam.

Mas não foi somente o MST que produziu instrumentos nesse sentido, antes, em 1984, a *Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura* – CONTAG, publicou um imenso relatório de violências no campo durante o período militar. O tamanho do título, *A violência no campo pela mão armada do latifúndio: torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores da terra*, insere-se na tentativa, já realizada pela CPT, de especificar as diversas formas de crimes, diferenciar as modalidades de conflitos.

A semelhança entre os dois documentos, o da CONTAG e o do MST, que distribuem os casos de violações por estados, data de ocorrência, e o registro das circunstâncias em que ocorreram, evidenciam o caráter estrutural, além de desnudar a dimensão de projeto da violência de Estado. Eles

---

6 O projeto Brasil: Nunca Mais foi desenvolvido pelo Conselho Mundial de Igrejas e a Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. A pesquisa que deu origem ao relatório e livro Brasil: Nunca mais iniciou em 1979, e se debruçou sobre documentos produzidos pela Justiça Militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979. Entre os objetivos da pesquisa estava a investigação de crimes de tortura e a divulgação dessa tortura para toda sociedade brasileira, a fim de cumprir um papel pedagógico comprometido com a não repetição dos crimes do passado. O livro Brasil: Nunca mais, publicado em 1985, é uma síntese do resultado de análise dos mais de 707 processos copiados da Justiça Militar e expõe casos de torturas, prisões forçadas, depoimentos sob tortura, perseguições a indivíduos, grupos sociais e instituições, desaparecimentos, mortes, além das instituições de repressão, os repressores. Era uma “radiografia inédita” da repressão política que se abateu sobre os adversários políticos do governo militar e um estudo, também inédito, no campo dos direitos humanos. Ver ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 2011.

configuram um modo de enfrentamento da sociedade contra a ditadura, especialmente nos seus últimos anos, que opera pela exibição nacional, e mesmo internacional, dos crimes que o regime produziu. Trata-se de uma estratégia discursiva, mas também visível, que pretende materializar, por meio de listas de nomes, contagem de mortos, relatos de tortura e outras violências, a repressão do Estado brasileiro contra seu povo.

Os documentos da CONTAG, do MST, também o livro *Brasil: Nunca Mais*, dizem respeito a uma tentativa de colocar a ditadura, os ditadores e seus colaboradores, diante de seus crimes e de seus mortos, constituindo, pois, uma luta por Justiça, por reparação e por memória. Se a opção pelo silêncio em relação aos crimes da ditadura constituiu uma marca de nosso processo de transição democrática (Reis, 2019), se a nossa reconciliação extorquida nos faz silenciar sobre os mortos do presente (Gagnebin, 2010, p. 185), vale destacar, sob pena de desvalorizar as lutas do passado, as iniciativas sociais que se colocaram contra a ditadura, contra impunidade e o esquecimento.

Os documentos da CONTAG e do MST são pioneiros, sem esquecer, obviamente, do trabalho da CPT, de documentar os conflitos no campo, na elucidação da repressão sobre os trabalhadores rurais. Eles antecipam as atuais políticas de memória da ditadura, eles revelam as circunstâncias da repressão sobre o mundo rural, ainda carente de análises. Curiosamente são fontes pouco analisadas e pouco incorporadas à pesquisa histórica. Trata-se de um terreno fértil.

Voltemos ao Estado produtor de conflitos no Ceará. Em outubro de 1981, segundo o relatório da CONTAG, operou-se a

Prisão do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, MANOEL MESSIAS SABÓIA. [...] Prisão de um dos membros do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itagé. Ambas as prisões ocorreram em consequência da atuação dos companheiros em defesa dos trabalhadores (CONTAG, 1984, p. 15).

Pela ação do fazendeiro Jagonhara Sampaio Fontes, em 1983, o posseiro Francisco Chagas Nascimento foi morto porque “liderava a luta de dezenas de famílias ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro, que sequer queria reconhecer os direitos adquiridos, depois de longos anos de trabalho na terra” (CONTAG, 1984, p. 21).

Recorrentemente as forças policiais e o empresariado rural agiam em regime de colaboração na expulsão dos trabalhadores e na eliminação das lideranças. Em Quixeramobim, também no Ceará,

Na Fazenda Teotonho, pertencente ao grupo Edson Queiroz, (Gás Butano), policiais utilizando uma camioneta da Empresa, fortemente armados de rifles e revólveres, invadiram a casa do trabalhador ANTÔNIO FERREIRA, conhecido por Sitonho, que se encontrava gravemente doente. Arrastaram-no para fora e, depois de ameaça-lo de morte, o levaram preso para a delegacia de polícia local, onde permaneceu por algumas horas (CONTAG, 1984, pp. 35-36).

Mais relevante que a exibição das formas da repressão no campo cearense é a exibição, em letras destacadas, dos nomes dos trabalhadores violentados. Parece-me representar um desejo de memória, uma vontade de inscrição dos nomes desses sujeitos, que têm como destino comum o anonimato (Robin, 2016, p. 96), no rol dos atingidos pela ditadura brasileira. É para fazer-lhes justiça, mas é, também, para permitir que eles próprios, através de seus nomes e de suas histórias, acusem seus algozes.

## O Estatuto da Terra e a teimosia dos trabalhadores rurais

Tudo foi se tingindo de vermelho e segui o rastro do rio de sangue que corria, não se sabia de onde. A fonte do rio era Severo, o senhor que mobilizava os trabalhadores de Água Negra, caída na terra com oito furos feitos à bala (Vieira Júnior, 2019, p. 206).

O rio de sangue, que era Severo, é invenção ficcional de Itamar Vieira Júnior, em *Torto arado*. Mas inúmeros rios de sangue transbordaram (e por que não dizer, transbordam?) no Brasil. Na vigência da ditadura militar, e mesmo depois, na *República envelhecida* de Sarney, as histórias de sujeitos que tombaram por causa de sua atuação como defensores dos direitos dos trabalhadores rurais são muitas. Em cada uma, um rio, um *João Pedro*, um *José Amaro*, uma *Margarida*<sup>7</sup>.

São as lideranças da luta pela terra que se tornam objetos preferenciais da vigilância das forças militares ou civis, primeiro porque a eliminação dessas figuras representa a desarticulação, mesmo que temporária, da organização dos trabalhadores e de suas reivindicações; segundo porque atentar contra essas vidas sobressalentes é um meio de desencorajar os trabalhadores rurais, os anônimos, obrigando-os a submeterem-se a formas arcaicas de relações de trabalho, a se conformarem com ausência de direitos e de garantias trabalhistas, a continuarem a ser homens sem terras nas terras alheias.

O trabalhador conscientizado, ciente dos seus direitos, organizado e inserido na luta, é o elemento que mais assusta os latifundiários. A violência seletiva que faz tombar as lideranças tende sempre a se intensificar quando se acentuam também as diversas formas de organização dos trabalhadores.

Já disse que os anos finais da ditadura também representaram a intensificação da militarização das questões agrárias. Sobretudo porque,

---

7 Refiro-me, por exemplo, a João Pedro Teixeira, paraibano, assassinado em 1961; José Amaro, cearense, assassinado em 1984 e Margarida Alves, paraibana, assassinada em 1983.

também nesse tempo, ressurgiram as lutas camponesas, aumentaram as pressões por direitos, pela terra, pela Reforma Agrária e pela democracia.

No Ceará, em especial, grande parte dessa reorganização camponesa se dá em torno da lei do *Estatuto da Terra*, do primeiro governo militar.

O *Estatuto da Terra* foi criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, pelo presidente Marechal Castello Branco, e instituiu medidas importantes na condução da Reforma Agrária brasileira, como o cadastro das propriedades de terra do país, a criação do *Instituto Brasileiro de Reforma Agrária* – IBRA, que se encarregaria do cadastro das propriedades rurais, da política de colonização e da desapropriação de terras; a classificação das propriedades, a obrigatoriedade do pagamento do *Imposto Territorial Rural* – ITR, critérios de pagamento das áreas desapropriadas: em dinheiro as benfeitorias e a terra nua em *Títulos da Dívida Pública*, resgatáveis em cinco anos (Stedile, 2005, p. 147-148).

A lei foi rejeitada pelos setores latifundiários e pelos empresários rurais, que se sentiram traídos pelo governo que ajudaram a criar. Os setores patronais a criticaram duramente, e, “além de ameaças de retirada de apoio aos militares, passaram a fazer pressões para que a lei não fosse aplicada, em especial no que se refere às desapropriações” (Medeiros, 2019, p. 188). O resultado foi o engavetamento das propostas contidas no *Estatuto da Terra*, que se limitou à realização da colonização pela iniciativa privada, favorecendo a expansão do capital no campo e o desenvolvimento de uma agricultura empresarial, em detrimento dos trabalhadores rurais.

Ora, a lei do *Estatuto da Terra* foi uma estratégia da ditadura para desarticular a movimentação política no campo e afastar qualquer possibilidade de Reforma Agrária radical. Como destaca Sônia Regina de Mendonça,

O primeiro governo militar, ao se apropriar da bandeira da reforma agrária e das demais reformas de base do período pré-golpe, deslocou-as para o âmbito do técnico e da eficácia, deixando de lado o movimento social mais amplo que lhes dera sustentação no passado recente (Mendonça, 2006, p. 38).

Para além do esvaziamento político das lutas, o *Estatuto da Terra* atendia aos objetivos do governo militar de desenvolvimento econômico pautado no fomento e na expansão da grande empresa capitalista nas áreas rurais. Para José de Souza Martins, os verdadeiros privilegiados do *Estatuto* foram os empresários, para quem a legislação ofereceu maiores benefícios, como a proteção e a intocabilidade das áreas classificadas como empresas rurais, mesmo se localizadas em áreas prioritárias para a realização da Reforma Agrária (Martins, 1984, 33).

Mas será justamente em torno dessa lei de exclusão e de expropriação dos trabalhadores rurais que algumas lutas serão levantadas contra os proprietários e empresários no Ceará. Especialmente nos anos 1980, conscientes dos direitos estabelecidos no *Estatuto da Terra*, os trabalhadores, as lideranças, os advogados que se colocaram ao lado dos rurais, irão pressionar seus patrões pelo cumprimento da legislação.

Assim o fazem os moradores da Fazenda Monte Castelo, em Quixadá, em 1982:

Nós vinha pagando renda da nossa produção de algodão, e essa renda era meia, até 1977, e nós ainda deixava toda a forragem dos nossos roçados para o gado da fazenda. [...] Aí tomamos conhecimento com a Lei nº4.504, do Estatuto da Terra e pegamos a se reunir pra estudar ele. Desde então descobrimos que nas condições em que nós recebe a terra aqui, só a terra nua, com todo trabalho feito por nós, desde a broca, cercas até a colheita, nós tinha o direito de pagar uma renda só de 10% (dez por cento) de milho, feijão e algodão. [...] Desde esse tempo até agora nós não tivemos mais sossego, pois estamos recebendo diversos tipos de amiação [sic], pressão e violência<sup>8</sup>.

É sintomático, em vários casos, o encontro dos trabalhadores com a existência da lei. A descoberta da legislação estabelece um corte entre um passado de exploração e um presente de luta. Trata-se de um processo mesmo de conscientização e encorajamento dos homens do campo opera-

---

8 Abaixo-assinado dos trabalhadores da Fazenda Jardim. CPT. Conflitos no campo. Pasta CE. Fazenda Jardim, pasta 13. (Optei por preservar a ortografia dos documentos).

do por agentes de pastoral, sindicalistas, advogados. Um trabalho de educação para ação, que se expressa nas falas dos trabalhadores, que tomam a decisão de ir ao encontro dos patrões, dos fazendeiros, e exigir-lhes a justa aplicação da lei.

É muito sintomático que os trabalhadores rurais demarquem suas histórias de violência no exato momento em que ousaram conhecer as leis. O que era para ser princípio de libertação se transforma em elemento desencadeador de violações e sofrimentos.

Foi por exigir o cumprimento do *Estatuto* na Fazenda Valparaíso, no município de Canindé, no Ceará, que o lavrador José Amaro de Macena foi morto com um tiro, no dia 05 de julho de 1984. A fazenda pertencia ao deputado estadual Francisco Figueiredo de Paula Pessoa (PDS). O crime aconteceu depois de inúmeras denúncias e queixas nos órgãos de segurança pública do estado (MST, 1987, p. 325).

Antes do ocorrido, por meio do *Centro de Defesa e Promoção dos Direitos dos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza*, os trabalhadores já tinham enviado documentos ao secretário de segurança pública do Ceará, informando sobre a insegurança na fazenda Valparaíso, sobre a presença de pistoleiros, sobre as ameaças constantes; encaminharam representações à Delegacia Regional de Canindé e à Delegacia de Santa Quitéria, dando conta da destruição, pelo pistoleiro de nome Ferreira, das plantações de milho e feijão dos trabalhadores da área<sup>9</sup>.

Aí se revela outra violência, que diz respeito ao não funcionamento das instituições, da inoperância dos poderes do Estado, aliados aos latifundiários quando se trata de impedir os pobres de acessarem à terra. No campo, à medida que a ditadura se aproxima do seu término, intensifica-se o controle violento dos fazendeiros para entravar qualquer movimen-

---

9 Repúdio ao crime de Salitre – Valparaíso, pelos participantes do Seminário Reforma Agrária, exigência do Reino de Deus, promovido pela Regional Nordeste I, da CNBB. CPT, Conflitos no Campo – Ceará, PDF, pasta 27.

tação dos trabalhadores na direção da Reforma Agrária e do cumprimento do *Estatuto da Terra*.

Iniciado o governo civil de José Sarney e anunciada a possibilidade da realização de uma Reforma Agrária com base na antiga lei do *Estatuto da Terra*, tem-se nova investida do patronato rural para impedir o andamento da proposta anunciada no *Plano Nacional de Reforma Agrária* (PNRA), em maio de 1985<sup>10</sup>.

Aturaram com a “velha violência”, transformando o campo brasileiro em um território em chamas, marcado pelo aumento de todas as formas de violência. Somente para o ano de 1985, a CPT contabilizara um número de 768 conflitos ligados à terra. Foram 216 mortos, 145 assassinatos, mais 1.366 feridos, 557 presos. Resultado, como destacou a análise da própria CPT, da descentralização política e do reforçamento dos poderes locais, que, nas regiões periféricas do país, significou a entrega do poder nas mãos do latifúndio (CPT, 1985, p. 20).

Também é verdade que o problema da terra, especialmente as lutas políticas em torno da Reforma Agrária, continuaram sob o controle e a vigilância desconfiada do novo governo. As manifestações de apoio à democratização da terra, as mobilizações dos trabalhadores, as marchas, as crescentes ocupações de terra protagonizadas pelo MST, ainda eram caracterizadas como ações desestabilizadoras da ordem democrática e os sujeitos proeminentes dessa movimentação continuavam a ser vigiados como suspeitos, criadores de conflitos, agitadores comunistas ou criminosos, sobretudo quando questionavam a concentração da propriedade privada da terra.

Denunciar a violência no campo também era motivo de perseguição, de acusações e punições. Sobretudo a partir da década de 1970, a produção e a veiculação de notícias sobre a agonia dos trabalhadores rurais tornaram-se recorrentes entre entidades como a CPT, o MST, a CONTAG,

---

10 A Proposta inicial do PNRA estabeleceu a desapropriação por interesse social como mecanismo privilegiado para a realização da reforma agrária, com o objetivo de assentar, no prazo de 15 anos 10,5 milhões de trabalhadores; estabelecia o pagamento das indenizações das terras desapropriadas com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial. Sobre o PNRA, ver Medeiros, 2014.

a CUT etc. Pode-se mesmo falar de uma nova forma de luta, que diz respeito à produção de uma dada visibilidade e dizibilidade para o problema da violência contra as populações rurais. Abundaram listas de mortos, de perseguidos e torturados, de homens e mulheres marcados para morrer, numa estratégia de repetição do fato, um “rosário macabro”, como destacavam as próprias entidades.

Recorrendo a uma forma discursiva que se tornava cada vez mais frequente entre apoiadores dos trabalhadores rurais, a CUT concluiu:

É uma estatística macabra. Em 1984 eram conhecidos 116 assassinatos de trabalhadores rurais, cinco por mês. Em 1985, a média vem crescendo mês a mês. Em setembro e outubro, um trabalhador rural foi assassinado a cada dois dias. Dirigentes sindicais, líderes de comunidades, padre, advogado, dezenas de trabalhadores foram alvos de pistoleiros de aluguel ou dos latifundiários em pessoa (CUT, 1985, p. 2).

Os governos, da ditadura e da *República Envelhecida*, reagiam transformando os denunciadores em culpados, em responsáveis pelas tensões sociais. Em 1986, por exemplo, o delegado Romeu Tuma, diretor do Departamento da Polícia Federal, acusou a Igreja de incentivar invasões, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado (1989), que apurou as causas da violência no campo. No seu depoimento, declarou que

A Igreja colabora com as invasões de terra e contribui para a situação tensa, assim como a influência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as organizações internacionais exageram a dimensão dos fatos e a imprensa, muitas vezes, distorce as informações sobre os conflitos agrários no Brasil. [...] os conflitos se dão principalmente porque a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo ligado à Igreja, é bem organizada na região e também devido à influência da CUT<sup>11</sup>.

Além da acusação contra os grupos que se colocaram ao lado dos trabalhadores rurais, tão recorrentes nos tempos de ditadura, continuaram

---

11 Jornal do Brasil. Tuma acusa Igreja de incentivar invasões. 16 jun. 1989, p. 5.

vigentes as tentativas de impedimento das manifestações públicas de lutas camponesas, como as marchas, os protestos, as ocupações. Até as missas dedicadas aos assassinados no campo foram alvos de vigilância e de controle.

Em 15 de junho de 1986, no município de Trairi – CE, celebrava-se a missa de sétimo dia, seguida de ato público pelo triplo assassinato de Manoel Veríssimo Neto, Raimundo Veríssimo Mano e Francisco Veríssimo Carlos, posseiros na fazenda Jandaíra.

A celebração foi vigiada pelo poder público, que enxergou nela mais do que um ato religioso, mas a possibilidade de transformação política das tensões. A Polícia Militar montou barreiras nas estradas de acesso à cidade, interceptou os ônibus que chegavam e revistou os trabalhadores, à procura de armas, em busca de elementos que pudessem, de alguma forma, criminalizá-los, ou, de maneira mais larga, deslegitimar o movimento.

Tratava-se de uma operação de desarmamento na véspera de uma missa. A imprensa local divulgou a operação como medida de segurança, de precaução, e, para escamotear ainda mais a tentativa de criminalização da manifestação, afirmou que as barreiras e a vistoria pretendiam garantir a integridade física dos presentes<sup>12</sup>.

Ora, já era sabida a opinião do secretário de Segurança Pública do Ceará, Feliciano de Carvalho, acerca do conflito na fazenda Jandaíra e do assassinato dos trabalhadores. Ele culpou a Igreja Católica pelo ocorrido, afirmando que as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, estavam inquietando o campo. Por ordem sua, antes do amanhecer, um contingente de 35 policiais já aguardava os trabalhadores manifestantes. Vinham enlutar os seus companheiros mortos e encontravam barreiras policiais destinadas a desarmar, diga-se, não somente os corpos, mas também os espíritos, a vontade de justiça, a força resistente.

Não é simplesmente o que resta da ditadura o elemento explicativo dessas permanências, aliás, talvez, nem se trate de restos, mas de um

---

12 Diário do Nordeste. Missa e passeata reúnem 5 mil pessoas em Trairi. 16 jun. 1986.

imenso e inteiro processo de criminalização das lutas no campo, de eliminação física e tentativa de apagamento histórico das lutas e das lideranças comprometidas com o problema da terra no Brasil. É a permanência da violência, desde os tempos coloniais, do massacre dos indígenas à destruição das experiências coletivas de Canudos, de Caldeirão; ou da desarticulação das Ligas Camponesas, com suas lideranças perseguidas, presas e mortas. Não é o que resta, portanto, é o que sempre esteve no lugar, não importando os regimes políticos.

## Referências Bibliográficas

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 2011.

BASTOS, José Romário Rodrigues. Combates por justiça e direitos: história da luta pela terra no Ceará (1950 – 1964). Tese. (Doutorado em História Social). Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

CARNEIRO, Ana. CIOCCARI, Marta. Retratos da repressão política no campo – Brasil 1962 – 1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2001.

CONTAG. A violência no campo pela mão armada do latifúndio: 1981 a junho/1984: torturas, prisões, espancamentos, assassinatos, impunidade e expulsão dos trabalhadores de terra. Brasília, 1984.

COUTO, Mia. E se Obama fosse africano? E outras interinvenções. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CPT. Pastoral e Compromisso. Petrópolis: Vozes, 1983.

CPT. Conflitos de Terra no Brasil. 1985.

CUT. Boletim Nacional da CUT. Um basta aos assassinatos impunes! 1985, p. 2. (Suplemento).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: SAFATLE,

Vladimir; TELES, Edson. (Orgs.). O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

GASPARI, Elio. A ditadura acabada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: quarta república (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 179-207.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.). Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton. (Org). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As ligas camponesas às vésperas do golpe. Projeto História. São Paulo, n. 29, tomo 2, p. 391 – 416, dez. 2004.

MENDES, Alberto Rafael Ribeiro Mendes. O rosário macabro dos trabalhadores rurais: violência e resistência no governo Sarney – a república envelhecida (1985 – 1989). Tese. (Doutorado em História Social). Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964 – 1990). São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MST. Assassinatos no campo: crime e impunidade – 1964 – 1986. São Paulo: Global, 1987.

REIS, Daniel Aarão. As armadilhas da memória e a reconstrução democrática. In:

ALONSO, Ângela; GOMES, Angela de Castro. et. al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROBIN, Régine. A memória saturada. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

STEDILE, João Pedro. (org.). Programas de reforma agrária: 1946 – 2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. Torto arado. São Paulo: Todavia, 2019.

# Entre a cautela e a ousadia, a luta das mulheres pela anistia no Ceará

Ana Rita Fonteles Duarte<sup>1</sup>

Homens e mulheres no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, sofrem duplamente repressão, quando detidos ou pela prisão e desaparecimento de familiares. A maior parte dos livros de memórias e biografias sobre o período enfocam somente prisões e suplícios de militantes homens. No entanto, mulheres foram reprimidas e mortas pela participação em organizações de esquerda, mesmo que esse dado seja desprezado pelos próprios autores do campo ideológico, conforme Teles (1999:64).

A falta de relatos é a dificuldade para estabelecer números da participação feminina, na disputa e resistência à ditadura no Brasil, assim como a falta de registros de procedimentos clandestinos de prisões e torturas dos órgãos de segurança. Tentativas utilizam dados do Projeto Brasil Nunca Mais. De acordo com a análise de 695 processos referentes à militância política de modo geral, 7.367 cidadãos brasileiros foram denunciados perante a Justiça Militar, dentre os quais 12% mulheres, o que perfaz o total de 884 denunciadas (Carvalho, 1998:20). Some-se a esse dado o trabalho de Ridenti (1990), na mesma base de dados, mas somente com processos contra as organizações de esquerda. De 4.124 processados, 16% eram mulheres, num total de 660. Ironicamente, a família tradicional contra a qual se rebelam os

---

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294847348263407> . Email: [anaritafonteles@uol.com.br](mailto:anaritafonteles@uol.com.br).

jovens imersos na revolução dos costumes, na esperança da revolução social, passa a ser o grande apoio, principalmente após a destruição das organizações revolucionárias. “Era à família que se recorria em busca de abrigo, dinheiro, providências para sair do País, além de afeto e solidariedade” (Almeida, 1998: 408)

Esses papéis eram assumidos basicamente pelas mulheres que, dentro da tradição patriarcal brasileira, tinham posição social definida como de guardiãs da família. Mesmo subordinadas ao homem, a sociedade lhes cobra comportamento social de defesa da família. Assim, em 1964, principalmente após 1968, quando famílias brasileiras perdem membros, mães, esposas e filhas se postam diante das autoridades cobrando o paradeiro de familiares. O direito é legitimamente reconhecido pela sociedade.

O fato não implica ausência generalizada de pais, maridos e irmãos, na busca de desaparecidos ou luta pela libertação de parentes. É importante ressaltar que vários participaram ativamente da luta com as mulheres, durante a ditadura, em visitas às prisões, no apoio aos filhos na clandestinidade, ou mesmo participando de movimentos de resistência organizados pelas famílias. Há casos em que maridos de presas políticas também são militantes perseguidos ou presos, além de famílias com mais de um filho detido ou desaparecido.

As mães, no entanto, são as mais lembradas por sua defesa intransigente da família, por desafiarem autoridades e utilizarem formas pouco convencionais de pressão política, utilizando a legitimidade conquistada socialmente por sua identidade de gênero. Primeiramente, lutando sozinhas, valem-se de qualquer pista para tentar localizar parentes, pressionando autoridades judiciais e policiais, investigando casos por conta própria, como a estilista Zuzu Angel, com o filho morto no Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), em 1973, no Rio de Janeiro, não oficialmente dado como tal.

Em 1975, no governo Geisel, cria-se em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), primeiro movimento organizado na luta pela anistia aos perseguidos, após 11 anos de regime de exceção.

O MFPA foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa de general atingido pela repressão do golpe militar de 1964, iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA expande-se pelo país com núcleos e atinge outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de constestação na época em que manifestações eram estritamente proibidas.

A utilização de estratégias para evitar a repressão é bastante clara. O ano de 1975 é emblemático para o surgimento de movimentos liderados por mulheres, inclusive o feminista. No caso do MFPA, tem-se a proclamação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, com as palavras de ordem: “igualdade, desenvolvimento e paz”.

Um manifesto conclamando as mulheres a se unirem num movimento pela "união da nação" serviu de espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país. O texto é enviado com cartas para mulheres em vários estados, na campanha pela coleta de assinaturas e de arregimentação de pessoas para a organização do Movimento. Os contatos eram feitos via Igreja, MDB e com familiares de pessoas afetadas pelo regime. Em paralelo ao movimento, as mulheres do recém-criado MFPA ocupam espaços, mesmo de forma discreta e cuidadosa.

O número de mulheres sócias dos núcleos é estimado em “milhares” por Therezinha Zerbini, em entrevista de 1977<sup>2</sup>. Em 1978<sup>3</sup>, ela contabiliza quinhentas mulheres em todo o Brasil. O primeiro dado é mais plausível, uma vez que foram instalados núcleos nos estados brasileiros, à exceção do Amazonas e dos territórios, à época, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. Em entrevista, a ex-presidenta do MFPA, em Minas Gerais, Helena Grecco, afirma que somente o Movimento no Estado, com nove núcleos, reúne 300 mulheres. No primeiro ano do MFPA são coletadas 16 mil assinaturas de pessoas pró-anistia.

---

2 O Pasquim, de 08 a 14 de julho. 1977. In: ZERBINI, Therezinha Godoy. Anistia – Semente da Liberdade. São Paulo: Salesianas, 1979, p.22.

3 Repórter, junho de 1978.

## O MFPA, no Ceará

O MFPA no Ceará foi criado em 1976, e reuniu mulheres em núcleos sediados em Fortaleza e nas cidades de Tauá e Crateús. Cerca de 30 mulheres compunham o grupo cearense formado por familiares de presos políticos, pessoas ligadas a organizações de esquerda, impedidas de atuar legalmente, e também motivadas pela solidariedade aos atingidos pelos atos arbitrários. Essa composição também existiu em vários núcleos pelo Brasil e a motivação distinta de suas integrantes foi responsável por um cotidiano de disputas e tensionamentos nos âmbitos local e nacional do MFPA e que se estende à produção de memórias sobre a luta política até os dias de hoje.

As disputas das memórias das ex-militantes do núcleo do MFPA revelam dois movimentos num só. Em narrativas espontâneas, há tendência a enfatizar as ações nas quais se teve participação direta ou tinham sido aprovadas pelos grupos com os quais se identificavam, revelando um cotidiano dividido entre a necessidade de atuar na causa específica da anistia, com cautela, protegendo presos políticos e esquivando-se da repressão e o desejo de transformar a luta em movimento de massas, com ações mais ousadas que garantem visibilidade.

As ações, em geral, eram decididas em reuniões inicialmente quinzenais, depois semanais, que aconteciam primeiramente em igrejas, como na dos Remédios (no bairro do Benfica), salões paroquiais, sede do MDB, posteriormente deslocadas para a escola infantil Instituto Alencar, de propriedade da presidenta do núcleo, Nildes Alencar. Além da diretoria eleita em assembleia geral pelas sócias, com direito à voz e ao voto, registra-se nas entrevistas, a presença de simpatizantes e pessoas que apoiavam o Movimento, sem poder votar.

A visibilidade ou discrição na condução do Movimento aparecem como divergência relevante entre ex-militantes, o que diz respeito ao tamanho e forma dos atos públicos e forma de divulgação. Se para as fami-

liares e outras militantes agregadas à sua linha de pensamento, era necessário agir de forma discreta, sem alarde; para o grupo mais ‘politizado’ era necessário reunir mais pessoas e ganhar mais visibilidade e apoios políticos, nos eventos promovidos pelo núcleo como estratégia. A tensão é explicitada na fala das ex-militantes:

Elas queriam que a gente fizesse um ato público bem grande do Movimento Feminino pela Anistia. A Nildes queria fazer um ato público mais interno, mais na linha da moderação, mais na linha do movimento pelo movimento. E a gente achava que essa era a linha correta, era um movimento específico, ele tinha as suas linhas e tinha essa divergência justamente com o grupo da Rosa, da Raimunda Zélia, da Maria Luíza, da Socorro. Elas diziam: vocês são muito moles. A gente quer um movimento para a sociedade, a gente quer transformar esse movimento não só pela anistia, mas em movimento político. A gente tinha outro pensamento. (Valda Albuquerque)<sup>4</sup>

A gente sempre achou isso e se confirmou que a coisa mais importante é a divulgação. Tudo que acontecia, greve de fome dos presos políticos, lá fomos nós também fazer greve de fome na Igreja do Coração de Jesus e denunciar. Sempre a gente teve a idéia de que o que podia salvar a vida dos companheiros, o que podia barrar a tortura, o que podia garantir e acelerar a anistia era exatamente você dar o máximo de divulgação e quebrar essa idéia de que preso político era bicho de sete cabeças (Rosa da Fonseca)<sup>5</sup>

Mesmo ao decidirem pela manifestação pública em comum acordo, os grupos disputavam como se colocar nos espaços escolhidos. As vigílias, em solidariedade a greves de fome de presos políticos pelo menos três vezes na segunda metade da década de 70<sup>6</sup>, são espaços onde os conflitos

4 ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

5 FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 59 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

6 A primeira greve acontece ainda antes da criação do núcleo, em 1975, e é motivada por solidariedade ao preso político José Duarte, militante histórico do PC do B, vítima de arbitrariedades por parte da direção do Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Em abril/maio de 1978, 10 presos políticos cearenses aderem à Greve Nacional dos Presos Políticos do Brasil, cujo objetivo era a quebra do regime de

se colocaram vivamente. Em igrejas como a do Coração de Jesus e dos Redentoristas, em Fortaleza, buscava-se de diferentes formas o apoio da opinião pública. Os eventos eram um misto de explicitação do sofrimento familiar e de protesto, com disputa iniciada ainda em reuniões de preparação, o que envolvia discursos a serem manifestados e até mesmo canções escolhidas para o ato:

No momento em que a gente programou e fez essa vigília, tinha todos os momentos. Se falava, refletia, tinha músicas. Tinha determinadas músicas que a gente achava que eram ousadas demais. Tinha uma discussão porque a gente ficava com medo de ir com muita sede ao pote e ter uma repressão maior. (Nílvea Amorim)<sup>7</sup>

Nessas ocasiões, tem-se que, pelo menos com relação à montagem dos atos, o grupo de familiares consegue impor suas determinações, o que pode ser explicado pelo risco iminente aos presos e às configurações religiosas dos eventos e às maiores possibilidades de apoio, pela tentativa de descaracterização de ato político formal. Isso não impedia que o grupo “politizado” imprimisse marcas de atuação nas vigílias. É possível analisar as tensões latentes em programa de uma das vigílias,<sup>8</sup> em que leituras do evangelho e de encíclicas papais mesclam-se à de carta dos familiares de presos, textos de Dom Hélder Câmara e poemas como *O Estatuto do Homem*, de Thiago Melo, e *Do povo buscamos a força*, de Agostinho Neto; cantos religiosos como a *Oração de São Francisco*, o *Salmo 22* (O senhor é meu pastor) e *Derrama senhor* são intercalados por canções “engajadas” como *Gente Humilde* (Chico Buarque/Vinícius de Moraes) e *Sonho Impossível* (Chico Buarque).

---

isolamento carcerário de dois presos políticos de Pernambuco. Em julho/agosto de 1979, nova greve é realizada tendo como razão o repúdio ao projeto de anistia do Governo Figueiredo e o exercício de pressão para a recusa do mesmo por parte do Congresso Nacional.

7 AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

8 Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Ceará. Vigília da Solidariedade aos Presos Políticos do Ceará. s/d. Arquivo Josenilde Cunha.

As vigílias foram apenas uma das formas de apoio recebida pelo MFPA, no Ceará, de setores progressistas da Igreja Católica. A exemplo do que aconteceu em outros estados brasileiros, a articulação com esses setores se mostrou fundamental para os movimentos de resistência à ditadura e de anistia (Delgado, 2003). O mesmo não acontecia em países como Argentina, onde, em geral, padres e bispos são avaliados como “distantes, mentirosos e opositores” das mulheres articuladas em busca de parentes (Catela: 2001:73).

O apoio de religiosos se dava pela divulgação de manifestações ou notas em finais de missa, em lugares de reuniões, pela celebração de missas, em manifestações programadas, no intermédio de negociações com os militares ou com o sistema prisional, no abrigo de lideranças de esquerda ameaçadas.

No Ceará, a relação do Movimento com a Igreja é facilitada pela presença de Dom Aloísio Lorscheider à frente da Arquidiocese de Fortaleza, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam), no período. Um dos expoentes da Igreja progressista, conhecido por sua presença junto às demandas das populações mais carentes e aos movimentos sociais, na defesa dos direitos humanos, e por seu caráter conciliador, era bastante solicitado para apoiar ações do MFPA e facilitar trâmites de famílias de presos junto às autoridades do Estado<sup>9</sup>.

Sua figura, presença, apoio, ou chancela eram cobiçados pelo Movimento, pois significavam proteção e reforço na legitimidade, pois, apesar de vigiado<sup>10</sup>, ele também tinha acesso aos governantes, mesmo, entre militares. Havia, no entanto, divergências dentro do Movimento quanto à forma e às ocasiões de solicitação de apoio. Para os familiares e apoiadores, a presença do arcebispo devia ser utilizada em situações de maior dificuldade para os presos políticos. Para o grupo “mais politizado” era utilizar o apoio do religioso para avanço da luta, comprometendo a Igreja com ações de expansão do MFPA, mesmo que, em alguns momentos,

---

9 Outros movimentos sociais, a exemplo do MFPA, recorriam ao arcebispo para mediar conflitos com os diversos governos, ao longo dos 22 anos de seu arcebispado, entre eles movimentos de sem-teto, estudantes, trabalhadores rurais e indígenas. É possível que essa prática tenha sido instituída pelo Movimento. O POVO, 24 de dezembro de 2007, p.4.

10 Ibidem, p.6.

esse apoio fosse desencadeado por ação pouco ou nada discutida pela diretoria, o que também era motivo de discordâncias.

A gente ia mandar um convite. Vamos fazer um convite para toda a sociedade participar. Bota que o Dom Aloísio vai estar presente. Ai se dizia: “Mas gente, isso é mentira. A gente não pode botar isso num panfleto, as pessoas diziam. E a gente segurava as pontas pra não botar o nome do Dom Aloísio. Mas a outra corrente dizia: “Não, a gente vai botar pro povo ir, pro povo não ter medo de ir”. Se o homem não tinha sido nem convidado, como é que a gente ia botar? (Valda Albuquerque)<sup>11</sup>

A vinda do jurista Hélio Bicudo<sup>12</sup> a Fortaleza, articulada pelo MFPA, em novembro de 1977, dentro da Jornada de Direitos Humanos, é exemplo da utilização, mesmo sob pressão, da chancela da Igreja para o que seria considerado “atividade de maior amplitude já realizada nos últimos dez anos no Estado”<sup>13</sup>, com cerca de 1.500 pessoas, num centro comunitário no bairro do Carlito Pamplona, na periferia de Fortaleza.

Ações assim, aos poucos, angariavam apoio popular e conquistavam a parceria de entidades engajadas na luta pela redemocratização. É importante salientar que a busca de apoio foi uma constante no MFPA, desde 1976, caráter que se transforma com o tempo e ampliação das ações. De visitas a entidades, Ordem dos Advogados do Brasil, Movimento Democrático Brasileiro, Arquidiocese de Fortaleza e, individualmente, a intelec-

---

11 ALBUQUERQUE, Maria Valda de, 63 anos. Depoimento, julho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

12 Membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e ex-procurador de Justiça do Estado, Bicudo realizava naquele momento o lançamento nacional de seu livro “Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte”. Em sua palestra em Fortaleza ele fez uma retrospectiva sobre as declarações em defesa dos direitos fundamentais do homem, ao longo da história e elaborou um diagnóstico da situação brasileira, com relação ao respeito aos direitos humanos. Palestra proferida pelo Dr. Hélio Bicudo sobre Direitos Humanos e Comissão de Justiça e Paz na Cidade de Fortaleza, em 08.11.77. (mimeo). Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

13 Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Ceará. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

tuais e escritores<sup>14</sup>, quando se esperava apoio quase sempre identificado com abertura de espaços em que o Movimento podia se pronunciar ou ser citado, o MFPA protagoniza ou comanda ações de impacto no cenário político cearense, o que, nas memórias divididas das militantes, aparece como atos do chamado “Grupo da Maria”.

Entre as ações mais citadas pela “ousadia” ou “despropósito” ou “importância política”, está o envolvimento do MFPA com a luta dos colonos da Várzea do Boi, em Tauá, interior cearense, e com o episódio da Favela José Bastos, em Fortaleza. A primeira diz respeito ao apoio concedido, entre os anos de 1978 e 1979, a agricultores de Tauá, integrantes de projeto de irrigação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) que se manifestavam contra injustiças na organização de cooperativas de produção e contra a exploração, com pesadas taxas e regime de vigilância e repressão. Denúncias de perseguição foram feitas pelo MFPA e passaram a ser encampadas pela Igreja progressista da Região. O Movimento se pronunciava por cartas e circulares denunciando o “clima de intranqüilidade” entre camponeses do projeto “submetidos a interrogatório pela Polícia Federal”<sup>15</sup>. Denunciava ainda a pressão sobre religiosos engajados na defesa dos direitos dos colonos<sup>16</sup>.

O segundo episódio foi desencadeado no final de 1978, pela tentativa de expulsão de 10 mil pessoas da Favela José Bastos, em Fortaleza.

---

14 O produto das visitas, assim como outras diversas ações realizadas, são citados em relatórios internos do MFPA, salientando a preocupação de registrar nominalmente os apoiadores do Movimento. Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Ceará. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

15 Movimento Feminino pela Anistia – Núcleo Ceará. Relato de fatos ocorridos com presos políticos em Recife (PE), camponeses no interior da Paraíba e os colonos de Tauá (CE), 24 de fevereiro de 1978. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

16 Movimento Feminino pela Anistia - Núcleo Ceará. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Neste documento, a perseguição sofrida pelo padre Bernard apoiador da luta dos colonos é denunciada e é divulgada, ainda, pelo MFPA, a situação de outros padres brasileiros vítimas de perseguição e violência. Haviam sido assassinados, há pouco, os padres João Bosco Burnier, Rodolfo e o advogado Dr. Eugênio da Comissão Pastoral da Terra Regional Nordeste.

Fazendo resistência, reivindicavam permanecer no local ou indenização. O episódio tornou-se exemplar na história das mobilizações populares, não só pela dimensão de massa, mas pela mobilização de forças políticas de esquerda que aparecem ou se reforçam no cenário político. Uma das figuras a ganhar mais visibilidade com o episódio foi a deputada estadual Maria Luíza Fontenele, que se fez porta-voz dos favelados<sup>17</sup>.

Embora lembrada individualmente pelos jornais,<sup>18</sup> como colaboradora do movimento, é certo que seu grupo no Movimento atuou fortemente no episódio da resistência da favela. Em suas memórias, Maria Luíza incorpora o fato a ações do MFPA, o que é rejeitado pelas familiares contrárias à participação do Movimento no episódio, como forma de proteger-se de interesses partidários :

Era movimento permanente em atividades. Começamos a criar núcleos no interior, núcleo em Tauá, núcleo em Cra-teús, mas não foi só. Sei que Iguatu tinha também, porque tinha peso não só da Igreja de lá, mas tinha peso do PC do B e peso do Adahil Barreto e outros cantos mais. Se tinham reuniões de bairro, a gente dizia que era importante fazer um movimento. Quando houve aquele acidente que a Polícia atirou no Francisco Gonçalves lá na Favela José Bastos. Fizemos atos ecumênicos lá na Favela José Bastos. Além das reuniões regulares e plenárias que nós fazíamos. Fazíamos muitas atividades para ir criando um nível de consciência e ir diminuindo o medo. (Maria Luíza Fontenele)<sup>19</sup>

---

17 Mutirão, maio de 1979, n. 11.

18 A então deputada Maria Luíza Fontenele é destacada como colaboradora do movimento dos moradores ao lado de outros parlamentares como o vereador Bianôt de Andrade e deputado federal Iranildo Pereira, todos do MDB. Mutirão, maio de 1979, n.11.

19 FONTENELE, Maria Luíza Menezes, 66 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

O pessoal que pertencia a partidos ficava, assim, com os tentáculos para se unir a outros movimentos. E isso eu vou confessar para você bem conscientemente: a gente não queria, as famílias não queriam. Teve a ocupação da Favela da José Bastos, a gente não queria. Eu sei que pode ser assim falta de solidariedade. Hoje em dia, claro, é diferente, a gente faz, a gente é solidário, mas naquele momento... (Nílvea Amorim)<sup>20</sup>

As divergências sobre as causas a serem abraçadas pelo núcleo cearense e a expressão destas passaram também a ser importante espaço de disputas entre as militantes. Circulares, documentos e notas para divulgação pública seriam os objetos dessa disputa.

## **Obedecer ou rebelar-se**

Os conflitos do MFPA-CE também eram motivados pela direção nacional. Nesse sentido, apoiar ou discordar das ideias e ações da presidenta Therezinha Zerbini era um dado a mais na disputa entre “familiares” e “politizadas”.

A senhora considerada “durona”, “autoritária”, até mesmo “de direita” por militantes do MFPA-CE, participa ativamente da fundação do núcleo cearense. Vindo a Fortaleza para palestra para familiares e simpatizantes da anistia, interfere diretamente na escolha da presidenta local e acompanha de perto, com visitas algumas vezes, e, de longe, por meio de cartas, o cotidiano do Movimento no Ceará, com o objetivo de evitar a sua utilização por partidos ou organizações políticos que extrapolem a luta específica do MFPA, fazendo seguir à risca o Estatuto Nacional.

Alertar para a infiltração de pessoas com objetivos extemporâneos era tarefa de Therezinha junto à direção local. Em sua fala, apesar das consideradas “investidas feias” ao Movimento, há a sensação de que a sua posição foi vitoriosa. O MFPA, no Ceará, era chamado por ela de “meu

---

20 AMORIM, Nílvea Maria de, 54 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistador: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

quartel general”: “Tinha gente que queria fazer do Movimento Feminino pela Anistia uma alavanca. Queriam entrar, lógico, tinham meio caminho andado. E eu dizia: ‘Vocês não me venham com periquitagem (risos). Não se faz política partidária dentro do Movimento’ ”<sup>21</sup>.

Grupos políticos se fizeram representar no Movimento, apesar dos “cuidados” e empecilhos colocados pela direção nacional. A ampliação dos objetivos do MFPA, na luta não só pela anistia, mas pelo enfrentamento do regime ditatorial, foi um dos principais pontos de embate, assim como dribles e enfrentamento aberto a princípios norteadores do Estatuto normatizador dos núcleos.

Em relatório,<sup>22</sup> com proposta para o Congresso Nacional da Anistia, em outubro de 1978, evidencia-se tentativa articulada nacionalmente para tornar os núcleos locais do MFPA mais autônomos, com a possibilidade de elaboração do próprio estatuto. Observação escrita por Therezinha Zerbini, abaixo da proposição, no entanto, refuta a ideia: “O MFPA é uma entidade própria, legal, com estatuto registrado no Cartório Medeiros, n 1262/15/3/76, com sede em São Paulo”.

No Ceará, a participação de homens em reuniões do Movimento é um dado relevante nas memórias da dissidência com preceitos estabelecidos por Therezinha Zerbini. Facilitar acesso de companheiros de partido ou simplesmente desafiar o imposto são elementos considerados nessa queda de braço:

Tem um detalhe importante no nosso Movimento Feminino pela Anistia, apesar de seu trabalho ser mais ligado a nós, mulheres. Mas é uma coisa interessante. Nós não tivemos esse posicionamento de fechar questão para os homens desde o início. É tanto que, na cidade de Crateús, nós tínhamos um casal de suíços e eles participavam do Movimento Feminino pela Anistia. Houve uma vez que a Therezinha Zerbini,

---

21 ZERBINI, Therezinha Godoy de, 80 anos. Depoimento, agosto de 2006, São Paulo. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

22 Brasil. Resoluções da Primeira Reunião Conjunta dos Movimentos de Anistia do Brasil – Brasília, 05/06 de agosto de 1978. Arquivo Therezinha Zerbini.

presidente nacional esteve aqui em Fortaleza e a nossa reunião era num quiosque da escola da Nildes. E ela estranhou que estava Bernardo lá com a gente. Ela perguntou o que ele estava fazendo ali, se ele era esposo de alguém, se era familiar. E nós dissemos: ‘Não. Ele é um membro do Movimento Feminino pela Anistia’. E ela se espantou: ‘Mas, como?’. Nós dissemos pra ela que isso foi votado, que achávamos da maior importância. Não deixava de ser homem, mas era um membro do Movimento Feminino pela Anistia. E ela tentou retirá-lo da reunião. Nós nos posicionamos e ele ficou. (Raimunda Zélia de Carvalho)<sup>23</sup>

Para quem concordava com as restrições de Zerbini, os posicionamentos da presidenta eram corretos, por respeitarem o tempo e a cautela ditados pela conjuntura política não favorável a outro tipo de manifestação:

Achavam que a Therezinha Zerbini já era ultrapassada. Já não queriam nem mais a orientação dela. Ela era muito sábia. Porque ela sabia que, naquele momento, precisava ter uma coisa pacata daquele jeito. Ali era um grito. A polícia sabia que existia um bando de mulheres que se reuniam e sabiam que existia muita gente por trás, apoiando essas mulheres. Nosso movimento era como se fosse um termômetro pra polícia: ‘Olha, elas vão falar, elas vão gritar. Amanhã elas vão pra rua falar. Amanha com certeza elas vão gritar lá na Praça do Ferreira’. O nosso Movimento servia pra isso. Eu sempre achei que não podia extrapolar. (Neidja Albuquerque)<sup>24</sup>

O conflito foi uma constante no MFPA, não só com relação à direção nacional e ao núcleo cearense. Outros núcleos, da Bahia e Minas Gerais (Lanna, 1996:121), também manifestaram discordâncias com a configuração pretendida para o Movimento por Zerbini. Na tentativa de minimizar diferenças e unificar discursos e práticas, a direção nacional realiza, de 07 a 10 de dezembro de 1977, o Primeiro Encontro Nacional do MFPA, em São Paulo.

---

23 CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de, 61 anos. Depoimento, agosto de 2004, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

24 GÓIS, Neidja Miranda de Albuquerque, 52 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. Acervo da autora.

O encontro reafirma objetivos fundantes do Movimento e estabelece mecanismos de controle sobre propostas diferenciadas de visibilidade e direcionamento político. A criação de calendário com datas a serem obrigatoriamente comemoradas, em todo o Brasil, como o dia internacional da mulher, em 08 de março, dia das mães, e aniversário da heroína Maria Quitéria, em 02 de julho, é exemplo da utilização política de datas, inclusive tradicionais, de forma a estimular a visibilidade controlada que, apesar de defender a utilização de meios de comunicação e a promoção de conferências, palestras, boletins, etc, estabelecia como meta prioritária para as integrantes: “estar atentas a todo e qualquer evento que venha ferir os princípios defendidos pelo MFPA”<sup>25</sup>.

Os esforços, porém, não estancariam as divergências entre líder e lideradas. Outro aspecto de embate do núcleo cearense e a direção nacional do MFPA se aprofunda com o crescimento da luta pela anistia e discussão ampliada, com outras entidades, como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), do projeto apresentado pelo governo de João Baptista Figueiredo. O MFPA não nasce, pelo menos em termos nacionais, defendendo a anistia ampla, geral e irrestrita, mas apenas a anistia ampla e geral, o que significava não apoiar a anistia de acusados de “crimes de sangue” (Ramos, 2002:60).

No MFPA-CE, essa postura analisada em documentos do segundo ano de atividades mostra-se dúbia, pois ora se fala na defesa da “anistia ampla e geral”<sup>26</sup>, ora se reafirma a luta pela “anistia ampla e irrestrita”,<sup>27</sup> em datas muito aproximadas, embora a última bandeira seja sustentada na

---

25 As deliberações do I Encontro Nacional do MFPA estão contidas em documento específico enviado ao núcleo cearense do MFPA, com cópia assinada por Therezinha Zerbini. A participação de representantes do núcleo cearense na elaboração do documento é registrada textualmente. Movimento Feminino pela Anistia. Primeiro Encontro Nacional do MFPA. São Paulo, 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

26 Cf. Movimento Feminino pela Anistia Núcleo Ceará. Relatório do Núcleo Cearense do Movimento Feminino pela Anistia ao Primeiro Encontro Nacional, realizado em São Paulo de 07 a 10 de dezembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

27 Movimento Feminino pela Anistia - Núcleo Ceará. Uma posição face ao momento histórico brasileiro, 8 de novembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

documentação sobre os anos de 1978 e 1979. É importante salientar que a defesa da anistia ampla, geral e irrestrita é articulada nacionalmente pelo Encontro de CBAs e MFPA pela anistia, em agosto de 1978, em Brasília. O encontro, da mesma forma que o primeiro do MFPA, em meados de 1977, unifica as posições de movimentos que lutavam pela anistia contra a proposta governamental com objetivos “divisionistas” para desarticular os setores de oposição no País<sup>28</sup>.

A análise das memórias das ex-militantes do MFPA não traz elementos sobre existência de conflito sobre essa questão no núcleo cearense. Acredita-se que isso se deva ao fato de que essa posição era bem aceita tanto entre as “politizadas” como entre as “familiares”. Para as primeiras, havia defesa dos envolvidos na luta armada, especialmente na Guerrilha do Araguaia, bandeira do PC do B e remanescentes, com forte influência no grupo. Entre as familiares cearenses, a necessidade de libertar presos na maioria acusados de “crimes de sangue”.

Mas há que pensar na dificuldade de assumir, hoje, opção pela anistia com exclusão dos guerrilheiros ou pela aceitação de anistia parcial, limitada e restrita que implicasse perdão aos torturadores, uma vez que as posições carregam valores negativos e têm condenação pública atualmente (Reis, 2004: 49-50).

O conflito, dessa forma, se dá entre representantes do núcleo cearense, articuladas nacionalmente, e o grupo liderado por Therezinha Zerbinini que via, na aprovação do projeto do presidente Figueiredo, o primeiro passo para a concessão de anistia mais ampla e acreditava na ideia de anistia como esquecimento, o que era repudiado, no momento, pela maior parte das entidades (Ramos, 2002:62).

Apesar das discordâncias com a direção nacional, é importante salientar que não houve rupturas ou tentativas de articulação de movimento paralelo. A aparente coerência discursiva do Movimento parece ter tido a

---

28 Cf. BRASIL. Documento Preliminar a favor da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. s/data. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho.

função importante para atuação pública das integrantes, tampouco resolveu oposições e divergências internas.

## **Sobre as memórias da luta pela anistia**

No Ceará, a construção das memórias foi catalisada pelo movimento de anistiados políticos, reunidos na Associação 64-68. A partir de sua atuação, no ano de 2000, os relatos sobre o período começaram a ganhar mais visibilidade, seja através do lançamento de livros, organizações de palestras, mostra de filmes e exposições, ocupação organizada dos meios de comunicação, estímulo à pesquisa facilitada pela reunião de documentos. Mas é na agenda social, composta de solenidades de entrega de indenizações, confraternizações organizadas em calendário próprio e homenagens realizadas por organizações governamentais ou não, que se pôde analisar as operações mais concretas de produção da memória sobre a ditadura no Estado, em que está inserido o MFPA.

O sistemático acompanhamento desses eventos e suportes de memória fez perceber que, no processo de construção e ativação de memórias, alguns temas e personagens eram privilegiados em detrimento de outros, num claro recorte de gênero. As histórias de bravura e resistência à ditadura ou narrativa dos sofrimentos quase sempre estavam centradas nas figuras de presos políticos, exilados e mártires, levados à morte pelo regime, em sua maior parte homens. O MFPA, como força política integrante do processo de luta pela anistia, não participa do processo de rememoração do passado de maneira igualitária.

Mas não se trata de invisibilidade, simplesmente, como constatado em outros trabalhos centrados sobre a militância política de mulheres nas conjunturas pós-64 e pós-68, no Brasil. Há memória produzida sobre essas mulheres nesses espaços que, no entanto, não é controlada por elas, mesmo quando participam dos atos. Na verdade, essas militantes aparecem em exaltações e homenagens feitas pelos anistiados homens que res-

saltam suas participações pelo viés da “solidariedade”, “amor”, “caridade” e “sensibilidade”, reforçando padrões de gênero que transformam as atividades, realizadas por elas, em extensões naturalizadas de suas tarefas domésticas e defesa da família.

Essa construção não serve apenas para situar um lugar para o MFPA nas memórias da ditadura no Ceará, de maneira discriminatória, mas para reforçar as memórias produzidas em torno da organização dos anistiados.

A imagem construída sobre as mulheres, nesses espaços, parece incomodá-las menos que a omissão ou ressalvas sobre suas ações, manifestadas em círculos da esquerda, ou, pela literatura política ou historiográfica que enxerga no MFPA apenas um “abre-alas” para a ação desenvolvida pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), formado três anos depois, mas considerado mais “contundente” e “politizado” em sua concepção sobre a anistia.

A escuta das memórias dessas militantes, com poucas chances de expressão pública, revelou em contraposição a essa memória controlada, pluralidade de narrativas marcadas pelo desejo de fala, necessidade de prestar esclarecimentos, “acertar as contas”. As memórias divididas, manifestadas por essas militantes, desconstroem discursos sobre o MFPA como grupo homogêneo e movido unicamente por sentimentos ligados à maternidade e “zelo feminino”. Foram diversas as motivações e caminhos que levaram as mulheres à militância política: defesa de familiares presos estava entre elas, certamente, mas havia as que buscavam uma forma de continuar militâncias interrompidas pelo autoritarismo e, mesmo as que, militando em organizações clandestinas, encontraram no MFPA um espaço a mais para a divulgação de suas ideias e realização de ações de combate ao regime militar e ao sistema capitalista, contrariando as orientações e limitações impostas pela direção nacional do Movimento.

Mas o aprofundamento da análise das memórias mostra que, mesmo entre aquelas que se identificam como movidas unicamente pelo afeto, há diferenças de motivações e nas formas de agir, uma vez que as mais jovens, principalmente, situavam-se em um movimento de transformação

social das identidades e padrões de gênero. Naquele momento, a possibilidade de acesso a estudos universitários e à independência financeira abria novas possibilidades para as mulheres na sociedade brasileira, das décadas de 60 e 70. O mito da “virgindade política”, também atribuído a outras mulheres como as reunidas na Associação da Mães da Praça de Maio, na Argentina, e que pairava sobre a maior parte das militantes, desfaz-se, na medida em que se identifica a participação anterior de várias delas em movimentos estudantis secundaristas ou em movimentos ligados à Igreja Católica, principalmente através da Juventude Estudantil Católica (JEC).

As disputas de memórias entre as militantes, evidenciadas pelas narrativas, revelam significados múltiplos, para além da oposição entre “familiares” e “politizadas”, o que foi tomado como elemento inicial para pensar a questão. A separação das militantes por grupos de identificação dentro do MFPA, feita por elas mesmas, revelou em suas falas a permanência de identidades de gênero, presentes em outras narrativas femininas, que reforçam tendência das mulheres em depreciar a política, mesmo quando a exercem, valorizando o social e o informal; por outro lado, permanece a dicotomia público-privado, como elemento explicativo da sociedade moderna, excluindo ou desconsiderando iniciativas políticas originadas em relações pessoais e afetivas.

Outros significados podem ser apreendidos dessas disputas e situam o MFPA cearense entre outros grupos, fundados a partir de experiências autoritárias e traumáticas, com memórias que concorrem entre si. Esses significados guardam relação direta com as posições de sujeito ocupadas por essas mulheres, no presente, e com os projetos de vida construídos por elas para si próprias e a forma como estes são expostos no ato de lembrar, quando essas narradoras são convidadas a fazer um balanço sobre o que foi vivido.

Nesse momento, defender comportamentos tomados no passado, marcar posição, são formas de garantir um lugar na escrita da história em construção, manifestar ressentimentos impossibilitados em ocasiões

anteriores, diferenciar-se na ação individual e de grupo, mostrar-se coerente politicamente e afirmar um sentimento de vitória sobre a criação e direcionamento político do Movimento.

As divergências apontadas pelas memórias sobre a ação política do MFPA, trazem, ainda, uma mirada diferente sobre a batalha de concepções em torno do processo de anistia no Brasil. Esse não envolveu apenas congressistas, membros do governo militar e organizações formais de esquerda e tampouco somente o Comitê Brasileiro pela Anistia, no campo não governamental, como se costuma afirmar, mas também as contribuições de mulheres, divididas entre a necessidade de agir, preservando seus parentes, amores e amigos e a si mesmas, e transformar sua luta em ação massificada, quem sabe desestabilizando o sistema social, político e econômico.

## Referências Bibliográficas

CATELA, Ludmila da Silva. Situação-limite e memória – a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001, p.73.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano – o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Jogos da Memória – O Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: Inesp/UFC, 2012.

LANNA, Anna Flávia Arruda. Movimento Feminino pela Anistia. A esperança do retorno à democracia. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 121.

RAMOS, Andressa Maria Vilar. A liberdade permitida. Contradições, limites e conquistas do movimento pela anistia: 1975-1980. 2002. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p.62.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão. RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe militar e a ditadura 40 anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, p.49-50.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

# A Pastoral da Juventude do Meio Popular sob o olhar vigilante do SNI<sup>1</sup>

Carolina Maria Abreu Maciel<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Mais uma vez fica demonstrada a ampliação das atividades do Clero Progressista, arregimentando, orientando e politizando os jovens para conduzi-los aos interesses daquela ala da Igreja. Politicamente, se bem que de forma um pouco mais discreta, fica evidenciada novamente a opção pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e o incentivo às discussões de temas políticos nos encontros de jovens ligados às Pastorais. Convém assinalar que o encontro em apreço não causou repercussão considerável nesta área, porém seus efeitos deverão ser sentidos a partir da reunião prevista para os dias 06 e 07 de Nov 82, em BELO HORIZONTE/MG, e dos outros eventos já programados.<sup>3</sup>

---

1 Este texto é um recorte da pesquisa desenvolvida durante o curso de doutorado, financiada em parte pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

2 Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Professora da Rede Estadual de Educação do Ceará, lotada na EEM Luzia de Araújo Barros, em Itarema/Ce. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1791741909985266>  
E-mail: carolabreu.historia@yahoo.com.br

3 Informação nº 137/19 ABH/82, 28 de setembro de 1982, Serviço Nacional de Informações, Agência de Belo Horizonte.

Os órgãos de informações instituídos sob o governo autoritário implementado no Brasil após 1964 buscaram de todas as formas estarem atentos a todos os movimentos de grupos opositores ao regime, todos tiveram suas vidas vasculhadas, destruídas e, em alguns casos, ceifadas. Dentre os grupos que estiveram na mira da comunidade de informações<sup>4</sup>, vários membros da Igreja Católica, de viés progressista, aparecem citados ou em investigações detalhadas em inúmeros documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Assim, não poderíamos nos espantar se a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), pastoral social identificada com a luta dos jovens empobrecidos, fosse citada em dezenas de documentos produzidos pelos espíões da ditadura. O trecho acima pode nos dar uma pista de como esses sujeitos foram vistos pelos “arapongas”<sup>5</sup>, sejam autores de atividades ditas subversivas ou como sendo massa manipulada pelos membros do Clero Progressista.

Dessa forma, entendemos ser importante compreender como os serviços de espionagem do governo ditatorial percebiam a atuação do clero progressista na formação da juventude católica e, principalmente, na formação dos jovens militantes da Pastoral da Juventude do Meio Popular. Assim, buscamos no acervo do Sistema Nacional de Informações (SNI), que se encontra digitalizado na plataforma do Serviço de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), documentos da repressão que trouxessem lampejos sobre a atuação da Pastoral da Juventude do Meio Popular monitorada por esses órgãos.

---

4 De acordo com Paulo César Gomes (2014, p. 98) “Denomina-se ‘comunidade de informações’ o conjunto de órgãos de informações civis e militares então em funcionamento no período da ditadura militar.”

5 O termo Araponga, na linguagem informal, significa espião, agente secreto, indivíduo que trabalha para serviços de informação. Esse sentido remonta ao protagonista da novela Araponga, de Dias Gomes, Aristênio Catanduva, um detetive atrapalhado vivido pelo ator Tarcísio Meira, que esteve no ar entre os anos de 1990 e 1991, na Rede Globo. A escolha do codinome, segundo Ferreira Gullar, foi motivada pelo fato de os agentes de informação do SNI terem o hábito de adotar codinomes inspirados em animais e insetos. (Ferreira Gullar, “Arapongas”, Folha de S. Paulo, 29/1/2006). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2901200620.htm>. Último acesso: 02/06/2024.

Ao colocarmos Pastoral da Juventude do Meio Popular, no mecanismo de busca do SIAN, encontramos dezenas de documentos que direta ou indiretamente faziam menção à pastoral. Assim, nossa escolha se baseou em documentos que tinham como objetivo relatar eventos, encontros ou materiais organizados e produzidos sobre a atuação da PJMP. Além de entender como os órgãos de repressão classificavam e percebiam as atividades desenvolvidas pela PJMP, como podemos observar no informe abaixo, que trata sobre um debate, com o tema “Juventude Realidade Nordestina”, promovido pela PJMP, da Diocese de Juazeiro da Bahia, em 1983.

**Figuras 1 e 2– Relatório do SNI sobre evento organizado pela Diocese de Juazeiro da Bahia, 01 de dezembro de 1983.**

039324 84

**CONFIDENCIAL**

01/02

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA CENTRAL

INFORME Nº 357 /19/AC/83



DATA : 01 Dez

ASSUNTO : DEBATE "JUVENTUDE REALIDADE NORDESTINA".

ORIGEM : ASV/SNI (PRG 24583/83).

AValiação : A-1.

DIFUSÃO : CIE-CISA-CIM-CI/DPF.

---

1. A Diocese de JUAZEIRO/BA promoveu, no período de 22 a 24 Set 83, na sede da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), naquela cidade, um debate intitulado "Juventude-Realidade Nordestina".

2. O Padre **GERVÁSIO FRANCISCO DEZEM** (Padre "CHI QUINHO"), "progressista", utilizando o tema "Juventude na Sociedade da AMÉRICA LATINA", pregou a necessidade de uma maior união da juventude, para exigir sua efetiva participação nos destinos do País. Segundo ele, "o poder, na AMÉRICA LATINA, encontra-se nas mãos dos generais", e a "força dos jovens, bem esta ajudada, representa um iminente perigo aos poderosos".

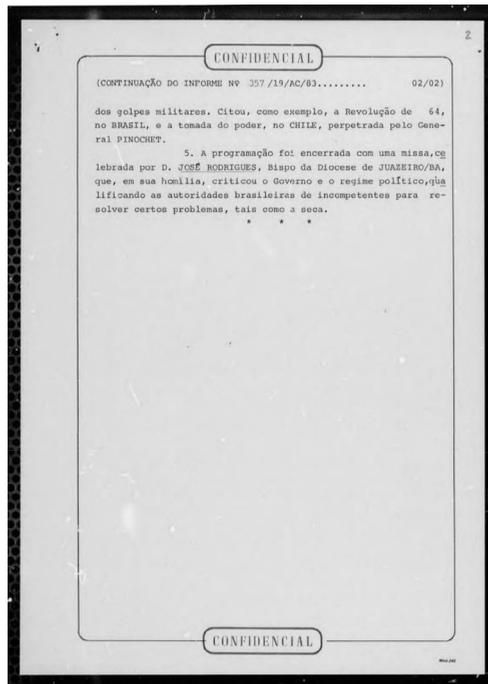
3. O Vereador **PAULO CÉSAR ANDRADE DE CARVALHO** (PMDB/JUAZEIRO/BA), usando da palavra, na ocasião, declarou: "O atual regime é um totalitarismo fatido. As autoridades brasileiras estão perdidas. Os problemas do BRASIL são poderosos e não são resolvidos com o povo indo às ruas, para uma luta franca e aberta, a exemplo das 'quebra-quebras' de ônibus ocorridos em SALVADOR e SÃO PAULO".

4. Complementando as idéias de PAULO CÉSAR ANDRADE, o Vereador **JOAQUIM FLORENCIO** (PMDB/PETROLINA/PE) afirmou que, antes de tudo, é necessário que o povo se organize, para enfrentar organismos, como a Escola Superior de Guerra (ESG), que, nos países latinos, se encarregam de facilitar o desfecho

**CONFIDENCIAL**

1/2

Pm 208



Fonte: Arquivo SIAN<sup>6</sup>

Neste documento de 1983, um informe confidencial produzido pelo SNI, o agente autor relatou o fato ocorrido, identificou alguns participantes, como o “Padre Chiquinho”, que além de seu nome estar citado no documento, ainda é adjetivado como “progressista”, fazendo alusão ao “clero progressista”, como eram conhecidos os religiosos que criticavam a ditadura. No texto, o agente produtor do documento também fez um resumo de algumas falas, inclusive destacando citações, como podemos observar no trecho que descreve o discurso do vereador Paulo César Andrade de Carvalho, do PMDB/Juazeiro-BA, que promoveu críticas ao regime militar, chamando o governo de “totalitarismo falido”. Porém, mesmo diante dessas informações, o agente produtor não propõe uma análise sobre o momento, não esboçando nenhum sentimento frente ao que foi dito. Diferentemente

---

6 Alguns documentos traziam assinaturas destacando sua autoria, porém muitos não contavam com nenhuma informação de quem foi o autor do relatório, apenas do órgão que o produziu.

de outros documentos, que traremos ao longo deste trabalho, que são mais propositivos ou mais analíticos frente aos episódios e eventos descritos.

Lembremos que mesmo com o inicial apoio dado pela Igreja Católica ao movimento golpista de 1964, o regime ditatorial estava com os olhos bem abertos frente à atuação dos membros do clero que tivessem uma postura progressista, vide a vigilância sobre Dom Hélder Câmara, desde os primeiros momentos do governo autoritário (Gomes. 2014. p. 114). Assim, a comunidade de informações sempre esteve alerta aos comportamentos que pudessem dar margem a críticas ao governo militar, como afirma o historiador Paulo César Gomes (2014, p. 113) “As atividades da espionagem atingiam diversos grupos da sociedade brasileira. Seus agentes viam inimigos por todos os lados e, caso não os encontrassem, inventavam-nos.”

Só a partir de 1970, aproximadamente, a Igreja Católica começaria a ocupar a atenção dos órgãos de informações com mais intensidade. De todo modo, já em meados da década de 1960 é possível encontrar evidências de que alguns bispos estavam sob a vigilância desses órgãos. Contudo eles não eram adversários quaisquer. (Gomes. 2014. p. 113-114)

A comunidade de informações, como já citamos, era formada pelos diversos órgãos de informações, sejam civis ou militares, como, por exemplo, o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), entre outros<sup>7</sup>. Conforme Paulo César Gomes (2014), esses aparatos repressivos, desde a tomada do poder pelos militares, já estavam sendo montados. Além de que não seria uma prerrogativa apenas da ditadura implantada em 1964 a existência de órgãos de vigilância. Visto que

---

7 Conforme Gomes (2014, p. 99-100) “A marinha foi a primeira das Forças Armadas a se preocupar com a área de informações. O centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi criado em 1957 e sua finalidade inicial era suprir os interesses específicos da força. [...] Já o órgão de informações da Aeronáutica foi fundado em 1968, sendo inicialmente denominado N-Sisa. Em 1970, passou a se chamar Cisa. [...] O mais importante foi, porém, o CIE [Centro de Informações do Exército], criado em 1967. Era o serviço que dispunha do maior número de funcionários e o que esteve mais empenhado no combate à luta armada.”

A existência de órgãos de informações não é uma peculiaridade de regimes autoritários, tampouco é incompatível com os governos democráticos. [...] A ditadura militar contou com um complexo sistema de informações que acabou extrapolando suas funções quando começou a entrar na esfera particular da vida dos cidadãos. Ao se tornar um sistema de espionagem, passou a ser mais uma maneira de “caçar” os inimigos da “revolução”, isto é, mais um dos tentáculos do aparato repressivo. (Gomes. 2014. p. 91)

Dentre as centenas de documentos que tratam sobre a atuação de membros da Igreja Católica, como, por exemplo, os dossiês sobre os bispos progressistas, estudados pelo historiador Paulo César Gomes<sup>8</sup>, encontramos muitas citações que se referiam à atuação da Pastoral da Juventude do Meio Popular, como o informe do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), sobre a realização da *Semana do Negro em Juazeiro-BA*<sup>9</sup>, produzido em 14 de dezembro de 1982 e disseminado para os demais órgãos de informação<sup>10</sup>, tendo seu conteúdo classificado como confidencial<sup>11</sup>.

Ao analisarmos, rapidamente, este informe, não encontramos identificado seu autor, apenas consta uma rubrica que supostamente seria do responsável pela distribuição do documento para os outros órgãos. No corpo do texto, observamos o detalhamento do evento, que contou com um ciclo de palestras em “homenagem a raça negra”, organizado pela Diocese de Juazeiro da Bahia, por meio da Pastoral da Juventude do Meio

---

8 GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

9 Informe nº 1223 – CENIMAR, de 14 de dezembro de 1982. *Semana do Negro em Juazeiro*. Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/AAA/83030162/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_83030162\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/83030162/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_83030162_d0001de0001.pdf) Último acesso em: 07.04.2023.

10 No informe consta que esse documento foi enviado para a Agência Central do SNI (AC/SNI, o Centro de Informações do Exército (CIE), para o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e para o Centro de Informações do Departamento da Polícia Federal (CI/DPF).

11 O sigilo dos documentos produzidos pelos órgãos de informação da ditadura militar fora regido pela Lei nº 60.417, de 11 de março de 1967, que aprova o regulamento para a Salvaguarda de Assuntos Sigilosos. Essa lei foi revogada pelo Decreto nº 79.099 de 1977. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/d60417.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d60417.htm) último acesso em 07.04.2023.

Popular. O evento teve início no dia 20 de novembro, estendendo-se até o dia 29 do mesmo mês, no ano de 1982. O texto traz nomes de palestrantes, todos em caixa alta. Acreditamos que essa grafia diferenciada seja para dar visibilidade aos envolvidos, pondo em destaque para uma possível leitura rápida. Também são indicados os temas de cada palestra e a identificação de outros grupos que em conjunto com a PJMP deram suporte à concretização do evento, como o Movimento Negro da Bahia. De acordo com o informe, algumas falas foram transmitidas pela Rádio Juazeiro, outras aconteceram no Centro Catequético. O encerramento do evento contou com uma missa celebrada pelo bispo Dom José Rodrigues e conferência com o representante do Movimento Negro da Bahia, Moacir Pinto, no Centro Catequético, com a presença de integrantes dos clubes de jovens da cidade.

O documento, diferente de outros por nós analisados e que traremos a seguir, apenas detalha o acontecimento. Não aborda, como em outras narrativas, opiniões ou juízos de valor do produtor do texto. Porém, enquadra-se nos padrões de feitura descritos por Paulo César Gomes (2014), de acordo com o qual esses relatórios tinham algumas características em comum, ou seja, tinham um padrão a ser seguido.

Os relatórios, em sua maior parte, iniciam-se com um cabeçalho padrão do qual constam o grau de sigilo, a data, o assunto, o órgão onde foram produzidos e a indicação dos locais para onde seriam difundidos, além da lista dos anexos que porventura acompanhem o processo. Normalmente, há na página inicial um carimbo com a frase: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”, indício de certas contradições do regime no que se refere ao seu entendimento sobre democracia. (Gomes. 2014. p. 107)

Muitos dos relatórios trazem, em seus anexos, recortes de jornais, panfletos, cartilhas ou outros materiais que fazem referência ao assunto tratado pelo documento. No relatório do CIE, de origem do I Exército, produzido em 05 de março de 1982, tendo como assunto a PJMP, descreve objetivamente do que trata o relatório da PJMP que está em anexo. Na descrição, como podemos observar no trecho destacado abaixo, encontramos

um posicionamento, mesmo que sutil, em relação ao clero católico, no geral e, em específico, a pastoral.

3. Tal engajamento já é comprovado pela ação das massas em sindicatos, associações de bairros e outras organizações infiltradas por elementos de esquerda bem como pela participação do PMDB e PT.

4. Tal trabalho [de engajamento nas lutas populares], realizado por parte do clero, não pode ser visto em separado daquele que vem sendo realizado, visando a reativação da JOC, em âmbito, também, nacional.<sup>12</sup>

Em outro documento, já nos anos 1990<sup>13</sup>, temos um relatório<sup>14</sup> sobre a 5ª Romaria da Terra, que aconteceu em Limoeiro do Norte, no Ceará. Sob o tema “Terra e Água, vida do povo”. Em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra/Regional Ceará (CPT/CE), a PJMP teve seu nome citado no texto como uma das entidades presentes no evento. Nesse relatório, podemos encontrar detalhes do desenvolvimento da romaria, como os objetivos a serem atingidos com o evento, como, por exemplo, “Fazer frente aos projetos de grandes barragens que possa provocar inundações” e “incentivar a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores rurais”<sup>15</sup>. Outra informação importante para os órgãos de repressão são os

---

12 Informe nº 38, CIE, 05 de março de 1982. Assunto: Pastoral da Juventude do Meio Popular. Anexo relatório “Relatório da Comissão de Articulação Nacional da Pastoral de Juventude do Meio Popular. (16 páginas) Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/CCC/82005955/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_CCC\\_82005955\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/CCC/82005955/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_82005955_d0001de0001.pdf) último acesso em: 07.04.2023

13 O SNI foi extinto pela medida provisória n. 150, de 1990. Suas atribuições foram delegadas à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e à Polícia Federal. Mais informações sobre no link: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/69-acervo/160-servico-nacional-de-informacoes.html#:~:text=O%20SNI%20foi%20extinto%20pela,Rep%C3%ABlica%20%C3%A0%20Pol%C3%ADcia%20Federal> Último acesso em 25/07/2023

14 Nesse documento, não encontramos muitas informações de origem ou sobre seu órgão produtor. Podemos inferir que foi produzido em 1990 e que deu entrada na ACE no dia 5 de novembro de 1990, confidencial com nível de sigilo “W” e com o total de 28 páginas, contando com os anexos.

15 Outros objetivos da romaria “[...] prestar solidariedade aos trabalhadores atingidos por esses projetos; repudiar a expulsão constante dos trabalhadores do campo e a concentração de terra e das águas nas mãos dos latifundiários e posicionar os trabalhadores rurais contra a construção de barragens que só visam os interesses de grandes latifundiários.”

horários e localizações desses eventos, pois supomos que estes fossem listados para futuras intervenções e, em especial, durante interrogatórios, pois estes detalhes poderiam ser usados para pressionar, ainda mais, o interrogado, demonstrando que nada escaparia aos olhos da repressão.

Ainda sobre o informe, são citados, além dos representantes do clero<sup>16</sup>, outros sujeitos, como a deputada federal Maria Luíza Menezes Fontenele<sup>17</sup>, a candidata a deputada estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB – CE), Rosa Maria Ferreira da Fonseca<sup>18</sup>, derrotada nas últimas elei-

---

16 Dom Benedito Francisco de Albuquerque, Dom Manuel Edmilson da Cruz (Bispo Auxiliar de Fortaleza/ce), Dom Geraldo Nascimento (também Bispo Auxiliar de Fortaleza/CE), Dom Pompeu Bezerra Bessa (Diocese de Limoeiro do Norte/CE) e Dom Adélio Tomazin (Diocese de Quixadá/CE). O documento cita que estavam presentes, além desses bispos, cerca de 32 padres de diferentes dioceses do estado do Ceará. Ao lado de cada nome, entre parênteses, há uma numeração que supunho que seja das fichas biográficas que esses sujeitos deveriam ter nos órgãos de vigilância do regime ditatorial.

17 “Nascida em 27 de novembro de 1942, na cidade de Quixadá (CE), Maria Luiza foi a primeira prefeita a ser eleita em uma capital do Brasil. Suas origens remetem ao movimento estudantil secundarista e universitário e à juventude católica. Ela participou ativamente da oposição à ditadura no estado do Ceará, bem como do Movimento Feminino pela Anistia aos perseguidos pelo regime militar. Ex-deputada estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reeleita pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Maria foi também uma das fundadoras da União de Mulheres Cearenses (UMC). Quando candidata à prefeitura da cidade de Fortaleza, Maria Luiza já estava filiada ao Partido dos Trabalhadores, legenda na qual ficou até o ano de 1987, quando foi expulsa em meio ao descontentamento popular com sua gestão. Com discurso socialista, a ex-prefeita ingressou no Partido Socialista Brasileiro (PSB) e foi eleita deputada federal em 1990. Suas lutas estavam vinculadas à defesa da reforma agrária, reforma urbana e da Educação. Em 1993, deixou o PSB e se filiou ao PSTU, partido em que ficou até 1998. Hoje professora aposentada, continua a participar de movimentos sociais no estado do Ceará. Foi fundadora do Crítica Radical, movimento que prega o “não voto”. Maria Luíza, atualmente, desacreditada da representação política dentro dos moldes do sistema capitalista. A fé na possibilidade de um novo mundo e de novas formas de fazer política levou Maria Luiza em, 2011, a Nova Iorque para seguir de perto o movimento Occupy Wall Street.” Biografia disponível em: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-luiza-menezes-fontenele> /Último acesso em: 08.10.2023

18 “Ex-vereadora da capital cearense e ex-presca política, Rosa da Fonsêca começou sua trajetória sendo professora. Ensinava as mais diversas matérias: português, matemática, ciências. Ela era contratada como professora licenciada. Na época, a categoria ficava meses sem receber o salário. Foi aí que, aos 18 anos, participou de sua primeira greve, quando lecionava em Quixadá. Era 1967, e esse seria o começo de uma extensa jornada ao lado do movimento estudantil. Rosa da Fonsêca teve participação na luta estudantil nos anos de ditadura militar no Brasil. Além disso, foi presa e vítima de tortura antes de fundar, em 1973, o grupo Crítica Radical, ao lado de Jorge Paiva, Célia Zanetti, Maria Luiza Fontenele (ex-prefeita de Fortaleza) e outros militantes de esquerda. Rosa também teve grande destaque quando contribuiu para a ação e reorganização dos movimentos sociais nos últimos trinta anos de história política no Brasil. Foi sindicalista e presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Ceará.” Biografia disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2022/06/03/quem->

ções e Antonio Rodrigues de Amorim<sup>19</sup>, também candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT/CE).

Nos anexos, vários materiais são apresentados para corroborar com os detalhes dados pelo agente autor do relatório, como as duas folhas, frente e verso, com os cânticos entoados pelos participantes, as frases escritas nos cartazes e nas faixas e a cartilha de preparação para a Romaria, com horários e locais nos quais iriam acontecer as ações programadas pelos organizadores. Por fim, o autor do documento traz os tópicos abordados na carta lida aos romeiros, no encerramento da 5ª Romaria, que contou também com o plantio de uma carnaubeira simbolizando o evento.

---

-foi-rosa-da-fonseca-ex-vereadora-e-militante-de-esquerda-que-morreu-nesta-quarta-1.html Último acesso em: 08.10.2023

- 19 “Antônio Rodrigues de Amorim, filho de Agostinho Rodrigues de Oliveira e Josefa Ribeiro Lima, nascido na comunidade de Abóbora, município de Tauá-CE, casado com Iraci Loiola de Sena Amorim. É pai de quatro filhos, Adonai Rodrigues Loiola, Valéria Rodrigues Loiola, Antônio Helder Loiola Amorim e Olga Rodrigues Loiola. Iniciou sua história, como agricultor, em Tauá, em 1978. Como a maioria dos jovens do interior, veio morar em Fortaleza-CE em 1978/79. Na capital, começou trabalhando como garçom. Em 1980, retornou a sua cidade-natal, montando seu próprio empreendimento (um bar), trabalhando também na agricultura. Um ano depois, em 1981, liderou o movimento de oposição sindical, no município de Tauá, vindo a eleger-se, em 1986, presidente deste sindicato. Em 1982, participou do Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo do Campo-SP, exercendo o mandato de Diretor Nacional da CUT de 1982 a 1988. Criou o primeiro Departamento Rural da CUT em janeiro de 1988. Foi candidato a Deputado Federal Constituinte, em 1986, sendo o candidato mais votado da coligação PT/PSB, com 23.237 votos. Participou de todas as mobilizações das emendas populares, referentes às questões sociais, ao desenvolvimento agrário e à política agrícola, entregando ao Deputado Ulisses Guimarães quatro milhões e novecentas mil assinaturas para as três emendas. Foi diretor da CUT Estadual de 1982 a 1991. Foi Delegado Regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, em Crateús-CE, de 1986 a 1995. Foi Diretor Estadual da FETRAECE de 1992 a 1995. Em 1995, iniciou, em seu município, sua atuação como Técnico em Contabilidade, trabalhando em associações comunitárias, sindicatos e cooperativas. De 1997 a 2000, atuou na equipe técnica de Assessoria Técnica e Extensão Rural- ATEs, no Estado do Piauí, atuando na área de contabilidade e gestão dos agricultores. De 2002 a 2004, atuou como supervisor das equipes técnicas, relacionadas com SEBRAE/INCRA, no Estado do Ceará, trabalhando nas regiões dos Inhamuns, Centro-Sul e Jaguaribe. Em 1994, prestou vestibular, com êxito, para Ciências Contábeis, na Faculdade Metropolitana, em Tauá, concluindo seu curso em junho de 1998. De 1998 até 2007, atuou como Contador e agricultor na área de produção orgânica no município de Tauá. Desde 2007 até 2014, foi secretário adjunto da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará. Além disso, cursa especialização em Gestão Empresarial em Cooperativas pela Universidade Federal do Ceará.” Biografia disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/quem-e-quem/> último acesso em: 08.10.2023

Nesta fonte, também não encontramos nenhuma análise do autor do documento que criticasse ou que julgasse o evento, frente aos valores e preceitos individuais ou do regime governamental anterior, mas a riqueza de detalhes sobre o desenrolar do fato nos faz questionar, principalmente por já estarmos em um regime democrático, a necessidade dessa vigilância aos movimentos envolvendo o clero católico e os movimentos sociais.

São muitos documentos, nos arquivos do SNI, que citam a PJMP, pois que a pastoral esteve envolvida, muitas vezes, nas mais variadas manifestações e eventos juntamente com os principais movimentos sociais da época, como a Comissão Pastoral da Terra, as Comunidade Eclesiais de Base (CEB), entre outros que não estavam diretamente ligados à Igreja Católica, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Temos como exemplo dessas inúmeras parcerias da PJMP com outros movimentos populares a Manifestação de Trabalhadores Rurais, descrita no ACE nº 003865/87, confidencial, que trata sobre a realização desse evento, em 28 de agosto de 1987, na cidade do Crato/CE, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE).

A manifestação reuniu cerca de 1000 pessoas e contou com uma passeata pelas ruas da cidade do Crato/CE e um ato público. Além da presença do Padre Francisco Ivan de Sousa, representando a PJMP, estiveram presentes o vereador Francisco Lopes da Silva (PC do B), o militante Roberto José Siebra Maia (PC do B), além de representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Inclusive, nesse documento, encontramos todos os dados do Padre Francisco Ivan de Souza, como data de nascimento, filiação, estado civil, identidade com expedição e endereço. Não constando a mesma ficha de dados cadastrais dos outros envolvidos no evento.

Mas também, encontramos relatórios específicos sobre a PJMP, como o já citado informe do Centro de Investigações do Exército (CIE) e da própria Polícia Militar, que também fornecia informações para a co-

munidade de informações. Um exemplo de documento que tratava de assuntos diretamente ligados à PJMP foi o relatório da PM da Bahia, que, em 1984, produziu o informe nº 920/84-PM/2-1-PMBA, o qual trouxe como anexos um manifesto e nota de esclarecimento, produzida pela PJMP da Diocese de Barra/BA, que fora distribuída junto à comunidade. Nesse relatório, não há a produção de uma análise sobre o documento anexado, diferente de outros relatórios que traziam mais informações e análises sobre os fatos expostos.

No manifesto, os jovens da PJMP de Barra/BA trazem à comunidade suas insatisfações e preocupações sobre a situação do mercado de trabalho na cidade, abordando dados de desemprego, más condições de trabalho e desrespeito às leis trabalhistas. É importante frisar, assim como em outros materiais da PJMP, os textos são baseados em estudos, sejam eles feitos pelos órgãos oficiais como o IBGE ou pelos próprios jovens. Esses levantamentos de dados, que encontramos nos subsídios produzidos pela pastoral, são entendidos por nós como elementos de conhecimento da realidade, pois não basta olhar, é preciso partir do real, se afastar para analisar de forma contundente o problema. Para além, da seriedade com o trato das informações a serem repassadas para a população, a PJMP buscava, a partir dessa exposição de dados, uma maior credibilidade e legitimidade perante suas críticas à exploração das classes populares. Após a exposição dos problemas, os jovens propõem algumas sugestões para promover um debate público e amplo sobre a temática do manifesto.

No relatório ACE nº 003940/87, o órgão de informação faz referência à organização e funcionamento do Clero no Progressista do Estado do Ceará. Esse relatório é uma retransmissão do Informe nº 212/87 – SI/SR/DPF/CE, datado na origem de 09 de novembro de 1987. Em suas 18 folhas, o documento traz uma minuciosa descrição das atividades pastorais da Diocese de Fortaleza, citando a Pastoral da Família, Pastoral Urbana, Pastoral do Matrimônio, Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Pastoral Social e, não para a nossa surpresa, a Pastoral da Juventude do Meio Popular, com

seus objetivos e relação de pessoas que trabalhavam em cada um desses setores, todos ligados à linha progressista. Dentre as descrições, com citação de nomes já conhecidos pelos órgãos de informação como Dom Aluísio Lorscheider, o documento traz também informações sobre órgãos internacionais que cooperavam com o clero progressista cearense, como o *Comite Catholic Contre la faim et pou development*, com endereço e colaboradores. Como já dissemos, a PJMP também é citada neste informe, com destaque à especial atuação do clero progressista em seu meio. Em sua descrição, traz os objetivos da pastoral e cita nominalmente o Padre José Teixeira como mentor do planejamento da PJMP, por conta de suas reflexões feitas quando frequentou um curso sobre Pastoral Social, na Colômbia.

No informe nº012/82, produzido pelo I Exército, 4ª DE – 2ª seção, de Belo Horizonte – MG, tendo como assunto principal a PJMP, faz saber aos demais órgãos da repressão a existência de dois tipos de Pastoral de Juventude, a genérica e a do meio popular. Assim, sabendo da necessidade de estabelecer diferenças para poder identificar os sujeitos e as ações desenvolvidas por cada pastoral, define a PJMP como seletiva, pois “[...] só escolhe jovens residentes nas periferias dos centros urbanos e na zona rural, isto é, só os jovens pertencentes às classes mais pobres [...]”. Dessa maneira, o agente autor do documento, ao traçar uma análise mais profunda dos sujeitos e organizações, afirma que o fato de escolher apenas os “explorados” e “oprimidos”, a PJMP busca “[...] incutir no jovem a consciência de classe social, comprometendo-se com a classe a que pertence, induzindo-o à militância na luta de sua classe”.

Neste mesmo documento, em anexo, está um boletim elaborado pela Comissão Interregional do Nordeste da PJMP, que o autor afirma ser um convite à reflexão sobre os dois tipos de pastoral, tendo sido distribuído durante o encontro de coordenadores de grupos da Pastoral da Juventude Popular, no dia 15 de novembro de 1981. Além de dispor do boletim, o informe cita nominalmente os participantes do encontro e relata que houve uma fala, do Padre Antônio Martins Pinheiro, analisando sob sua

ótica os partidos políticos. Não contente com a citação indireta sobre o fato, o agente autor do documento cita diretamente o que foi dito pelo Pe. Pinheiro, nos fazendo supor que houve sua infiltração no encontro. Estratégia frequentemente usada pelos órgãos de vigilância e repressão do regime ditatorial.

Por fim, em relatório produzido pelo Centro de Informações do Exército, em 1988, que ao final de sua longa descrição sobre as atividades do movimento religioso no Brasil, caracterizada pela “[...] intensificação dos esforços sobre o leitor, visando as eleições municipais de 15 de nov.”, por meio da divulgação e formação através de cursos baseados em “[...] cartilhas políticas utilizadas, de claros e incontestes textos socialistas, foram as grandes propagadores da luta de classes e da crítica a todos os partidos políticos, à exceção do Partido dos Trabalhadores (PT)”. Ao final, de uma análise meticulosa de atividades, tabelas com nomes, endereços, filiações e profissões, o Gen. Bda. Tamoyo Pereira das Neves, então chefe do CIE e que assina ao final do relatório, afirma que “[...] os ‘progressistas’ pretendem, no mais curto prazo, chegar ao poder e implantar o ‘socialismo teocrático’ no País.”

Lembremos que este documento foi produzido em 1988, já estávamos “livres” do regime autoritário há 3 anos, mas os órgãos de informação continuavam a produzir seus relatórios amedrontados pelo fantasma da subversão e do socialismo trabalhando intensamente. Entendemos que todos esses relatórios, dossiês e informes ao serem construídos com riqueza de detalhes e informações precisas como endereços, relação de recursos financeiros recebidos do exterior<sup>20</sup> e, em alguns casos, até a filiação dos sujeitos envolvidos, nos mostra a proporção de conexões e a capilaridade com que a comunidade de informações trabalhou para estar sempre um passo à frente dos movimentos sociais, mesmo após o fim da ditadura.

20 No Informe nº 519, do Centro de Informações do Exército, datado de 1988, podemos encontrar em anexo uma lista contendo detalhes sobre transações financeiras recebidas pelos setores do clero progressista para custear projetos e eventos de promoção da Consciência Crítica. Nesse mesmo informe, temos o detalhamento das atividades da Pastoral da Juventude, com data, local, atividades e seus participantes.

A PJMP, como partícipe da construção do projeto de libertação do povo oprimido, foi observada de perto pelos agentes da repressão. Suas reuniões, eventos e encontros, do mais simples ao mais elaborado, cartilhas e materiais de estudo estiveram presentes nos relatórios e informes produzidos pela comunidade de informações. Os detalhes com os quais esses documentos foram produzidos nos dizem mais do que os assuntos que eram debatidos ou como se organizavam as romarias e manifestações, mas nos proporcionam o entendimento da importância das movimentações dessa juventude, que ousava lutar por seus ideais, unindo fé e política, gerando apreensão e medo aos poderosos que viam sua organização como um perigo à utopia autoritária desejada pelos golpistas de 1964.

## REFERÊNCIAS

Acervo do Sistema Nacional de Informações – SNI, digitalizados no Acervo do Arquivo Nacional. Disponíveis em: <https://sian.an.gov.br/> - Sistema do Arquivo Nacional – SIAN Último acesso em: 10/07/2023

BENJAMIN, W. *As Teses sobre o Conceito de História*. In: *Obras Escolhidas*, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Abril, 1985.

BIRCK, Afonso José. *Um Mundo a Construir: O Apostolado dos Leigos no Pensamento de J.Cardijn*. São Paulo: Editora Loyola, 1975.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Ensaios de eclesiologia militante. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para o nosso tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CALIMAN, C. POR UMA PASTORAL DE JUVENTUDE DO MEIO POPULAR. *Perspectiva Teológica*, [S. l.], v. 14, n. 34, p. 327, 1982. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2061>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CONCLUSÕES da Conferência de Medellín – 1968. Texto oficial. Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? 2. ed. rev. atual. e conferida por Fr. Manuel Jesús Romero Blanco, OP. São Paulo: Paulinas, 2004. (Com anexos de dom Cândido Padin-OSB, Gustavo Gutiérrez e Francisco Catão.).

CONCLUSÕES da Conferência de Puebla – 1979. Texto oficial. Evangelização no presente e no futuro da América Latina. Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979. São Paulo: Paulinas, [1979].

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: ditadura militar no Brasil (1964 a 1985). *Revista História em Reflexão*: Vol. 5 n. 9 – UFGD

- Dourados jan/jun 2011. p. 1-16.

GROPPO, Luís Antônio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. *Revista de Políticas Públicas*, vol. 20, núm. 1, enero-junio, 2016, pp. 383-402

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

LIMA, Luiz Gonzaga. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

# Itinerários da luta: movimento estudantil cearense e ditadura

Edmilson Alves Maia Júnior<sup>1</sup>

A adesão ao Golpe de 1964, o que possibilita alcunhá-lo de Civil-Militar, veio, além dos agentes das FAs, de setores católicos, empresariais, latifundiários, camadas médias, políticos, da grande mídia, com respaldo estadunidense, pela desculpa do “fantasma do comunismo” e uma “república sindicalista”. Apoio, inclusive, com inúmeras marchas nas ruas, em diversas cidades, não só nas capitais. No Ceará não sendo diferente com atos em defesa da derrubada de João Goulart antes e depois do 1º de abril de 1964 (Costa, 2015).

No entanto, tivemos os que acreditavam na democracia atrelada às reformas de base. Um dos locais para a oposição imediata ao golpe foi o Clube dos Estudantes Universitários (CEU) na Avenida da Universidade, no Bairro Benfica, em Fortaleza. Professores, estudantes, militantes, sindicalistas etc. foram para o CEU, mais tarde cercado de tropas da polícia e do Exército dispersando os resistentes. Nos dias seguintes, aconteceram intervenções nas entidades estudantis e sindicais, cassações, invasão de partidos e associações consideradas subversivas, fechamento de rádios, prisões, as pri-

---

1 Doutor em História pela UFMG em 2015. É professor do Curso de História da FECLESC/UECE, desde 2008, em Quixadá. E membro do Grupo de Pesquisa (DGP/CNPq): GPS - Gestão de Políticas Sociais. Endereço eletrônico lattes: <http://lattes.cnpq.br/8712452174688333>. E-mail: [edmilson.junior@uece.br](mailto:edmilson.junior@uece.br)

meiras brutalidades. Na sequência, Inquéritos Policiais Militares, os IPMs, foram instaurados para punir e gerar um clima de terror. A União Estadual dos Estudantes (UEE) é eliminada, como em outros estados e a UNE, com estudantes processados por um destes IPMs (Ramalho, 1992).

Atentemos para uma dimensão inicial em nosso capítulo: o Movimento Estudantil (M.E) teve relevância já no início do golpe na defesa da democracia, enquanto ponto de convergência/resistência nos instantes iniciais da ruptura. Nosso capítulo, sobre esse movimento estudantil e sua historicidade, deriva da nossa dissertação sobre o tema, de participação em bancas e de orientações de pesquisas nos últimos anos. Estudos que discutiram rupturas e continuidades de uma ditadura que durou mais de duas décadas. Nas próximas páginas falaremos como o protagonismo do M.E ampliou-se nos anos subsequentes ao golpe, com seu auge de mobilizações no primeiro semestre de 1968. Depois, citaremos tramas do M.E, após o AI-5, até o seu “retorno” em fins dos anos 1970.

## **Os primeiros anos de chumbo: a rearticulação do movimento estudantil**

Em 1964/1965 deram-se as intervenções autoritárias, sendo que, a partir de 1966, as correntes políticas de esquerda ganham espaço no ME e visavam a uma “visibilidade do poder”, uma vez que “qualquer novo movimento de ideias que quisesse trazer sua mensagem para o seio do movimento estudantil” devia almejar a participação dentro da “engrenagem da luta pelo poder nos diretórios e grêmios”. Em vez da eclosão de “miríades de grupelhos autônomos”, os grupos “organizavam-se no interior do movimento” ocasionando que “essas tendências se aliavam ou se enfrentavam em todos os níveis, desde o Diretório até a UNE, dando lugar a uma espécie de mobilização partidária permanente no meio estudantil” (Albuquerque, 1977, p. 123-124).

Dessa forma, entrevistados e entrevistadas para nosso mestrado, que militaram nas entidades estudantis e em organizações partidárias entre 1966-1968, interpretaram a dinâmica de disputas como componente da mobilização política intensa (Reis, 1990). Os grupos viveram o M.E como seu campo de ação possível<sup>2</sup>. Por isso, falar do M.E, nos anos de 1965-1968, no Ceará, é tratar dos mecanismos de representação e das reivindicações estudantis e é, necessariamente, contar das três organizações consistentes em sua tessitura: a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), cujos membros eram chamados de os “trotskistas”.

Tais militantes enfrentaram várias agressões, como a “violência simbólica” que desqualificava o movimento estudantil e o definia como espaço da subversão.<sup>3</sup> Mais que caçar comunistas, atacava-se a política estudantil. A Lei Suplicy, em 1964, minava a autonomia das entidades, atrelando-as aos órgãos oficiais. Dissolveu a UNE, as Uniões Estaduais dos Estudantes, as UEEs, com Diretórios Estaduais atrelados à Secretaria de Educação, os diretórios de curso à sua direção, o diretório por faculdade à reitoria, com repasses e papéis definidos pelos órgãos estatais. Acabou a eleição direta para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), agora escolhido pelos Diretórios Acadêmicos (DAs), com o voto obrigatório com punição de provas finais para ausentes. (FAVERO, 1995, p59-65)

Em Fortaleza, o rompimento com estudantes da direita intervencionista no DCE, que ocupou, com o apoio dos militares, os diretórios acadêmicos em 1964 e 1965, deu-se com a eleição de Homero Castelo Branco, ligado ao PCB, para o DCE em 1966. Nas eleições sob a Lei Suplicy, ocor-

---

2 O principal objetivo das forças políticas, com seus militantes em ação, era dinamizar um movimento estudantil como elo político numa cadeia de embate maior para atingir outros setores e realizar a tão sonhada revolução a ser desencadeada por esses membros das vanguardas políticas. (Reis, 2008, p. 35).

3 Desde o golpe, tivemos nos jornais, por parte das autoridades militares e civis, a permanente definição das tendências e indivíduos que discordem da “revolução” como “elementos estranhos a classe estudantil”, “grupo de subversivos” “não representam os sentimentos da classe”, “infiltrados”. Praticavam o “poder simbólico” (Bourdieu, 1989) para classificar e desqualificar as lutas estudantis e facilitar a sua repressão.

reu uma inversão dos mecanismos de repressão. No início dos anos de 1966, 1967, 1968, aconteceu a ida obrigatória dos milhares de estudantes das faculdades estaduais e federais para elegerem militantes ligados a AP, “trotskistas” e PC do B. Vencem ao mobilizarem a insatisfação e o descontentamento face às medidas autoritárias e aos problemas mal resolvidos pelo regime em relação à demanda do ensino superior. A luta contra a lei aglutina, com a vitória expressiva dos estudantes de esquerda. Na eleição de 1968, chegam a driblar a eleição indireta para o Diretório Central dos Estudantes. No ato da votação para o diretório de seu curso, indicava-se a chapa para o DCE. Conforme acordado, o novo conselho formado pelos presidentes de cada DA apenas homologou a prévia feita. Como foi baixíssimo o índice de ausência, a eleição conseguiu alta representatividade para as entidades eleitas, incluindo o DCE.

Em 1968, também tivemos o grande choque entre os grupos de esquerda, após a convivência, em 1967, em que a diretoria foi proporcional ao peso de cada chapa concorrente. Nesses anos, tivemos a disputa entre as organizações políticas como elemento central na reestruturação das entidades passando para as ações nas ruas. Porém, sempre forças em equilíbrio. O PC do B dirigia mais entidades e ganhou a eleição do DCE, em 1968, todavia a Ação Popular geria Diretórios Acadêmicos de cursos massivos como Medicina, Agronomia, Pedagogia, e o D.A da Faculdade do Direito, prestigiada e reduto de quadros valiosos do PC do B, era fortemente defendido pelos trotskistas.

Assim, mais importante do que referendar quem tinha mais entidades, devemos compreender a dinâmica das organizações e como visavam legitimidade estudantil com encaminhamentos concretos, ao mesmo tempo em que defendiam suas posições particulares de luta política no combate à ditadura e à feitura da revolução. Helena Serra Azul, a “Helena Concentração”, e Francisco Monteiro, o “Chico Passeata”, ficaram marcados por esses apelidos, que denotam o humor corrosivo, por defende-

rem ferrenhamente proposições da “AP”, como fala Francisco Monteiro, o “Chico Passeata”:

Então era um negócio interessante porque além da gente querer ir para rua, essa era uma característica da Ação Popular, a gente queria ir para rua, não queria ficar em lugar fechado, aí a própria história do Chico Passeata porque eu puxava mesmo eu queria logo, vamos para a passeata...<sup>4</sup>

Helena Serra Azul concorda “que a gente era doido por passeata”, e que isso era “uma das diferenças de AP”. Sobre as passeatas de 1968, narra que “estive em todas”. Por isso o “apelido do Chico ser Chico passeata” e “o pessoal: “Helena, tu chama para a concentração, aí o Chico sai em passeata.” Daí começou a “brincadeira por causa disso, depois, pegou, sabe aqueles apelidos?” Assim: “quando o Chico chegava no Conselho de representantes ou em qualquer local, aí o pessoal gritava: “Lá vem a passeata.”<sup>5</sup> A marca da militância e de disputas intensas fez os apelidos atravessarem as décadas e integra as subjetividades que narram o tempo vivido numa ditadura e na busca pela revolução.

Outro exemplo está na fala de Paulo Emílio em sua “composição”<sup>6</sup> ácida sobre si, sua organização, o M.E, ao tentar lidar com tais ecos de 1968, com uma visão extremamente crítica sobre essa “geração de dissidentes”, com o seu “passeatismo”, que partiu para tomar o poder e vivia em função da luta política com sua “perspectiva voluntarista”:

E aí a gente começou a perceber o quanto o movimento estudantil era despreparado teoricamente, o quanto o movimento estudantil era feito por jovens que sonhavam, se encontravam se abrindo pro mundo, de repente os primeiros livros de

---

4 Francisco das Chagas Dias Monteiro. Militante da Ação Popular e estudante do Curso de Medicina nos anos de 1966-1968. Entrevista realizada dia 08/10/2001.

5 Helena Serra Azul Monteiro. Nos anos de 1967 e 1968 foi estudante do Curso de Medicina e militante da Ação Popular. Entrevista dia 08/06/2001.

6 “Composição é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de construção de reminiscências. De certa forma, nós as compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura”. (Thomson, 1997, p56-57)

nível universitário começavam ser abertos por esses jovens e eles já queriam mudar o mundo, eles queriam explodir o mundo, eles já queriam explodir o velho regime e construir um novo dentro de uma perspectiva voluntarista, as vezes dentro de uma perspectiva oportunista como sempre acontecia e isso nos levava, muitas vezes a quantidade de reuniões era tão grande que nem muitas vezes dava tempo de ir em casa comer, trocar roupa, tomar um banho, repousar, até mesmo as aulas eram desprezadas, era um passeatismo permanente, sempre...

Mas, mesmo ele, expressou satisfação sobre sua militância: “organizou-se a Aliança Operária Estudantil Camponesa que se tornou célebre no movimento estudantil aqui no Ceará”<sup>7</sup>. Acidez e satisfação estão presentes em uma mesma entrevista sobre intenso processo político de atuação, iniciado em 1967 e 1968, com torturas e prisões nos anos 1970, quando acabou nas mãos de Sérgio Fleury. Mas, seja no ressentimento, seja no orgulho, a “estratégia de tensão máxima”<sup>8</sup> vivida é ressaltada entusiasticamente em relatos usados para ressignificar sentidos desses itinerários de luta.

Informemos que tal mobilização ficou concentrada em Fortaleza, mas existiu atuação em outras cidades, especialmente com o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC) que, tal como o Diretório Central dos Estudantes da UFC, tomaram o comando das articulações estudantis sem a UEE, viajando e estimulando novos grêmios. Universitários também excursionaram pelo estado fazendo exposições, peças, associando arte e política, na onda das caravanas da UNE (União Nacional dos Estudantes), junto com o Grupo Universitário de Teatro Amador (GRUTA). Alguns ficaram à frente dessas apresentações, como o estudante e artista Cláudio Pereira.

É relevante asseverar que as lutas estudantis eram de universitários e secundaristas, atores desses embates contra a Lei Suplicy, contra

---

7 Paulo Emílio de Andrade Aguiar. Militante trotskista e estudante do Curso de História nos anos 1967-1968. Entrevista dia 07/04/2001.

8 Uma das formas de coesão das organizações e da sua luta revolucionária. (Reis Filho 1990, p. 181-187).

os acordos MEC-Usaid e pelos excedentes<sup>9</sup>, nessa crescente de lutas que ocorreu de 1966/1968, em diversas atividades como as “passeata dos bichos” (Maia Jr, 2008). Conseguiram adesão das suas bases e de segmentos amplos, porque as reivindicações expuseram o caráter persecutório e excludente do regime. E outras facetas podem ser visualizadas nessa atmosfera de opressões, com muitas intervenções e adequações, assim como resistências, nesses anos.

## **A explosão em 1968: da Revolta das Saias à Passeata dos 20 mil**

Em 1968, no movimento estudantil secundarista, explodiu logo nos primeiros meses a chamada “Revolta das Saias”, na Escola Normal, a qual havia mudado o nome para Justiniano de Serpa, e era um Colégio Público conceituado e situado no centro da cidade de Fortaleza. Além disso, esse movimento protagonizava atos corriqueiros contra o aumento de passagens, contra o autoritarismo nas escolas, lutava por mais verbas e demandava pela universidade pública. A revolta ocorreu contra a diretora da Escola naquele momento, Maria Adísia Barros de Sá<sup>10</sup>, acusada de perseguir as moças do Colégio, ao expulsar a presidenta do Grêmio, Mirtes de Alcântara Nogueira, e permitir a presença policial na Escola quando as estudantes realizaram protestos e passeatas.

De maneira independente, as alunas do Justiniano de Serpa conseguem assustar autoridades, soldados e âmbitos conservadores, por meio de suas manifestações. Reuniram centenas de mulheres nas ruas e depois articularam com o CESC e o Liceu do Ceará para novas “Passeatas das Saias”, apresentando reper-

---

9 Estudantes que alcançavam o perfil nas provas para a entrada na Universidade em que não tínhamos um vestibular eliminatório, apenas de perfil classificatório para um determinado número de vagas, número que os “excedentes” lutavam para ampliar.

10 A diretora acabou destituída do cargo no Colégio. Foi jornalista durante sua vida profissional, iniciada em 1955, e professora fundadora do Curso de Jornalismo no Ceará. Passou por conceituados veículos de imprensa e homenageada diversas vezes no Estado.

cussão nacional e internacional, motivando e engrossando as fileiras de outros atos estudantis daquele ano. (Gomes, 2019, p. 23 a 65)

No cenário estudantil, em geral, lembremos sempre, o impacto maior ocorreu com o assassinato de Edson Luís, cometido por policiais, em 28 de março de 1968, no Restaurante Calabouço, na cidade do Rio de Janeiro. Esse fato gerou passeatas contra o governo em todo o país. No Ceará, o fato de intensa repercussão foi o “quebra-quebra do USIS”. O *United States Information Service (USIS)* funcionava, oficialmente, como órgão de fomento ao intercâmbio cultural com os Estados Unidos, mas foi visto pelos estudantes como braço do imperialismo e sua intervenção. Essa manifestação aconteceu em 1º de abril de 1968. (Unitário 02/04/68, p. 01). Justamente no aniversário do golpe.

O embate continuou com o chamado “Massacre da José Alencar”, no dia 24 de junho, quando as forças policiais balearam estudantes e espancaram jornalistas e a população que esperava ônibus. O Jornal Gazeta de Notícias estampou, na primeira página: “Polícia realizou autêntico massacre: passa mal aluno atingido com dois tiros”. Nas fotos, pessoas fugindo. As manchetes destacando que “quem não correu foi espancado” e a notícia de que o universitário Antônio Juvenal Nogueira foi internado em “estado grave” depois de levar dois tiros, “um no fígado e outro no diafragma”. A Praça José de Alencar virara um “verdadeiro quartel-general da violência” em que foram utilizados “cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e tiros de revólver”.

Uma manifestação estudantil ocorria no rush, às 18 horas, na Praça lotada, a maior concentração de ônibus da cidade, até todas as saídas serem cercadas e os policiais dispersarem o comício. Durante cerca de duas horas, “as violências se prolongaram pondo em pânico a população que transitava pelo centro”. A polícia bateu “indiscriminadamente em todos – estudantes, jornalistas ou transeuntes esperando seu ônibus, como mostrou o espancamento do repórter Sabino Henrique” (Gn, 25/06/68, p. 01) A truculência se estendeu à depredação da Escola de Odontologia, localizada na Praça e ponto de fuga. Tivemos a tentativa de invasão, disparos policiais, bombas de gás lacrimogêneo para dentro do prédio. O estudante Assuero Castro Pinto foi baleado “por um policial louco que disparou contra

mim”, conforme diria alguns dias depois. Bergson Gurjão, estudante de química, foi severamente espancado. Mesmo aqueles que correram sofreram a violência policial: Juvenal Nogueira fora alvejado seis quarteirões distantes do centro, atingido de frente a uma residência universitária. (Gn 26/06/68, p. 06)

Pela cobertura, percebemos uma primeira consequência do evento: a criação de condições para o discurso estudantil se agudizar e se espalhar. Contribuiu para isso a repercussão do “massacre” sobre a atuação da polícia. Reforçaram-se opiniões na compreensão da luta contra a ditadura. Os estudantes reafirmaram-se politicamente na cidade diante de tamanha truculência. Foram realizados manifestos dos Sindicatos dos Jornalistas, protestando contra o espancamento do repórter Sabino Henrique, e dos bancários, denunciando a violência. Publicou-se uma nota dos professores da Agronomia em apoio ao estudante “mortalmente ferido”, exigindo que fossem “exemplarmente” punidos os “responsáveis pelos excessos verificados”. No editorial “A rotina da violência”, o *Gazeta de Notícias* indaga por que o Ceará estava “pagando seu tributo de sangue”? E que “o povo começa a se convencer que os estudantes não estão na rua com o único e irrefletido propósito de fazer baderna, mas protestando e pleiteando soluções para um estado de coisas que atinge, indistintamente, a todos.” (Gn, 25/ 06/1968, p. 03).

O comício estudantil era um protesto, mais um dos vários realizados pelo Brasil contra a bárbara repressão policial verificada, na semana anterior, na cidade do Rio de Janeiro, a “semana sangrenta”, com estudantes e populares sendo alvos da violência policial. (Reis, 2008, p. 24-25). Proibida a manifestação local, os estudantes decidiram levá-la a cabo na José de Alencar. Para o Movimento Estudantil, significou um divisor de águas com a ratificação de uma ditadura no poder. Nos últimos meses, a opressão policial aos atos estudantis foi uma constante no país e sentiu-se na pele esse batismo de fogo.

Nas entrevistas, registra-se o papel do enfrentamento na experiência estudantil. Relatar tais conflitos foi lidar com um momento traumático de dimensões da truculência e uma passagem singular de suas vidas em meio a um evento com significados políticos do autoritarismo. Todos estavam presentes no “massacre” da José de Alencar e o próprio enfrentamen-

to ocupou um lugar chave na criação de composições. A decisão de realizar a passeata a todo custo foi relatada como uma resposta necessária e incerta. Pedro Albuquerque narrou três tentativas para se “tomar a praça”, uma vez que a polícia a cercou. Relata que “saímos para enfrentar mesmo, e levávamos bomba molotov dentro dos carrinhos de picolé, pegamos um bocado de carro de picolé, compramos o picolé e tal, botamos bombas molotov”. Não teve jeito e “aí foi o enfrentamento com a polícia e novamente nós nos refugiamos dentro da Odontologia, aí quando houve troca: a polícia jogava gás lacrimogêneo e nós jogávamos bombas molotov”<sup>11</sup>

Muitos depoentes citaram logo o massacre sem que precisasse perguntar, assim como a maioria fez em relação ao “Quebra-quebra do Usis”. Inocêncio Uchôa enfatizou que um colega seu “deu um bufete no soldado que o cara caiu, você sabe levantar voo assim, “pá”? Caiu estatelado lá na frente chorando.” Para ele: “apesar de ter toda essa repressão, foi uma passeata de muita afirmação do movimento” pela “coragem de enfrentar a polícia”. Sendo que “fomos só nós mesmos, a polícia estava toda armada, armada mesmo de bala, de metralhadora, de fuzil, e nós fomos para o confronto físico com os caras” e “as balas batiam na parede, você ouvia as balas na parede...”<sup>12</sup>

Helena Serra Azul igualmente narrou sua experiência no “massacre”:

Nós entramos lá, aí foi um horror porque eles jogaram bomba de gás lacrimogêneo para desalojar, atiravam, ficou marcas de tiro do lado de fora, e teve um atentado a um grupo de estudantes que vinham andando na rua. Eu lembro bem que foi um atentado contra o Arlindo, que hoje é um professor da Sociologia de Pernambuco, eu lembro bem dessa história. Eu lembro bem que eu caí, aí os caras empurraram a gente, a gente saiu ralado, que foi justamente depois dessa manifestação...

---

11 Pedro Albuquerque Neto. Militante do PC do B, estudante da Faculdade de Direito, membro do DCE nos anos de 1967 a 1968. Entrevista dia 03/04/2001

12 Inocêncio Rodrigues Uchôa. Militante trotskista de 1966 a 1968. Presidente do Diretório Acadêmico na Faculdade de Direito em 1968. Entrevistado no dia 10/07/2001.

Antônio Ximenes, colega de Juvenal na Agronomia, contou que ele não era o alvo do atentado, fora vítima por estar ao lado do militante almejado. O fato marcou Juvenal para o resto da vida, interferindo inclusive na sua escolha de não mais morar no Ceará já que “ficou sempre vigiado, a casa e tudo”. Terminado o curso, o medo continuou e mudou para a Bahia, após a aprovação em um concurso: “ele ficou totalmente traumatizado, com medo mesmo – todo mundo tinha medo, de 68 em diante o medo dominou mesmo...”<sup>13</sup>

Recuperamos parte da tensão envolvida e como foram narradas experiências intensas, marcadas pelo medo; o peso político da ação estudantil, as formas de resistência. Percepções e vivências do protesto estudantil na fala de Helena Serra Azul ao dizer que, no dia seguinte ao evento, “a gente pegou o estudante que tinha sido mais ferido e levamos de sala em sala e levantamos a faculdade todinha, isso deve ter acontecido nas outras também...” A agitação nos dias seguintes com “comícios relâmpagos em vários pontos da cidade, informando a população sobre os últimos acontecimentos e responsabilizando as autoridades pelas violências de segunda-feira e a integridade física dos colegas atingidos”. (Gn, 26/06/68, p. 04) Em um esforço conjunto dos estudantes, respondeu-se a violência, aglutinando simpatias, e entraram em estado de tensão máxima. O Clube dos Estudantes Universitários permaneceu em vigília preparando a resistência caso resolvessem invadir o local. Além do protesto contra o regime, a liberação dos três comerciários e cinco estudantes presos no “massacre” era uma exigência da assembleia estudantil. (O Povo, 26/06/68, p. 06)

Tivemos a construção de um campo de protesto amplo e disseminado na cidade. Existiu uma rede de relações entre estudantes, grupos políticos e sociedade. Antônio Ximenes recorda que, logo após o massacre da José de Alencar:

O Juvenal foi para o hospital, ficou uma vigília lá – porque eles queriam tirar ele preso, aí ficou a gente lá embaixo 24 horas pra não deixar a polícia entrar, segurando enquanto havia as negociações envolvendo reitor, governador tudo. Enquanto ele estava com risco de vida, nós fizemos uma assem-

---

13 Antônio Pereira Ximenes. Estudante do Curso de Agronomia em 1966-1970, não era ligado às organizações partidárias do M.E. Entrevistado em 30/04/2001.

bleia no diretório, onde os professores participaram também, nós ficávamos em assembleia 24 horas, revezando, todo dia abria e eu ficava, aí um trazia notícias.

A ação dos partidos deve ser vista em interação com o M.E, já que abordamos da vivência de militantes partidários, mas também de diversos estudantes que compunham o movimento sem ligação com vanguardas políticas (como no caso de Ximenes), e que, mesmo fazendo parte de grupos que demarcam sua participação, os militantes eram estudantes em meio às regras políticas de entidades e eleições. Tinham que defender reivindicações estudantis para se legitimarem. Não podemos enxergar as vanguardas como corruptoras do Movimento Estudantil, pois reproduziríamos a lógica do “poder simbólico” dos algozes que insistiam em defini-lo como deturpado por agentes estranhos.

Assim, autoridades promoveram a “violência simbólica” contra os estudantes. Para Dário Macêdo, Chefe da Casa Civil: “as autoridades policiais estão devidamente científicadas de que agentes da subversão, infiltrados nos meios estudantis, realizaram disparos de revólveres contra os agentes da DOPS e contra soldados da PM.” (GN 25/06/68, p 04) Já o delegado Edílson Moreira da Rocha, Secretário da Polícia: “o terrorismo foi implantado em Fortaleza e que tudo obedece a um plano”. Comentou do carro do subcomandante atingido por “um balaço”; do incêndio de uma “Kombi da polícia”; de uma caminhonete da prefeitura de Acopiara “confundida com um veículo da polícia”. Possuía “provas insofismáveis de que o tiroteio na Praça José de Alencar foi iniciado pelos estudantes”, que o atentado não viera da polícia, pelo calibre utilizado, o veículo não era da corporação e os tiros podiam ter “partido dos próprios terroristas com o fim de criar clima próprio as suas agitações” (Gn. 25/06/68, p. 04).

Nas notas estudantis, por sua vez, a interpretação da ação policial na denúncia do regime e sua perseguição aos direitos. Em manifesto do DCE e CESC, temos as bandeiras estudantis denunciando o caráter ditatorial enrustido “a serviço do imperialismo”, gastando com “milhões com armamentos para serem usados contra nós” enquanto “o povo ganha salário de fome”, e “há crise de professores e verbas”:

Estas e outras denúncias nos levaram às ruas. Nós, estudantes e povo, fomos lado a lado estapeados e caçados a bala. Companheiros nossos foram alvejados como criminosos pela DOPS e outros estão presos. Mas eles, descaradamente, negam tudo isto. Apesar do testemunho de milhares de pessoas que se encontravam na Praça José de Alencar. Apesar de saberem que temos uma das balas extraídas do corpo do nosso colega. (Gn, 26/06/68, p. 04)

O Diretório Acadêmico da Escola de Administração refere-se ao ocorrido como o “retrato fiel deste regime que caminha para o fim” achando ter o “direito de matar impunemente”. Falam do atentado feito a “sangue frio” contra os estudantes e finalizam: “Depois de cumprir a patriótica missão de eliminar os “inimigos da pátria”, os assassinos fugiram”. (Gn, 26/06/68, p. 04)

Tínhamos análises de orientação partidária, como a visão da ditadura caminhando “para o fim”. E, ao mesmo tempo, a construção de legitimidades para a ação estudantil com a denúncia da ditadura. Por isso, o DCE defendeu o ato “contra o terrorismo policial verificado no país e que culminou com o assassinato de vários estudantes e populares na Guanabara” e cita os feridos em Fortaleza pela “sanha policialesca”. O DCE resolveu “decretar greve geral e luto no meio estudantil, por tais acontecimentos” e “conclama a classe estudantil no sentido de que todos os estudantes permaneçam em suas faculdades e promovam sua ocupação” Alertava-se que “responsabilizará o Secretário de Polícia e o Comandante da Guarnição Policial por tudo que acontecer com os estudantes e ao povo de Fortaleza.” (O Povo, 26/06/68, p. 06).

Para além das organizações “partidárias”, foi o movimento dos estudantes, através de todas as suas dimensões, com grupos e as entidades, que reagiu. Tivemos a agitação estudantil na semana do “massacre da Praça José de Alencar”, assim como os “comícios relâmpagos”, os “grupos volantes” fazendo “pichamento em ônibus”, distribuindo manifestos estudantis denunciando o autoritarismo. E para enfrentar falas como a do delegado ao se referir aos “terroristas armados” e que “para segurança da população temos que usar de todos os meios para manter a ordem”, procuravam a realização da maior passeata possível contra a ditadura. Verificamos a criação de solidariedade e algum tipo de expressão

– ainda que criada e vivida em uma grande tensão no choque com a repressão e ameaças, já que a passeata só veio a ser liberada duas horas antes do horário marcado, seguindo orientação federal. O Secretário de Segurança Pública, na véspera de sua realização, disse que “reprimirá qualquer manifestação pública dos estudantes, mesmo que seja necessário recorrer a violência e custe o que custar”. (Gn. 26 /06/86, p. 06)

No entanto, os estudantes venceram essa batalha. E o resultado foi a maior passeata, nos anos 1960, contra a ditadura em Fortaleza. Uma manifestação que reuniu “padres, mães de família, deputados do MDB, operários, e populares que se encontravam nas ruas”. Nas manchetes, a notícia que “foi um sucesso a passeata dos estudantes”, reunindo “20 mil pessoas”, um número impactante se pensarmos a população da cidade, 600 mil e de estudantes, cerca de quatro mil. (Gn, 28/06/1968, p. 04). Nas entrevistas, exaltaram o poder dos estudantes em promovê-lo. Pedro Albuquerque narrou-a “como uma vitória do PC do B” naquela que ficou conhecida como a “Passeata dos Vinte Mil”, mas não deixou de afirmar que, na sua preparação, “todos nós nos demos às mãos, AP, trotskistas, o PC do B, todo mundo, todos, e foi uma grande passeata.”.

As tendências políticas conceberam-na como parte da unidade e disputa no MEU, forma de ampliá-lo, a encararam como essencial contra a repressão. Com a manifestação, no dia 27/06/68, três dias após o “massacre”, um dia após a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro, tivemos um evento de possibilidade democrática, pela atuação dos estudantes, em que participaram inúmeros setores da população: “Federação dos Trabalhadores Cristãos”, “Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Ceará”, “Sindicato dos Bancários do Ceará”, “Frente de Renovação Sindical dos Comerciantes”, “Sindicato dos Conferentes do Ceará”, o “arcebispo de Fortaleza Dom José Delgado”, “vinte sacerdotes das Arquidioceses de Fortaleza” (Gn 28/06/68, p. 04).

O movimento estudantil foi ao limite de sua representação perante a sociedade e conseguiu maciça adesão e apoio, a não participação da polícia, uma brecha na situação autoritária. Tivemos solidariedade e a expressão de insatisfações, com bandeiras comuns, como o caso do imperialismo em oposição à ideia

do nacionalismo. Antes do seu início e no seu percurso cantou-se o hino nacional, empunharam-se bandeiras do Brasil. Aconteceu uma canalização do evento em expressar expectativas. O Sindicato dos Bancários lançou um manifesto definindo a luta estudantil como “reação a tôda uma política dirigida por interesses estranhos ao povo brasileiro, que resulta principalmente no esmagamento da classe trabalhadora” (Gn, 28/06/68, p. 04) A Frente de Renovação Sindical denunciou “a inércia dos pelegos que há 15 anos dirigem o Sindicato” e, diante dos acontecimentos, a prisão dos três comerciários no “massacre”. O padre que leu o manifesto dos sacerdotes afirma ter saído do interior para “apoiar o movimento estudantil, que acha justo, e denunciar que no sertão o povo morre de fome enquanto na cidade o povo morre de violência policial” (Gn, 28/06/68, p. 04). Os padres defendem a luta estudantil, pois era direito se manifestarem “para a construção do mundo que irão viver”:

Protestamos contra as acusações de “baderna” e “agitação” que lhes fazem os que desejam manter privilégio e sustar mudanças historicamente necessárias; contra as pressões a que é submetida a Universidade Brasileira; a estrutura que impede a livre participação, a livre expressão, a livre reivindicação; contra as prisões de estudantes e comerciários durante as manifestações populares realizadas. (GN 28/06/68, p04)

A “passeata dos 20 mil” gerou espaço para alianças, bandeiras amplas, na abertura de possibilidades de expressão. O comentário final do *Gazeta de Notícias*, escrito anonimamente, sintetizou e participou dessas esperanças quando comentou seu final indo ao Clube dos Estudantes Universitários, em frente onde Juvenal Nogueira fora baleado:

Vinte mil pessoas pararam e silenciaram por um minuto a um só gesto. Era noite já. Foi impressionante. E, por fim, chegaram ao CEU. A multidão se dispersou. Nas rodinhas as vozes roucas comentavam: “Vencemos. Tudo foi muito bom e muito bonito. Nós provamos que não somos baderneiros. Não houve um só incidente. As idéias vencem as armas. Queríamos uma Democracia assim. (Gn, 28/06/68, p. 04)

Portanto, o ápice do movimento estudantil foi em junho de 1968, na luta contra a “intervenção do imperialismo americano na educação brasileira”, no “Abaixo a Ditadura”, mostrando essas denúncias explicitamente e as confirmando na “passeata dos 20 mil”. Essa marcha expressiva que percorreu da Praça do Ferreira ao CEU.

## **O pós-AI-5, Decreto 477 e o recomeço do que não era mais o mesmo: novos itinerários!**

Depois da sua maior manifestação, o movimento estudantil não exerceu mais essa função aglutinadora. A queda do Congresso da UNE, em Ibiúna, interior paulista, em outubro de 1968, com a prisão de centenas de universitários de todo o Brasil, com delegação cearense inclusive, pode ser entendida como a última tentativa dos estudantes no confronto com a ditadura, sendo malsucedida. Em Fortaleza, no Centro, com coquetéis *molotovs* e piquetes, tivemos um dos poucos protestos no país, uma verdadeira batalha diante de forças policiais, e contra a repressão aos estudantes no Congresso da UNE em São Paulo. (O Povo,15/10/68, p. 07)

A partir disso, muitos militantes caíram na clandestinidade, sendo vigiados diretamente e, apesar das organizações estudantis imaginarem novas atividades no início de 1969, seus planos são frustrados, sobretudo por causa do advento do Ato Institucional Número Cinco, o AI 5, em 13 de dezembro de 1968. De um lado, a ação ditatorial com medidas repressivas progressivamente duras, de outro, a própria incapacidade das organizações em continuarem a mobilização entre os estudantes. Os mecanismos de representatividade e por reivindicações foram esmagados. No início de 1969, ainda se tentou articular protestos, mas não havia espaço com as medidas de perseguição. O campo de atuação se restringiu, de maneira absurda, na medida em que se via o espaço estudantil como algo a ser “depurado” de vez da subversão para que não ocorresse mais o “caos” de 1968. O AI-5 realizou e permitiu uma série de medidas terríveis contra os cidadãos e as cidadãs brasileiras, e algumas, diretamente, contra os setores da educação, tal

qual o decreto 477, de fevereiro de 1969, que podia expulsar sumariamente pessoas das escolas e faculdades. (Motta, 2014, p. 153-164)

Os estudantes não conseguem se reerguer, demorando quase uma década para novas mobilizações. Até fins dos anos 1970, tivemos as entidades esvaziadas, meramente formais. Algumas sem nem mais existir, como o CESC, e atuações veladas no cotidiano fazendo o possível (Portugal, 2008), mas que não conseguiram aparecer no cenário público. Existiram, no decorrer da década de 1970, resistências importantes, especialmente, culturais, como em bares, festivais, imprensas alternativas, educativas oriundas das Comunidades Eclesiais de Base, com ações cuidadosas dos movimentos, inclusive estudantis. Contudo, concomitantemente, de forma entranhada, existia o medo, a repressão política, a censura e constrangimentos privados ou estatais. Jornalistas, militantes, artistas, estudantes, sindicalistas, professores, cidadãos em geral podiam sofrer agressão policial e política, sendo que várias violências, inclusive mortes, ocorreram.

A partir de 1976, até 1979, é que começaram ações públicas e de repercussão, surgindo mobilizações a partir do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) em que mulheres lideravam atividades e manifestos em defesa dos presos políticos do IPPS e pela reconstrução do estado democrático de direito. Aconteciam discussões implícitas sobre o fim da ditadura, em busca de projeto de sociedade alternativa e, desde 1978, aproveitaram o desmonte parcial do estado autoritário com a revogação do AI-5. No esteio do MFPA, outras ações, outros grupos conseguiram guarida e se articularam. (Duarte, 2012)

No fim dos anos 1970, novos itinerários. Estudantes secundaristas e universitários buscam recriar, sem sucesso, o extinto CESC, reativando grêmios e diretórios eliminados ou meramente formais. Primeiras tentativas de reorganização que se relacionavam a outras lutas sociais, retroalimentadas e em construção constante e tateante. Ações estudantis que dialogavam com o imaginário do já mítico, e perdido, movimento estudantil dos anos 1960, ao mesmo tempo que lidavam com as perdas acumuladas e as possibilidades e pressões concretas de

um novo contexto.<sup>14</sup> Tentativas que fizeram parte do caldeirão fervente, desde o fim dos anos 1970, para o início de 1980, nas lutas políticas contra a ditadura e os “coronéis do estado”, entre outras manifestações: a forte atuação das Pastorais, das CEBs pelos direitos humanos e contra a desigualdade social; os movimentos sociais do campo e das periferias contra a carestia em diversas regiões do Estado, com os saques das multidões cobrando justiça alimentar; as lutas do grande Pirambu e diversas associações de moradores que culminaram com a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza; as duas greves de estudantes da UNIFOR (Universidade de Fortaleza). As primeiras manifestações massivas de rua do movimento estudantil, no início dos 1980, e desde os anos 1960, contra o aumento de passagens e pela meia.

O momento estudantil foi, nos fins dos anos 1970, “aprendendo e ensinando novas lições”, até os 1980, com novas entidades concebidas, bandeiras parecidas e inéditas, pulsante em ser capaz de, mais uma vez, debater os rumos da cidade, do estado e do país.

---

14 Não à toa os fóruns secundaristas de 1979/1980, em reconstrução em todo país, decidem que 1980 será o “ano dos estudantes secundaristas” e “28 MARÇO como o Dia Nacional de Luta dos Secundaristas, em homenagem à morte do estudante EDSON LUÍS” (Airtton Filho, 2020, p 123-124).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. “Movimento estudantil e classe média no Brasil” in: J. Albuquerque (Org). *Classes Médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989
- COSTA, Jucélio Regis da. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, 2015.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos de Memória: o movimento feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.
- FAVERO, Maria. *A UNE em Tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- GOMES, Athaysi Colaço. *A Atuação das Mulheres no Movimento Estudantil Secundarista Fortalezaense na Luta Contra a Ditadura Militar (1964-1968)*. Dissertação (Mestrado História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.
- MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta: Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário: Fortaleza, 1962-1969*. Fortaleza, UFC: 2008.
- MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PORTUGAL, Niedja. *Estudantes em movimento. (Fortaleza, 1969-1979)*. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- RAMALHO, Bráulio. *As Lutas dos Estudantes Cearenses*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Fortaleza: UFC, 1992.
- REIS, Daniel Aarão & MORAES de Pedro. *1968: A paixão de uma Utopia*. 3ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

------. *A Revolução Faltou Ao Encontro. Os Comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SAMPAIO FILHO, José Airton. “*Eu Vou À Luta Com Essa Juventude*”: *O Movimento Estudantil Secundarista Em Fortaleza E A Comissão Pró-Cesc Em Fins Da Década De 1970*. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em História e Letras) – Universidade Estadual do Ceará, Quixadá. 2020.

THOMSON, Alistair. “Recompondo A Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as Memórias”. In: *Projeto História*. nº 15, São Paulo: PUC, 1997.

# Travestis, imprensa e necropolítica na ditadura civil-militar em Fortaleza (CE)<sup>1</sup>

Elias Ferreira Veras<sup>2</sup>

Dediane Souza<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

As experiências das travestis passaram a ganhar outros contornos na mídia da contemporaneidade. Se os enquadramentos - seguindo as reflexões de Judith Butler (2019) - na grande imprensa do país, até os anos de 1990, limitavam as travestis, com raras exceções, à criminalidade, à prostituição e à falsificação do gênero, a partir da década de 1990, observamos uma diversificação nas construções narrativas e imagéticas públicas acerca das travestilidades. A campanha “Travesti e Respeito”, lançada

- 1 Texto elaborado a partir das pesquisas realizadas pelo/a autor/a em: Souza, Dediane. Dando o nome: *Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-Ce a partir de um recorte do Jornal O Povo*, defendida no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2022, sob a orientação de Kleyton Rattes; Veras, Elias Ferreira. *Travestis: carne, tinta e papel*. Curitiba: Appris. 2019.
- 2 Gay cis branco, professor dos cursos (Licenciatura e Bacharelado) de História e do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9237266972750779>. E-mail: [elias.veras@ichca.ufal.br](mailto:elias.veras@ichca.ufal.br)
- 3 Travesti negra, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PP-GAS), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5102821782806671>. E-mail: [dediane.souza@gmail.com](mailto:dediane.souza@gmail.com)

em 2004, e o doutoramento da cearense Luma Andrade, em 2012, a primeira travesti doutora do Brasil, são marcos importantes desse processo de alargamento de sentidos e significados políticos, que pode ser explicado, dentre outros fatores, pelas lutas do movimento de travestis e transexuais no Brasil.

Na pesquisa realizada em 2022, Dediane Souza, pesquisadora travesti cearense e uma das autoras deste capítulo, analisou como o caso Dandara Katheryn, travesti brutalmente assassinada na periferia de Fortaleza, em 2017, foi tratado pelo jornal *O Povo*. Dediane mostra como esse acontecimento tomou uma centralidade no debate público, fazendo pensar no extermínio das travestis. As notícias veiculadas no periódico cearense sobre o assassinato revelam elementos importantes da negação da humanidade de Dandara Katheryn. Paradoxalmente, ao tentar humanizar Dandara, o jornal a desumaniza, naquilo que há de central na existência das travestis: o nome, observa a pesquisadora. *O Povo* nega o nome “Dandara Katheryn”, ou seja, sua autonegação, não reconhecendo, desse modo, o fundamental nas concepções e práticas das travestis em seus sentidos e destinos de existência. Seu nome não só é ignorado na extensa cobertura realizada pelo jornal, também é apagado, por meio do uso do sobrenome “Santos”.

Diante desse cenário, vale indagarmos: Quem reclama os corpos das travestis? Quem reivindica seus corpos? Os corpos das travestis, que são objetificados por uma indústria do fetiche, alimentada pelo capitalismo, são também descartados em locais públicos (ruas, praças, terrenos baldios, rios e lagos), demonstrando que se tratam, sob a ótica travestifóbica, de corpos que não merecem viver (Judith Butler, 2019).

Ao interseccionar essa realidade com o debate racial, vale invocar o pensamento de Aimé Césaire (1978), intelectual martinicano, para refletir os contextos de violência que a população negra ainda enfrenta, processos que são frutos de uma sociedade colonizada. As mulheres negras, jovens e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais,

Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e Não Binaries (LGBTQIAPN+) são as maiores vítimas desse sistema de extermínio, letal, sobretudo, com os corpos das travestis negras periféricas. Estamos de acordo com Césaire, quando denuncia os contextos coloniais e afirma: “uma sociedade civilizada que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente (...) uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma” (Césaire, 1978, p. 13).

De igual modo, as noções de biopoder e soberania desenvolvidas por Michel Foucault (2018), filósofo francês, também são fundamentais para a discussão que realizamos neste texto sobre o direito à vida e à morte das travestis e transexuais no Brasil. Para esse autor, enquanto o direito de Soberania é o de fazer morrer ou de deixar viver, com a biopolítica instala-se um novo direito: o direito de fazer viver e de deixar morrer, mecanismo de poder que transpassa a tecnologia disciplinar do corpo (Michel Foucault, 2009).

Ora, ainda que as travestis sejam enquadradas na mídia contemporânea de modos mais diversos, permanece a construção de estruturas travestifóbicas, marcas de um contexto que, em diálogo com o camaronês Achille Mbembe, denominamos tempo necropolítico. De acordo com esse intelectual, a necropolítica busca sistematicamente “a destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (Mbembe, 2018, p. 41).

Neste capítulo, partimos do assassinato de Dandara, em 2017, ao mesmo tempo em que retomamos as produções discursivas sobre as travestis na grande imprensa de Fortaleza da década de 1980, a fim de problematizarmos a permanência de estruturas discursivas nas quais travestis são enquadradas como não humanas. Tal recorrência, gostaríamos de argumentar, é um dos efeitos contemporâneos do dispositivo travesti. Na capi-

tal cearense, situa-se historicamente na passagem da década de 1970 para 1980, momento em que o país está imerso em uma ditadura civil-militar.

Tanto a negação do sobrenome de Dandara, o “Katheryn”, quanto o modo como as travestis foram enquadradas na imprensa cearense nas décadas de 1970/1980, conforme historiciza<sup>4</sup> Elias Veras, historiador gay cearense, também autor do presente texto, são marcas importantes do estado necropolítico na existência das travestis.

## Dispositivo do estigma travesti

[As pessoas dizem] - “Ah, você foi travesti no passado!” Eu não fui travesti, não. Eu fui veado de vestir roupa de mulher e tá na rua! De estar fazendo ponto! Eu fui e não nego! Agora tem uma coisa: eu nunca fiz isso pra sobrevivência. Nunca roubei pra viver!<sup>5</sup>

Só eu que tive coragem de virar travesti. Mas, como se diz, virei travesti não do dia pro outro. [...] Eu passei a ser travesti de verdade foi no primeiro programa que eu fiz. Foi quando eu comecei a decidir que eu ia virar travesti, que eu era travesti.<sup>6</sup>

Ser travesti não é somente frequentar o “Baile dos Enxutos”, ser engraçado, ai, ai, ai, ti, ti, ti. Existe, fundamentalmente, o lado sério e humano. Já disseram até que travesti veste roupa de mulher porque gosta de aparecer, sobressair, o que não é verdade. Cada um tem o direito de ser aquilo que melhor lhe convém, e isso deve ser respeitado.<sup>7</sup>

O primeiro trecho em destaque faz parte da narrativa de Bianca sobre o tempo (ditadura civil-militar) em que se travestiu em Fortaleza. Ao contar sua história, ela não se identificou como “travesti de peito”, mas como “veado de vestir roupa de mulher”. Ainda que Bianca tenha perfor-

---

4 Pesquisa de doutorado realizada entre 2011 e 2015, no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob as orientações de Roselane Neckel e Joana Maria Pedro, que deu origem ao livro *Travestis: carne, tinta e papel* (Appris, 2019).

5 Entrevista realizada por Elias Veras, em 17 de fevereiro de 2011.

6 Entrevista realizada por Elias Veras, em 29 de agosto de 2013.

7 “Os travestis da vida”. *Close*, jun. 1981, p. 44.

mado a travestilidade, usado hormônios e utilizado nome social, ela não se identificou como travesti.

A citação seguinte foi retirada de uma fala de Thina Rodrigues, travesti cearense ativista fundadora da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC).<sup>8</sup> Thina condicionou seu processo de “virar travesti” às transformações corporais, proporcionadas pelo uso de hormônios e pela aplicação de silicone. Thina se considerava uma “travesti de verdade”.

O último trecho faz parte de uma entrevista que Roberta Close, modelo transexual brasileira, concedeu à revista *Close*. Na entrevista, então com 20 anos, Roberta se reconheceu como travesti, ao contrário do que ocorreria, anos depois, na revista *Playboy* (Veras, 2019).

Bianca, Thina e Roberta têm mais em comum do que, a princípio, podemos imaginar. Suas experiências e (des)identificações com a performatividade travesti foram atravessadas pelo dispositivo do estigma (Veras, 2019), rede heterogênea de discursos e práticas que atualizou (e continua atualizando), em torno das travestis, antigas associações entre homossexualidade-patologia e travesti-criminalidade.

Compreendemos o dispositivo do estigma travesti como estratégia cisheterormativa (Letícia Nascimento, 2021) atravessada pela interseccionalidade de gênero, raça e classe (Patrícia Hill Collins; Sirma Bilge, 2021), que constitui a economia dos mecanismos de poder, saber e produção de subjetividades no tempo farmacopornográfico (Paul Preciado, 2018)/tempo necropolítico, que, em parte, correspondem ao período da ditadura civil-militar no Brasil, cujos efeitos se fazem presentes nos dias de hoje.

Para realizar a análise genealógica da produção do estigma travesti, inseparável da própria emergência do sujeito travesti público-midiatizado, escavamos os discursos da imprensa cearense de 1970/1980, relacionando às peculiaridades dos enunciados produzidos em Fortaleza com a

---

8 Thina Rodrigues, natural de Brejo Santos - Ce, travesti, negra e ativista dos direitos humanos de travestis no Ceará, faleceu em 29 de junho de 2020, na cidade de Fortaleza, em decorrência da COVID 19, aos 57 anos.

produção discursiva sobre a performatividade travesti que circulava nacionalmente no mesmo período.

Quais foram as relações de poder-saber que produziram o sujeito travesti estigmatizado no momento mesmo em que a performatividade travesti designava um novo sujeito? Quais foram os atributos associados às travestis que foram produzidos como marcas estigmatizadas? Quais foram os contradiscursos travestis elaborados na denúncia desse estigma?

O termo estigma foi transformado em categoria de análise sociológica por Erving Goffman (2012), sociólogo canadense, na década de 1960, sendo bastante difundido nas ciências sociais brasileiras. Entre os gregos, o termo foi utilizado para se referir às marcas corporais através das quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou de mau sobre quem as apresentava. Os sinais no corpo, que poderiam ser feitos com corte ou fogo, indicavam que uma pessoa (escravizado, criminoso ou traidor) deveria ser evitada, especialmente, em lugares públicos. Na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro, religioso, referia-se a sinais corporais de “graça divina”; e o segundo, médico, correspondia às marcas corporais de “distúrbio físico” (p. 11-13).

Em Goffman, o termo faz referência a um “atributo profundamente depreciativo” que, através de uma “linguagem de relações”, de “exigências” e de “expectativas normativas”, estigmatiza alguns sujeitos, provocando descrédito, vergonha e marginalidade, ao mesmo tempo em que confirma a “normalidade” de outros. “Assim, deixamos de considerá-lo [o sujeito estigmatizado] criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente, quando seu efeito de descrédito é muito grande” (p. 15). Para o sociólogo, “acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano”.

Todavia, ainda que Goffman estivesse preocupado com as experiências dos sujeitos estigmatizados, o mesmo não se perguntou sobre os mecanismos de produção do estigma. O autor deu pouca atenção às normas

sociais que produziram, na garota “desesperada”, cuja impactante carta abre seu livro, o desejo de se matar por ter nascido sem nariz.

Neste capítulo, o termo estigma não aparece como categoria explicativa naturalizada como em Goffman, mas, como palavra que, ao ser associada, no período analisado, à performatividade travesti, necessita ser historicizada e problematizada. Para tanto, retomamos o conceito de dispositivo, conforme pensado por Michel Foucault, que o definiu como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. [...]. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Michel Foucault, 2010, p. 244)

Se o dispositivo surge para atender a uma urgência, como apontou Foucault, o disposto do estigma travesti está indissociável da emergência público-midiática desses sujeitos e, de modo geral, dos gêneros e das sexualidades dissidentes no período da ditadura civil-militar. Sua função estratégica foi produzir um sujeito perigoso, que legitimou e justificou as relações de poder cisheteronormativas, que atravessaram os corpos, sobretudo, negros, pobres e periféricos que performavam o feminino. Se o dispositivo do estigma travesti respondeu a uma necessidade histórica, foi a de proteger a ordem rígida do gênero e disciplinar da cidade – ameaçadas não apenas pela “Nova República”, mas pelas novas feminilidades.

Os dispositivos são máquinas de fazer ver e falar (Gilles Deleuze, 2015). O corpo nu de Roberta Close nas publicações masculinas hétero-orientadas; as narrativas de Bianca e de Thina; assim como as reportagens dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* sobre a ocupação dos espaços públicos de Fortaleza pelas travestis em 1980, mas também, a cobertura do jornal *O Povo* do assassinato de Dandara, em 2017, compõem as “curvas de visibilidade” e os “regimes de enuciabilidade” do dispositivo do estigma travesti e seus atravessamentos interseccionais - no passado e no presente -, que ganhou formas de ver e de falar no tempo farmacopornográfico/tempo necropolítico. Se a ditadura civil-militar foi

oficialmente finalizada em 1985, como aparece na historiografia, o tempo farmacopornográfico/tempo necropolítico não para de se atualizar no contemporâneo, lembrando-nos o que restou da ditadura.

A imprensa foi um instrumento fundamental na construção e produção do estigma travesti. Das/Nas páginas da grande imprensa de Fortaleza, emergiu um sujeito travesti “perigoso” e “marginal”, associado às “desordens” (roubos, brigas, assassinatos e aids) na cidade. Ainda que os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* tenham dado destaque à Rogéria, Roberta Close e Jani Di Castro, travestis famosas nacionalmente na segunda metade do século XX, a maioria das suas reportagens relacionou a performatividade travesti à criminalidade.

As notas transcritas abaixo informam a maneira como as travestis, principalmente, as pobres e pretas, surgiram na grande imprensa da capital cearense:

Agentes da Delegacia de Furtos e Roubos detiveram na madrugada de ontem vários travestis que perambulavam pela cidade, visando identificar aquele que seria o assaltante da Casa Andrade, de onde levou, em companhia de um parceiro, a importância de trezentos mil cruzeiros. Entre os detidos, todas as atenções se voltavam para as Valérias, uma loura e outra morena, identificadas como **[optamos por não reproduzir os nomes masculinos publicados na reportagem. Grifo do/a autor/a]**. Pela manhã todos os travestis, depois de serem mostrados à caixa da Casa assaltada, foram postos em liberdade. Nenhuma tinha a aparência da assaltante (*O Povo*, 28 jan. 1984, Plantão da Polícia, p. 13).

F. V. S **[optamos por utilizar somente as iniciais do nome. Grifo do/a autor/a]**, residente na Rua General Sampaio, 466, foi atingida a golpe de garrafa desfechado pelo travesti conhecido por Paulinha. O fato verificou-se ontem de madrugada, na Praça José de Alencar. A vítima recebeu medicação de urgência na Assistência Municipal. (*O Povo*, 22 maio 1984, Plantão da Polícia, p. 8).

Com três tiros de revólver, **[optamos por não reproduzir o nome masculino publicado na reportagem. Grifo do/a autor/a]**, a “Fernanda”, sem residência fixa, matou o baiano

Carlos Cícero Andrade, natural de Salvador, 36 anos, com quem vivia maritalmente. Ele fugiu. O crime ocorreu antes à noite, no interior de um bar, à avenida Duque de Caxias, 839, Térreo do Edifício Jalcy Avenida, área bastante frequentada por travestis e boêmios. (*O Povo*, 15 set. 1989, Polícia, p. 14A)

A ambiguidade travesti aparece nas notícias acima como prática suspeita. Na notícia sobre a prisão das Valérias, a “aparência” foi utilizada como parâmetro de reconhecimento e (pré) julgamento, o que justificou, de forma naturalizada, a inserção das travestis no *rol* da criminalização. Tal julgamento fez parte do exercício policial e da sua força no aparato social e jurídico, indício de uma sociedade profundamente hierarquizada que cria as diferenças baseadas na aparência para transformá-las em estigma.

As travestis apareceram ainda sem direito à fala ou a uma história que não fosse a do crime no qual estiveram enredadas. Se Paulinha apareceu na imprensa, foi unicamente como a travesti que agrediu F. V. S. com um golpe de garrafa; o jornal não falou nada sobre a mesma. Na entrelinha de tal omissão se esconde a ideia de que, ao não serem reconhecidas como humanas, as travestis, principalmente, pretas e pobres, não tiveram direito ao protagonismo do verbo ou a uma biografia, ao final, a uma vida. Somente as que possuíam uma “ambiguidade perfeita” ou as que buscaram se afastar da prostituição, na sua maioria, brancas e de classe média, como Roberta Close e Rogéria, tiveram direito a uma história de vida, ainda que também atravessada pelo dispositivo do estigma.

A condição precária das travestis é estruturada no pressuposto de que suas vidas não são passíveis de luto. Como aponta Judith Butler:

[...] Nós não nascemos primeiro e em seguida nos tornamos precários; a precariedade é coincidente com o próprio nascimento (o nascimento é, por definição, precário), o que quer dizer que o fato de uma criança sobreviver ou não é importante, e que sua sobrevivência depende do que poderíamos chamar de uma “rede social de ajuda”. É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver. Apenas em condições nas quais a perda tem importância o valor da vida aparece efetivamente. Portanto, a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa [...] (Judith Butler, 2015, p. 32).

Alinhado/a com esse pensamento de Judith Butler, gostaríamos de argumentar que a categoria identitária e política travesti no Brasil situa-se em um contexto de violência e violação de direitos. Por isso, essas vidas são colocadas em condição de vulnerabilidade à morte, à ausência de políticas públicas de garantia de cidadania e de proteção à vida, conjunto de direitos historicamente negado pelo estado brasileiro. Ainda que não tenham surgido no período da ditadura civil-militar, essas condições de vulnerabilidade e precariedade são diversificadas e intensificadas pela política sexual da ditadura (Renan Quinalha, 2017).

Na imprensa, a associação entre travesti e criminalidade era tal que, numa reportagem do *Diário do Nordeste*, onde é contada a história da travesti Valéria, o jornalista Odosvaldo Portugal Neiva lembrou que, “com um grande espaço nas calúnias’ policiais (o termo é de Valéria), os travestis chegam à imprensa local através dos escândalos. Travestis presos com maconha – uma delas” (1984, p. 3). O jornalista escreveu que a primeira reação de Valéria, ao se deparar com a reportagem do periódico, foi afirmar: “Vocês só procuram a gente pra falar de crise, quem matou ou morreu. Nosso trabalho, pouco interessa”.

Assim como as notícias, as fotografias de travestis que os jornais de Fortaleza ilustravam nas matérias publicadas, constituíram as tecnologias de saber-poder, engendrando sentidos à performatividade travesti. Não por acaso, Valéria, a travesti entrevistada por Neiva, recusou ser fotogra-

fada: “por questões de segurança, meu filho, fotos não. Pode fotografar qualquer travesti. A história é a mesma”.

Diferentemente das fotografias coloridas das travestis que enfeitavam as edições de carnaval da revista *Manchete*, uma publicação de circulação nacional famosa, na segunda metade do século XX, e das imagens que destacavam a sensualidade de Roberta Close, nas revistas masculinas, o enquadramento mais comum das travestis na imprensa de Fortaleza foram seus retratos estampando as colunas policiais dos jornais.

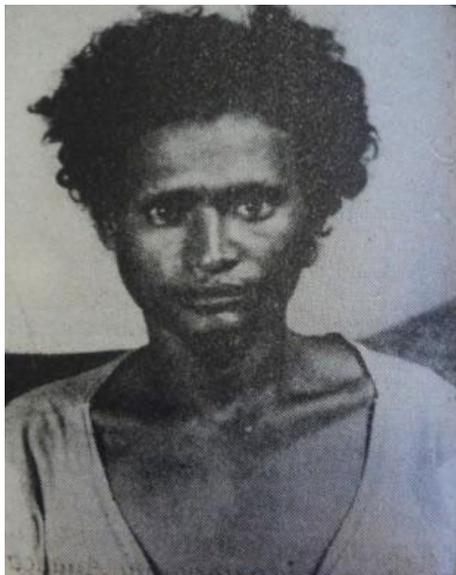
Compôs o enquadramento predominante das travestis, na grande imprensa da capital cearense, durante a ditadura civil-militar, o reforço da ambiguidade e a ambiguidade pensada como disfarce, com fins criminosos, em notícias, imagens e legendas. As fotos em preto e branco, feitas durante a prisão das travestis, trazem uma legenda contendo o nome masculino, seguido do nome feminino das travestis entre aspas.

**Figura 1: Valérias**



Fonte: *O Povo*, 28 jan. 1984, p. 13. Acervo: BPGMP.

**Figura 2: Patrícia**



Fonte: *Diário do Nordeste*, 19 de abril de 1985, p.12. Acervo: BPGMP.

As fotografias de travestis publicadas nas seções policiais dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* funcionaram como tecnologia de vigilância e de regulação, indispensáveis para a formação e legitimação de um poder-saber sobre o gênero, o sexo, o corpo e os espaços da cidade no tempo farmacopornográfico/tempo necropolítico. Mais do que evidência jurídica e/ou médica, as imagens atuaram como produtoras da ideia de perigo, medo e ameaça associados às travestis.

Elas foram tomadas como ameaças ao ordenamento do gênero e da cidade, ao mesmo tempo em que emergem como novo sujeito. Em defesa do modelo rígido de gênero, cambaleante com as críticas feminista e homossexual, desde o final dos anos de 1960; e disciplinar da cidade, em crescente processo de urbanização na década de 1970, foi produzido um sujeito travesti-perigoso, que deveria ser evitado, temido, regulado, encarcerado e assassinado e/ou inserido como estigmatizado.

A imprensa não apenas descreveu a performatividade travesti que emergia como nova identidade na passagem da década de 1970 para 1980, mas também atuou no processo histórico de fabricação de sua visibilidade público-midiática-estigmatizada. Os dois jornais mais lidos da capital cearense não somente testemunharam e registraram a aparição dessas sujeitas, como atuaram como dispositivo de controle, perseguição e censura às sexualidades e gênero dissidentes (Paulo Souto Maior, Fábio Ronaldo da Silva, 2021; Elias Veras, Roberta Sodó, 2024).

## **Contradiscursos travestis**

A imprensa também foi apropriada por algumas travestis para denunciar a perseguição policial que sofriam cotidianamente. Desse modo, se por um lado a grande imprensa produziu um sujeito travesti marginal, ela também foi atravessada pela produção de contradiscursos produzidos pelas próprias travestis. Dito de outro modo, os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste* não foram apenas instrumentos de operacionalização do dispositivo do estigma, como mostramos, foram ainda, lugar de fratura desse dispositivo.

A prisão de gays e de travestis, em setembro de 1988, divulgada no jornal *Diário do Nordeste* na reportagem “Gays denunciam perseguição da PM no Centro” é reveladora da violência e da perseguição policial que alvejaram a vida desses sujeitos, mesmo depois da ditadura civil-militar. Ela reporta um evento ocorrido, dias antes, nas boates da “Passarela”, o “maior reduto homossexual”, localizada na Avenida Duque de Caxias, Centro de Fortaleza. Na madrugada de 11 de setembro de 1988, um contingente da Polícia Militar invadiu, expulsou e prendeu travestis, transformistas e gays que participavam do desfile para a escolha da “Miss Playboy Gay”, na boate Feitiço. O jornal descreveu o episódio como uma “verdadeira caçada”. Gays e travestis detidos pela polícia naquela madrugada, afirmaram, em entrevista ao jornal, nunca terem sofrido tanto preconceito e perseguição.

Uma das travestis entrevistadas contou que “os militares não querem nem saber, levam logo presos os travestis, mesmo nós sendo cidadãos comuns, como quaisquer outros. Afinal de contas, os direitos de todos não são iguais?”. Outra, apresentada na reportagem como “a serpente do Prazer à Noite”, reconheceu: “Essa caçada é terrível. Durante os meus anos de batalha nas ruas da vida, posso dizer que a perseguição agora é grande. Pra mim, acho que a polícia está querendo mostrar serviço, pois não justifica tamanha repressão”.

As operações policiais, comuns em muitas capitais do Brasil na época da ditadura e mesmo no período de redemocratização (Luiz Morando, 2015; Rafael Ocanha, 2014; Kleber Simões, 2021; Elias Veras, 2024), receberam considerável atenção da grande imprensa, no Ceará não foi diferente. Essas operações tiveram como alvo, sobretudo, as travestis pretas e pobres que ocupavam os espaços públicos das cidades (Céu Cavalcanti, Roberta Brasilino Barbosa, Pedro Paulo Gastalho Bicalho, 2018; Helena Vieira, Yuri Fraccaroli, 2018; Veras, 2019; Helena Vieira, 2023).

A reportagem feita pelo *Diário do Nordeste*, assim como o destaque dado às denúncias das travestis contra a perseguição policial pelo jornal, revelam também a gênese de outros lugares de enunciação na imprensa conquistados pelas travestis. Enquanto a maioria dos gays, travestis e transformistas manteve o anonimato ou apareceu na matéria utilizando um pseudônimo, Thina Rodrigues, que na época assumia o sobrenome “Turner”, em homenagem à Tina Turner, famosa cantora norte-americana, foi a única a revelar seu nome e a dar permissão para ser fotografada.<sup>9</sup>

Durante o episódio do último dia 11, a “Miss Simpatia 88”, Tina Turner, 25 anos, comerciário, nunca passou por uma situação tão vexatória – “Ficamos expostos ao público como se fôssemos prisioneiros de guerra. Percorremos as ruas da cidade, até a Central de Polícia, e lá dentro eles (os policiais)

---

9 Esse evento apareceu nas narrativas posteriores de Thina Rodrigues como fundador de sua militância travesti. Nessas narrativas, Thina elegeu sua prisão, em 1988, como “marco” para o seu ingresso na luta pelos direitos das travestis no Ceará. Ver: Juliana da Justa Frota Coelho (2006); Ed Borges (2014); Elias Veras (2019).

nos obrigaram a desfilarmos debaixo de porrada. (*Diário do Nordeste*, 23 set. 1988, p. 17).

Thina permitiu ser fotografada ao lado de outra travesti, tendo, ao fundo, um *outdoor* com a imagem de um policial, acompanhada da seguinte frase: “Para você este é um rosto amigo. Para os marginais é a face da lei”. Ironicamente, a peça publicitária fazia parte de uma campanha do Governo do Estado do Ceará para melhorar a imagem da polícia perante a opinião pública.

**Figura 3: A coragem da verdade**



Fonte: *Diário do Nordeste*, 23 set. 1988, p. 17.

Thina deixava claro que a polícia não protegia as travestis, pelo contrário, as travestis que ocupavam as ruas eram alvos de constantes violências por parte da polícia. Se, ao considerar-se uma “travesti de verdade”, ela deslocou o dispositivo do estigma que produziu a performatividade travesti como ameaça, ao denunciar a perseguição policial no *Diário do*

*Nordeste*, ela fraturou o mesmo dispositivo e o enquadramento da “travesti marginal”. Desse modo, Thina não apenas protagonizou o verbo, ela o fez instrumento de denúncia e de resistência.

Sobre o episódio da prisão na Duque de Caxias, Thina recordou:

Na sexta feira [logo após a publicação da reportagem], você só via os camburões vasculhando os pontos [onde os homossexuais e travestis costumavam frequentar] atrás de nós duas. Eles [policiais] levavam a foto pra saber quem eram. [...] eles ficavam caçando a gente pra gente explicar, porque eles negavam tudo que a gente falou, entendeu?<sup>10</sup>

Afirmando ainda: “Eu tive coragem de falar”.

## Considerações finais

A negação do sobrenome de Dandara na cobertura do seu assassinato realizada pelo jornal *O Povo*, em 2017, e o modo como as travestis foram enquadradas na imprensa cearense nas décadas de 1970/1980, são marcas do dispositivo do estigma travesti, que dentre outros efeitos travestifóbicos, nega a humanidade das travestis. Esse mecanismo cisheteronormativo configura-se historicamente como estratégia de poder, saber e produção de subjetividades, presente e atuante ainda hoje.

Quando continuamos não tendo nenhuma legislação aprovada no Congresso Nacional do Brasil, que garanta o direito à vida dessa população ou que proteja seus corpos, tal ausência na construção de estratégias de proteção às identidades travestis é uma amostra do descompromisso com suas vidas.

A Rede Trans, organização nacional da sociedade civil de defesa dos direitos da população de travestis e mulheres trans, criada em 2009, em dossiê publicado anualmente sobre os assassinatos de travestis e transexuais, aponta questões importantes, algumas já expostas neste capítulo, para

---

10 Entrevista realizada por Elias Veras, em 8 de janeiro de 2011.

pensar os contextos de necropolítica enfrentados por travestis e pessoas trans no Brasil. De acordo com a Rede, existe um apagamento da população trans no Censo do IBGE, que contribui para aumentar a violência contra essas pessoas; não existem dados oficiais sobre crianças e adolescentes trans no país e nem sobre a aplicabilidade do ECA e a ação dos Conselhos Tutelares em casos de violência motivada por transfobia; existe uma lacuna quanto à população indígena trans que leva à invisibilização da comunidade; a maioria dos assassinatos de travestis, homens e mulheres trans aconteceram em vias públicas; no que concerne à apuração dos fatos, percebe-se uma omissão do Estado frente a estes casos, quando não culpabilizam a própria vítima pelo seu assassinato. O dossiê destaca que a transfobia é “resultado da desigualdade social e da exploração capitalista. Ela é estrutural e o seu combate não deve ser isolado e sim articulado na luta contra todas as opressões” (Tathiane Aquino Araújo; Sayonara Naider Bonfim Nogueira, 2022, p.43).

Com o fim da ditadura, as promessas da “Nova República” e, apesar dos avanços e conquistas do movimento de travestis e transexuais organizados, o dispositivo do estigma continua operando no cotidiano, na imprensa e em outras instituições do país. Nosso compromisso ético, político, existencial permanece sendo o de combatê-lo.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Espacialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CAVALCANTI, Céu, BARBOSA, Roberta Brasilino e BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. “Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil pós-redemocratização”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. spe2, 2018, pp. 175-191.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

DELEUZE, Gilles. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/deleuze-gilles/o-que-e-um-dispositivo>>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1- A vontade de saber**. Graal: Rio de Janeiro, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: | n°1 edições, 2018.

MORANDO, Luiz. “Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969)”. In: GREEN, James e QUINALHA, Renan (org.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUfscar, 2014, pp. 53-81.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OCANHA, Rafael. “**Amor, Feijão, Abaixo Camburão**” - Imprensa, Violência e Trottoir em São Paulo (1979-1983). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2014.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

QUINALHA, Renan H. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964 – 1988). São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de São Paulo.

SIMÕES, Kleber José Fonseca. “‘Bonecas: faxina depois do desfile’: a atuação da Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador na prisão dos corpos dissidentes da cisheteronormatividade nos anos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira (1968-1978)”. In: RODRIGUES, R. C.; VERAS, E. F.; SCHMIDT, B. B. (Org.). **Clio sai do armário**: Historiografia LGBTQIA+. São Paulo: Letra & Voz, 2021, pp. 131-148.

SOUTO MAIOR JR, P. R.; SILVA, F. R. (Org.). **Páginas de transgressão**: a imprensa gay no Brasil. Uberlândia: O sexo da palavra, 2021.

SOUZA, Dediane. “**Dando o nome**”: Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-Ce a partir de um recorte do Jornal O povo. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós- Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade

da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

VERAS, Elias F.; SODÓ, Roberta S. **(In) Desejáveis: LGBTQIA+ e feminismo na imprensa de Alagoas (séc. XX)**. Maceió: Edufal. No prelo.

VERAS, Elias F. “Repressão e resistência LGBTQIA+ na ditadura civil-militar e na abertura em Maceió-AL”. In: ALMEIDA, Anderson S; TAVARES, Marcelo G. **Pacto de silêncio: O Golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas (Volume 2: Cultura, Narrativas e Trajetórias)**. Maceió: Edufal. No prelo.

VERAS, Elias F. **Travestis: Carne, tinta e papel**. Editora Appris: Curitiba, 2019.

VERAS, E. F.; PEDRO, J. M. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo e Argumento**, v. 6, pp. 90-109, 2015.

VIEIRA, Helena. “Jango Jezebel, fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil-militar no Brasil. In: VERAS, E. F.; PEDRO, J. M.; SCHMIDT, B. B. (Org.). **(Re)Existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023, pp.167-190.

\_\_\_\_\_ ; FRACCAROLI, Yuri. “Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia”. In: GREEN, James N., QUINALHA, Renan, CAETANO, Marcio e FERNANDES, Marisa (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, pp. 357-377.

# O passeio verde-amarelo pelas ruas das cidades: a festa do Sesquicentenário da Independência e as reatualizações do Golpe de 1964

Francisco Egberto de Melo<sup>1</sup>

VENHAM TODOS PARA A FESTA DA IRMÃ SELMA!!! EITA GLÓRIA!!! A BABILÔNIA ESTÁ RUIUNDO!!! SELVAAAAAAAAAAAAA!!! O GOLPE NÃO É DO PRESIDENTE BOLSONARO. O GOLPE NÃO É DAS FORÇAS ARMADAS. O GOLPE É DO POVO BRASILEIRO E SERÁ FATAL! NA JUGULAR DO SISTEMA. VAMOS DECEPAR A CABEÇA DA HIDRA! BR ❤️ 🍌 🍌 🍌 BR NÓS SOMOS A RESISTÊNCIA!

VENHAM TODOS PARA A FESTA DA IRMÃ SELMA!!!

O GOLPE É DO POVO BRASILEIRO E SERÁ FATAL!

---

1 Doutor em Educação. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação Prof História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap, EDITAL N° 07/2023 - FUNCAP PRÓ-HUMANIDADES. e-mail: francisco.melo@urca.br

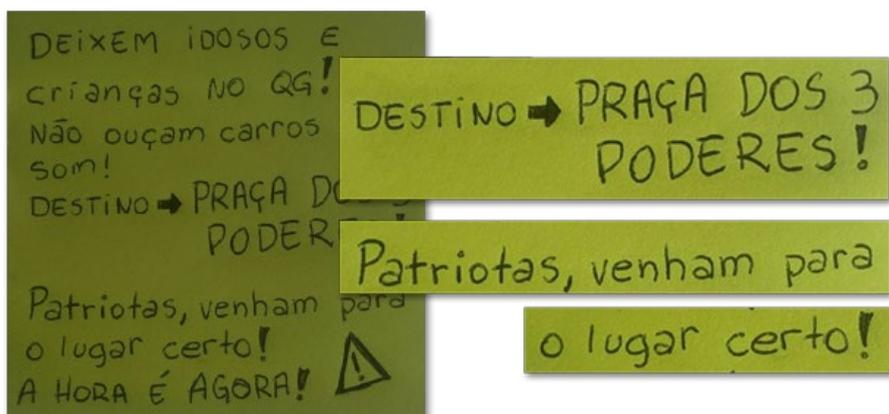


Figura 1 - imagens de mensagens que circularam no dia 04 de janeiro de 2023, quatro dias antes da tentativa do golpe de 08 de janeiro de 2023<sup>2</sup>

Não faz muito, maus brasileiros, tudo envidaram para que as forças do mal, impelidas de ventos sinistros, seriamente, ameaçavam os fundamentos mestres de nossa liberdade. Seria a nação dividida, aniquilada, a sua gleba manchada do sangue dos irmãos, cidades arrasadas, seus campos devastados. É que os vendilhões da Pátria, a serviço das potências de foice e martelo, urdiram, às ocultas, a trama da nossa escravidão<sup>3</sup>

Os dois extratos distam cinquenta e um anos, mas trazem em suas estruturas discursivas enunciados que se perpetuaram na República Brasileira, como possibilidade de fraturar a ordem do Estado Democrático de Direito tendo como desculpa o espectro do comunismo a ameaçar as liberdades democráticas. Ao mesmo tempo, é possível identificar a inversão das narrativas, uma vez que são os golpistas que se dizem defender a democracia e as liberdades, a exemplo do que ocorreu em 08 de janeiro de 2023.

Naquela data, milhares de pessoas vestidas com roupas camufladas e verde-amarelas pediram “intervenção militar já” para que as “Forças Arma-

2 Jornal O GLOBO, 05 de janeiro de 2024. Disponível em: [https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/cronologia-golpistas-atacam-congresso-planalto-stf-brasil.html?\\_ga=2.215811799.1168369541.1716934282-1523861730.1710761993](https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/cronologia-golpistas-atacam-congresso-planalto-stf-brasil.html?_ga=2.215811799.1168369541.1716934282-1523861730.1710761993) . Acesso em: 28 mai 2024.

3 Mensagem do General Oscar Jansen Barroso, 04 de setembro de 1972, à população do Ceará em cadeia de emissoras de televisão e reproduzida no Jornal O POVO no dia seguinte. APUD: MELO, 2006.

das salvem o nosso país”, o que nos evidencia que as ações civis e militares, dos anos de 1970, conseguiram influenciar as gerações daquele momento e dos tempos futuros, como assim prenunciavam os defensores do regime militar, a exemplo do General/Presidente Médici em seu discurso, de 07 de setembro de 1972, reproduzido em diversos jornais país afora, a exemplo do Tribuna do Ceará citado, conforme citado por Melo (2006, p. 134):

Nossos sacrifícios, influenciando nas gerações de hoje, influirão, ainda, com maior intensidade, nas gerações futuras.

Assim como fomos beneficiados do patriotismo daqueles que fizeram a Independência para que fôssemos hoje uma nação soberana, de nós depende, que a multidão incalculável dos compatriotas que nos há de suceder encontre um país amadurecido e poderoso, capaz de contribuir para a solução dos grandes problemas que afligem o mundo.

O presente artigo dialoga com as pesquisas que desenvolvi durante o mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC), no ano de 2006. Um novo contato com a documentação utilizada e a própria dissertação possibilitam ampliar a compreensão de anos atrás, agora com novos referenciais teóricos e metodológicos, a exemplo do conceito de “dispositivo” de Michel Foucault, entendido como:

Um conjunto decididamente heterogêneo, que comporta discursos, instituições, arranjos arquitetônicos, decisões regulamentares, leis medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: do dito, tanto quanto do não dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 2014, p. 45)

Assim, intento traçar os fios do dispositivo da cultura cívica dos espaços escolares e não escolares que se constituiu nos anos de 1970, durante o regime civil-militar (1964-1985), cujos resquícios são perceptíveis nos movimentos golpistas defensores da intervenção militar, como saída para o que eles consideram problemas nacionais atualmente.

A observação dos condutos discursivos nos indica um intenso movimento, nos anos de 1970, que buscava registrar e transmitir às gerações daquele momento e posteriores uma memória coletiva que se aproximasse, ao máximo, da vida cotidiana em substituição ao pensamento institucionalizado dos historiadores nas produções acadêmicas. Formou-se, assim, uma ampla rede de comunicação entre indivíduos, notadamente representantes do Estado Brasileiro e diversos grupos sociais, principalmente empresariais ou ligados a estes, que passaram a interpretar o passado no presente, tendo como referencial as expectativas de futuro. Criou-se, assim, um grande consórcio que passou publicamente a dar interpretações, gerar significados e capital simbólico de uma história e de uma memória cívica que tenderia a ser convertida “num assunto de pessoas comuns em situações vitais cotidianas que, pressionadas pelas condições exteriores de vida, entram em acordo umas com as outras e se asseguram de si mesmas no modo de memoração” (Rüsen, 2014, p. 95)

A escola e a educação teriam, neste sentido, um papel decisivo. Os espaços escolares, mas não somente, deveriam produzir conteúdos a serem levados publicamente à sociedade para constituírem diretamente uma história orientadora da práxis social, cujo caminho seria possível mediante a formação de uma consciência histórica, entendida aqui como “forma da consciência temporal humana, na qual a experiência do passado enquanto história é interpretada para o presente” (Rüsen, 2014, p. 97). Neste caso, uma consciência histórica perpassada pela cultura cívica.

Destaque-se que essa cultura cívica não acaba com o fim da ditadura civil-militar, o que pode ser percebido pelas diversas manifestações golpistas envoltas nessa cultura cívica, como denunciam as imagens iniciais dessa escrita. Da mesma forma, não se pode atribuir ao regime sua criação, a exemplo do que se passou com a disciplina de Educação Moral Cívica (EMC), para alguns pensada como sendo “uma nova disciplina para preencher o ‘vácuo ideológico’ deixado na mente dos jovens para que não

fosse preenchido pelas insinuações ‘materialistas e esquerdistas’” (Cunha e Góes. Apud, Melo, p. 22).

Embora criada a partir do Decreto-Lei de 12 de dezembro de 1969, a EMC tem suas origens no início da República, quando já era exigida nos programas das “matérias” a serem ensinadas no 1º e 6º Anos do curso secundário como Instrução Moral e Cívica, devendo constar:

noções positivas dos deveres do cidadão na família, na escola, na pátria e em tôdas (sic) as manifestações do sentimento de solidariedade humana, comemorações das grandes datas nacionais, dos grandes fatos da história pátria e universal, homenagens aos grandes vultos representativos das nossas fases históricas e dos que influíram decisivamente no processo humano (Decreto Nº 16.782 A – de 13 de Janeiro de 1925, conhecida como Reforma Rocha Vaz)

Foi a partir dessa longa duração da educação escolar brasileira fundada na Educação Moral e Cívica que trabalhei a ideia de construção de uma Cultura Cívica Escolar nos anos de 1970, notadamente por ocasião das comemorações do sesquicentenário da independência. Assim, a partir de documentos como recortes de jornais, discursos proferidos por representantes militares, empresariais e de outros setores, imagens, propostas curriculares, dentre outros, é possível identificar determinadas formas de sentir, agir, pensar e representar a cultura cívica durante a Ditadura Civil-Militar. Pode-se compreender que havia um projeto de indução a uma cultura nacional, aqui entendida como “um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 2006, p. 50). Neste caso, fundada na moral cívica.

O que tínhamos, portanto, nas ações e práticas escolares, empresariais, de sindicatos, do Estado etc. era uma produção de sentidos com vistas ao culto à “nação” e sua história em busca de uma identidade cívica e moral: “estes sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela

são construídas” (Hall, 2006, p. 51). Na prática do dia a dia eram valores a serem fortalecidos e outros a serem redefinidos socialmente ou mesmo excluídos, tendo diversos segmentos da sociedade participado deste processo.

## **Acordar cedo para celebrar a pátria e seu passado grandioso**

As escolas foram um dos principais, se não o principal, instrumento de construção e fortalecimento da cultura cívica nos anos de 1970, merecendo destaque as comemorações do sesquicentenário da independência em 1972. A campanha dos cento e cinquenta anos da independência ganhou notoriedade principalmente nas aulas de Estudos Sociais, Educação Moral Cívica (EMC) e Organização Social e Política (OSPB), seguindo as orientações/determinações do governo federal. Não por acaso, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, formou-se um consórcio cívico que envolvia o governo federal, a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada em 1968 para ser o principal órgão de propaganda do governo, o Ministério da Educação e Cultura e a Comissão Nacional de Moral e Cívica (CNMC), criada em 1969 para

influenciar e convocar a cooperação, para servir aos objetivos da Educação Moral e Cívica, das instituições e dos órgãos formadores de opinião pública e de difusão cultural, inclusive jornais, revistas, editoras, teatros, cinemas, estações de rádio e de televisão; das entidades esportivas e de recreação; das entidades de classe e dos órgãos profissionais; e das empresas gráficas e de publicidade (Art. 5º. § 2º Alínea d. Brasil, Decreto-Lei Nº 869 de 12 de setembro de 1969)

A considerar o que ocorreu no Ceará, os objetivos do consórcio e da CNMC foram contemplados com bastante eficiência. Diversos órgãos, associações, empresas, entidades, instituições etc. adeririam à propaganda oficial do governo sobre o civismo, notadamente ao longo do ano do Sesquicentenário. “As comemorações se constituíam de atividades esportivas,

desfiles militares e estudantis, pronunciamentos, solenidades hinos, bandeiras, demonstrações bélicas, festas em vias públicas e em clubes privados, conferências, palestras, mensagens, tiros, canhões” (Melo, 2006, p. 96).

Sem dúvidas, o ápice das comemorações foi o dia 07 de setembro de 1972. Naquele dia, as crianças e adolescentes das escolas brasileiras, nas mais variadas cidades, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, acordaram cedo, calçaram seus sapatos congá ou kichute, vestiram a farda cuidadosamente passada a ferro no dia anterior e se deslocaram para os locais das comemorações. Alguns levaram o caderno “Avante” com as fotografias da Transamazônica na capa, símbolo do desenvolvimento e da propaganda de segurança nacional do regime. O caderno seria uma ótima cola na hora de cantar os hinos da independência e nacional reproduzidos na contracapa e no verso da capa. Uniformemente vestidos em suas fardas impecavelmente limpas, deveriam desfilar semelhante aos pelotões militares em fileiras perfeitamente alinhadas em ritmos exatamente iguais ao som das marchinhas e dobrados executados pelas bandas militares e das próprias escolas, perante as principais autoridades civis e militares, nas principais avenidas de suas cidades.

Os jornais do dia não falaram de outra coisa. Na capa do Jornal O GLOBO, a manchete sobre o “Massacre de Munique: mobilização mundial contra o terrorismo”, apesar de estar em letras maiores, se perdia em meio às diversas outras manchetes como: “Entregue a Caetano<sup>4</sup> a Ordem do Mérito<sup>5</sup>”, “brilhou no céu da pátria nesse instante o sol da liberdade”, ou “A independência confirmada”.

No mesmo jornal, havia, ainda, um encarte exclusivo sobre a independência, o editorial e muitos artigos de opinião destacando a temática da Independência. Nem mesmo as empresas deixaram de seguir o padrão

---

4 Marcelo Caetano, então Presidente do Conselho de Ministros de Portugal.

5 Segundo o Art. 1º do regulamento da Ordem Nacional do Mérito, a ordem foi criada pelo Decreto-Lei nº 9.732, de 4 de setembro de 1946, com o fim de galardoar os cidadãos brasileiros que, por motivos relevantes, se tenham tornado merecedores do reconhecimento da Nação e os estrangeiros que, ajuízo do Governo, sejam dignos desta distinção.

da independência como a propaganda do Restaurante “O bigode do meu tio”, que fazia o chamado: “7 de setembro vai ser o DIA DA CRIANÇA no Bigode do Meu Tio. Depois da parada, enquanto a família almoça, todo mundo vai se divertir com o CIRCO DO ZÉ CARIOCA”. (O GLOBO, 7 de setembro de 1972, p. 2).

Às escolas somavam-se as emissoras de rádio, os jornais e a televisão na intensa propaganda referente ao Sesquicentenário como uma continuidade ao feito historicamente construído como “heroico”, como destaca o Jornal O GLOBO no encarte especial do 7 de setembro, O JORNAL DA INDEPENDÊNCIA, como tivesse sido publicada à época: “São Paulo, 7 de setembro de 1822 (Urgente) – um moço de 24 anos, nascido em Portugal, às margens do Ipiranga, acaba de declarar o Brasil independente de sua pátria de origem.... O gesto histórico se deu às margens de um pequeno riacho, o Ipiranga...” (O GLOBO, encarte, 7 de setembro de 1822/1972).

No Ceará, o *Jornal Tribuna do Ceará*, do dia 1º de setembro de 1972, trazia na capa a imagem alusiva ao início da semana de comemorações com o hasteamento da bandeira pelo coronel Adauto Bezerra, governador em exercício, e o general Oscar Jansen Barroso, comandante da 10º Região Militar, na Praça do Ferreira. Cada festa, cada ritual, cada desfile com a presença de militares de alta patente, reforçava as palavras do Presidente/General Médici proferidas na Vila Militar, por ocasião do aniversário da tomada de Monte Castelo, em 21 de fevereiro de 1970:

O País estava lentamente sofrendo uma cisão interna, dividindo-se entre uma minoria comuno-subversiva (...) e a grande maioria (obrigando as Forças Armadas a intervir para interromper o processo de subversão e evitar a desagregação e o caos...

Essa trágica situação, cujo flagrante foi lavrado em 31 de março de 1964, vem sendo resolvida com a firmeza de um trabalho persistente no duplo sentido de corrigir e recuperar os prejuízos do passado e do projetar o irresistível futuro da grande nação brasileira. (Médici, 1970, p. 28-29)

Os discursos e manifestações, que antecederam o Sete de Setembro de 1972, demonstram que havia um projeto de construção de sentidos nas diversas dimensões das comemorações que “podem ser entendidas como formas de orientação cultural, nas quais e com as quais os seres humanos experimentam, motivam e normatizam, legitimam e criticam, transmitem e modificam a sua práxis vital individual e coletiva” (Rüsen, 2014, p. 103).

No *Jornal Tribuna do Ceará*, da época, era possível encontrar uma coluna de um certo Dom Camilo. Nesta coluna, no dia 24 de abril de 1972, portanto poucos dias depois da comemoração do 180º aniversário de morte de Tiradentes, vinham diversas alusões à importância de iniciar as comemorações do sesquicentenário a partir do 21 de abril. Fazia-se, assim, uma linha de continuidade entre os dois “heróis”, tendo sido o primeiro precursor de Dom Pedro I, uma vez que Tiradentes havia levantado

a bandeira da Liberdade (Libertas Qua Será Tamn) – Liberdade ainda que tardai e fez de Vila Rica seu quartel general. E tinha objetivos patrióticos o movimento encabeçado por TIRADENTES conquistar a independência, livrado o Brasil do jugo da Corte Portuguesa. (*Jornal Tribuna do Ceará*, 1972, p. 3).

Era comum os jornais usarem as mesmas táticas de grafar os nomes dos “heróis da pátria”, em letras caixa alta, para chamar atenção, já que outros recursos gráficos mais atuais não eram disponíveis. A indução de uma possível ligação do movimento do alferes com o do príncipe é absolutamente questionável, pelo menos por dois aspectos. Primeiro que Dom Pedro era herdeiro da família real que havia decretado a pena de morte para Tiradentes, segundo porque a chamada Inconfidência Mineira foi um movimento local, voltado especificamente para Vila Rica e a região das Minas Gerais, ao contrário do que pretendia o príncipe herdeiro da coroa portuguesa.

As narrativas de um *continuum* histórico que interligava os heróis do panteão nacional se repetiam sempre. O General Médiçi foi muito além de “Dom Camilo”. No dia 22 de abril, o *Jornal Tribuna do Ceará* reproduziu o discurso do General/Presidente sobre as comemorações de 21 de abril.

Segundo o General, as chamadas “manifestações nativistas ensinaram as sucessivas gerações”. Os olhares deveriam voltar-se para os “que começaram a se afirmar como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor, para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias”.

Médici recorria a uma narrativa histórica construída ao longo do Segundo Reinado. Um patriotismo anacrônico elaborado nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, na segunda metade do século XIX, presente, por exemplo, no livro de Joaquim Manuel de Macedo, *Lições de História do Brasil*. Segundo Mattos, as narrativas sobre as guerras flamengas permitiam:

evidenciar a formação da nacionalidade. Por meio delas, além de ser sublinhada a função civilizadora da guerra – propiciadora, por exemplo, da aproximação entre as ‘três raças’ formadoras do povo brasileiro, sob a égide do elemento branco que organizara e comandara a resistência – constituía-se uma memória em torno dos fatos, símbolos, locais e personagens identificadores do Brasil os quais não apenas se contrapunham aos maus brasileiros como Calabar -, como também a uma memória e a uma história a exaltar os feitos e valores provinciais, sempre propícios à exaltação do federalismo. (Mattos, 1988, p. 43)

O General reforçava mais uma vez o discurso da democracia racial presente nos livros didáticos que sempre se referiam à luta pela expulsão dos holandeses como um “movimento nativista” fundador de um sentimento de amor à pátria chamada Brasil, apesar dessa nem existir, bem como a ideia de que as raças se uniram para lutar contra os estrangeiros, no caso “os holandeses”. Calabar, assim como os comunistas, não poderia ser perdoado. Da mesma forma, a festa do sesquicentenário deveria ser um momento de celebração à “consciência patriótica e a vocação para a fraternidade e a paz”(Discurso do general presidente reproduzido no *Jornal Tribuna do Ceará*, 22 de abril de 1972, p. 06).

A comemoração mais significativa ficou por conta da chegada dos restos mortais de Dom Pedro I ao Brasil, fazendo uma grande turnê pelas capi-

tais do país, passando por Fortaleza, em 9 de julho de 1972, e chegando ao Museu do Ipiranga exatamente no dia 7 de setembro do mesmo ano. Afinal, São Paulo era não só “o berço do Brasil independente, a cidade era também – e mais do que nunca – o coração econômico do país, a expressão do *Milagre Brasileiro*. E a cidade não parava. Era preciso velar, cuidar do herói morto, mas era preciso também festejar o progresso” (Cordeiro, 2012, p. 55).

Vale lembrar que o Presidente Jair Bolsonaro, em 2022, por ocasião das comemorações dos duzentos anos de independência, tentou repetir o feito de 1972, trazendo ao Brasil o coração do Imperador que, pela primeira vez, depois de 187 anos, deixou a capela-mor da igreja de Nossa Senhora da Lapa, na cidade do Porto, para uma rápida “visita” ao Brasil. Todavia, não teve grande repercussão esperada, tão logo terminaram as comemorações o coração do imperador retornou a Portugal e a imprensa deu pouca visibilidade, sequer divulgando os nomes das “autoridades” portuguesas que acompanharam a urna com o órgão do primeiro imperador brasileiro.

No Ceará, quem ocupou o lugar de herói local e nacional foi o General Humberto de Alencar Castelo Branco, para quem foi construído o mausoléu anexo ao Palácio da Abolição, sede do governo. Ali, encontram-se até hoje os restos mortais de Castelo Branco, primeiro general presidente da ditadura, e de sua esposa. Contraditoriamente, temos o mausoléu de um ditador ao lado de um Palácio da Abolição, o que tem gerado nos últimos tempos controvérsias e questionamentos.

As festas alusivas ao Sesquicentenário iniciadas com o 21 de abril foram feitas simultaneamente em diversas praças de bairros da capital cearense, uma forma de descentralizar e permitir uma maior participação da sociedade de forma geral, especialmente as camadas mais pobres, como na praça Marcílio Dia, Messejana; José Bonifácio, Pirambu; Matriz do Mucuripe; Mallet, Mondubim; e Matriz; além da Praça do Ferreira e Bandeira, Centro; e no Centro Comunitário, Henrique Jorge (Melo, 2006, p. 106).

Os desfiles, apresentações teatrais, hasteamentos de bandeiras, dentre outras atividades iam impregnando e sendo incorporados pela

sociedade, constituindo o que chamo aqui de “dispositivo”, ao me apropriar do pensamento de Michel Foucault: “leis, atos, falas ou práticas que constituem uma formação histórica... O próprio discurso é imanente ao dispositivo que se modela a partir dele” (Veyne, 2014, p. 54).

Nem mesmo a arquitetura urbana escapava ao dispositivo da cultura cívica, a exemplo da construção dos Centros Comunitários em diversos bairros pobres das grandes cidades do país. O Centro Comunitário Cesar Cals (nome de um dos coronéis que governaram o Ceará durante o regime militar) contava em 1972 com 5 mil associados, que poderiam usufruir da piscina, dos cursos de balé, de diversas modalidades esportivas em quadras e campo de futebol, além de cursos de formação para bombeiros hidráulicos, eletricitas, datilografia, dentre outros.

Em Fortaleza, além das festividades nos bairros, a grande apoteose do “Dia de Tiradentes”, em 1972, foi o Ginásio Paulo Sarasate que recebeu, segundo os jornais da época, 15 mil pessoas, entre estudantes e trabalhadores, que se acotovelavam para ver os voos rasantes dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), lançando bandeiras e panfletos alusivos às comemorações do dia. O dispositivo mistura, portanto: “vivamente, coisas e ideias (entre as quais a verdade), representações, doutrinas, e até mesmo filosofias, com instituições, práticas sociais, econômicas etc” (Veyne, 2014, p. 57)

A festa cívica de Tiradentes teve de tudo, execução de marchinhas tocadas pela Banda Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, do Colégio Profissionalizante Padre João Piamarta, no Ginásio Paulo Sarasate; missa campal com a presença do governador Cesar Cals que se somava às 3 mil pessoas; encenações teatrais que assemelhavam Tiradentes à imagem de Jesus Cristo, enquanto dos prédios eram arremessados panfletos com dados biográficos de Tiradentes e Dom Pedro I, papel picado e fitas verde-amarelas. Por fim, todos tiveram que parar para acompanhar o discurso do General/presidente nas redes de televisão e emissoras de rádio.

As comemorações e festejos à pátria foram se efetivando em práticas cotidianas que criavam uma estética simbólica e afetiva ao verde-amarelo

de uma história que se tornava “imediatamente visível, audível, palpável, vivencial com todos os sentidos”, porém em um processo de embevecimento e fantasia que, aos olhos de hoje, pode ser motivo “de lamentação e reflexão, de comoção, de fascinação ou de indignação moral” (Rüsen, 2014, p. 115-116).

O setor privado não se eximiu das festividades. O Clube Náutico Cearense, frequentado pelas famílias mais abastadas da cidade, iniciou as festividades cívicas da Independência em 25 de março, data alusiva à abolição da escravidão no Ceará. Naquele 25 de março de 1972, foi aceso o fogo olímpico na cidade de Redenção (nome em alusão à abolição). No dia 20 de abril, atletas do Clube Náutico iniciaram a condução do fogo olímpico para a cidade de Fortaleza, onde foi montada uma vigília cívica para receber o fogo e, posteriormente, conduzi-lo ao Palácio da Abolição. Ao chegar ao Palácio, a tocha foi recebida pelo governador Coronel César Cals que procedeu o acendimento da pira olímpica no Palácio, que permaneceu acesa até as 18h15 do dia Sete de Setembro daquele ano.

As festividades envolveram entidades patronais e trabalhadoras, sendo destaque em diversas cidades, como Senador Pompeu, Sobral, Crato e Crateús. Sempre em alusão ao Sesquicentenário, o 1º de maio foi comemorado por sindicatos de ambas as partes, sempre se destacando a harmonia e a solidariedade entre estado, trabalhadores e patrões. No Sindicato dos Empregados do Comércio, a abertura se deu com o discurso do presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Nos jornais da época, é possível encontrar a programação, ao longo dos meses, entre o Primeiro de Maio e o Sete de Setembro: programa supletivo voltado para o trabalho; direitos e deveres dos trabalhadores na Constituição; concurso de redação; Por que industrializar; cursos de datilografia; shows de artistas locais; inauguração da sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Óleos Vegetais e Animais do Ceará; exibição de slides sobre Higiene e Segurança do Trabalho; inauguração da Praça 1º de Maio,

na Avenida Aguanhambi, de onde deveriam partir os desfiles do Sete de Setembro, dentre outros (Melo, 2006, p. 111-112).

Clubes de futebol, quartéis militares, emissoras de rádio e televisão, jornais, empresas, sindicatos, todos se envolveram nas grandes mobilizações, seguindo os ritos do regime militar e da cultura cívica com suas festas, alegorias, símbolos e representações. Os jornais passaram a “Semana da Pátria” divulgando propagandas do estado e das grandes empresas locais. Em Fortaleza, o *Jornal Tribuna do Ceará* circulou com a propaganda do “governo da confiança”, slogan do estado, destacando pombas que voavam em direção ao sol com as palavras em destaque: “BRASIL: PAZ, AMOR E LIBERDADE”, juntamente com os símbolos do sesquicentenário.

Assim, como os governos estaduais, federal e municipais, as empresas particulares não deixaram por menos, afinal, “o discurso não é sustentado apenas pela consciência, mas por classes sociais, interesses econômicos, normas, instituições e regulamentações” (Veyne, 2014, p. 58).

A Ceará Motor, uma das principais revendedoras de carro, veiculou sua logomarca nos jornais ladeada dos símbolos do sesquicentenário; a Mesbla, rede nacional que em Fortaleza era a principal loja de magazine da cidade, divulgava propaganda destacando seu patrocínio ao fusca e corcel cupê que participavam do Raly da Independência entre os estados do Ceará e Piauí, com o slogan “é lutando pelo progresso que se constrói o brasil (sic)” (Melo, 2026, p. 116-117); a Varig, empresa de aviação, estampou nos jornais seus agradecimentos às 28 principais personagens que, segundo a propaganda, foram os principais responsáveis pela liberdade brasileira, dentre eles os inconfidentes, padres, republicanos, monarquistas e escravagistas.

## Considerações finais

Os exemplos aqui citados são apenas alguns de uma grande lista que demonstra a organização das festas cívicas durante a ditadura Civil-

-Militar com vistas à constituição de uma cultura cívica que justificasse o presente como resultado de um passado glorioso de grandes heróis e das grandes batalhas reforçadas pelos Generais golpistas que comandavam o país. Construía-se um discurso histórico de legitimação do presente numa espécie de teatro nacional que buscava envolver todos os atores da nação num espetáculo harmonioso, capaz de superar as diferenças de classe, gênero e raça numa linha de continuidade entre o passado e o presente apontando para um futuro “grandioso”. No futuro como no passado e no presente, o “país que ia pra frente” era representado nas grandes obras como a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, ou mesmo no Ceará a construção do Estádio Plácido Aderaldo Castelo, conhecido como Castelão.

Na idealização de personagens como Tiradentes e Dom Pedro I, em representações que percorriam as ruas das capitais, desfiles escolares e militares, contava-se uma história ao público que ia assimilando o sentimento de progresso, de ordem e do sacrifício que cada um deveria fazer em prol da Pátria e da harmonia da Nação, reforçando-se assim o lema do “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

As marchinhas referentes às “praias do Brasil ensolaradas, que a mão de Deus abençoou”, composição de Dom e Ravel, cantada pela banda “Os Incríveis”, que se disseminou nos quatro cantos do país, fortaleciam o sentimento de identidade com uma Nação que as crianças cantavam nos desfiles cívicos ou mesmo em casa, ao acordar, escutando ao pé do rádio: “eu te amo, meu Brasil, eu te amo”. Afinal, ninguém segurava a “juventude do Brasil” do desenvolvimento e da segurança nacional, pouco importando o que ocorria nos corredores das sedes do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) ou nos corredores dos quartéis e delegacias de polícia, longe dos holofotes das festas do sesquicentenário.

## Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto Nº 16.782 A – de 13 de janeiro de 1925. Reforma João Luiz Alves. Disponível em: <file:///C:/Users/franc/Downloads/Dialnet-ReformaJoãoLuizAlvesConhecidaPorLeiRochaVazDecreto-4891723.pdf>. Acesso em: 30 mai 2024.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da independência entre consenso e consentimento** (1972). Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2012.

FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault. In: **Ditos e Escritos**, Volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. p. 44-77.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MATTOS, Ilmar Rinaldi de. Lições de Macedo: uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. IN: MATTOS Ilmar Rinaldo de (Org.). **Histórias do ensino de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Access, 1988.

MEDICI, Emílio Garrastazu. **Nova consciência do Brasil**. Imprensa Nacional, s/local, s/d, 2a Edição)

MELO, Francisco Egberto de. **A cultura cívica escolar cearense (1963-1973)** – Na tapeçaria da História, entre o “Livro da Professora” e os festejos à Pátria e ao Progresso. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História em História Social. Universidade Federal do Ceará. Edilene Teresinha Toledo (orientadora). 2006.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.



# História e memória sobre o golpe e a ditadura no Ceará: o caso do jornal *O Povo*

João Teófilo<sup>1</sup>

## Introdução

Este texto buscará mostrar as aproximações do jornal cearense *O Povo* com a ditadura militar implantada com o golpe de 1964. Durante o período ditatorial, o *O Povo* era o jornal de maior circulação no estado do Ceará, e seus proprietários eram figuras proeminentes na política local, e que também estabeleciam alianças no cenário político nacional. Sua atuação esteve marcada pela defesa dos valores que nortearam o golpe e a ditadura, embora ao longo desse período tenha havido atritos pontuais com o regime. Pretende-se evidenciar como o jornal *O Povo* atuou durante o golpe, mas também em outros momentos do regime, diante de temas como AI-5, anistia, abertura política e a campanha Diretas Já. Esse percurso investigativo buscará evidenciar não apenas aquilo que foi expresso nas páginas do jornal, através de editoriais e colunas, mas também

---

1 Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP/UFMG) e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em História e Memória (NEPEHM/UEMG). É autor do livro *Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar*, fruto de sua dissertação de mestrado, que foi financiada com recursos do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6948602516395385> E-mail: [joaoteofilo.hist@gmail.com](mailto:joaoteofilo.hist@gmail.com)

as articulações políticas reais entre o jornal, seus proprietários e o regime ditatorial. Entende-se que estamos diante de um agente político que não apenas informou a sociedade sobre os acontecimentos daquele período, mas que atuou como ingrediente do processo histórico, sendo responsável por constituir o arco de alianças que deu sustentação ao golpe e à ditadura.

Os acontecimentos políticos que marcaram o golpe de 1964 e a ditadura militar têm, aos poucos, encontrado espaço em outras historiografias que não a produzida no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Isso evidencia a preocupação em buscar compreender esses eventos históricos a partir de uma perspectiva que não se restrinja aos centros de poder do nosso país, uma vez que estamos diante de eventos complexos que afetaram, por mais de duas décadas, todo o território nacional, em maior ou menor proporção. Não advogo com isso a feitura de uma “história regional”, na acepção mais simplista do termo, mas a necessidade de pensar esses eventos de maneira articulada, em que micro e macro possam estabelecer as devidas conexões de modo a compreender a complexidade do objeto em estudo. Mas, de igual maneira, a necessidade de trazer para o debate historiográfico outras histórias e outras memórias, com seus personagens e suas questões, refinando nossa compreensão sobre o tema.

Assim como em outros estados, o Ceará também foi palco de acontecimentos que evidenciam o alcance da política repressiva da ditadura. Mas igualmente foi palco de articulações políticas que demonstram que as oposições e os apoios ao regime não ficaram restritos aos grandes centros urbanos brasileiros. A história da ditadura comporta outros atores e cenários que oferecem possibilidades de análise instigantes, tanto na capital quanto no interior, como atestam, no Ceará, os trabalhos lançados nas duas últimas décadas (cf. Bezerra, 2004; De Farias, 2007; Duarte, 2009; Rabelo Filho, 2014; Teófilo, 2019).

Dito isso, este texto trará para o debate a respeito da imprensa brasileira durante o golpe e a ditadura um personagem importante para com-

preender essa história no Ceará: o caso do jornal *O Povo*, um dos principais periódicos, em circulação desde 1928. Trata-se do jornal cearense mais antigo ainda em circulação, sendo, no estado, o veículo impresso de maior evidência durante a ditadura.

Interessa a esta discussão compreender como esse jornal se posicionou em relação ao golpe de 1964 e a algumas questões ligadas à ditadura, a exemplo do Ato Institucional n. 5, o AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, atentando para a memória que posteriormente o jornal buscou forjar sobre sua atuação durante esse período. Farei isso não somente a partir daquilo que foi publicado nas páginas do *O Povo*, mas também buscando evidenciar as ligações existentes entre seus proprietários e editores com os sujeitos que estiveram no comando do país durante a ditadura.

Para o contexto estudado, a imprensa oferece subsídios importantes tanto porque ela se constitui como sujeito histórico ativo e, portanto, objeto de investigação, e também porque permite mapear posições no campo liberal, além de traduzir a complexidade do processo de construção da memória social sobre o período (Napolitano, 2017).

## ***O Povo*: um jornal “político e revolucionário”**

O jornal *O Povo* foi fundado por Demócrito Rocha e Paulo Sarasate em 7 de janeiro de 1928, na capital cearense, Fortaleza. Durante o período ditatorial, o jornal conseguiu se consolidar como um dos maiores jornais cearenses, servindo muitas vezes de parâmetro para outras publicações da capital, que se baseavam quase que integralmente em seu noticiário (Vidal, 1994).

No contexto ditatorial, o *O Povo* assumiu a posição de um jornal “político e revolucionário”, ou seja, sua identidade esteve claramente articulada ao projeto de poder em curso naquele momento. Em editorial de janeiro de 1974, publicado por ocasião dos seus 46 anos de fundação, o jornal se colocou para os seus leitores nestes termos:

Político e revolucionário, eis uma tradição do O POVO. Não haveria de faltar agora com a sua simpatia e o seu apoio à Revolução de 64, pelos princípios que a nortearam e pelos objetivos que se propôs. Não abdica, porém, do direito de sugestão, crítica e discrepância, mas o exercita sem ânimo de contestação. Porque a intenção que o move é o da colaboração e seu desejo é o de que a Revolução alcance as suas metas econômicas, sociais e políticas, institucionalizando-se definitivamente e ingressando no estado de Direito a que todos almejamos.<sup>2</sup>

O apoio ao golpe e a ditadura era explícito, estando o jornal afinado aos princípios “revolucionários”, demonstrando publicamente o seu colaboracionismo. Embora afirme que não abdica da crítica e da discrepância, procura deixar claro a partir de qual lugar isso ocorre, ou seja, não é o da contestação, como para afirmar que eventuais críticas à ditadura não significam se opor ao projeto de poder imposto pelo golpe de 1964.

Para melhor compreender esse papel de “jornal revolucionário”, interessa evidenciar quem eram os proprietários do jornal e seus jornalistas, e o que significavam na correlação de forças da política cearense, mas também nacional, naquele contexto. Paulo Sarasate, um de seus fundadores, é uma figura central para esse entendimento. Político ligado à União Democrática Nacional (UDN), partido político fundado em 1945, de orientação conservadora, pelo qual foi governador do Ceará entre 1955 e 1959, além de deputado estadual e federal e senador. Além disso, era amigo próximo de Castelo Branco, primeiro general presidente. Tamanho era o seu prestígio que Castelo pretendia nomeá-lo governador do Ceará, algo não concretizado em razão de problemas de saúde enfrentados por Sarasate. Diante de tal infortúnio, o nome do novo governador cearense, que àquela altura substituiria o coronel Virgílio Távora, foi uma indicação de Sarasate (De Farias, 2012).

Paulo Sarasate, que ocupou o cargo de diretor-presidente do *O Povo* até 1968, ano de sua morte, mostrou-se um ardoroso defensor do golpe e

---

2 *O Povo*, 08/01/1974, p. 3.

da ditadura. Era uma figura política influente, sendo um dos articuladores políticos que costurou apoios à ditadura no Ceará e protagonista da fundação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) no estado, partido de sustentação à ditadura fundado a partir da imposição do bipartidarismo, ao qual se filiou após a extinção da UDN (Rabelo Filho, 2014).

Com a morte de Sarasate, a presidência do jornal foi ocupada por Creusa Rocha, que ficou no cargo até 1974. Após este ano, a presidência foi ocupada por Albanisa Rocha Sarasate, viúva de Paulo e ex-primeira-dama do Ceará, onde ficou até o ano de 1985. Albanisa, durante o tempo em que esteve à frente do *O Povo*, buscou manter as alianças políticas estabelecidas por seu marido anos antes, não se afastando dos círculos da elite cearense e mesmo nacional. O próprio jornal, em diversas ocasiões, noticiou encontros de sua diretora-presidente com figuras ligadas ao estado ditatorial. É possível citar encontros com o general João Baptista Figueiredo e o ministro Armando Falcão, e também com governadores cearenses, a exemplo dos coronéis Aduino Bezerra, Virgílio Távora e César Cals. Este último, por ocasião da inauguração da nova sede do jornal, afirmou que o *O Povo* era um espaço acolhedor para todos aqueles que chegaram “(...) à função pública por vontade da Revolução de março de 1964”.<sup>3</sup> Afora isso, o jornal também noticiou a presença de Albanisa em missa comemorativa ao aniversário da “revolução”, na qual se deixou fotografar cumprimentando autoridades militares (Teófilo, 2019). Ou seja, prestigiar o regime e seus representantes era algo que não se fazia apenas nas páginas do jornal, uma vez que estamos falando de situações concretas que se refletiam nas publicações. Em outras palavras, não se trata apenas de discurso jornalístico, de palavras impressas, mas de laços reais exercidos no cotidiano da política.

Em relação ao governo do coronel Virgílio Távora, que esteve à frente do executivo estadual por dois mandatos (1963-1966 e 1979-1982), im-

---

3 *O Povo*, 07/01/1974, p. 1.

porta mencionar sua relação próxima com o jornal *O Povo*. Durante o período em que foi governador, o jornal se beneficiou de maneira significativa com verbas publicitárias oriundas do governo estadual, que chegaram a representar 60% de seu faturamento. Távora foi articulador de uma “modernização conservadora” no Ceará, sendo essa “febre desenvolvimentista” bastante positiva para o jornal, ao ponto de, segundo a jornalista Márcia Vidal, passar a desempenhar “o papel de autêntico porta-voz oficial do governo Virgílio Távora” (1994, p. 91). Ainda de acordo com Vidal,

Ao final da administração Virgílio Távora, o saldo era extremamente positivo para o jornal “O Povo”. A instalação do telex, o aumento de sua circulação em torno de 20%, a introdução de inovações gráficas e as pesquisas que o colocavam como o jornal mais lido do Ceará, deixavam-no numa posição privilegiada diante dos outros veículos de comunicação (...) (Ibidem, p. 91-92).

Além de Albanisa Sarasate na presidência, a gestão do jornal era composta, em parte dos anos 1970 e 80, da seguinte forma: José Raimundo A. Costa, José Caminha Alencar Araripe e Demócrito Rocha Dummar eram diretores; Nivardo S. Cabral era diretor industrial; Oswaldo Lima Jr era diretor comercial; e José Caminha Alencar Araripe era também diretor editor. Quanto a esse último, vale mencionar que anteriormente foi vereador e prefeito interino de Fortaleza pela UDN, presidente da Associação Cearense de Imprensa (ACI), e em 1964 chegou a participar do ciclo de estudos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Esses ciclos, que reuniam intelectuais defensores dos ideais golpistas de 1964, tinham como objetivo disseminar para uma elite civil as doutrinas da Escola Superior de Guerra (ESG) (Da Silva, 2012).

Durante as décadas de 1970 e 1980, o jornal irá se consolidar como Empresa Jornalística O POVO Ltda, vivenciando um processo de expansão que se expressa pela construção de uma nova sede, o Edifício Demócrito Rocha, pela modernização de sua estrutura através da compra de novos equipamentos, pelo aumento do seu número de páginas e pela criação de

representações comerciais em estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além da inauguração de uma sucursal em Brasília, no ano de 1975. Seu público leitor não se restringia a seu estado de origem, sendo o jornal comercializado em estados como Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Bahia, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas e Distrito Federal.

As vinculações político-partidárias dos proprietários do jornal *O Povo* são sintomáticas do lugar que o jornal buscou ocupar no contexto ditatorial, qual seja, o de um jornal “político” e “revolucionário”. Não por acaso, sobretudo durante as eleições estaduais, o jornal, publicamente, defendia os ideais arenistas, ao passo que sempre manteve um tom crítico à atuação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição à ditadura, no contexto estudado. Ou seja, estamos diante de um jornal que teve como marca o proselitismo político, defendendo os interesses de uma elite política vinculada à UDN e, posteriormente, à Arena.

## **O jornal O Povo diante do golpe e da ditadura**

Nesta parte, interessa compreender os posicionamentos do jornal *O Povo* em relação ao golpe de 1964 e à ditadura. Para tal, buscarei mostrar como questões centrais foram tratadas pelo jornal, a exemplo do próprio golpe, e também temas como AI-5, anistia, abertura política e eleições diretas para presidente da República. Haja vista não ser possível aprofundar outras questões em razão das limitações de um texto desta natureza, os temas escolhidos dão conta de atender aos propósitos deste texto, apreendendo a essência da postura do jornal.

Juntando-se a outros representantes da grande imprensa brasileira, a exemplo dos jornais *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Estadão*, o jornal *O Povo* foi favorável à deposição de João Goulart. Para o jornal, aquele evento significou a “salvação” do Brasil diante da iminência do “perigo comunista”. Aqueles que solaparam a democracia foram considerados como “forças

democráticas”. As páginas deste periódico estavam em consonância com os seus proprietários, incumbidos de se somar a outras forças políticas que ajudariam a consolidar uma ditadura no Brasil.

Nos anos seguintes a 1964, o jornal seguiu reforçando os argumentos que legitimavam o golpe e a ditadura. Através de editoriais e colunas, defendeu que os ideais de 1964 foram o restabelecimento da democracia e a garantia da liberdade.<sup>4</sup> Nesse sentido, o jornal atuou não apenas como força política que legitimava perante a opinião pública determinado projeto de poder em curso, mas também como elemento constituinte de uma memória que igualmente serviu como instrumento de legitimação.

**Figura 1:** capa do jornal *O Povo* de 01/04/1964.



Fonte: *Manchetempo*. Disponível em: <https://manchetempo.uff.br/?p=1236>

É importante, entretanto, compreender que essa atuação não ocorreu de maneira estanque. Os discursos relacionados ao golpe e à ditadura, embora contenham elementos cristalizados, estão sujeitos a descolamen-

4 *O Povo*, 22/11/1983, p. 4.

tos e reposicionamentos ocasionados pelas questões postas em conjunturas específicas. Nesse sentido, embora não seja possível afirmar que o jornal *O Povo* mudou de posição a ponto de migrar para o campo de oposição ou resistência à ditadura, houve mudanças nessa relação, ainda que estas estejam longe de indicar qualquer ruptura. A memória e os elementos que a constituem estão sujeitos a mudanças, a revisões, aos quais o historiador precisa estar atento.

Com o passar do tempo, notadamente a partir do final dos anos 1970, os editoriais e colunas do jornal passaram a trazer críticas ao que se considerou como um “desvio de rota”. Segundo essa leitura, o golpe de 1964, defendido ainda a partir de uma perspectiva revolucionária, teria, por essência, um caráter “nobre”. Ou seja, havia princípios que teriam norteado tal evento de modo a assegurar a democracia “ameaçada” por João Goulart e seus apoiadores, mas que teria sido “salva” pelas Forças Armadas a partir do “clamor popular”. Em outras palavras, o golpe teria “ideais democráticos” que, com o passar o tempo, estavam sendo deixados de lado, havendo, em alguns aspectos, um desvio dos “propósitos originais” da “revolução” de 1964. De acordo com essa leitura, também presente em outros grandes jornais da época (*cf.* Napolitano, 2017), as questões negativas apontadas não seriam consequência do golpe, mas, antes, resultado do “abandono” dos princípios “originais”. Essas críticas, vale frisar, não significaram uma contestação ao golpe de 1964 e à ditadura; não se propunham a modificar a versão que o jornal tinha sobre esses eventos, uma vez que a ditadura continuou sendo defendida a partir de um viés sacralizado.

Soma-se a isso o fato de que os endurecimentos do regime chegaram a ser vistos pelo jornal como uma resposta à atuação da oposição. Ou seja, os desvios e retrocessos não seriam obra exclusiva dos militares, mas resultado de pressões exercidas pela oposição que, atropelando o processo político “revolucionário”, radicalizava a realidade política.

Isso ficou evidente quando da instauração do AI-5. Para ilustrar esse ponto, recorrerei ao editorial publicado pelo *O Povo* em 16 de dezembro de 1968, intitulado “A esperança que resta”:

(...) Não há dúvida de que se trata de um retrocesso, contrariando as diretrizes e os propósitos da Revolução, que haviam sido fixados através da Constituição de 1967. Contrariando inclusive o desejo muitas vezes manifestado do Presidente da República de manter até o fim as normas constitucionais recebidas do Governo anterior. Um retrocesso que desta vez envolveu a própria imprensa, conservada incólume nas crises anteriores. Imperioso é reconhecer, todavia, que os elementos que se opõem à Revolução foram os verdadeiros artífices da situação a que chegou, forçando o Governo a encaminhar-se para uma solução excepcional. É necessário reconhecer que certos setores da Oposição não se limitavam a cumprir seu dever dentro das regras democráticas. Vinham recaindo no sentido de destruir o regime instituído em 1964, o que importaria na volta ao passado, o que a maioria do povo não deseja. Numerosos são os fatos indicadores desta disposição destrutiva da oposição. O discurso do sr. Marcio Moreira Alves injuriando as Forças Armadas foi o clímax de um processo de ataque sistemático à Revolução e seus objetivos (...). Não nos comprazemos com medidas de força, pois isto não é de nossa índole. Mas já que de novo enveredamos, infelizmente, pelo caminho dos atos institucionais, o que esperamos é que o Governo saiba fazer uso adequado dos extraordinários poderes de que se investiu. Em primeiro lugar, não se excedendo no uso dos instrumentos de que se tornou possuidor. Em segundo lugar, utilizando os poderes para combater abusos tanto na esfera política quanto nos setores econômicos e sociais (...).<sup>5</sup>

Neste editorial, o jornal reforça, em grande medida, os argumentos da própria ditadura para a implementação do AI-5, culpando aqueles que se oporiam à “Revolução” como responsáveis pelo endurecimento do regime. Portanto, para o jornal, o AI-5 seria uma resposta a pressões externas e, embora o considere um retrocesso, justifica sua necessidade em virtude

---

5 *O Povo*, 16/12/1968, p. 4.

“disposição destrutiva da oposição”. Ainda no editorial, inclui nessa oposição o Legislativo, os Executivos estaduais e municipais, o clero e o movimento estudantil. Ou seja, a culpa seria de todos, menos da ditadura. Para o jornal – assim como para o regime – os atos de radicalização não seriam obra do próprio projeto ditatorial, mas da atuação das oposições, que insistiam em se contrapor à “Revolução”, levando-a a um endurecimento.

Embora tenha defendido a ditadura mesmo com a implementação do AI-5, o jornal *O Povo* não foi poupado do recrudescimento ditatorial resultante de tal ato. Jornais simpáticos ao regime não sofreram uma censura mais intensa. Afora a defesa dos ideais “revolucionários”, esses jornais costumavam acatar as determinações ditatoriais sobre o que não poderia ser publicado, praticando uma autocensura não necessariamente por medo de represálias, mas por pura conveniência com a ditadura. Ocorre que, mesmo nesses casos, não estiveram a salvo da repressão.

No caso do *O Povo* especificamente, um episódio é bastante significativo para ilustrar essa questão, embora as circunstâncias nas quais esse episódio ocorreu estejam longe de sinalizar uma resistência à ditadura dentro do jornal. Em 1971, o jornal publicou, em reportagem de capa, sobre a prisão, em Fortaleza, da militante Jane Vasconcelos Dantas, ligada à Aliança Libertadora Nacional (ALN).<sup>6</sup> Na ânsia de criar um furo de reportagem para sair à frente do jornal *Correio do Ceará*, seu principal concorrente, a notícia foi publicada sem o aval dos militares. A Polícia Federal, com a justificativa de que a notícia poderia servir de propaganda para o terrorismo e prejudicar as investigações em curso, acabou apreendendo a edição (Teófilo, 2019).

Na edição seguinte, o jornal reproduziu, em seu editorial, o ofício que havia sido encaminhado por sua direção ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, com cópia para a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Associação Cearense de Imprensa (ACI):

---

6 *O Povo*, 15/02/1971, p. 1.

Comparecemos à presença de Vossa Excelência, a fim de manifestar nossa estranheza pelo procedimento da Polícia Federal do Ceará, apreendendo exemplares da edição de ontem do jornal O POVO, em virtude de notícia sobre a prisão de elemento subversivo. Referida notícia fora, efetivamente, proibida pela censura há vários dias sob pretexto de não prejudicar as diligências em curso. Ocorre que tendo sido as informações a respeito fornecidas agora pela Auditoria Militar, que marcou audiência para o próximo dia 25 a fim de ouvir a subversiva presa, supôs o jornal que não houvesse mais o impedimento antes determinado. Lamentamos a atitude da Polícia não pelo prejuízo material mas pelo sentido de injustificável punição a um jornal respeitável com assinalados serviços aos ideais democráticos da Revolução que a arbitrariedade da polícia tantas vezes compromete. Externamos a Vossa Excelência nosso veemente protesto.<sup>7</sup>

A apreensão do jornal foi vista por sua direção como um episódio humilhante, sobretudo por considerar seu histórico de apoio à “Revolução”. A punição estava sendo praticada contra um aliado da ditadura e não um opositor, o que para o jornal seria um ato injustificável. Uma afronta não apenas a um aliado de primeira hora do regime, mas uma atitude que, segundo o jornal, comprometeria os “ideais democráticos da Revolução”.

Cabe assinalar que os jornais foram elementos essenciais na constituição de memórias sobre os anos da ditadura. De igual maneira, muitos dos jornais daquele período, anos mais tarde, buscaram forjar autoimagens sobre sua atuação, construindo narrativas de memória permeadas por silêncios e distorções (Teófilo, 2014). Há, portanto, aspectos “esquecidos” que buscam dar sentido a narrativas de resistência que não encontram correspondente na realidade, operando com deslocamentos de sentido que incluem novos elementos às memórias (Rollemberg, 2006, 2010).

No caso do *O Povo*, o episódio da apreensão de 1971 foi usado anos mais tarde para que o jornal recontasse sua trajetória durante os anos de chumbo. Em 2008, por ocasião de seus 80 anos, foi lançado um caderno

---

7 *O Povo*, 16/02/1971, p. 1.

comemorativo que, entre outras coisas, trata da reação de setores da sociedade ao AI-5. Em texto intitulado “A censura e a reação”, o jornal buscou se inserir em um lugar que não esteve durante a ditadura:

(...) o Brasil viveu momentos de tensão numa rede de vozes protagonizadas pelos militares, imprensa, acadêmicos, sociedade civil e parlamentares. O governo militar começa a perder apoio da imprensa e O POVO reforça sua cobertura crítica dos atos federais, ecoados em todo o Brasil. Ao mesmo tempo, o jornal perde espaço de cobertura local, sendo submetido a matérias de agências filtradas pela censura do regime. O editorial, em determinados momentos, era o único que se aproximava de revelar uma leitura do contexto nacional. (...) O POVO é submetido a contar a história de um dos períodos mais autocráticos do País apenas sob o olhar da palavra oficial do Governo. O espaço para o noticiário político se reduz e as grandes reportagens dão lugar a notas, cotidianamente (...).<sup>8</sup>

No texto acima, a ditadura é tratada como um corpo estranho ao jornal, alheio a seus princípios editoriais. O lugar de crítica que o jornal reivindica anos mais tarde busca silenciar as relações próximas cultivadas com a ditadura e seus agentes. Busca-se construir uma memória na qual o jornal passa de colaborador a crítico, reposicionando-se naquela correlação de forças de modo a encobrir o tom elogioso que marcou essencialmente a forma como a ditadura foi tratada pelo jornal.

Outras agendas do período ditatorial igualmente evidenciam a proximidade do *O Povo* com o regime. Isso ficou claro em discussões relacionadas ao projeto de abertura política da ditadura, a anistia e a campanha pela volta da eleição direta para presidente da República. Foram momentos em que vários setores da sociedade civil organizada estiveram buscando abreviar a duração da ditadura, defendendo projetos que visavam a retirada dos militares do poder e a redemocratização do país.

---

8 Caderno especial *O Povo* 80 anos. Fortaleza, 2008, p. 62.

Para que obtivesse êxito completo, o projeto da ditadura necessitava da subordinação completa da sociedade civil aos objetivos e prazos estabelecidos pelos militares. Na avaliação de Maria Celina D'Araújo (2012), esse projeto teve a preocupação de isolar os setores que mais resistiam à retirada do poder e controlar o ritmo de mudanças para impedir maior protagonismo de setores da sociedade que demandavam a redemocratização. A meta era isolar setores militares adeptos do terrorismo – que não aceitavam o retorno de um governo civil – e também impedir que a oposição civil impusesse, via mobilização social, a sua agenda de mudanças. O ritmo da abertura e seu conteúdo seriam controlados pela ditadura, o que ficou conhecido como *transição pelo alto* ou *transição por transação*.

Nessa disputa, muitos dos editoriais do jornal criticavam a atuação das oposições, defendendo que a abertura política deveria ser protagonizada pela ditadura, sendo, pois, a conclusão de um “processo revolucionário” que havia se iniciado em 1964. Muito se falou da atuação das oposições que estariam agindo para atrapalhar esse processo, não raro sendo relacionadas, de maneira genérica, àqueles que haviam sido derrotados em 1964 e que, através de suas lutas, a exemplo da anistia ampla, geral e irrestrita, estavam querendo voltar ao poder.

Esse mesmo tipo de leitura foi identificado no momento da campanha Diretas Já, quando as mobilizações pelo retorno à eleição direta para presidente da República chegaram a ser minimizadas em algumas colunas. Themístocles de Castro e Silva, político filiado à Arena e também jornalista, associou os comícios à tentativa de uma chegada das esquerdas ao poder, através de Leonel Brizola:

O “showmício” de terça-feira, no Rio de Janeiro, mostrou que as esquerdas, com Brizola à frente, estão mesmo a poucos passos do poder. Para tanto, só falta uma coisa: eleições “diretas, já”, de acordo com o “slogan” que anda inquietando a Nação inteira. Também mostrou que o povo tem memória cada vez mais fraca, pois o baderneiro de ontem, responsável por incalculáveis prejuízos ao País, hoje é a grande esperança para esquecidos e desorientados. Pela TV, a coisa foi uma;

pelas fotos dos jornais, outra bem diferente. Essa conversa de 1 milhão de pessoas é a maior balela dos últimos anos (...).<sup>9</sup>

O repertório discursivo relacionado ao golpe de 1964 foi reavivado em vários momentos, de modo a associar os derrotados do período a diferentes lutas que surgiriam no contexto da abertura política. Portanto, a leitura que se fez foi de uma disputa permanente, que considerava que os inimigos do regime, embora derrotados em 1964, estavam novamente agindo em outras frentes, como na luta por anistia e na campanha Diretas Já.

Importa assinalar que em relação ao tema das diretas é possível identificar uma divergência entre as colunas e os editoriais. Estes últimos passam a sinalizar uma sintonia com a campanha que movimentou o Brasil, esboçando críticas ao pleito indireto e a situação econômica que o país atravessava naquele momento:

(...) O Brasil chega aos 84 anos como República imerso na maior crise econômica e política de toda a sua história. A dívida externa ascende já a 102 bilhões de dólares e o obriga a fazer toda sorte de concessões para ganhar as boas graças dos credores. No plano político a questão da sucessão presidencial galvaniza as atenções dos diversos partidos, tudo levando a crer que embora a ideia da eleição direta tenha sido aventada pelo próprio Presidente da República, possivelmente como simples balão de ensaio, ainda desta vez prevalecerá a escolha por via indireta, através de um colégio que muito deixa a desejar em matéria de legitimidade.<sup>10</sup>

Nos estertores da ditadura, os editoriais do jornal passaram a esboçar um descontentamento que destoava de outras colunas, sinalizando que enquanto parte dos jornalistas seguia presa aos princípios do regime, os editorialistas buscavam se sintonizar aos ventos de mudança que sopravam pelo Brasil. É, pois, somente no contexto das Diretas Já que o jornal

---

9 *O Povo*, 13/04/1984, p. 4.

10 *O Povo*, 15/11/1983, p. 4.

esboça uma tímida mudança editorial, como que a forjar uma conversão de última de hora.

## **Considerações finais**

As ditaduras não se sustentam sozinhas. Existem articulações sólidas com outros setores da sociedade que, comungando dos mesmos interesses, impõem um projeto de poder. Setores do empresariado e imprensa estiveram entre aqueles que, ao lado dos militares, fizeram acontecer uma ditadura que ficou pouco mais de duas décadas no poder e que, através de uma abertura controlada, voltaram aos quartéis sem nunca terem sido responsabilizados por seus crimes. Aliás, esse modelo de abertura encontrou apoio em muitos jornais, entre os quais o *O Povo*, que defendeu que a saída dos militares do poder deveria seguir o roteiro planejado pela própria ditadura, sem a interferência de atores externos ao meio castrense.

Essas articulações são complexas e nem sempre se explicam a partir da noção de trincheiras, como já nos advertiu a historiadora Denise Rollemberg (2010). Os apoios não são lineares e a cada conjuntura pode haver reposicionamentos, alguns dos quais estratégicos, indicando que as dinâmicas do mundo político são marcadas por disputas, e que os aliados de um regime também podem ser alvos da sanha repressiva típica de governos ditatoriais, sem que isso descambe para rompimentos. Assim como a ditadura não foi una, sendo composta por agentes que disputavam espaços de poder entre si, seus apoiadores também não agiram monoliticamente ou foram completamente passivos diante do regime, pois a eles interessava que a ditadura tomasse determinados rumos. Assim, agiram para interferir nos rumos da vida política do país, fazendo pressões através dos meios que dispunham. No caso dos jornais, através de editoriais, colunas e reportagens, mas muitas vezes também através dos bastidores, uma vez que muitos mantinham proximidade com os donos do poder.

Nos últimos anos, a consolidação da historiografia sobre a ditadura tem permitido uma compreensão mais complexa sobre o período. Isso significa trazer para o debate distintas regiões do país, revelando que embora existam conexões com os poderes de Brasília, nos estados da federação a ditadura chegou a ter dinâmicas políticas próprias, em consonância com os interesses locais. Explorar essas peculiaridades significa potencializar nosso conhecimento sobre um período que é central para entendermos o Brasil do passado e do presente, de modo a identificar as rupturas, mas também as permanências que ainda hoje interferem no país. Passados sessenta anos do golpe e quase quarenta do fim da ditadura, esses eventos ainda oferecem repertórios para entendermos o Brasil atual, cujos princípios que constroem ditaduras ainda seguem animando setores da sociedade.

## Referências

BEZERRA, Viviane Prado. *Memória política de Sobral: A ditadura militar em foco*. Trabalho monográfico. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), 2004.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Limites políticos para a transição democrática no Brasil. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula; GRIN, Monica (org.). *Violência na história: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

DE FARIAS, Airton. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

DE FARIAS, Airton. *História do Ceará*. 6ª ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2009.

RABELO FILHO, José Valdenir. *A “Princesinha do Norte” em tempos de autoritarismo: legitimidade, consenso e consentimento*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2014.

DA SILVA, Michel Goulart. Os ciclos de estudos da ADESG e a formação de “elites civis”. *Revista Técnico Científica (IFSC)*, v. 3, n. 1, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos ibero-americanos*, v. 43, n. 2, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. O esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. Novas perspectivas. São Carlos: Edufscar, 2006.

TEÓFILO, João. *Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar*. Curitiba: Appris, 2019.

TEÓFILO, João. Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014). *Revista Historiar*, v.5, n.9, 2014.

VIDAL, Márcia. *Imprensa e poder: O I e II veterados (1963/1966 e 1979/1982) no jornal O Povo*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

# **Da “União pelo Ceará” ao Partido Arena (1962-1965): transmutações e desentendimentos na manutenção do esquema político de 1962 na imprensa cearense.**

Jucelio Regis da Costa<sup>1</sup>

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise histórica do processo de transmutação da União pelo Ceará em partido ARENA, de base política do regime civil-militar brasileiro durante os anos de 1965-1979. O processo analítico se faz em três fases importantes: a primeira, a formação e atuação da aliança anticomunista intrapartidária, reconhecida como coligação no TRE-CE (UDN, PSD e PTN), com duração de 1962 a 1965; em seguida, decorrente do AI-2, das eleições de outubro de 1965 e da reformulações jurídico-partidárias, a aliança unionista se reconfigura em União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará (UPRC), aglutinando novas

---

1 Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), orientado pelo professor Luís Edmundo de Moraes. Professor temporário lotado no Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no setor de História Contemporânea. E-mail: elielasafe@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2002116403494703>

forças políticas e servindo como instrumento de projeção para a sucessão estadual em 1966, num total de 59 dos 65 parlamentares estaduais. Entre afirmações identitárias de cunho anticomunista, de “revolucionários” e dos desentendimentos antivirgilistas e governistas, o esquema unionista sobrevive, chegando numa terceira fase, que foi a sua transmutação em partido ARENA. O processo de transmutação esteve marcado por diversos conflitos internos, sendo amplamente noticiado pelos principais periódicos, como *O Povo*, *Unitário*, *Correio do Ceará* e *Gazeta de Notícias*, testemunhando os empreendimentos dos grupos políticos na participação da agenda do governo ditatorial vigente.

## A União pelo Ceará

Em 26 de agosto de 1962 surgiu a União pelo Ceará. Os três principais partidos cearenses do campo das direitas, como Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Nacional (PTN), representados respectivamente por seus líderes partidários, Waldemar Alcântara, Gentil Barreira e Parsifal Barroso, firmaram um acordo político para a disputa eleitoral em 1962, com duas linhas de ação: “projetar o Estado no cenário nacional”<sup>2</sup> e conter o avanço das esquerdas no estado.

O principal candidato das direitas cearenses era o coronel Virgílio Távora, que ao ser apoiado pela União pelo Ceará, tinha à sua disposição as maiores forças políticas advindas dos meios empresarial, militar e religioso. Virgílio Távora havia sido eleito deputado federal em 1958 e, em decorrência do seu apoio à manutenção da legalidade à posse de João Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, foi convidado para ser

---

2 Carta de apresentação da União pelo Ceará, contendo os principais objetivos que deram a formação da referida coligação partidária em 1962. Ver: CEARÁ, Secretaria da Cultura. Inventário do Acervo - Virgílio Távora. Fortaleza: Secult, 2003, p.123.

ministro da Viação e Obras Públicas<sup>3</sup>. Entretanto, embora tendo grande desempenho na pasta ministerial, direcionando recursos federais ao Ceará e com estreita amizade com o presidente João Goulart, Virgílio Távora renunciou ao cargo para disputar a sucessão estadual nas eleições de 1962.

O cenário político cearense estava completamente polarizado, sobretudo, com as eleições de 1962, em que as campanhas eleitorais giravam em torno dos candidatos Virgílio Távora, representando as direitas, e o candidato Adahil Barreto<sup>4</sup>, representando as esquerdas. Ambos os candidatos passaram todo o processo eleitoral realizando fortes acusações e disputas de narrativas.

Adahil Barreto acusava Virgílio Távora, candidato da União pelo Ceará, de ter uma campanha marcada pela corrupção, tendo recursos financeiros advindos do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para pagamento de campanha na imprensa escrita e rádio televisiva. Já o candidato Virgílio Távora e as forças políticas *unionistas*, com forte presença do reacionário Armando Falcão<sup>5</sup>, desenvolveram uma campanha em torno do discurso anticomunista e do desenvolvimento econômico do Ceará,

---

3 A posse de Virgílio Távora como ministro do governo Goulart transformou-se em ponto político de divergências entre as alas da direita e da esquerda no Ceará. As razões dos embates ideológicos giram em torno da demora do então governador cearense, Parsifal Barroso, em apoiar a posse de João Goulart, que à época estava vinculado ao PTB. Devido à demora do governador no posicionamento político, João Goulart resolveu convidar o deputado federal Virgílio Távora, o que não agradou uma ala das esquerdas cearenses simpatizantes do governador Parsifal Barroso, alegando não ser ele um representante das causas operárias e trabalhistas. Esse ponto de divergência em torno de Virgílio Távora como ministro, de certo modo, provocou resultados opostos, porque Parsifal Barroso foi perdendo prestígio e apoio do presidente da República e sem condições para uma reeleição, fazendo com que ele deixe o PTB e venha a se integrar ao campo político das direitas cearenses, sendo um articulador importante dentro da União pelo Ceará. Virgílio Távora passou a ter uma ascensão política, saindo da condição de deputado federal para ministro em 1961; depois para governador entre 1963 e 1966; deputado federal entre 1967 e 1970; senador entre 1971 e 1978; e governador entre 1980 e 1982.

4 Ex-deputado federal de origem udenista, com vários mandatos consecutivos, desde 1951 a 1962. Nas eleições de 1962, filiou-se ao PTB para disputar a sucessão estadual cearense, perdendo para o candidato da União pelo Ceará, Virgílio Távora. Na nova legenda partidária exerceu o cargo de deputado federal por dois anos, entre 1963 a 1964.

5 Deputado federal em diversos mandatos (1951-1955), (1955-1959) e (1963- 967); presidente estadual do PSD em 1954; e ministro da Justiça (1959-1961) e (1974-1979).

fazendo das acusações sofridas uma construção de opinião pública de que essas ações eram demonstrações de desespero da oposição, representando “as trevas”, “o comunismo”, “a deslealdade”, “a demagogia”.

Esses embates políticos se desenrolaram por todo o processo eleitoral, fazendo com que os jornais impressos cearenses<sup>6</sup> estivessem em pleno movimento ao publicar as notas e respostas entre os candidatos. A *Gazeta de Notícias*, periódico impresso local, transformou-se em espaço de ação político-ideológico favorável ao grupo União pelo Ceará, enquanto noticiava contra o candidato Adahil Barreto sob o traço da desconfiança e do deboche. Devido aos principais jornais cearenses estarem alinhados ao pensamento da *Gazeta de Notícias*, como o *Unitário*, *O Nordeste* e *Correio do Ceará*, a campanha dos candidatos às esquerdas cearenses não conseguia fazer frente ao aparato utilizado pela oposição, tendo basicamente o jornal *Última Hora* para divulgar as acusações sobre a participação do IBAD em financiar a campanha da aliança *unionista*.

“O IBAD foi fundado em 1959 por Ivan Hasslocher e o seu papel era promover campanhas anticomunistas no país, com o objetivo de conter o comunismo” (Costa, 2015, p.). O IBAD recebia financiamentos de empresários brasileiros e estrangeiros com o intuito de eleger um número expressivo de candidatos à direita nas eleições de 1962.

De fato, a estrutura política, midiática e ideológica da União pelo Ceará em torno de Virgílio Távora era muito poderosa e soube bem articular as questões envolvendo a conjuntura de Guerra Fria<sup>7</sup> e as mobilizações

6 A *Gazeta de Notícias* era um dos principais veículos jornalísticos para disseminar a campanha unionista. Os meses de agosto e setembro de 1962 foram intensos, resultando em várias publicações de acusações entre os dois candidatos à sucessão estadual cearense. Algumas matérias dão conta do tipo de embate ideológico que se desenrolava na imprensa como: “Virgílio quer uma política agrária cristã” (15/09/1962); “Virgílio: candidato do bem comum e não do comunismo internacional” (*Gazeta de Notícias*, 11/09/1962).

7 Para mais leitura e compreensão sobre a Guerra Fria ver: RODEGHERO, Carla Simone. *O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945-1964)*. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2007; RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª ed. UFP: Passo Fundo, 2003; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

de desestabilização das bases do governo João Goulart, especialmente no Nordeste brasileiro, com a campanha anticomunista. De acordo com Carla Rodeghero (2003), a Guerra Fria, além de representar uma conjuntura geopolítica internacional, de confrontos entre Estados Unidos e União Soviética, também esteve sob apropriações por diversos grupos, instituições e indivíduos na forma de leitura da realidade e nas relações temporais desses atores contemporâneos a esses eventos, especialmente aqui no Brasil, sendo apropriados pelas direitas e esquerdas nas suas concepções de mundo e sociedade.

Tal estrutura deu condições de eleger, através da aliança intrapartidária, 16 deputados federais e 49 deputados estaduais. Alguns dos deputados federais foram identificados, como, por exemplo, Paulo Sarasate, Expedido Machado, José Palhano de Sabóia, José Martins Rodrigues, Marcelo Sanford, Dias Macedo, Paes de Andrade, Jorge Furtado Leite, Ossian Alencar, Wilson Roriz, Armando Falcão, Edilson Távora, Leão Sampaio, Esmerindo Arruda, Flávio Costa Lima e Audízio Pinheiro. Já os deputados estaduais eleitos pelo movimento *unionista* foram: Mauro Benevides, Hugo Gouveia, Adauto Bezerra, Diógenes Nogueira, Raimundo Gomes, Ernani Viana Joel Marques, Manoel de Castro, Guilherme Gouveia, Murilo Aguiar, José Correia Pinto, João Batista Aguiar, Mário Barbosa, Franklin Chaves, Almir Pinto, Figueiredo Correia, Quintílio Teixeira, Filemon Teles, Cândido Ribeiro, João Frederico F. Gomes, Antônio Diniz, Stênio Dantas, Antônio Custódio, Samuel Lins, Antônio de Melo Arruda, José Napoleão, Barros dos Santos, Gilberto Sampaio, Dorian Sampaio, Edson Correia, Elísio Aguiar, Cincinato Furtado Leite, Castelo de Castro e Manuel Rodrigues.

Os eleitos foram empossados em 1963, mas a estrutura de funcionamento da União pelo Ceará foi mantida no sentido de distribuição dos cargos internos à Assembleia Legislativa e, no plano federal, com o intuito de captação de recursos para o desenvolvimento estadual. Assim, o cargo do executivo estadual estivera com Virgílio Távora (governador da UDN)

e o cargo do legislativo estadual com Mauro Benevides e, posteriormente, Almir Pinto (presidente da Assembleia pelo PSD) e alguns cargos concedidos ao PTN dentro das secretarias estaduais e da mesa diretora da Assembleia legislativa. Essa era a estrutura do funcionamento da União pelo Ceará na administração do governador Virgílio Távora até 1966, embora com muitos conflitos e tensões entre as alas acomodadas dentro dessa aliança intrapartidária.

Os conflitos se deviam ao fato de haver várias vertentes dentro dos próprios partidos integrados à aliança *unionista*. Os udenistas estavam divididos em três alas: os virgilistas, os lacerdistas e os liberais; já os pesedistas eram divididos em vários grupos internos: a ala Wilson Gonçalves<sup>8</sup>, a ala Waldemar Alcântara<sup>9</sup> e a ala Martins Rodrigues<sup>10</sup>. Essas alas partidárias ganharam mais intensidade nos atritos conforme a conjuntura política nacional mudava com o golpe de 1964 e a instituição do sistema do bipartidarismo.

A composição política da Assembleia Legislativa do Ceará era profundamente conservadora e direitista, sendo que das 65 vagas destinadas aos deputados estaduais, foram preenchidas 42 vagas pela aliança anticomunista da União pelo Ceará e grupos ligados a ela, como Ação Democrática Parlamentar<sup>11</sup> (Congresso Nacional) e Ação Democrática Popular - gru-

8 Colaborou com a fundação do partido PSD em 1945; participou da constituinte estadual de 1947; diplomou-se deputado estadual pelo PSD em 1947; foi reeleito deputado estadual (1951-1955); terceiro mandato (1955-1958); vice-governador (1959-1963); senador (1963-1971); reeleito senador (1971-1979); e ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 1979.

9 Waldemar de Alcântara exerceu vários mandatos políticos: como deputado estadual, pelo PSD, entre 1947 a 1959; depois se filiou à ARENA, tendo o mandato de senador entre 1968 e 1975. Durante a ditadura civil-militar, exerceu o cargo de vice-governador, entre 1975 e 1978. Em seguida, veio a administrar o governo estadual (1978-1979), período marcado pelo fim do sistema do bipartidarismo político.

10 Martins Rodrigues exerceu o cargo de deputado federal em várias legislaturas, desde 1955 a 1966, pelo mesmo partido, no caso, o PSD. Com a instituição do bipartidarismo em outubro de 1965, Martins Rodrigues, que compunha uma ala partidária dentro do ex-PSD, chamada de “rebeldes”, resolveu ingressar no MDB, por discordar da administração do então governador Virgílio Távora, mas concordando no plano federal com os governos dos generais militares.

11 A Ação Democrática Parlamentar era uma entre as várias organizações e entidades, sejam masculinas ou femininas, que surgiram na breve conjuntura política brasileira (1961-1964), inserida no contexto

po constituído por personalidades extraparlamentares e de base militar, cujo principal personagem foi o general Humberto Ellery, um dos receptores do recursos vindos do IBAD ao Ceará na campanha eleitoral de 1962.

Isso significa dizer que a União pelo Ceará era uma aliança anticomunista, mas tendo no gerenciamento dos seus recursos de campanha e em suas vinculações ideológicas a participação dos militares cearenses, sobretudo favoráveis à deposição de João Goulart em 1964 e ligados à escalada do autoritarismo em 1965. As demais 23 vagas foram distribuídas entre os partidos PTB, PSP, PST, PRP, PDC, que, sem dúvidas, com a exceção do PTB (09), agiam ideologicamente no campo da direita no Ceará. Exemplo claro disso era o PDC cearense que acreditava ser o partido favorável à “Revolução” com a instalação do bipartidarismo<sup>12</sup>.

## **A União pelo Ceará se transmuta em União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará**

Entre os anos de 1964 e 1965 a agitação política e ideológica se intensifica ainda mais, especialmente porque a escalada de mobilizações visando ao desgaste da agenda do governo João Goulart (1961-1964) ga-

---

de Guerra Fria, visando à disseminação da propaganda anticomunista, no caso especial, entre os parlamentares eleitos pelas eleições de 1962, os quais ganhavam intensas mobilizações dentro do Congresso Nacional. Para mais informações, ler o trabalho de: DE SOUZA, Thiago Nogueira. Ação democrática parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional, Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/12014>.

- 12 No tocante ao tema da instituição do bipartidarismo, que resultou na configuração política dos dois partidos, a ARENA, como base governista e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como oposição ao governo vigente, há uma vasta produção historiográfica para analisar os elementos jurídicos, como o Ato Institucional nº 2. Ver: ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). EDUSC: Bauru-SP, 2005; TORRES, Mateus Gamba. O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar. Brasília: UnB, 2021; SCHINKE, Vanessa Dornelles. Judiciário e autoritarismo: regime autoritário (1964-1985). Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2022. Sobre os partidos políticos, ver: GRINBERG, Lúcia. Partido político ou bode expiatório. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008; KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988.

nha novo sentido, passando, entre os primeiros meses de 1964, para uma declaração aberta, na forma de petição pública, para que houvesse uma intervenção militar no cenário nacional de crise política. Muitos grupos, organizações e entidades surgiram com esses propósitos, alguns de forma efêmera, já outros com duração de um pouco mais de uma década. Destacam-se algumas entidades, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde)<sup>13</sup>, União Cívica Feminina (UCF)<sup>14</sup> e Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC)<sup>15</sup>. Tais entidades ficaram conhecidas por organizarem as famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, solicitando a intervenção militar, como a realizada em São Paulo em 19 de março, uma semana após o Comício na Central do Brasil, onde o presidente da República havia apresentado o programa de reformas de bases, sendo a reforma agrária a que tinha mais disputas de narrativas entre as direitas e as esquerdas brasileiras desde 1963. Segundo o historiador Rodrigo Patto

---

13 A entidade feminina Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) surgiu oficialmente no Rio de Janeiro em junho de 1962, antes das eleições do referido ano, procurando disseminar a propaganda do “suposto perigo comunista” que rondava o Brasil. Amélia Molina Bastos, dentre outras diretoras da CAMDE, foi responsável por organizar os preparativos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade no Rio de Janeiro após o Comício da Central do Brasil, programada para o mês de abril de 1964. No transcorrer dos acontecimentos nos quais se consolidou o golpe entre o 31 de março e o 1º de abril de 1964, a marcha carioca ganhou o sentido de “Marcha da Vitória”, promovendo a celebração da intervenção militar que depôs o presidente João Goulart. Para maiores informações sobre a CAMDE, ver: CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

14 A entidade feminina União Cívica Feminina surgiu em São Paulo, organizada por mulheres conservadoras e elitistas em 1961. Porém, o seu aparecimento oficial veio a ocorrer apenas em fevereiro de 1962, alguns meses antes da CAMDE. A UCF organizou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo no dia 19 março de 1964, uma semana após o Comício da Central do Brasil, em que foram anunciados os pacotes de reformas a serem implantadas. Para aprofundamento sobre o assunto, ver: SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Editora Vozes: São Paulo, 1985.

15 Movimento Cívico da Mulher Cearense (MCMC), entidade feminina, teve Luiza Távora como principal diretora na organização da Marcha da Vitória em Fortaleza. A entidade surgiu no mês de março de 1964 e articulou celebrações religiosas em comemoração ao golpe de 1964 na Igreja Metropolitana, depois pela intervenção militar e pela posse de Castelo Branco, com a Marcha Fortalezaense. No Ceará, além de Fortaleza, dezenas de outras cidades interioranas realizaram as manifestações comemorativas ao golpe. Para mais leituras sobre esse assunto, ver: DA COSTA, Jucelio Regis. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, 2015. A referida pesquisa foi financiada pela CAPES e orientada pela professora Ana Rita Fonteles Duarte (PPGH UFC).

Sá Motta, “(...) a rejeição a Goulart sem dúvida estava ligada à defesa de interesses materiais das classes dominantes, especialmente a manutenção do sistema privado” (2021, p. 59).

As demais manifestações ocorridas após o 31 de março de 1964 ficaram com o sentido de comemoração à intervenção militar, especialmente aquelas realizadas depois do dia 15 de abril, porque, além de celebrarem o golpe, acenaram politicamente e ideologicamente ao primeiro presidente da ditadura civil-militar brasileira, Humberto de Alencar Castelo Branco. No Ceará, assim como em vários estados da federação brasileira, as manifestações foram realizadas tanto nas capitais como nos municípios interiores, em um total de doze.

Ainda em 1964, no mês de julho, o Congresso Nacional aprovou a prorrogação do mandato do general Castelo Branco, com maioria absoluta de 205 votos. A composição do Congresso possuía um perfil profundamente conservador e direitista após as eleições de 1962, tendo um alinhamento favorável à intervenção dos militares através da execução do golpe. As forças políticas que iniciaram as mobilizações em torno Ação Democrática Parlamentar (ADP) na disseminação anticomunista entre os parlamentares, de forma ampliada agora aprovaram a prorrogação do mandato de Castelo Branco.

Essa mesma base de votos entendida pelos contemporâneos aos eventos em questão como apoio civil, elegeram, por 207 votos, o novo presidente da Câmara dos Deputados Federais, Olavo Bilac Pinto<sup>16</sup>, candidato apoiado por Castelo Branco e representando o Bloco Parlamentar Revolucionário (BPR). A eleição de Bilac Pinto ganhou sentido de “Festa da revolução” nas páginas do jornal *O Povo*<sup>17</sup>, e, segundo Oscar Pacheco, correspondente jornalístico, essa eleição era “um teste e prestígio” que

---

16 Era formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi eleito deputado estadual, mas teve o mandato cassado em 1937 com o golpe do Estado Novo. Exerceu os mandatos de deputado federal entre 1955 e 1966 e entre 1965 e 1966 exerceu o cargo de presidente da Câmara dos Deputados Federais.

17 *O Povo*, 24 de fevereiro de 1965.

demonstrava apoio do meio político-parlamentar: o “valor numérico das forças que o apoiam”<sup>18</sup>. O mesmo sentimento de comemoração veio manifestado pelo deputado federal cearense Paulo Sarasate sobre a aprovação de projetos ligados a agenda de Castelo Branco: “O Congresso está perfeitamente identificado com os objetivos patrióticos do governo”<sup>19</sup>. Sobre a base de apoio civil aos militares, ele complementava: “Ainda não perdemos uma. Ganhamos todas as paradas”<sup>20</sup>.

A nova empreitada do Bloco Parlamentar Revolucionário (208 deputados), que reuniu as antigas forças políticas da ADP (80 deputados), foi a formação do Diretório da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Nesse sentido, a formação da ARENA ampliou ainda mais a base de apoio ao governo Castelo, passando de 208 para uma aliança intrapartidária de 257 deputados. Em termos numéricos, isso significava dizer que 62,8% dos deputados passaram a se engajar em ações políticas favoráveis à agenda da ditadura. Desse modo, a ARENA, segundo Rogério Schmitt, “Contava com confortáveis maiorias, de aproximadamente 3/5 na Câmara dos Deputados e 2/3 no Senado Federal” (2000, p. 36).

No Ceará, as movimentações políticas parlamentares seguiam o mesmo movimento ideológico e de expansão numérica da base de engajamento de civis ao governo ditatorial. Enquanto no cenário federal havia a transmutação da Ação Democrática Parlamentar em Bloco Revolucionário Parlamentar, no Ceará a transformação se deu pela aliança intrapartidária União pelo Ceará em União Revolucionária Parlamentar no Ceará (URPC). De fato, tratava-se de adaptações ou atualizações das antigas entidades anticomunistas, reivindicando a titularidade de “revolucionários” na nova conjuntura política brasileira. com outras rotulações ou nomenclaturas.

No Congresso Nacional, a modificação de uma entidade para uma aliança intrapartidária se deu por conta das eleições de Olavo Bilac Pinto.

---

18 Ibidem.

19 *O Povo*, 14 de maio de 1965.

20 Ibidem.

Já no Ceará, a transmutação da União pelo Ceará em URPC ocorreu após as eleições de 03 de outubro de 1965. No entanto, episódios anteriores, como a eleição da mesa diretora da Assembleia no Ceará, trouxe problemas que poderiam causar o rompimento de forças políticas integradas ao esquema político de 1962.

De fato, a aliança *unionista* enfrentava ao longo de 1965 ameaças de extinção, decorrentes de variadas posições políticas, especialmente em torno das disputas dessa eleição na Assembleia Legislativa. Em primeiro lugar, personalidades políticas, tanto interna como externamente à Assembleia, cobravam dos parlamentares a não prorrogação do mandato de Mauro Benevides, por ter se posicionado contrário à cassação dos “subversivos” internos da Casa. Essa postura de Benevides causou um problema entre o meio militar no Ceará, que passou a exigir um candidato mais afinado com os interesses da “revolução”. Endossando o momento de crise e de interferência dos militares nos trabalhos dos parlamentares cearenses, algumas alas do PSD, como Figueiredo Correia, Martins Rodrigues e Wilson Roriz, pretendiam um candidato, porém sob as condições de rompimento com a União pelo Ceará, nem que para esse objetivo fosse preciso a construção de nova aliança com o PTN e o PTB. De todo modo, o candidato eleito foi o Almir Pinto, que, embora pertencente ao PSD, era inclinado aos interesses da manutenção da aliança unionista e de algumas demandas dos meios militares que reivindicavam medidas mais autoritárias, concebidas como “revolucionárias”.

Esse cálculo político das alas pessedistas tidas como “rebeldes” circulou no ano de 1965, causando um mal estar de possibilidades quanto à extinção ou sobrevivência da União pelo Ceará. A estratégia do governador Virgílio Távora, com a vitória de Almir Pinto, dizia respeito à manutenção da estabilidade do seu governo estadual até 1966 e com recursos federais na sua agenda econômica e industrialização do Ceará, assim como também à normalidade das aprovações das atividades parlamentares estaduais. Porém, essa normalidade durou poucos meses. Com as eleições

de outubro e o Ato Institucional n. 2, o medo da extinção da União pelo Ceará retornava, agora envolvendo novos acontecimentos na conjuntura política brasileira.

Era 1º de outubro de 1965. A ocasião foi o aniversário do governador Virgílio Távora (UDN). Nele, reuniram-se diversas lideranças políticas, funcionários, militares, jornalistas e parte da sociedade cearense. No entanto, havia algo que chamava a atenção dos convidados, além do próprio aniversariante, que era o bolo no formato de um livro aberto, cujas partes respectivamente possuíam os dizeres “Plameg” e “União pelo Ceará”. Conforme a festividade se desenrolava, os convidados foram se servindo, saboreando somente a ala do bolo que dizia respeito ao projeto econômico desenvolvido no estado por Virgílio Távora, no caso, o Plameg. O episódio não passou despercebido pela imprensa cearense, ao ponto de garantir o direito de publicização com o tom de insinuação aos opositores do governador, afirmando que “Ninguém quis partir a União pelo Ceará”<sup>21</sup>. Segundo a *Gazeta de Notícias*:

(...) A cena ocorreu na festa comemorativa do aniversário do chefe do executivo e bem visível está o bolo, em forma de livro, tendo numa página o dístico “União pelo Ceará” e na outra o seu emblema com a sigla do PLAMEG. (...) Ninguém quis partir a página da União pelo Ceará, que permaneceu intacta (...)<sup>22</sup>.

Nota-se que o referido bolo se constituiu em um verdadeiro instrumento político de propaganda e defesa de Virgílio Távora como principal líder da União pelo Ceará. A necessidade de reafirmação política em torno desse grupo perante a sociedade cearense dizia respeito a várias motivações, destacando-se a nova conjuntura política da ditadura civil-militar com o general Castelo Branco, as eleições de 1965, o Ato Institucional 2 e a implantação do bipartidarismo.

---

21 01 de outubro de 1965, *Gazeta de Notícias*, 01 de outubro de 1965, p. 1. capa. Ninguém quis partir a “União pelo Ceará”.

22 *Ibidem*. 01 de outubro de 1965, *Gazeta de Notícias*, capa. Ninguém quis partir a “União pelo Ceará”.

A União pelo Ceará havia completado seus três anos de existência em 1965. Entretanto, ela tinha se constituído politicamente numa conjuntura que antecedeu ao golpe de 1964, teve papel importante na receptividade dos militares no Ceará, e, agora, demandava um ajustamento para poder continuar existindo na nova realidade do país.

O processo de demanda para ajustamento à nova conjuntura dizia respeito à extinção das antigas legendas partidárias para a formação de nova cultura política institucional, agora sob o sistema do bipartidarismo. Nesse sentido, a antiga aliança formada em 1962, a União pelo Ceará, transformava-se em União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará (UPRC), ampliando o seu contingente político de 49 para 59 deputados.

O principal líder na articulação da UPRC foi o deputado estadual Guilherme Gouveia. A ação se deu através de um abaixo-assinado, datado em 29 de outubro de 1965, com 59 assinaturas, tendo como principais objetivos “a necessidade de natureza parlamentar de se aglutinar no exercício da ação legislativa visando à efetividade da ordem jurídico-revolucionária”. Além disso, o referido documento, entregue e lido na Assembleia Legislativa, reforçava o apoio expressivo ao governo Castelo Branco, no plano federal, e ao governo de Virgílio Távora, no plano estadual. Além disso, expressava alguns objetivos, como “apoiar a ordem jurídico-revolucionária”, “apoiar o Governo Federal” na pessoa de Humberto Castelo Branco e “apoiar o governo Estadual”, representado por Virgílio Távora<sup>23</sup>.

Ao pensarmos na composição dos 59 deputados estaduais, a formação da UPRC como uma biografia coletiva, ou seja, pelo viés da prosopografia política<sup>24</sup>, um conjunto de aspectos nos chama atenção, quais sejam:

---

23 O abaixo-assinado da União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará (UPRC), encontra-se disponível no Arquivo Público do Ceará, integrado ao Acervo Documental do Fundo Virgílio Távora, na série Organização Política Partidária (OPP), na subsérie Aliança Renovadora Nacional (ARENA). É importante frisar que o referido abaixo-assinado já se encontra em situação de desgaste temporal, impedindo a visualização do seu conteúdo, o que necessitou, após a digitalização, a utilização de técnicas digitais objetivando melhorias de leituras do seu conteúdo.

24 Segundo Christophe, a prosopografia é um método aplicado na definição de biografias coletivas, cujo princípio é “definir um população a partir de um ou vários critérios”, que contribuem para formular

entre esses parlamentares eleitos em 1962, 52 eram efetivos para o mandato vigente e 7 estavam na condição de suplentes; as eleições de 1962 possibilitaram a 12 deputados estaduais do referido grupo o ingresso na carreira política pela primeira vez; para 30 deputados foi garantida a reeleição; e para 17 deputados uma ascensão na carreira política, pois, anteriormente, exerciam as ocupações como vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos.

Dos 59 deputados ingressantes na UPRC, nove deputados conseguiram, a partir de suas articulações políticas, a extensão de seus mandatos por todo o período de existência da ARENA, no caso até 1979; para onze deputados, a extensão dos mandatos foi até 1974; já 28 deputados exerceram mandatos como parlamentares estaduais apenas durante o governo de Castelo Branco, indo até 1966. Em relação aos últimos cinco deputados da UPRC, estiveram exercendo a atividade política mesmo após o fim da ditadura civil-militar.

Quando pensamos no exercício político no plano federal, dos 59 deputados da UPRC, apenas dois, Raimundo Gomes e Januário Feitosa, ampliaram atividades parlamentares no Congresso Nacional durante a existência do bipartidarismo, sob a legenda da ARENA. Outros quatro parlamentares estaduais exerceram somente as atividades na Câmara Federal após o fim do bipartidarismo. No que diz respeito ao exercício do poder executivo estadual durante o bipartidarismo, somente dois ascenderam ao comando do governo estadual cearense: Plácido Castelo (1966-1971) e Adauto Bezerra (1975-1979), membros da UPRC. O governo de César Cals (1971-1975), o qual foi o governo intermediário dos dois acima citados, no entanto, não pertencia à UPRC, ou seja, embora vinculado aos meios militares, não possuía vínculos aos principais grupos partidários tradicionais no Ceará.

---

“a descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica, ou política”. Ver: CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia política: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.41.

Os 59 deputados da UPRC tinham origens nas cinco regiões cearenses: Norte, 15 deputados; Sul, 15 deputados; Sertão Central, 11 deputados; Região Fortaleza e Metropolitana, 13 deputados; e Vale do Jaguaribe, cinco deputados. Eram deputados representados pelos seguintes municípios: Norte: Granja, Sobral, Santa Quitéria, Cariré, Camocim, Itapiúna, Independência, Massapê, Coreaú e Crateús. No Sul: Barro, Brejo Santo, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Mombaça, Iguatu, Várzea Alegre, Crato, Jardim, Santana do Cariri e Acopiara. Região Sertão Central: Cedro, Quixeramobim, Solonópoles, Tauá, Quixadá, Icó, Ipueiras e Pedra Branca. Região Vale do Jaguaribe: Limoeiro do Norte, Russas e Morada Nova.

A ocupação profissional anterior ao exercício da política era diversificada e elitista para esses 59 deputados da UPRC: advogados (18), agropecuaristas (07), militares (04), médicos (05), empresários industriais (04), comerciantes (08), funcionários públicos (03), professores, agrônomos e contadores, respectivamente dois deputados; pecuarista, aviador e farmacêutico, respectivamente um deputado cada.

Quando observada a formação desses parlamentares, dos 18 advogados, formados entre as décadas de 1940 e 1950, 13 deputados eram egressos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), sendo este curso o principal caminho para a formação-ocupação antes do ingresso nas atividades político-partidárias. Dos 59 membros da UPRC, 22% deles tiveram trajetórias de formação em cursos superiores ofertados pela UFC, tornando-se, assim, a principal instituição formativa das elites políticas cearenses. Em relação ao curso de Medicina, já que cinco deputados da UPRC eram médicos, as instituições eram diversas: as formações universitárias foram realizadas na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, entre as décadas de 1930 e 1950.

O processo de atuação da UPRC teve duração de pouco mais de dois meses, promovendo internamente na Assembleia Legislativa um clima favorável às adequações das novas regras jurídicas decorrentes do Ato Institucional n. 2, especialmente visando garantir ao governo estadual de

Virgílio Távora a sobrevivência política até 1966. Nesse sentido, a UPRC decorreu da fusão das antigas forças políticas da União pelo Ceará, mas, em dezembro de 1965, o contingente político da UPRC se transformou em Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

### **“Da União à Revolução”<sup>25</sup>**

A nova ação exigida pela situação política nacional e estadual era a formação do diretório estadual do novo partido, a ARENA, para servir de engajamento e aprovação da agenda de Castelo Branco. Desse modo, as forças políticas que compuseram a União pelo Ceará e depois a União Parlamentar Revolucionária pelo Ceará agora estavam reunidas na ARENA. Esse aspecto da “recomposição das mesmas forças políticas com novos rótulos” fora bastante criticado pelo deputado estadual e jornalista anticomunista Themístocles de Castro e Silva. No entanto, mesmo procurando uma aproximação junto ao governo de Castelo Branco, reivindicando uma liderança “revolucionária” anterior ao golpe de 1964, o processo de transmutação da aliança unionista em ARENA seguiu o seu curso.

Entre os meses de novembro e dezembro de 1965, tiveram início as primeiras mobilizações para a formação do diretório estadual da ARENA. A reunião secreta na residência do governador Virgílio Távora, conhecida como “palacinho”<sup>26</sup>, onde se estima a participação de noventa pessoas presentes, entre os 59 membros da UPRC, líderes partidários, presidentes do legislativo estadual e municipal e todo o secretariado estadual. A referida reunião tinha como intuito coordenar as ações visando à montagem da diretoria estadual partidária, mas havia o impasse legal que dificultava qualquer formação partidária estadual de forma antecedente ao cenário

---

25 Em 09 de novembro de 1965, o jornal Unitário, p. 4, informava que a União pelo Ceará “já constituía um caminho aberto àquele largo entendimento” para a formação da ARENA no Ceará. Continuando, dizia “Daí porque a Revolução encontrou, entre nós, um terreno já adubado para a sementeira de um novo partido”.

26 *O Povo*, 29 de novembro de 1965.

federal. Assim, a reunião destinou-se a recompor as forças políticas procurando manter os ideais e estruturação da aliança dentro da ARENA. A reunião teve ampla cobertura nos quatro principais jornais cearenses, como *O Povo*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Ceará* e *O Unitário*. Esse episódio, mais uma vez, fez com que Themístocles viesse a imprensa desferir críticas ao governador, afirmando que a nova regra partidária impedia os governadores de participarem da montagem dos diretórios partidários. Mas essas críticas, mais uma vez, tiveram pouca repercussão.

Em seguida, a mobilização seguiu para uma reunião com Castelo Branco no Rio de Janeiro. Nela, algumas questões de ordem política e pessoal foram postas no sentido de dar ciência aos rumos futuros do governador Virgílio Távora, em especial sobre a insatisfação de uma ala militar que o acusava de “equilibrista” e amigo íntimo de João Goulart. Além disso, havia o crescimento de alas partidárias de base colaboradora ao presidente, mas que trariam sérios problemas para a manutenção desse apoio com as insatisfações com o governador cearense. Com o intuito de salvaguardá-lo das acusações e investigações encaminhadas a alguns generais internos na ditadura, Castelo Branco o incentivou a terminar o mandato em 1966 e retornar ao posto de deputado federal, ficando mais próximo de sua observação.

Os próximos passos para a criação da ARENA estadual dependiam agora da vinda de Castelo Branco ao Ceará, no mês de dezembro, na semana natalina. Castelo Branco foi recebido no Aeroporto de Fortaleza por uma multidão, destacando-se a presença de Virgílio Távora, presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, General Itiberê Gouveia do Amaral da 10ª Região Militar, além de autoridades diversas e ampla parcela da sociedade cearense. Do aeroporto foi para a residência do industrial José Moreira, cuja hospedagem resultaria em reunião e reencontro com várias lideranças políticas locais e regionais. Esse processo de mobilização se repetiu em vários jantares nas residências do próprio

governador Virgílio Távora, na residência do deputado federal Paulo Sarasate e depois na residência do general Itiberê Gouveia.

Desses jantares visando à estruturação da ARENA cearense, alguns acordos foram estabelecidos: Wilson Gonçalves, que mantinha a indecisão de ingressar no partido com sua ala política até esse momento, foi indicado para compor fileira no diretório nacional da ARENA<sup>27</sup>; e a presidência estadual da ARENA cearense ficou com o deputado Paulo Sarasate (ex-UDN) e a vice-diretoria com Waldemar de Alcântara (ex-PSD), mantendo a mesma estrutura de divisão dos cargos da aliança unionista.

Para Virgílio Távora, as negociações garantiriam a manutenção e sustentação do esquema político e do seu próprio governo estadual, assim como a sua campanha para deputado federal, uma vez que ambos, Paulo Sarasate e Waldemar, eram pessoas próximas ao governador. Por outro lado, a formação da ARENA cearense, tendo a mediação de Castelo Branco, teve o ingresso barrado do ex-governador Parsifal Barroso e a não aceitação das condições de Martins Rodrigues e Mauro Benevides, que passaram a compor o partido da oposição, no sentido dos desentendimentos locais com Virgílio Távora e não contra o processo de consolidação da ditadura.

De imediato, em 1965, a proposta de composição da ARENA cearense era de 30 membros: 10 ex-políticos, sendo seis da UDN, seis do PSD e oito dos demais partidos extintos. No entanto, conforme ampliava a adesão e estruturação dos diretórios nos municípios, a composição foi ampliada, tendo a diretoria estadual 29 membros efetivos e 28 suplentes, segundo informações da primeira ata de reunião da ARENA cearense, de três de fevereiro de 1966.

O ano de 1966 no Ceará foi marcado por várias mobilizações, desde a estruturação dos diretórios municipais, passando pelo processo de filiação de simpatizantes até chegar à dinâmica das eleições indiretas para o executivo estadual, e direta para os demais cargos eletivos. A ARENA

---

27 Correio do Ceará, 17 de dezembro de 1965, p. 1.

cearense se constituiu como um partido atuante até 1979, momento de sua extinção. Os governos cearenses nesse período tiveram que conciliar os conflitos e tensões nas suas bases locais e regionais com aquelas colocadas pelos governos no âmbito nacional. Como esse período de atuação da ARENA cearense durante a ditadura civil-militar exige novas leituras e enfoques, então, será uma temática para outro momento.

## Considerações finais

Neste artigo, observamos que a União pelo Ceará se configurou como uma aliança intrapartidária, sendo um componente de alinhamento das forças políticas cearenses diante da conjuntura de Guerra Fria. Isso se deu especificamente na contenção do avanço das esquerdas no Nordeste brasileiro em torno das eleições de 1962, sob a pregação do discurso anti-comunista, contando, inclusive, com o apoio e engajamento dos principais jornais locais, como *O Povo*, *O Unitário*, *Gazeta de Notícias* e *Correio do Ceará*. Por outro lado, do pacto *unionista*, surgiu uma estrutura de funcionamento e de destinação de verbas públicas visando o desenvolvimento econômico cearense pelo viés da modernização em traços conservadores.

Com o desenrolar dos acontecimentos em torno do golpe de 1964, uma nova realidade política brasileira é constituída, especialmente como resultante das amplas forças heterogêneas que, mobilizadas, desestabilizaram e, posteriormente, solicitaram aos militares a deposição do governo de João Goulart da presidência da República. Nesse processo, instituiu-se uma ditadura, com amplo apoio de civis, sobretudo das várias organizações e entidades anticomunistas.

Nesse sentido, após o Ato Institucional n. 2, que promoveu a implantação do sistema do bipartidarismo, ARENA e MDB, as composições de forças políticas do movimento *unionista*, mobilizaram-se novamente em nome da “Revolução” e do governo Castelo Branco, formando dentro da Assembleia Legislativa o bloco União Parlamentar Revolucionária pelo Ce-

ará (UPRC), instrumento que antecedeu à criação da ARENA cearense, mas mantendo as antigas composições e acrescentando outras, as quais também reivindicavam as titularidades de representantes revolucionárias no estado.

Em seguida, a terceira mobilização exercida por esse grupo, instituído em 1962, constituiu-se num processo de transmutação da UPRC em partido da “Revolução”, a ARENA. Esse processo de formação do diretório estadual foi bastante conturbado, ocorrendo em torno dos diferentes interesses para manter ou extinguir a aliança unionista. Além disso, todas essas etapas de mobilização política de cunho conservador, direitista e autoritário, contou com o engajamento da imprensa cearense, sendo um ator importante na condução desses acontecimentos.

## Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. EDUSC: Bauru-SP, 2005.

CEARÁ. *Inventário do Acervo - Virgílio Távora*. Fortaleza: Secult, 2003.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia política: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CORDEIRO, Janáina Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DA COSTA, Jucelio Regis. *Os jornais em marcha e as marchas da vitória nos jornais: a imprensa e o golpe civil militar no Ceará (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Ceará, 2015.

DE SOUZA, Thiago Nogueira. *Ação democrática parlamentar: anticomunismo, democracia e radicalização política no Congresso Nacional*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/unirio/12014>

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório*. Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB, 1966-1979*. São Paulo: Vértice, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. *O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945-1964)*. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2ª ed. UFP: Passo Fundo, 2003.

SCHINKE, Vanessa Dornelles. *Judiciário e autoritarismo: regime autoritário (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2022.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Editora Vozes: São Paulo, 1985.

TORRES, Mateus Gamba. *O discurso do Supremo Tribunal Federal na ditadura militar*. Brasília: UnB, 2021

# **“O tempo é chegado”: novas esquerdas e cultura popular no jornal Nação Cariri (1980-1987)**

Kalil Tavares Fonteles<sup>1</sup>

## **Introdução**

Ao aceitar a proposta de escrever um artigo sobre os sessenta anos do Golpe no Ceará, surgiu, como candentemente surge uma ideia num momento de perigo, o projeto de perfazer, em pouco mais de dez páginas, o estudo de um conflito histórico, isto é, de um problema que afligiu considerável parcela da intelectualidade de esquerda no Brasil<sup>2</sup>. Todavia, parece correto dizer que a preocupação com o “povo” - e com aquilo que

---

1 Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará; Doutorado em História pela mesma universidade; Endereço de e-mail: kalil.tavares@gmail.com; Endereço para acessar o currículo lattés: <http://lattes.cnpq.br/3265950870250110>; Esta pesquisa conta com financiamento da CAPES.

2 As esquerdas são aqui entendidas em sentido amplo, em diferentes matizes e levando em consideração suas diferenças e disputas. Acompanhamos de maneira satisfatória Marcelo Ridenti, que define de maneira clara e objetiva “as esquerdas” como “as forças políticas críticas da ordem estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores pela transformação social (RIDENTI, 2000, p. 17). Para além da definição sociológica, entende-se também que as esquerdas se desenham e se identificam especialmente através das disputas e dos embates dos pontos de vista político e estético. Para além do plano de seus objetivos, perceber as definições de si e as tensões em torno dos conceitos torna-se crucial, para não dizer a razão mesma de nossa pesquisa.

vem de seus entornos, o “popular” – ficou no passado, como no passado habita uma velha lembrança.

É justamente no problema das ideias e dos projetos de esquerda que este artigo vem contribuir com a análise de uma pequena, mas considerável publicação corrente na década de 1980. Trata-se de *Nação Cariri*, periódico editado no Ceará em 10 números, entre o formato jornal e o formato revista. *Nação Cariri* trata (mas ousou dizer que todo este artigo também) dos objetivos, do escopo, do direcionamento ideológico, ou não, de grupos progressistas para o Brasil e o mundo. O que se deve alcançar? A quem dirigir nossos esforços, luta, sangue? O problema assolou o século XX veementemente e grita, de alguma maneira, ao século que nos envolve. Hannah Arendt, por exemplo, em *Entre o Passado e o Futuro*, nos devolve o poeta René Char, fazendo dela as suas palavras: “Nossa herança não é precedida de nenhum testamento”. Os esforços da Resistência francesa, a sua paixão revolucionária, não deixaram nada para as próximas gerações – ou deixaram? O tesouro foi esquecido: “o esquecimento torna impossível a análise do tesouro, a avaliação crítica da experiência particular que ele encerra” (Araújo, 2000, p. 11).

Cumprido destacar as reformulações vislumbradas nas esquerdas a nível mundial e no Brasil, haja vista a frustração das vanguardas, a exemplo da derrota da esquerda armada. Trata-se, assim, dos períodos finais do regime, localizados em um período de transição democrática (Ridenti, 2010). Com o fim do “ciclo das vanguardas” (Ridenti, 2010, p.161), vê-se despontar novos lugares para o intelectual, principalmente no lugar que esse ator teria em relação ao “povo brasileiro” e aos partidos políticos de esquerda. É aqui que vemos, ao final do período ditatorial, o surgimento de movimentos sociais organizados e de partidos aglutinadores, como o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo espectro político arregimentaria militantes das antigas esquerdas armadas, de setores progressistas da Igreja, bem como de intelectuais. Estaria como decretado o fim do espectro revolucionário, de onde falavam as vanguardas, ficando candente o novo ci-

clo “das bases”, a exemplo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), ligadas à Teologia da Libertação.

Assim, a história de um resgate é o que nos resta fazer enquanto historiadores, preocupados que estamos com as ressignificações, apropriações e leituras do que se convencionou chamar, em finais da década de 1970 e a década de 1980, a “*geração 60*”, debate que estava prenhe de uma angústia em torno de suas heranças, seu legado, sua importância para o debate da própria época em que foram trazidos como que de um passado distante. Resta-nos, a partir deste ponto, retomar este emaranhado, direcionando nosso olhar, ainda que com preocupação, para o nosso próprio tempo.

#### Esquerda e Novas Esquerdas

Existe uma “santa cruzada” tentando questionar a produção cultural dos anos 60. Ora, **mesmo que se admitam grandes equívocos**, é inegável que foi nesta década que aconteceu o último grande momento na construção da cultura brasileira, deixando marcas que se estendem até nossos dias (Editorial, 1983, p. 4, grifo nosso).

O editorial de *Nação Cariri* publicado em maio de 1983 revela-se como ponto central para o estudo dos enunciados, debates e tensões em torno das ideias sobre a cultura popular na segunda metade do século XX, no Brasil. A “santa cruzada”, isto é, a crescente virada nas análises críticas a respeito da atuação do que se convencionou chamar “*geração 60*” - aqui muito direcionada aos quadros do CPC (Centro Popular de Cultura), o PCB, bem como, de maneira geral, os discursos do teatro e da arte engajada na década de 1960 - é o espaço comum de discussão por onde vão passar as conhecidas críticas aos “equívocos”, nomeadamente a uma atuação “autoritária”, “populista” ou “dirigista” de parte da intelectualidade então preocupada com a revolução brasileira.

Este trabalho busca discernir as tendências e os enunciados concernentes à “*geração 60*” a partir do início da década de 1980, não com o intuito de estabelecer um marco posterior e definidor de uma outra geração

- a de “80” - mas sim com o foco atento às condições de possibilidade de um outro discurso sobre a cultura popular gestada ali. O objetivo tampouco é dissecar a definição de cultura popular corrente na década de 1960 e seus já intrincados debates.

Nação Cariri: “o tempo é chegado!”, publicado em abril de 1980, é a primeira edição de um conjunto de nove números publicados ao longo de três anos. Em 1987, é publicada uma edição ampliada, a “revista” Nação Cariri, último número editado pelo grupo. O jornal tem pontapé inicial com a agremiação de artistas e produtores culturais caririenses, na região sul do Ceará, onde já realizavam atividades desde o final da década de 1960. Dentre eles, destacam-se Rosemberg de Moura (Cariry), Geraldo Urano, Luiz Carlos Salatiel, Jackson Bantim e demais artistas vinculados aos movimentos underground e alternativo inspirados nos movimentos culturais da década de 1970. Não nos deteremos às análises que aprofundam as relações entre os movimentos ditos “contraculturais” no Cariri, destilando suas raízes e vinculações específicas. Acreditamos que esse trabalho já foi muito bem-feito por outros pesquisadores<sup>3</sup>. Cabe-nos aqui entender o arquivo de *Nação Cariri* imerso em diferentes matrizes ou correntes, com colaboradores que não só compunham a geografia cultural do Cariri (região onde a publicação tem origem), mas por sujeitos que dialogavam com outras referências, a partir de outros espaços - aqui temos em mente a contínua troca de experiências e discursos entre artistas e intelectuais da cidade do Crato e de Fortaleza - e vocabulário político, cultural e literário.

O tema do popular (se é que podemos chamá-lo tema) é o incômodo da escrita, o louco que anima e que mantém a promessa. Nesse senti-

---

3 Conferir os trabalhos de: DIAS, Carlos Rafael. **Encantamento e Civilização**: construções discursivas de uma região (o cariri cearense). Tese defendida pela Universidade Federal Fluminense, de 2019; DIAS, Carlos Rafael. **Lugar de fronteiras é no infinito**: liberdade, contestação e irreverência na poesia de Geraldo Urano. III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades, Universidade Regional do Cariri: 2018; MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade**:(re) inventando o sertão nordestino na década de 70. Annablume, 2004.

do, a denúncia de certa parcela dos autores em relação ao “populismo de esquerda” não se presta a uma mera avaliação sociológica dos pares no correr do tempo cronológico, mas sim do retorno possível a um estado puro onde não mais o intelectual tomasse de conta dos mecanismos de compreensão do popular, mas que o popular tomasse as rédeas de uma forma equivalente de compreensão de si. Nunca o povo esteve tão aí, jamais o morto tão enlutado em uma escrita (Certeau, 1995). A partir daí é possível perceber um novo em torno do antigo: ao que estava oculto (inclusive para uma esquerda) deve agora aparecer, tornar-se visível. A escrita de uma “história popular” se presta ao esforço de uma ficção do ausente, a um corte epistemológico na cultura brasileira, aberta que deve estar agora a um Brasil da gente miúda. Trata-se, por certo, da inserção de novos significantes a novas perguntas e a novos leitores.

A partir da década de 1970, com a crescente fragmentação de um projeto nacional-popular ainda calcado nas prerrogativas do desenvolvimentismo e do nacionalismo, as esquerdas “clássicas” representadas majoritariamente pelo Partido Comunista Brasileiro são abaladas, tendo em conta o golpe de 1964 e o real recrudescimento de uma esquerda parlamentar e representativa no Brasil. As bases ideológicas do PCB estavam naquele momento muito próximas das perspectivas nacionais calcadas nos governos brasileiros desde pelo menos a década de 1950, tendo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) suas 29 sustentações teóricas - em especial no tocante à figura do intelectual como articulador de uma cultura do desenvolvimento. As questões concernentes ao “anti-feudalismo” e “anti-imperialismo” pesam, bem como as perspectivas concernentes a uma “frente única” em favor de uma revolução brasileira. Esse modelo, como observa Araújo (2000), sofre impacto desde a instauração do golpe e a clandestinidade das esquerdas, notadamente do PCB, um partido até então popular e de crescente influência entre os estados brasileiros. Entende-se que no período destacado a crítica à certa sensibilidade e tato político das esquerdas tradicionais, “frentistas”, pende para a

consolidação de uma maneira de pensar menos arraigada às perspectivas de uma cultura nacional, entendida muitas vezes como “nacionalista” e “ufanista”, alvo principal de uma nova esquerda, por sua vez mais arraigada ao entendimento sobre as “classes populares” ou as “culturas do povo” e que, como veremos, pauta-se em novas compreensões e leituras. Nota-se a necessidade de entender como a “fragmentação” das esquerdas brasileiras pode ser lida segundo a tópica das reformulações e das alternativas frente às suas tradições, em especial os grupos mais voltados ao debate cultural. Não obstante, importa observar que os debates travados nos jornais e revistas alternativos não devem ser automaticamente transpostos a uma ideia de resistência à ditadura, mas sim interligados em perspectiva, tendo em vista os debates estéticos-políticos observáveis para além de um recorte preciso na história política clássica.

Aqui, orientados pelos textos de Michel Foucault (2008), importa ver no movimento dos enunciados, e isso inclui fortemente seus atritos e comentários, a escrita e a reescrita arqueológica das práticas discursivas em um momento de crise e crítica. Não deixa de ser, por sua vez, “a descrição sistemática de um discurso-objeto”, “uma transformação regulada do que já foi escrito” (Foucault, 2008, p. 158); o incansável redesenho das imagens do povo enquanto cultura política.

Compreendo as análises de Foucault concernente à história das ideias e à arqueologia, busca-se neste trabalho aplicar-lhes os métodos a partir de plataformas distintas, o que acarreta o maior cuidado em relação à forma e à circulação. É nesse sentido que as ideias de Marilena Chauí, tão bem editadas em diferentes livros, serão aqui analisadas a partir da forma revista, ou seja, a partir de seu circuito presente e seguindo seu acento contemporâneo. Isso se aplica também às análises do *Nação Cariri* e às pequenas tensões referentes à “cultura popular” nos artigos de Marta Campos e nos editoriais. Em artigo para o mesmo dossiê de Arte em Revista de março de 1980, “Notas sobre cultura popular”, Marilena Chauí aponta:

Para aqueles, como nós, que passaram pela experiência histórica do populismo, as expressões “cultura popular” e “cultura do povo” provocam certa desconfiança e vago sentimento de mal estar. [...] O populista é obrigado a admitir a realidade bruta de uma cultura dita popular ao mesmo tempo em que precisa valorizá-la positivamente (como solo das práticas políticas e sociais) e negativamente (como portadora dos mesmos atributos que foram impingidos à massa). (CHAUÍ, 1980, p. 14, 1980).

A preocupação de Chauí, como de resto a de boa parte da nova esquerda universitária, aponta para os mesmos problemas observados por Renato de Silveira, um dos primeiros textos a abrir o terceiro número de *Arte em Revista*. O “sentimento de mal-estar” é expressamente posto como a concepção de cultura popular autoritária e que, ponto comum entre os dois textos, abundam como a concepção corrente entre a “esquerda nacionalista”, partindo fortemente da crítica ao “totalitarismo de esquerda”, cunhada por Claude Lefort na década de 1950. Pesa, contudo, a crítica de classe já salientada no artigo anterior, onde o intelectual de esquerda autoritário deveria guiar a massa ao mesmo tempo em que se vê impingido a valorizá-la. Chauí então conclui:

Esse iluminismo vanguardista e inconscientemente autoritário carrega em seu bojo uma concepção de cultura e do povo e uma de suas expressões lapidares encontra-se no manifesto do CPC, de 1962, publicado no primeiro número desta *Arte em Revista* (Chauí, 1980, p. 15, ).

Apontada como concepção ideológica do Estado burguês - e mais especificamente do Estado fascista - a cultura do povo, tal como é concebida pelas esquerdas nacionalistas, passa a ser entendida segundo o binômio “nacional” e “popular”, que mascara e “recusa [a] forma de existência real das classes, isto é, a luta” (CHAUÍ, 1980, p. 16). A tensão entre universalidade e particularismo é entendida segundo a perspectiva das classes dominantes, criadoras de uma memória coletiva, que cria imagens hegemônicas para a ideia de povo e nação. Parte da consciência de uma

nova cultura popular por parte da nova esquerda é oriunda da crítica ao aspecto conciliador e ideológico que põe nessa única “frente” a cultura popular e a identidade nacional.

#### Nação Cariri: Cultura popular e (re)invenção da Nação

Nação Cariri busca não ser apenas um jornal de cultura de uma determinada região do país, mas o universo visto de um ponto singular da terra brasileira. De um ponto não somente, das incontáveis pontas dessa estrela que resiste num recanto qualquer do cosmos (EDITORIAL, 1980, p. 2).

Importante observar, num primeiro momento, as disposições espaciais observáveis para a “Nação”. Aproximando um tempo ‘profano’ - o tempo da cultura e da nação – com o tempo do ‘sagrado’ (ou messiânico, como se vê em diferentes aspectos do jornal, nomeadamente nas marcações cristãs) das incontáveis pontas da estrela do cosmos, a escrita de Nação Cariri vai configurando pouco a pouco o teor particular das concepções concernentes e observáveis até agora para a ideia de um “povo” e sua cultura, bem como à ideia para uma nação e suas identidades. Afinal, é aqui o espaço onde as ideias para a consciência de classe se misturam ou se confrontam com o tempo do “sagrado fogo Cariri” (NAÇÃO CARI-RI, 1980 n. 1, p. 02), onde a história do socialismo se mistura à vindoura, passada e presentificada “América índia” (Nação Cariri, 1980, n.1, p.02).

Marta Campos<sup>4</sup> aparece pela primeira vez neste mesmo terceiro número de 1980 e publica a pequena crítica “Nordestinagem e Dependência”, onde inicia seu texto com elucidativa epígrafe de Silviano Santiago:

Ou bem nos explicamos, ou bem nos construímos - eis o falso dilema para o intelectual brasileiro, que gera na sua simplificação - todas as formas de discurso autoritário entre nós,

---

4 Marta Campos foi professora da Universidade Estadual do Ceará e mestre em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em sua dissertação *Colonialismo Cultural Interno O caso Nordeste*, de 1985, discute os problemas estruturais da produção cultural no Nordeste, tecendo ricos diálogos entre uma “teoria da dependência” e o cultivo de uma “ideologia regionalista”, trazendo para o debate as discussões a respeito da ideia de cultura nacional e a criação de imagens do regional.

tanto o populista quanto o integralista. É preciso buscar a ‘explicação’ da ‘nossa constituição através de um entrelugar (...) Nem cartilha populista, nem folclore curupira - eis as polarizações que devem ser evitadas a bem de um socialismo democrático. Nem patriotismo, nem o imobilismo (Campos 1980, p. 5).

A noção de cultura nacional e as denúncias de seus usos populistas, mais à esquerda, e integralistas, mais à direita, continuam como foco dos textos produzidos agora, tendo como peça central a questão do ‘intelectual brasileiro’, epicentro da nova crítica à “geração 60”. A questão que nos compete é a de observar as tensões concernentes à crítica aos populismos e aos “folclorismos” em Nação Cariri, partindo das análises de Marta Campos.

Formado e aceito como difusor de ideias e cultura para todo o país, o Centro-Sul - mais especificamente as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte - deixa de ser somente o centro cultural de atualização que liga o Brasil ao resto do mundo para ser aquele que se deseja formador de uma cultura-padrão, ‘nacional, a ‘cultura brasileira (CAMPOS, 1980, p. 5).

Trazida dos estudos observáveis em sua dissertação de mestrado, o tema do “colonialismo cultural interno” aparece em quase todos os artigos de Campos para a Nação Cariri, sempre orientados à crítica, não de todo recente, ao tema do acesso e da produção de cultura, tendo como eixo de análise as desigualdades no que tange às regiões do “Centro-Sul” e Nordeste.

Na revista, os textos concentram-se muito mais nas denúncias às concepções de cultura popular, principalmente àquela observada no Nordeste, como parte de um problema de ordem cultural. Não é à toa que um dos temas mais caros às esquerdas na década de 1960, qual seja, a dependência cultural e o imperialismo, passe agora a compor o problema central da dependência interna, um imperialismo nacional com vistas à cultura: “Limitaremos nosso campo de reflexão à sociedade brasileira e, em particular, ao caso Nordeste. A abordagem prende-se sobretudo a um ponto de vista histórico e sociocultural, tomando por base o conceito fundamental de cultura” (CAMPOS, 1986, p. 67). A ideia, portanto, é en-

tender como os debates em torno da cultura concentram-se cada vez mais na crítica à ideia do nacional e do popular por meio da denúncia ao tema da “cultura brasileira”.

Por outro lado, importa ver como esse debate ganha coloração quando discutido na Nação Cariri, tendo cada vez mais importância na crítica à “ideologia regionalista”. Só é possível entender a crítica à região Nordeste através da discussão iniciada com o problema da “cultura brasileira” e seu efeito, por assim dizer, colonial. A teoria da dependência, base da discussão de Campos, orienta toda a análise tanto a nível regional como a nível nacional, refletindo por seu turno a produção de cultura de uma região subdesenvolvida dentro de uma nação subdesenvolvida. Os efeitos disso estão presentes nas caricaturas criadas para dizer do popular e do regional:

[...] Seria então o caso de perguntarmos quando a política cultural das instituições, nacionais e estaduais, se interessam pelo regional, senão para afirmá-lo como exótico, folclórico e até mesmo como ‘engraçado’, pois são essas, quase sempre, as formas de que se revestem as manifestações da cultura regional, em suas ligações com a popular, para torná-las aceitáveis pela cultura oficial (CAMPOS, 1981, p.15).

É nesse sentido que a crítica à concepção folclórica da cultura toma forma, “máscara imutável de que se revestem os produtos da cultura popular para serem aceitos, digeridos sem problema, e até estimulados pela política oficial, empenhados na “defesa da arte popular”. (CAMPOS, 1981, p. 5). Chama a atenção no texto de Marta Campos a definição conferida ao tema da “nordestinagem”, epicentro do debate sobre o colonialismo interno, fruto das desigualdades econômicas, sociais e culturais de uma região sobre outra, também resultado da cadeia de dependência interna e externa. A razão da crítica de Marta Campos parte dos debates mais intimamente ligados aos novos movimentos culturais, ligados, como vimos anteriormente, às novas concepções de cultura popular e seguindo a crítica ao modelo nacional-popular. Marta Campos talvez seja a mais incisiva em relação ao tema. A questão está em que a aposta na “nordesti-

nagem” viria a ser cada vez mais uma das alternativas ao ideário nacional entre as esquerdas e entre os movimentos de “resistência cultural” como se vê naquele período. Além disso, a aposta na produção de cultura fora do eixo “Centro-Sul”, de onde se origina a ideia de “cultura nacional”. O alerta - poderia-se dizer precaução - dirige-se às formas dessa contestação e invenção do regional:

Tendo em vista a posição escorregadia que ocupam no cenário cultural, em seu afã de se afirmarem diante das culturas hegemônicas em busca de um campo próprio onde se faça ouvir a voz que foi recalçada, os porta-vozes da nordestinagem nem sempre escapam ao paternalismo e à construção grandiloqua de uma visão mitificada da cultura popular [...]. O apego ao que julgam ser as raízes do popular, em vez de levar ao purismo ideológico inexistente, acaba atando-os a reboque do conservadorismo feudal que se encontra nas origens históricas do Nordeste (CAMPOS, 1980, p. 5).

O endereçamento aos intelectuais da “cultura oficial” - aqueles que trabalham nas instituições culturais do Estado, e mesmo àqueles “independentes” - é marcada pelo tom pungente da crítica ao paternalismo mormente identificado na relação conferida entre os 80 intelectuais e o povo. O importante é perceber o novo problema observado na definição da cultura popular - muito mais do que afirmar qualquer identidade regional como resposta. Se o problema encontrado por Marilena Chauí<sup>5</sup> estava na vinculação do popular ao nacional - portanto, na percepção do nacional-popular como ideologia dominante - em Marta Campos o mesmo problema é localizado na afirmação de um popular por meio do regional. O desafio posto desde o início é o de desvincular a ideia do popular das

---

5 Marilena Chauí talvez tenha sido a voz mais atuante e a força intelectual mais aguerrida no que concerne à crítica ao nacional-popular naquele período. Representante de uma esquerda universitária paulistana, Chauí também foi uma das porta-vozes do nascente Partido dos Trabalhadores, cujos intelectuais e compreensão partiam de outras chaves para uma nova concepção de “cultura popular”, muito identificada no “Simpósio sobre a Cultura do Povo”, organizado pelo Instituto de Estudos Especiais da Universidade de São Paulo, depois publicado em texto, “Cultura do povo e autoritarismo das elites”, em 1979. “Os Seminários” sobre o “nacional e o popular na cultura brasileira”, publicados em 1984, servem de referências para os debates aqui retratados.

camadas de sentido conferidos ao território, à soberania, ao regional e, portanto, à Nação<sup>6</sup>.

É nesse sentido que o debate a respeito do “homem universal” se torna tão caro ao que Terry Eagleton chamou “internacionalismo socialista” observado nos novos discursos sobre a cultura popular no Brasil. Em “Nordestinados - Solidão e Contemporaneidade”, texto de Marta Campos publicado no quarto número de NC durante o bimestre de setembro/outubro de 1981, lê-se o seguinte:

O que se deseja fazer quanto ao caso Nordeste, falando-se até mesmo dos que se põem ao lado dos próprios trabalhadores, é tornar abstrato e ‘universal’ um homem concreto, habitante de uma região superexplorada, em nome de uma luta mais ampla cuja necessidade de modo nenhum desejamos negar ou subestimar CAMPOS, 1981, p. 5).

É possível perceber aqui a tentativa de vincular a luta internacional dos trabalhadores ao problema colonial singular do Nordeste. Muito arraigada aos debates sobre as lutas anticoloniais vividas recentemente por países africanos - vide, por exemplo, a experiência de libertação nacional empreendida na Angola seis anos antes - o tema aproxima-se muito da tentativa de debater os sentidos para “universalidade” e para o socialismo em chaves concretas - históricas. A universalidade, típico do modelo do Estado-Nação, tende a blindar, coloquemos dessa maneira, as experiências plurais ou os conflitos de classe através do modelo jurídico constitucional, isto é, o da soberania nacional.

A universalidade tende a ser opressora, bem como o humanismo que não se posiciona social e historicamente em favor de determinada classe. Porque o homem tende sempre a fazer ressaltar suas particularidades em meio a um sistema tão desigual e heterogêneo, quanto trabalha com instrumentos que por sua vez desejam homogeneizar e nivelar, nunca nas condições concretas de existência, as sociedades e os homens (CAMPOS, 1981, p. 5).

---

6 Já se observou que a ideia de região só é possível através de uma fórmula que concentre no tempo da Nação os seus inúmeros “capítulos” - regionais. Cf. RAMOS, Francisco Régis Lopes. O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

É notório perceber nesse sentido o cuidado sempre tomado quando o assunto são os termos nacional e regional. A preocupação de desfazer a compreensão folclórica do popular enquanto caldo cultural do Nordeste é marca da revista Nação Cariri como um todo e não apenas dos textos de Campos. Muitas vezes o nacional mesmo é posto de lado e a interligação com países de “Terceiro Mundo” se tece com diferentes tempos e espaços:

Já não nos interessa apenas ler os teóricos europeus e norte-americanos ou seus macaqueadores tupiniquins, interessamos antes saber da nova poesia que se faz na África (e como ela contribui para a descolonização), interessamos o último poema que Atahualpa recitou, antes de cair, sangrando, como um bicho, pela espada sanguinária pelos bárbaros espanhóis. Agostinho Neto e Zumbi. Caldeirão do Bento José Lourenço e Santa Maria de Iquiqui. A invasão de cidades pelos flagelados nordestinos e a última greve da Fiat. As lutas e os cantos de resistência de todos os povos oprimidos. Necessariamente, com mais profundidade, o nosso. (EDITORIAL, 1981, p. 2).

É notório perceber no fragmento do editorial do quarto número de NC, de outubro de 1981, a compreensão de que o popular, antes de tudo, é conceitualizado enquanto realidade dos povos oprimidos e não segundo perspectivas espaço-temporais definidas - basta ver a ligação entre Zumbi e Agostinho Neto, ou o interesse no poema de Atahualpa - e nem por caracteres exclusivamente artístico-culturais. O popular está onde o oprimido está e se revela segundo sua atividade, as lutas, através dos “cantos de resistência”. O tempo que orienta a luta do povo não conhece limites naturais e históricos muito definidos, muito embora ponha no acento político - vide as lutas de libertação nacional em África, recentíssimas - o seu traço profético.

Orienta-se dessa maneira a perspectiva política e cultural de Marta Campos e de Marilena Chauí, que de resto se direcionam de diferentes maneiras no discernimento da realidade brasileira. Suas críticas à ideia de região e de nação, respectivamente, compõem, convém mencionar, à disposição “populista” das definições da cultura popular proferidas pela “geração

60”. É necessário destacar que Marta Campos não arma sua compreensão da ideia de cultura a partir da crítica ao “populismo de esquerda”, como é construída objetivamente em Chauí, mas orienta seu entendimento a partir da “questão Nordeste”, que não se configura peça central deste estudo.

## **Conclusão ou Os testamentos traídos**

É certo que a aposta no debate no plano cultural estava lá, assim como esteve no crescente protagonismo das esquerdas no imediato pós-golpe (vale lembrar, é claro, que isto vale para a produção cultural, e não para a representação política). Mas o que vale notar nesta reflexão é a abertura a algo no plano da intervenção cultural, plano que tenta inclusive empregar novo vocabulário e novas formas de compreender as questões correntes. Mais do que passar a limpo as diretrizes políticas e culturais que não lograram êxito ou que caíram na autofagia da “cultura brasileira”, a ideia aqui tende a ser de entender aqueles inícios de que falava Hannah Arendt, ou seja, compreender as formas que invariavelmente fogem à continuidade de uma tradição e põem nos seus usos e retomadas uma história sempre nova. Trata-se, aqui, de apostar no que está além do resgate e da memória sobre a década de 1960 e seu universo. É, para todos os efeitos, a força do anúncio que a sensação de presente ousar lavrar.

O trabalho de Miliandre Garcia sobre o CPC e a questão da cultura popular<sup>7</sup>, bem como outros de seus trabalhos, acertam quando tentam desmistificar as ideias correntemente dadas, à vista grossa, à experiência dos Centros Populares de Cultura e de seus integrantes por parte de intelectuais em finais dos anos 1970 e a década de 1980, tais como Francisco Weffort, Octavio Ianni e Marilena Chauí. Como aponta Miliandre Garcia, o que passava despercebido para aqueles intelectuais era o real debate e

---

7 GARCIA, Miliandre. A questão da cultura popular: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).<sup>7</sup> Revista Brasileira de História 24.47, 2004 - p.127-162.

interesse dos CPC's, qual seja o da formação de uma intelectualidade e suas diferentes propostas de intervenção ali em jogo e não diretamente à ideia de atingir as massas, objetivo frustrado, como apontam os críticos. “A opção por ser povo” (Manifesto CPC, C. estevão, 1962), fortemente denunciada nos Seminários de Chauí (1980), oculta fortemente um dos principais pontos do debate na década de 1960, isto é, a

a educação política e estética voltada principalmente para a formação da própria intelectualidade, [que] não é entendida como um dos principais objetivos do CPC, mas como um ‘desvio’ de objetivos da entidade. Segundo a autora [M. Chauí], ‘visto que ser povo é uma ‘opção’, o Manifesto, deixando de lado o povo, entabula um diálogo interpares com outros interlocutores e artistas (GARCIA, 2004, pg. 134).

Por outro lado, não seria correto afirmar que por se tratar de um debate interpares, a questão da cultura popular deixará de conduzir o tom das ideias para a cultura brasileira e o debate sobre o “projeto de uma consciência coletiva”, e nem que os debates nas décadas de 1970 e 1980 não quisessem intervir em seu meio em detrimento da ideia rigorosa do povo, e que o debate em torno das dificuldades na produção e divulgação de cultura não estivessem lá. É assim que, a despeito dos temas concernentes ao trabalho e ao campo intelectual, é possível concluir que os debates que perfazem os rumos do CPC na década de 1960 não são os mesmos daqueles feitos nos anos 1980, porque não são, de resto, resgate ou revisionismo (denotando qualquer equívoco em suas provisões), mas sim propostas e caminhos para o problema da relação (antiga, mas nova) entre cultura popular e intelectuais, “consciência nacional” e “cultura de classe”. Parece mais claro ver que a cisão Popular x Erudito passaria para o debate Cultura de Massa x Cultura Popular com o ônus de ter ocultado a figura do erudito ou do intelectual do debate. O resultado esperado pode ser, desta vez, abranger um conceito.

Parece mais nítido nesses casos e nessa nova frente dos intelectuais que a disposição nacional-popular e a sua crítica ideológica fundamentam

os novos dispositivos de compreensão das “classes pobres”. É possível dizer que sem a retomada dos discursos da “geração 60” não seria possível chegar à estruturação de uma nova compreensão do é, afinal de contas, o povo do no Brasil (Sodré, 1962), e que ele, agora mais do que nunca, não queria dizer da Nação e dos interesses nacionais (Chauí, 1986, p. 106).

É a partir daqui que entramos na tentativa de compreender quem é o povo na década de 1980 a partir daqueles intelectuais e de seu discurso. Vimos que a observação de que a cultura nacional ofusca e neutraliza a cultura das “classes subalternas” é o ponto de onde parte as novas escritas do popular, que agora precisa ser decifrado a partir de sua entidade ontológica, como coloca Marta Campos;

É necessário, cada vez que o processo histórico caminha, que as classes proletárias elas mesmas se conduzam e que os ‘administradores culturais’ resistam a toda sorte de iniciativas paternalistas ou violentadoras da prática cultural daquelas, buscando um outro tipo de soluções (CAMPOS, 1981/1982, p. 5, grifo nosso).

Aqui, o poder dos “sindicatos livres”, assim como das “associações classistas e de bairro desatreladas do poder” são a mola verdadeiramente revolucionária dos movimentos sociais. A localização de esferas legitimamente populares (no sentido de seu poder de mobilização política) era a nova tônica da escrita desses intelectuais.

É nesse sentido que não se configura contraditório a formulação de proposições contra uma “ideologia nacionalista dominante” (NC, n°4) em detrimento de pequenas mas internacionais nações reunidas em razão das opressões de ordem política e cultural, como observamos em um dos artigos mais apaixonados de Marta Campos. Muitas dessas teses despontam nesse momento da crítica à ideologia do nacional, mas sem dúvida sob diferentes signos. Não é à toa que no sexto número de Nação Cariri (1982), Marta Campos aprofunda sua análise vinculando-a ao problema do nacional, mas o complexifica através do tema da “dependência cultural”, que tenta descentralizar a carga conceitual do regional através da constatação

de um problema implicado em ser nordestino, brasileiro e latino-americano (NC, n°5, p. 5, 1982), incluindo aqui a análise que declina do nacional o problema mais amplo das “classes populares [que] não são regionais, mas universais!”.

Nota-se a peculiaridade da tensão própria do Nação Cariri em resolver a questão da cultura popular como cultura, digamos, regionalmente universal: essa tensão parece manter aceso todo o processo histórico que lhe confere concretude. Revela também a forma como o popular se molda a partir de um entendimento de uma cultura subalterna em franco contraste com uma cultura popular que representasse a Nação.

## REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Editora FGV, 2000.

ARTE EM REVISTA. São Paulo. Ano 1. n. 3. Março de 1980.

CAMPOS, Marta. *Colonialismo cultural interno*. Fortaleza, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Brasiliense, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira - Seminários (1982)*. ArtePensamento- IMS. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/o-nacional-e-popular-na-cultura-brasileira-seminarios/> Acesso em 15/01/2021.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Papirus Editora, 1995.

DIAS, Carlos Rafael. *Encantamento e Civilização: construções discursivas de uma região (o cariri cearense)*. Tese defendida pela Universidade Federal Fluminense, de 2019;

FERNANDES, Natalia Ap Morato. *A política cultural à época da ditadura militar*. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, n. 1, 2013, p. 173.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 8 mar. 2021.

GARCIA, Miliandre. **A questão da cultura popular**: as políticas culturais do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). *Revista Brasileira de História* 24.47 (2004): 127-162.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

NAÇÃO CARIRI: “Chegado é o tempo!” Crato/CE. Ano 1, n. 2. jul/ago. 1980

NAÇÃO CARIRI: “Um jornal de cultura e ideias”. Fortaleza/Crato. Ano 1, n.5. dez/jan. 1981/1982.

NAÇÃO CARIRI: “Um jornal de cultura e ideias”. Cariri/CE. Ano 1, n. 3. jan/fev. 1981.

NAÇÃO CARIRI: “Um jornal de cultura e ideias”. Fortaleza. Ano 3, n. 8. maio/jun. de 1983.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade**:(re) inventando o sertão nordestino na década de 70. Annablume, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Brasilidade revolucionária**: um século de cultura e política. Editora Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

# Dom Delgado, no Ceará: com a Igreja, negociando com a ditadura (1964 – 1973)

Márcio de Souza Porto<sup>1</sup>

No dia 4 de junho de 1964, o jornal *Unitário* deu destaque, em primeira página, ao que denominava de “Operação Limpeza” no Ceará, que consistiu na prisão de várias pessoas enquadradas pelo Exército, Polícia Militar e Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), como “comunistas e inimigos da Pátria, infiltrados em setores da administração pública estadual e federal”.<sup>2</sup> Os órgãos da repressão no Ceará executavam “batidas” nos locais que qualificavam como quartéis-generais dos comunistas e nos quais foram encontrados escritos e publicações que comprovariam seu caráter subversivo. Dois destes locais aparecem na matéria do *Unitário*: a livraria “A Colegial”, onde foram presos os linotipistas Jacques de Andrade e Raimundo Cordeiro, e as oficinas de impressão do periódico *o Democrata*, de Fortaleza.

O jornal *Unitário* explicitava que as consideradas ações subversivas e comunistas no Ceará eram resultantes de estratégias ideológicas implantadas em

---

1 Mestre em História e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Analista de Gestão Cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, junto ao Arquivo Público do Estado do Ceará. ID Lattes: 9162337091847651. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (UFC). marsporto2@yahoo.com.br

2 *O Dispositivo da Educação*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 4 de abril de 1964.

todo o país, pela assessoria “comunista nacionalista” do ex-presidente João Goulart e operacionalizadas através de seus diversos “dispositivos”, em especial o dispositivo da educação<sup>3</sup>. Estes recursos, segundo a notícia, objetivavam criar células comunistas e armadas em todo o território nacional, em especial nas repartições públicas.

Os redatores do *Unitário* avaliavam que o “dispositivo armado e comunista” no Brasil funcionara plenamente nos ministérios do Trabalho e da Educação e Cultura, sendo que, na opinião daqueles redatores, o MEC fora o maior responsável pelo processo de “cubanização” do Brasil. Segundo essa análise, o governo Goulart atuara com o propósito claro de transformar as secretarias de educação dos Estados, por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em focos de disseminação da doutrina marxista, desde o ensino primário até os cursos superiores.

No Ceará, denunciava a mesma matéria, seria agente principal daquele projeto o educador Lauro de Oliveira Lima, no período em que foi coordenador da Divisão de Ensino Secundário da Secretaria de Educação do Estado, como instituidor de um plano de dissolução da família e da pátria, com “inequívocas matrizes marxistas”.

Portanto, na avaliação do jornal, o sistema educacional do Ceará, no período anterior ao golpe de 1964, teria sofrido um processo ideológico que visava disseminar na juventude cearense a doutrina marxista. Como ratificação de suas denúncias, o *Unitário* acrescentava que considerava como disfarce comunista as propostas de extinção do analfabetismo no Brasil, através da pedagogia de Paulo Freire, nada mais que um “veículo de propagação do catecismo bolchevista no Nordeste”. Por isso, o jornal elogiava o então governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves que, ao perceber a trama, havia demitido Calazans Fernandes, seu Secretário de Educação sob a acusação de articular a cubanização da educação potiguar. Aproveitava-se a oportunidade para solicitar ao governador

---

3 Idem.

do Ceará, Virgílio Távora, que não tivesse dúvida quanto à necessidade de desarticulação do “dispositivo armado” da Secretaria de Educação do Ceará.

Dez dias após essas análises, o mesmo *Unitário* estampava uma convocação do Movimento da Mulher Cearense, em parceria com as Forças Armadas, para a realização, em 16 de abril, da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, em Fortaleza.<sup>4</sup> No dia programado, a manifestação saiu da Praça Coração de Jesus, no centro de Fortaleza, comandada pela esposa do governador Virgílio Távora, Luiza Távora, passando pela Rua Sena Madureira e concentrou-se novamente na Catedral Metropolitana, onde foi cantado um “Te Deum”, seguido de uma cerimônia religiosa conduzida por Dom Delgado. Daí partiu para a 10ª Região Militar, onde foi realizada uma homenagem às Forças Armadas.

O dia da Marcha foi exaltado no Jornal *Unitário*<sup>5</sup> como a legítima expressão da vontade da maioria do povo cearense, diferentemente da concepção de povo ou maioria que havia sido imposta, de acordo com o jornal, pelo vocabulário nacionalista do governo Goulart. O sentido de povo teria sido desvirtuado através de mecanismos ideológicos, pois:

Povo, no dicionário do chamado nacionalismo, não traduzia a tradição, a formação histórica, o comportamento da Nação, mas as diretrizes de um processo revolucionário, inspirado em doutrinas alienígenas, radicalmente incompatíveis com a índole e as aspirações do homem brasileiro.<sup>6</sup>

Como bem lembra Cordeiro (2009), é densa a bibliografia, no Brasil, sobre as resistências à ditadura de 1964. O tema se mostra fascinante para historiadores, jornalistas, sociólogos, estudantes e juristas. No entanto, é pequeno, ainda hoje, o rol de pesquisadores que enveredaram por outros ângulos, tais como, o da história do apoio civil ao golpe e da participação de parcela da sociedade na construção do regime autoritário. Assim, a ditadura permaneceu por muito tempo como exclusivamente militar e, a sociedade, uma mera vítima do regime. Nos últimos anos,

4 *Marcha da Família dia 16 em Fortaleza*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 14 de abril de 1964.

5 *A Marcha da Liberdade*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 17 de abril de 1964.

6 Fortaleza. Jornal *Unitário*, 17 de abril de 1964.

porém, surgiu nova corrente na historiografia sobre o golpe e a ditadura de 64. De forma problematizada, essa corrente, passou a rever determinadas interpretações sobre o regime militar, enfrentando rejeições e traumatismos. O ponto comum às novas análises está na compreensão da ditadura como construto social. Nenhuma ditadura, muito menos a brasileira, está deslocada da sociedade, é produto seu. O regime militar no Brasil, de 1964 a 1985, jamais teria permanecido por tantos anos, legitimado somente na repressão, na violência, na tortura, ou na censura. Houve afinidade, consenso, consentimento de setores significativos da sociedade brasileira, colaborando com ideias e propostas ao regime.

De conformidade com o mesmo editorial, aquela deturpação do sentido de “povo”, além de disseminar a confusão por todos os setores brasileiros, foi responsável pela cooptação de alguns sacerdotes da Igreja Católica, embevecidos pelas doutrinas extremadas, facilitando a “cubanização” do país e contrariando o seu passado histórico por meio de um falso determinismo da marcha da história. Isso criava a falsa impressão de que o povo brasileiro se irmanava com Fidel Castro, Che Guevara e Karl Marx<sup>7</sup>. O verdadeiro povo brasileiro era o que desfilara

---

7 **Fidel Alejandro Castro Ruz**, ou simplesmente **Fidel Castro** (Birán, 13 de agosto de 1926 – Havana, 25 de novembro de 2016), foi um político e revolucionário cubano que governou a República de Cuba como primeiro-ministro de 1959 a 1976 e depois como presidente de 1976 a 2008. Politicamente, era nacionalista e marxista-leninista. Também serviu como primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba de 1961 até 2011. Sob sua administração, Cuba tornou-se um Estado socialista unipartidário, a indústria e os negócios foram nacionalizados, e reformas socialistas foram implementadas em toda a sociedade. Castro morreu em Havana na noite de 25 de novembro de 2016, aos 90 anos. **Che Guevara, Ernesto Guevara de la Serna**, mais conhecido como **Che Guevara** (Rosário, 14 de junho de 1928 – La Higuera, 9 de outubro de 1967), foi um revolucionário marxista, médico, autor, guerrilheiro, diplomata e teórico militar argentino. Uma figura importante da Revolução Cubana, seu rosto estilizado tornou-se um símbolo contracultural de rebeldia e insígnia global na cultura popular. **Karl Marx** (Tréveris, 5 de maio de 1818 – Londres, 14 de março de 1883) foi um filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico, político, jornalista e revolucionário socialista alemão. Marx estudou direito e filosofia nas universidades de Bona e Berlim. Casou-se com a crítica de teatro e ativista política alemã Jenny von Westphalen em 1843. Devido às suas publicações políticas, Marx tornou-se apátrida e viveu no exílio com a sua mulher e filhos em Londres durante décadas, onde continuou a desenvolver o seu pensamento em colaboração com o pensador alemão Friedrich Engels e a publicar os seus escritos, pesquisando na Sala de Leitura do Museu Britânico. Os seus títulos mais conhecidos são o panfleto *Manifesto Comunista* de 1848 e o triplo volume *O Capital* (1867–1883). O pensamento político e filosófico de Marx teve uma enorme influência na história intelectual, econômica e política subsequente. O seu nome tem sido usado como adjetivo, substantivo e escola de teoria social.

na tarde do dia 16 de abril pelas ruas de Fortaleza, solidarizando-se com as Forças Armadas e dando graças a Deus pelo golpe militar.

Um ano após esses episódios, o jornal *Correio do Ceará*, comemorando o aniversário do golpe<sup>8</sup>, contribuía para a construção no Estado de um discurso legitimador do arbítrio e do endurecimento do regime, inclusive com ataques sutis a setores da Igreja Católica, em nome da recuperação da decência e competência políticas, ausentes nos anos anteriores a 1964, segundo o então diretor dos *Diários Associados* e também Presidente da Academia Cearense de Letras, Eduardo Campos. Na matéria, o jornalista era identificado como liderança que “desempenhou relevante papel na ação revolucionária do Ceará e que foi porta-voz da Revolução em nosso Estado”.<sup>9</sup> Para Eduardo Campos, aquela que denominava de “Revolução verdadeiramente democrática”, havia sido, nos últimos anos, a única que proporcionou melhores resultados ao povo brasileiro.

No decorrer de sua avaliação, Eduardo Campos, como homem de letras, ressaltava que, no Ceará, poderia ser aplicado o título da peça francesa “E a Guerra de Troia Não se Fez”, para os desdobramentos do golpe militar no Estado, no sentido de que no Ceará não houve “revolução”, uma vez que:

Os poucos corruptos e subversivos presos, punidos ou não, estão muito longe de representar a real expressão do numeroso bando que se dispunha a nos entregar aos comunistas, e de outros que, com a conivência de gente pretensamente respeitável, enriqueciam-se a custa do Tesouro. Quando julgamos que o Ceará, nos dias que antecederam à Revolução, não era uma terra tranqüila, é porque somos daqueles que não dimensionam o Estado – principalmente o do tempo do Sr. João Goulart – pela possível ordem dos comícios ou pelas badernas evitadas, mas pelas gritantes imoralidades patrocinadas por partidos políticos, o empreguismo fácil e complacente, que transformou o erário num alimentador automático, de granja avícola, a despender quase que totalmente seus recursos para os felizardos de uma nova modalidade de coronelismo cidadão e sertanejo.<sup>10</sup>

---

8 Revolução: Radiografia depois da Vitória. Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 31 de março de 1965.

9 Ibid.

10 Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 31 de março de 1965.

Pouco mais de um mês após o golpe militar, o jornalista Eduardo Campos já havia enviado uma carta ao jornal *Correio do Ceará*<sup>11</sup>, dirigida ao general André Fernandes de Sousa, designado pelo Exército para o Comando da 10ª Região Militar de Fortaleza. Logo no início, alertava o general sobre os “terríveis equívocos” da politicagem das províncias – dos quais o Ceará não escapava – e o que num primeiro momento pudesse transparecer serenidade ou acomodação dos grupos partidários locais, seria, na realidade, estratégia astuciosa diante das incertezas do momento político. Muitos no Estado, segundo Eduardo Campos, não haviam levado a sério o movimento “revolucionário” de 31 de março, pois:

Não foram muitos os que acreditaram na causa democrática geratriz da gloriosa campanha de 31 de março. Muita gente antes supostamente advertida, ria de quantos corajosamente, profligavam o perigo comuno-peleguista. Pobre gente aquela Senhor General, que submissa aos ócios sazoados pelo uís-que fácil – tão comum entre nós – teimava em não compreender a extensão do perigo iminente. Vão dizer a V. Excia. Que não há comunistas aqui; que o Ceará foi e continua sendo uma ilha de tranqüilidade. Aparentemente, há de parecer que constituímos uma região de bem-aventuranças eternas, em que a igualdade é impostergável e os pobres sempre estiveram assistidos pelos ricos.<sup>12</sup>

Nos textos de Campos, é possível identificar algumas características das concepções políticas inerentes à direita católica que participou ativamente da queda de João Goulart em 1964, tais como seu forte teor anticomunista e de combate a qualquer prática progressista por parte de alguns membros do clero católico. Na *Carta ao General*, Eduardo Campos deixava claro seu apoio à linha dura do Exército, inclusive sugerindo que já estava mais do que na hora de impedir “na cátedra e nos templos dedicados a Deus, a consagração do anticristo”.

Eduardo Campos, no intuito de colaborar e legitimar as pressões contra a esquerda católica ou contra o clero progressista do Ceará, insistia na elaboração de imagens demoníacas dos comunistas ou dos adeptos do governo Goulart,

---

11 CAMPOS, Manoel Eduardo Pinheiro. *Carta ao General*. Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 08 de maio de 1964.

12 Idem.

afirmando que alguns sacerdotes no Estado haviam se afastado de suas verdadeiras obrigações e enveredado pelo “caminho dos espíritos malévolos”, estranhos à índole democrática do povo brasileiro. Era também inadiável, para Campos, combater o engajamento político dos cristãos leigos, a fim de demonstrar que:

A religião católica é incompatível com a ideologia comunista, pois o humanismo fruído de Cristo não se coaduna com o humanismo materialista. É o que vezes sem conta estão proclamando S. S. o Papa e seus amantísimos arcebispos e bispos que tomam a si a vigilância do exercício do ministério divino. Os que se desviam deste propósito, que é o da defesa e perenidade da Igreja, são exatamente os que trazem o engano dentro de si mesmos.<sup>13</sup>

As estratégias para combater os denominados desvios dentro do clero não se limitaram apenas à produção de artigos nos jornais dos Diários Associados no Ceará, porém, se desdobraram em verdadeiras cruzadas contra a “comunização”, operacionalizadas através do Movimento de Educação Democrática para Alunos (MEDA)<sup>14</sup>, promovido pelo Colégio Estadual Justiniano de Serpa, em “sintonia com o vitorioso movimento revolucionário de 31 de março”, como enfatizava o *Correio do Ceará*. O Movimento foi iniciado no dia 19 de maio de 1964, com uma palestra do padre Joaquim Guerra que, segundo o *Correio do Ceará*, fora preso, várias vezes na China Vermelha. No mesmo dia à tarde, os alunos foram acompanhados pela direção do Colégio e vários professores, ao Comando da 10ª Região Militar, oportunidade em que “viram todo o material subversivo preso em poder dos comunistas”. O MEDA era encabeçado pelos professores José Maria Bandeira, Francisco das Chagas Costa Tito e pelo jornalista Manuel Eduardo Pinnheiro Campos, diretor dos Diários e Rádios Associados do Ceará.

Segundo Löwy (2000, p. 141), com o golpe de 1964, a Esquerda Católica foi despedaçada pela ditadura e silenciada. No entanto, nos anos subsequentes, à medida que o regime se fechava, verificou-se um recrudescimento da oposição ao

13 CAMPOS, Eduardo. *A Igreja e o Momento*. Fortaleza. *Jornal Correio do Ceará*, 19 de maio de 1964.

14 *Colégio Público Promove o Movimento de Ação Democrática para Alunos*. Fortaleza. *Jornal Correio do Ceará*, 20 de maio de 1964.

arbitrio no seio da sociedade, levando padres, freiras e “alguns poucos bispos a se posicionarem contra a repressão.” Há indícios de que antes do endurecimento do regime após 1968, no Ceará, a Igreja vivenciou tensões com o estado autoritário.

Em 1965, Dom Delgado<sup>15</sup> se deparou com a prisão de um dos membros do clero cearense que exercia suas funções na região da serra de Baturité. Em abril daquele ano, o padre Antônio Moreira era vigário de Assunção e apoiava a organização do Sindicato dos Lavradores daquela localidade. Passou a sofrer uma série de ameaças e perseguições policiais, chegando a ser agredido por um soldado da Marinha.<sup>16</sup> O padre Moreira foi levado para Fortaleza e conduzido para uma delegacia de polícia. A arquidiocese foi informada do caso e, após intermediação de Dom Delgado, o padre foi posto em liberdade.

Outro confronto significativo dos embates entre a Igreja e o Estado, no Ceará, ocorreu em 1967, quando o ex-ministro da Saúde, Raimundo de Brito<sup>17</sup>, fez declarações à imprensa do Estado da Guanabara, segundo as quais o clero era responsável pela subversão no Nordeste. Raimundo de Brito sugeria que o governo militar substituísse os membros do “clero subversivo” nas ações de esclarecimento da população a respeito das Encíclicas. Dom Delgado reagiu e, em entrevista ao *Correio do Ceará*, declarou:

Fico estarecido. Não acredito que o Dr. Raimundo de Brito tenha feito tal declaração, na condição de um católico praticante. Se o fez, deverá ser catalogado entre os mais autênticos totalitários travestidos de democrata. As altas autoridades do país devem ter muita cautela diante de homens tão apaixonados e injustos. A Igreja conscientizou profundamente o episcopado do mundo inteiro durante o Concílio Ecumênico Vaticano II, quanto aos seus deveres humanos, políticos e sociais, não admitindo, portanto, um recuo da Igreja na pregação das Encíclicas papais.<sup>18</sup>

15 Dom José de Medeiros Delgado (Pombal, 28 de julho de 1905 – Recife, 9 de março de 1988) foi um sacerdote católico brasileiro. Foi bispo de Caicó e arcebispo de São Luís do Maranhão e de Fortaleza.

16 DELGADO, Dom José de Medeiros. *O Caso de Assunção*. Fortaleza. Jornal *O Nordeste*, 08 de abril de 1965.

17 DELGADO, Dom José de Medeiros. *Dom Delgado: os Bispos não deixam clero ser subversivo*. Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 08 de novembro de 1967.

18 Idem.

Os anos de 1967 e 1968 são emblemáticos para a compreensão dos caminhos que levaram à produção de características peculiares ao catolicismo brasileiro. Durante esses anos, um grupo de dominicanos radicaliza sua oposição ao regime e passa a dar apoio à resistência armada, como no caso do grupo dissidente do PC, articulado por Marighella<sup>19</sup>. A Igreja brasileira transforma-se em uma das únicas instâncias possíveis de luta contra o regime. Ao mesmo tempo em que Dom Delgado esforçava-se para reatar laços, suscitar confiança e lançar bases concretas para um apostolado dos leigos, entrosado com a hierarquia, outras tensões se processavam entre a Igreja e o aparelho repressor no estado do Ceará. Em 10 de novembro de 1968, esteve em Fortaleza o padre mineiro, Virgílio Leite Uchôa, representando o Setor de Vocação da Arquidiocese de Belo Horizonte no Encontro Regional de Vocação do Nordeste I. No segundo dia de sua visita, o padre Uchôa deu entrevista à Rádio Assunção, diretamente do bairro Dias Macedo, abordando a questão das prisões de padres em Minas Gerais.<sup>20</sup>

O mesmo relatório do DOPS que denunciava o padre Virgílio, acusava o movimento estudantil cearense de programar concentrações de protestos contra as prisões de universitários pela Polícia Federal, contando com apoio do clero, Sindicato dos Bancários e Associação dos Professores Licenciados do Ceará.

Alguns meses antes das denúncias do padre mineiro, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, o deputado Moslair Cordeiro Leite fez um pronunciamento, denunciando um grupo de terroristas de direita, segundo ele, protegido por agentes do DOPS, de pichar paredes e distribuir boletins com desenhos de foices e martelos e com uma relação nominal de pessoas pacatas, com o simples intuito de incriminá-las. Além do mais, denunciava que durante uma manifestação de desagravo a Dom Frago<sup>21</sup> e a Dom Delgado, foram vis-

19 Carlos Marighella (Salvador, 5 de dezembro de 1911 – São Paulo, 4 de novembro de 1969) foi um político, escritor e guerrilheiro comunista marxista-leninista brasileiro. Um dos principais organizadores da luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964-1985), chegando a ser considerado o maior inimigo do regime militar. Foi um dos fundadores da Aliança Libertadora Nacional, organização de caráter revolucionário.

20 BR. CEAPEC. DCE. INF. *Acervo Memórias Reveladas: as lutas políticas no Ceará (1964 – 1985)*. Arquivo Público do Estado do Ceará.

21 Dom Antônio Batista Frago (Teixeira, 10 de dezembro de 1920 – João Pessoa, 12 de agosto de

tos três agentes do DOPS e da Polícia Federal, que sequestraram um estudante na entrada do Palácio Episcopal.

No final do ano de 1967, no auditório da Escola de Administração do Ceará, Dom Fragoso proferiu palestra para 300 pessoas, de acordo com um sucinto relatório do DOPS de Fortaleza.<sup>22</sup> Dom Fragoso, após a abertura do encontro, feita pelo diretor da escola, teria iniciado sua fala com denúncias contra a política imperialista vigente no Brasil e o colonialismo cultural dos Estados Unidos e afirmado que a bomba que acabaria o mundo não seria de 50 megatons e sim a bomba “M”, ou seja, a bomba miséria que estaria perto de explodir no Brasil e no Terceiro Mundo. Dom Fragoso, ao falar para os jovens estudantes de administração do Ceará, seguia a linha da Igreja que, além do colonialismo externo, também condenava o colonialismo interno, entendido como expressão da manutenção da riqueza das minorias privilegiadas, a exploração e a miséria de milhões de cidadãos da América Latina, Ásia e África. Situação denunciada, anos antes, pelo Papa João XXIII, ao afirmar que independência política sem independência econômica, não tinha validade concreta. Por outro lado, atribuir o baixíssimo nível econômico do Terceiro Mundo à incapacidade, à preguiça e à desonestidade dos povos de cor, era tentar encobrir injustiças graves, cometidas pelos povos desenvolvidos contra os povos subdesenvolvidos.

Dom Fragoso, em entrevista ao jornal *Unitário*, nos inícios de 1968<sup>23</sup>, denominava Crateús de “Diocese Criança”, uma vez que os municípios de Nova Russas, Tamboril, Ipueiras, Poranga, Monsenhor Tabosa, Independência, Novo Oriente e Tauá foram desmembrados da Diocese de Sobral, e os municípios de Tauá, Parambu e Cococi, foram incorporados à Diocese de Crateús, da qual era bispo desde 9 de agosto de 1964. Na mesma entrevista dizia estar convencido de que não é o bispo quem faz a diocese, fundamental era o povo que lá vivia, lutava,

---

2006) foi o primeiro bispo de Crateús, no Ceará.

22 BR. CEAPEC. SSP. FI. 13. *Acervo Memórias Reveladas: as lutas políticas no Ceará (1964 – 1985)*. Arquivo Público do Estado do Ceará.

23 *Dom Fragoso fala da Educação, da Fé na Diocese de Crateús*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 10 de janeiro de 1968.

sofria e morria. Este povo deveria ser visto como único, inconfundível e original, e o bispo, seu servidor humilde e fraterno. E sobre sua concepção de trabalho com o povo de Deus, diz:

Estas razões explicam porque o primeiro trabalho em Cra-teús, eixo de Ação Pastoral, consiste em descobrir e suscitar o povo para que assuma conscientemente a construção do Reino. Nessa linha de educação da Fé (sic) nas consciências do povo cristão, foram organizadas semanas catequéticas em 1965, 1966 e 1967 em cada uma das Paróquias. O Bispo esteve presente mais como irmão do que como Bispo. À base de uma pedagogia popular ativa, foram atingidos casais, rapazes e moças, membros de organizações religiosas e a noite ao povo. Para que o povo inteiro seja progressivamente educado numa Fé adulta e esclarecida é preciso seleção e treinamento das lideranças cristãs nos movimentos do Apostolado dos Leigos. Neste sentido estão sendo organizada a Ação Católica Operária (ACO), o Movimento Familiar Cristão (MFC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC), o Apostolado de Evangelização das Vítimas da Prostituição (NINHO). Para fugir ao clericalismo e ao anticlericalismo estamos tentando formar a consciência da fraternidade dos padres (o Presbitério no qual o Bispo é um irmão que tem a tarefa do serviço e da unidade) e a consciência da responsabilidade dos cristãos leigos.<sup>24</sup>

Segundo alguns estudiosos da Igreja no Brasil, entre os anos de 1964 e 1968, a CNBB concentrou suas preocupações nas questões internas afastando-se do catolicismo de cunho mais social, pautando-se por uma concepção de fé mais conservadora. Esta tendência foi resultante de um processo interno de reação aos bispos progressistas que predominaram na CNBB até fins de 1964, com destaque para a atuação de Dom Helder Câmara, cuja influência declinou a partir da eleição de Dom Agnelo Rossi e Dom José Gonçalves, para presidente e secretário-geral da CNBB, respectivamente. Nem mesmo o Vaticano II, nem o surgimento de uma teologia mais especificamente latino-americana e uma grande variedade de inovações pastorais nas bases foram suficientes para fazer com que a CNBB

---

24 Idem.

se esforçasse para promover a justiça social. Em contraste com os anos pré-golpe, a CNBB nada tinha a dizer sobre as condições sociais. Os documentos episcopais limitavam-se a formulações teóricas abstratas que não faziam referência aos eventos da época, quanto menos prescrever mudanças. Embora os documentos criticassem o “capitalismo injusto e opressor”, os bispos nada diziam sobre o governo militar, sobre a repressão ou sobre o modelo econômico.

No entanto, Dom Delgado escreveu, em agosto de 1966, uma mensagem no jornal *Tribuna do Ceará* em defesa de Dom Helder<sup>25</sup>. Iniciou o seu artigo protestando contra a “difamação” que, segundo ele, tivera início em Recife contra os bispos do Regional Nordeste II e contra a Igreja. Comparou as acusações feitas a Dom Helder com os “processos comunistas de desgaste das legítimas autoridades” e exortou que tal calúnia fosse desconsiderada por todos que tivessem uma parcela mínima de responsabilidade nos destinos da Pátria. Os que agiam assim, para Dom Delgado, embora aparecessem como inimigos do episcopado e da Igreja eram para ele, inimigos da revolução, uma vez que:

Sente-se quanto mal penetra a alma de muitos. Descobre-se entre nós, onde nasceu Dom Helder Câmara, um dos alvos mais visados por alguns brasileiros levianos, como a referida difamação que tem berço em Recife, vem proliferando. Já há quem espalhe que o Presidente da República e o ministro do Exterior, respectivamente Marechal Humberto Castelo Branco e Embaixador Juracy Magalhães acabam de expedir ao Papa Paulo VI uma declaração de que o nosso querido Dom Helder Camara não é pessoa grata ao Brasil.<sup>26</sup>

Dom Delgado utilizou também a Rádio Assunção Cearense, em que falou no mesmo tom de desagravo a Dom Helder, acrescentando que não temia desdobramentos mais graves pelas suas afirmativas, tendo em vista que quando decidia cumprir os ditames de sua consciência, levava tudo até as últimas consequências. Reafirmou que não acreditava que Dom Helder houvesse sido considerado *perso-*

---

25 DELGADO, Dom José de Medeiros. *Pronunciamento em defesa de D. Helder*. Fortaleza. Jornal *Tribuna do Ceará*, 9 de agosto de 1966.

26 Idem.

na *non grata* pelas autoridades brasileiras e que, caso isto fosse confirmado, não seria levado a sério pela Santa Sé.

Os ditames da consciência do Arcebispo de Fortaleza já o haviam levado a se posicionar sobre outro conflito entre o governo militar e a Igreja, ocorrido em março de 1966. O embate ocorreu a partir dos Estados que formavam o Regional Nordeste II da CNBB (Bruneau, 1974, p.325). A Ação Católica Operária (ACO), após reunião de três dias em Recife, publicou um manifesto denunciando as injustiças sofridas pelos trabalhadores do Nordeste brasileiro. O arcebispo mais visado e considerado o grande influenciador do conteúdo do manifesto da ACO, era Dom Helder. Sobre Dom Helder, Dom Fragoso assim se manifestou:

D. Helder sempre acreditou na dignidade do povo. Sensível, acolhedor, coração fraterno, no Rio ou em Recife, nas favelas, no clamor coletivo da seca ou na catástrofe do Orós, nos mocambos ou nos campos de Pernambuco, nas centenas de encontros do episcopado, do Clero e do Laicato brasileiros, na Televisão, na Rádio, nas Conferências, nos Seminários e Simpósio de Ação do Governo. D. Helder procurou unir sua visão da dignidade dos Pobres e dos Oprimidos aos gestos e expressões existenciais de amor e coerência.<sup>27</sup>

O General Comandante da 10ª Região Militar, com sede em Fortaleza, proibiu a divulgação do Manifesto da ACO. Apenas dez dias após a publicação do documento dos bispos do Nordeste, Dom Delgado publicou, no jornal *Unitário*,<sup>28</sup> considerações a respeito das críticas da ACO à situação dos trabalhadores brasileiros.

Na concepção do Arcebispo de Fortaleza, era fundamental ressaltar a profundidade do *Manifesto* que, numa visão global, percebia o homem não inserido nesta ou naquela classe social, porém, considerava-o integrado na comunidade. Dom Delgado dava indícios, no seu artigo, de que o Manifesto da ACO causaria

27 FRAGOSO, Dom Antonio Batista. *A Voz de Um Bispo*. Anexo 2 ao Boletim do Secretariado Regional Nordeste I da CNBB. Fortaleza, 1970. Datilografado. Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza.

28 DELGADO, Dom José de Medeiros. *Ainda o Manifesto*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 20 de abril de 1966.

muita polêmica, despertando sensibilidades, visto que colocava a Ação Operária da Igreja no centro da vida não só de uma região em particular, mas do país inteiro e acrescentava:

A ACO do Nordeste passará a ser vista e citada em toda a América latina. O seu Manifesto outra vez atravessará as fronteiras do Brasil, será considerado pelas revistas em todo o mundo. A ACO, embora não esteja visando à publicidade, uma vez a serviço do homem, considera seu dever iluminar almas fora de nossas fronteiras. O Manifesto da ACO prima pela nota de universalidade, não de linha horizontal, mas de linha vertical. A ACO não viu somente a classe operária, viu todos os homens. Ocupou-se também do empresário. Foi além, descobriu a nação, olhou ainda os continentes e o mundo.<sup>29</sup>

Dom Delgado, ao refletir sobre o documento dos bispos do Nordeste II, deixava subentendido que o considerava primordial para o comprometimento social da Igreja no Brasil e na América Latina. Por outro lado, o Manifesto, segundo o seu parecer, era instituidor de uma nova etapa na história da Ação Católica Especializada (ACE), indicando os caminhos da continuidade de uma Igreja missionária, participando do mundo e com a perspectiva de transformá-lo, defendendo o homem e todos os homens das injustiças e da exploração. Nas suas palavras:

Até bem pouco tempo lastimava-se que a Ação Católica Especializada separava as pessoas, construía ou contribuía para criar ilhas e torres de marfim dentro da própria Igreja. Não discuto os fundamentos de uma tal afirmação. Contesto-a, mesmo, como generalização. Em tempo, porém, sempre clamei para que os apóstolos especializados vissem a necessidade de entrosamento com as forças todas de cada paróquia e diocese, para não perder contato com a Igreja concreta em cada lugar.<sup>30</sup>

O sentido de mudança fundamental implícito no Manifesto da ACO era, para Dom Delgado, a primazia da comunidade, de uma inserção da Igreja nas comunidades locais, levando-se em conta as suas particularidades. Aí estaria, a seu ver, a grande coragem do episcopado do Nordeste na elaboração do documento e no seu diagnóstico

29 Idem.

30 Idem.

sobre a realidade socioeconômica e política do Brasil. Ratificava que a base do Manifesto era a doutrina social da Igreja e o desejo dos bispos da Ação Católica do Nordeste II de assumirem a defesa da felicidade de cada ser humano. Daí reivindicarem para os operários, o lugar que lhes pertencia no esforço pelo desenvolvimento.

As reações ao Manifesto dos bispos da Região Nordeste II da CNBB e a Dom Helder não ficaram restritas somente à região em que o documento foi produzido, revestindo-se de implicações para a Igreja nacional. Por outro lado, segundo Bruneau:

A 21 de agosto (1966) o velho e famoso sociólogo Gilberto Freyre publicou um artigo sobre o conflito. Argumentava ele que a Igreja não tinha o direito de criticar o governo por não melhorar as condições no Nordeste, porque a própria Igreja tinha contribuído muito para essa situação. E de fato, arrazoava ele, a crítica dos bispos, era motivada por um complexo de culpa. Naturalmente, a omissão da Igreja no passado tinha sido reconhecida por muitos dos bispos que Freyre criticava, e Dom Helder mesmo justificava a atual necessidade de uma ação social, parte em termos de responsabilidade pelo passado e pelo presente. Mas conquanto os bispos compreendessem a negligência passada como uma justificação para a ação presente, Freyre não lhes permitia fazer penitência por esses pecados. Freyre especialmente não perdoava Dom Helder, quer pelo seu passado como um jovem fascista (integralista) quer por sua mudança como bispo progressista. Ele comparava Dom Helder ao nazista Goebbels quanto à aparência, à personalidade e à técnica. Observando que algumas pessoas aludiam a Dom Helder como um possível candidato à presidência, Freyre dizia que ele acabaria por se tornar o Kerensty brasileiro, isto é, que Dom Helder entregaria o poder aos comunistas.<sup>31</sup>

Em setembro de 1967, Dom Delgado já havia contribuído para o acirramento dos conflitos entre o regime militar e a Igreja no Nordeste, ao fazer protestos na imprensa do Ceará de repúdio ao fechamento da Rádio Educadora da Arquidiocese de São Luís (MA), imposto pelo delegado da polícia federal.<sup>32</sup>

31 BRUNEAU, Thomas C. op. cit. p. 329 – 330.

32 Dom Delgado à *Gazeta de Notícias: Fechamento da Rádio Educadora: uma aberração sem precedentes*. Fortaleza. *Jornal Gazeta de Notícias*, 22 de setembro de 1967.

Qualificou o ato de “grosseiríssima tentativa contra a liberdade de imprensa” que revoltava a todos que possuíam consciência da dignidade humana. Nas suas declarações contra a censura à rádio maranhense, dizia que os primeiros que deveriam protestar contra aquele ato deveriam ser os soldados dignos de uma farda que a pátria lhes confiava para defender a honra, a vida e a liberdade do povo e reportando-se ao golpe de Estado, afirmava:

A Revolução de 1964 precisa por cobro a indivíduos vestidos de soldados e que de militares só possuem a aparência. Não é possível, depois de tantas e tão graves faltas cometidas por criaturas incapazes de ocupar qualquer posto de autoridade, contra a dignidade de uma maioria que repele procedimentos imorais, degradantes à farda, em todos os tempos enobrecida por heróis, inclusive por tantos que deram e são capazes de dar a vida pelo próximo, não é possível deixar que indivíduos sem competência continuem a tripudiar sobre a liberdade dos brasileiros, valendo-se da veste militar. É perfeitamente justificada a explicação que vem do Maranhão, de que o procedimento do Delegado Federal dali, considerado inconstitucional, pode representar um golpe na liberdade de imprensa ou pelo menos uma intimidação aos órgãos de opinião pública. Na verdade, a vil ação, se vier a tornar-se moda, se vier a repetir-se em alguns outros Estados pobres e a se constituir regra de reprimir as denúncias patrióticas de quantos querem um Brasil mais brasileiro, convém comprar a fazenda, mandar cortar e costurar a mortalha da pobre Nação que tanto amamos.<sup>33</sup>

No entanto, se aquela violência tinha como objetivo silenciar a Igreja que, para Dom Delgado, era uma das últimas forças vivas do país, então lhe cumpria dizer que estava assistindo ao fim dos tempos e que todos deveriam se preparar para vivenciar crimes muito mais graves. Poucos meses após esses incidentes, os bispos do Regional Nordeste I, reuniram-se em Fortaleza no IV Encontro de Pastoral de Conjunto e elaboraram um documento intitulado “Justificação do Programa do Regional Nordeste I da CNBB”.<sup>34</sup> Além dos bispos dos Estados

---

33 Idem.

34 *Bispos Justificam Programa e se solidarizam com D. Helder*. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 17 de janeiro de 1968.

do Piauí, Maranhão e Ceará, participaram das reuniões, sacerdotes, leigos e religiosos. No documento, os bispos confirmaram a imagem de um Nordeste vítima de injustiças e que o propalado “desenvolvimento” da região só beneficiava uma pequena minoria, condenando a maioria do povo nordestino à marginalidade e a uma miséria cada vez mais crescente. Os fundamentos das análises empreendidas pelo episcopado nordestino, segundo afirmavam no documento, estavam nas encíclicas de João XXIII e de Paulo VI, que concebiam todos os homens como filhos de Deus e, portanto, fundamentalmente iguais. Diziam-se convencidos de que a missão principal da Igreja no Nordeste era contribuir para libertar o povo daquela situação de escravidão e salvá-lo, implicando libertá-lo das injustiças e misérias. Os bispos do Nordeste I consideravam seus anúncios proféticos e apelavam para que a libertação também fosse assumida por aqueles que, consciente ou inconscientemente, eram dominadores e opressores dos seus irmãos nordestinos.

No documento é clara certa consciência da responsabilidade da Igreja, no passado e num presente recente, pela situação diagnosticada. Tanto assim que constatavam que o povo nordestino não encontrava eco na Igreja para seus anseios de libertação, sendo inadiável:

Encaminhar a nossa pastoral numa linha de promoção humana. Que a Evangelização, a Catequese, a Liturgia, toda a ação pastoral enfim dê uma contribuição válida para que nosso irmão nordestino tenha consciência de seu valor de homem livre e responsável. Em sua missão profética, a Igreja a todo o momento tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo, que possa responder de maneira adaptada a cada geração e tem o dever de conhecer e entender o mundo no qual vive e cuja sorte terrena experimenta. Poderemos ser incompreendidos, mal interpretados e até mesmo caluniados. Poderemos ser acusados de oportunismo cômodo ou de covarde infidelidade à nossa visão própria de Igreja. Poderemos ter que afrontar reações ainda maiores e ser mesmo vítimas de perseguição e violência.<sup>35</sup>

---

35 O documento foi assinado por Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza, João José, Arcebispo de São Luís; Gerardo de Mileville, Vigário Geral das Religiosas de Fortaleza; Raimundo, Bispo Auxiliar de Fortaleza; Luís, Bispo de Caxias; Paulo, Bispo de Parnaíba; Vicente, Bispo de Crato; Afonso, Bispo de Pinheiro; Adolfo, Bispo de Grajaú; Cesário, Bispo de Carolina; Antonio, Bispo de Crateús; Edilberto, Bispo de Oeiras; Walfrido, Bispo de Sobral; Guido, Bispo de Cândido

Concomitante às questões relativas a uma pastoral mais condizente com os problemas sociais e políticos enfrentados pelos estados do Nordeste, Dom Delgado deparou-se, em 1968, com uma crise envolvendo os Seminários do Ceará. O mesmo periódico que divulgou a reunião dos bispos do Nordeste I, veiculou a notícia “Fecham Seminários de Diocese no Interior”<sup>36</sup>. Os leitores eram informados de que estavam sendo fechados todos os seminários do interior do Estado, mantidos pelas respectivas dioceses. O primeiro a ser desativado seria o Seminário Diocesano de Sobral, que há mais de cinquenta anos havia formado padres oriundos da região Norte do Ceará e de outros estados do Nordeste. O outro era o Seminário Diocesano do Crato que, até o final de 1968, encerraria suas atividades. Alguns padres de Sobral estavam procurando uma alternativa que mantivesse o prédio do Seminário Diocesano, transformando-o em escola profissional ou industrial ou adaptando-o para uma Faculdade de Ciências Econômicas. Conforme a reportagem, as explicações fundamentais para essa ação estavam relacionadas à falta de recursos financeiros e à redução crescente do número de candidatos a abraçarem a vida sacerdotal. Muitos, segundo o jornal *Unitário*, ingressavam nos seminários apenas para garantir a conclusão do curso ginasial. Como consequência da proliferação de bolsas de estudos para os estabelecimentos particulares de ensino e a ampliação de escolas públicas, a situação dos seminários tornou-se insustentável.

Durante o ano de 1968, as perseguições aos membros do clero por parte dos agentes da ditadura se intensificaram na capital e no interior do Ceará, cuja cidade mais visada era Sobral, na zona Norte. A Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), através de seus agentes, denunciava que a cidade estava completamente pichada com frases contra o governo militar e de apologia à extinta União Nacional dos Estudantes (UNE). Estes movimentos, na avaliação do DOPS, eram orientados pelos padres Pedro, José Linhares e Osvaldo. Referia-se,

---

Mendes; José Mauro, Bispo de Iguatú; Rino, Bispo de Balsas; José Falcão, Bispo de Limoeiro e Monsenhor Mauro, Vigário capitular de Viana.

36 Fortaleza. Jornal *Unitário*, 17 de janeiro de 1968.

também, a um comerciante local que coordenava um Movimento Familiar Cristão contra a ditadura.

A Rádio Educadora de Sobral, de propriedade da diocese, mantinha um programa diário denominado “O Estudante”, que ia ao ar entre 12h45min e 13h15min, patrocinado pela Fábrica de Mosaicos Sobral. Logo na abertura do programa radiofônico do Centro Estudantal Sobralense era lida uma crônica voltada para os operários, estudantes e camponeses, privilegiando temas como ditadura militar, entreguismo, invasão americana, esterilização de mulheres brancas e índias, Amazônia, violências policiais, prisões de padres e estudantes. Na Faculdade de Filosofia de Sobral era identificado pelo DOPS um Diretório Acadêmico, cuja diretoria era acusada de subversão e de ter o apoio dos padres Pedro Van’Oll e Osvaldo.

Em Fortaleza, o então Reitor da Universidade Federal do Ceará, Fernando Leite, impediu o prosseguimento de uma reunião que acontecia no Clube do Estudante Universitário (CEU), promovida pelo Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA).<sup>37</sup> No momento em que o Reitor tomou o microfone para dissolver a reunião, Dom Fragoso proferia uma palestra para os estudantes universitários, lideranças sindicais e políticos cearenses. Fernando Leite conclamou os estudantes a suspenderem as atividades, apelo que também dirigiu a Dom Fragoso, alegando que o local não era adequado para as manifestações e que seu ato visava evitar uma invasão policial à Universidade. No dia seguinte, Dom Fragoso escreveu uma Carta Aberta ao Reitor e divulgou em toda a imprensa de Fortaleza. Nesta, o bispo de Crateús argumentava que aceitara, como bispo da Igreja, e não como líder sindical ou político, fazer um pronunciamento durante o encerramento do Movimento. Parecia-lhe normal o exercício do livre direito dos trabalhadores de ouvir um bispo da Igreja. Dom Fragoso acrescentou ainda que não aceitava as desconfiças do Reitor para com os jovens universitários e que sua atitude:

---

37 *Reitor acabou reunião do MIA com Bispo falando.* Fortaleza. *Jornal Correio do Ceará*, 15 de abril de 1968.

Impedia o diálogo adulto com os estudantes [além] de homologar a repressão policial bárbara e escandalosa às manifestações estudantis. O Sr. está fazendo sua a desconfiança e o medo das autoridades quanto às justas causas e normais reivindicações dos trabalhadores. Nós, os mais velhos, caro Professor, somos chamados a sermos os defensores da Justiça, do diálogo com os estudantes e trabalhadores, a denunciar abertamente o clima de ditadura, repressão e desconfiança. Deixo aqui meu protesto contra a sua atitude, atitude de DOPS.<sup>38</sup>

No documento, e nas denúncias do DOPS sobre as ações dos padres no município de Sobral, é possível perceber que uma parcela do clero cearense estava operacionalizando um deslocamento do lugar de onde falava o catolicismo naquele período. O seu desenho institucional estava tomando novos contornos a partir do estabelecimento da ampliação dos horizontes para a práxis eclesial. Os elementos dessas transformações indicadas naquele momento são dados por uma maior aproximação e diálogo com os estudantes, operários e camponeses, na busca por uma articulação maior com o campo social e com a história. Isto é, se a Igreja, a partir dos anos 60, se fez nova, ou como preferia dizer Dom Frago, “adquiriu um novo rosto”, alterando o seu perfil tradicional, isso se deve em grande parte àquela parcela do clero brasileiro e, em particular, cearense, que em sua militância católica ousou, em consonância com um laicato mais avançado, transformar e ser transformado pela realidade social.

A Igreja tradicional era marcada por práticas religiosas restritas ao clero, através da catequese dos párocos e das associações religiosas tradicionais. Dom Frago, ao chegar em Crateús em 1964 como seu primeiro bispo, trazia uma experiência de dez anos, na Arquidiocese de São Luís (MA), como Assistente Eclesial da Juventude Operária Católica.<sup>39</sup> Dom Frago deparou-se com uma liturgia na qual eram vigentes permanências medievais. O padre, que presidia a todos os atos litúrgicos celebrava de costas para o povo e em língua latina. Era o senhor dos bens eclesiais, materiais e imateriais, arbitrava sobre as capelas, as igrejas, as escolas religiosas e sobre as almas. Dom Frago aplicou em Cra-

38 Idem.

39 FRAGOSO, Dom. *et al.* op. cit. pp. 49-54.

teús, a metodologia da JUC, pautada no ver, no julgar e no agir. Seguindo esta metodologia, iniciou as Semanas Catequéticas Paroquiais, realizadas em 1965, 1966 e 1967.

No final de 1968, Dom Fragoso foi acusado, na imprensa de Fortaleza, de manter ligações com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella, e que a Secretaria de Segurança do Ceará havia solicitado mandado de prisão contra ele.<sup>40</sup> O pedido de prisão de Dom Fragoso foi baseado, segundo a reportagem do jornal *Correio do Ceará*, na apreensão de uma carta escrita de Dom Fragoso para o comunista Raimundo Gonçalves Figueiredo, que estava em poder deste último quando foi preso no Rio de Janeiro. No dia seguinte, Dom Fragoso foi procurado pelo mesmo jornal, no Seminário de Olinda e Recife, onde participava de um Curso de Atualização dos Bispos do Nordeste, e confirmou que:

A Carta é minha – confirmou Dom Fragoso referindo-se ao documento considerado subversivo pelo DOPS carioca. Acrescentou que o trabalho de conscientização que realiza, que é da linha da UNESCO, que é da linha de Medellín e que é da linha do Papa, foi considerado subversivo, foi considerado um trabalho perigoso, então nós partimos de uma concepção diferente. A minha concepção é de que este meu trabalho é minha missão essencial. É para isso que sou bispo. Eu me trairia a mim mesmo se não fizesse isso. É como um suicídio moral se eu não fizesse esse trabalho. E a concepção de outras pessoas do Brasil que acham que esse trabalho é subversivo porque talvez traria uma ameaça para a ordem estabelecida. É essa divergência de concepção que nos separa.<sup>41</sup>

Dois dias depois da publicação das confirmações de Dom Fragoso em relação à sua pastoral, Dom Helder Câmara fez, em Recife, a ameaça de que, “se o bispo de Crateús for preso, todos os 40 bispos que participam do curso de Atualização da Igreja irão com ele para o cárcere.”<sup>42</sup>

---

40 *Documento que Comprometeu Dom Antonio Fragoso*. Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 22 de novembro de 1968.

41 *Dom Fragoso Reconhece: “Sou o autor da Carta”*. Fortaleza. Jornal *Correio do Ceará*, 23 de novembro de 1968.

42 *Idem*.

Há indícios de que a correspondência de Dom Fragoso permaneceu censurada por vários anos, como se depreende do Pedido de Busca nº 309 da 10ª Região Militar de Fortaleza, de 23 de novembro de 1973. Dom Fragoso, antes de embarcar no aeroporto de Guararapes, em Recife, com destino à Europa, teve uma carta apreendida, que lhe fora remetida, segundo o documento, por um “Eduardo de tal,” religioso e formado em uma diocese da Bélgica. No relatório militar, é suposto que o autor da carta mantinha correspondência com o padre Comblin, que estava residindo no Chile.

A Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará registrou que durante o ano de 1968 estiveram no município de Tamboril os padres Marcelo Marcier, Pierre Tanguay e Pedro Terrier Rubio, levados por Dom Fragoso, para atuarem na área rural e dar aulas no ginásio municipal daquela cidade. No município de Parambu, as denúncias do DOPS eram dirigidas a um grupo de freiras que, por não existir vigário na cidade, haviam assumido as funções do mesmo, celebrando missas, casamentos e batizados e que inclusive haviam se transferido para o município com orientação de Dom Fragoso, que as visitava sistematicamente. As freiras lecionavam no Ginásio João XXIII daquela cidade e, conforme os relatórios, realizavam conferências nas zonas rurais, nas residências dos camponeses, nas quais os temas abordados ligavam-se às questões de agricultura comunitária e distribuição igualitária da renda da terra. Os agentes de polícia, responsáveis pela autoria do relatório, queixavam-se de que desde a chegada das freiras no município, não se comemorava a Semana da Pátria.<sup>43</sup>

Por outro lado, referiam-se às estreitas ligações das freiras com os sindicalistas rurais do município, a ponto do presidente do Sindicato Rural, residente em uma fazenda, manter um aparelho que era utilizado por Dom Fragoso para suas reuniões com as religiosas e com pessoas estranhas à localidade. As freiras, conforme afirmações dos agentes policiais, nos seus diálogos com moças de Parambu, recomendavam que elas fizessem visitas às prostitutas locais e que as reconhecessem como pessoas humanas merecedoras de respeito e compreensão.

---

43 BR. CEAPEC. DCE.INF. *Acervo Memórias Reveladas: as lutas políticas no Ceará (1964 – 1985)*. Arquivo Público do Estado do Ceará.

Dom Fragoso incomodava a ditadura com sua linha pastoral voltada para a educação sindical dos camponeses. De tal modo que em 1969 a diocese foi proibida de acesso à Rádio Educadora. Durante 11 anos, Dom Fragoso não teve o direito de utilizar os microfones da Rádio, cassado, numa diocese totalmente católica, na qual este seria o meio mais amplo de comunicação do bispo com as localidades mais isoladas. A diocese de Crateús compreendia um território de 22.000 Km<sup>2</sup>, com 350.000 habitantes na década de 1960. Destes, 88% viviam no meio rural. Para Dom Fragoso, estes dados significaram que deveria se pautar:

No campo da ação social, ao lado da Cáritas e da educação de base, nós demos uma importância muito grande à educação sindical. Sabíamos que o sindicalismo deve ter total autonomia. Os interessados, que são os diversos membros das categorias profissionais, devem ser independentes na busca de sua organização e na reivindicação de seus direitos de classe. Os sindicatos rurais, nos bons tempos de 1964 e 1965, eram olhados com muita desconfiança. Na realidade da diocese havia preconceitos das classes médias contra o trabalho sindical. Vínhamos de um golpe militar, chamado revolução, que criara dificuldades bastante sérias para o sindicalismo. Era natural que oferecêssemos um espaço de suplência, para que os camponeses descobrissem as leis sindicais, a estrutura e a organização do sindicato.<sup>44</sup>

Outros membros do clero cearense foram perseguidos pelos órgãos da ditadura no Ceará. Este foi o caso do frei Geraldo Bonfim, vigário da paróquia de Mundaú que foi submetido a julgamento pela Auditoria Militar da 10<sup>a</sup> Região de Fortaleza, acusado de proferir um sermão incitando o povo contra as Forças Armadas.<sup>45</sup> O julgamento foi acompanhado por dezenas de padres e freiras, além do representante do arcebispado, Monsenhor Hélio Campos. O Frei Bonfim foi condenado a um ano de prisão que deveria ser cumprido no Hospital Geral do Exército. O jornal afirmava que tinha fontes seguras de informação que garantiriam a ligação do padre Bonfim com as esquerdas no Ceará. Como prova, foram

---

44 FRAGOSO, Dom Antonio Batista Fragoso. *O rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982. p 27.

45 *Frade tinha ligação com a esquerda*. Fortaleza. *Jornal Correio do Ceará*, 15 de maio de 1969.

anexadas aos autos do processo, fotografias do sacerdote no aeroporto para encontro com estudante de tendência esquerdista.

Paralelamente às perseguições ao clero mais progressista e opositor ao regime de exceção, foi lançada em Fortaleza campanha contra a “infiltração subversiva no seio do clero”, desencadeada em Fortaleza pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP).<sup>46</sup> A campanha foi realizada no centro da capital cearense e as bancas de assinaturas de adesões foram montadas nas ruas Senador Pompeu, Barão do Rio Branco e Guilherme Rocha. Nessas, foram afixados cartazes de apelo ao Papa Paulo VI solicitando medidas que evitassem a “comunização do clero”. Um dos cartazes dizia: “veneramos o clero, mas não toleramos padres subversivos”. Nos panfletos que foram distribuídos à população de Fortaleza, constava um pedido de Plínio Corrêa de Oliveira, fundador da TFP, a Dom Helder para que adotasse medidas contra o padre Joseph Comblin. Após nove dias de campanha, foram colhidas em Fortaleza 10.141 assinaturas, colocando a capital do Ceará, como a quinta em número de adesões ao movimento contra o “esquerdismo subversivo em meios cristãos”, depois de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba.

Dom Delgado já havia travado na imprensa cearense algumas discussões com Plínio Corrêa de Oliveira, desde 1966. Em 26 de Novembro deste ano, nas suas *Conversas Avulsas*, publicadas no jornal *O Nordeste*, Dom Delgado relata que, durante o Vaticano II, correu em Roma infame panfleto no qual se ameaçava o Papa e os Bispos do mundo inteiro, com o fim de obter apoio contra o Documento Conciliar *Declaração de Liberdade Religiosa* e, entre os assinantes do panfleto constava o *Catolicismo*, e rememorava que há mais de dez anos a CNBB havia se pronunciado a favor das reformas de base, em particular, à Reforma Agrária. Por outro lado, alguns leigos, vinculados à corrente ideológica da “Igreja Velha” ou “Igreja Tradicionalista”, haviam reagido com oposição ferrenha. Dirigia um recado a Dom Mayer e a Dom Sigaud, afirmando que os Bispos con-

---

46 A TFP ao povo do Ceará. Fortaleza. Jornal *Unitário*, 28 de julho de 1968.

trários às reformas de base, principalmente à Reforma Agrária, assim agiam por interesses meramente capitalistas.<sup>47</sup> Acrescentava, na oportunidade, uma queixa:

Mal chegava a esta amada terra cearense fui provocado a pronunciar-me em matéria econômico-social, tendo recebido a alcunha de homem de esquerda e até de comunista por parte de adeptos de certa corrente ideológica-religiosa, cujo berço é a França e que se denomina, universalmente, do “integrismo”. O mal dos que seguem a referida corrente está na facilidade de condenar o próximo. Os mestres nem sempre são bem interpretados pelos discípulos. Há jovens também entre os adeptos de tais idéias. Vemo-los em nome de Deus pensando prestar serviços à Igreja, espalhar notícias contrárias aos seus imediatos superiores hierárquicos. Por ocasião da revolução de março de 1964 chegaram ao cúmulo de denunciar irmãos como comunistas.<sup>48</sup>

Um ano depois,<sup>49</sup> escreveu um artigo dizendo que o fundador da TFP só se ocupava de polêmica, desde que escreveu um livro em “Defesa da Ação Católica”, sendo que desde aquele tempo que o ilustre paulista só sabia atacar, só sabia destruir. “Quer ser bom, mas não passa de um cangaceiro das letras católicas”. Que Plínio Corrêa ficasse pelo Sul onde o bem-estar, felizmente, não o fazia notado. Ressaltava que durante o Concílio alguém se empenhou para levar aquele paulista ilustre às aulas conciliares. Ainda bem que não chegou a ir. Teria feito asa com um polemista da sua corrente integrista, um padre francês que vivia ao lado de um dos seus protetores – padre conciliar – tendo caído no ridículo de denunciar os bispos de uma certa nação latino-americana aos dirigentes das aulas conciliares, provocando um triste incidente. Para Dom Delgado, Plínio sabia pouca coisa de integrismo, principalmente em se tratando da presença dos bispos integristas no Vaticano II.

---

47 DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal *O Nordeste*. 26 de novembro de 1966.

48 Idem.

49 DELGADO, Dom José de Medeiros. *Conversas Avulsas*. Fortaleza. Jornal *O Nordeste*, 5 de Março de 1967.

A justificativa para as reações do clero e dos cristãos mais tradicionais estava no temor do crescimento de influências do marxismo sobre o pensamento católico. O professor Denizard Macedo, ao prefaciá-lo, reproduz o trabalho de um padre polonês e professor da Universidade de Valparaíso, no Chile, sintetizava em certa medida os posicionamentos daqueles setores mais conservadores do catolicismo no Ceará,<sup>50</sup> afirmando que:

Agora o chamado progressismo retoma as trilhas dos erros passados, sobretudo do modernismo e, o que é mais grave e mil vezes pior do que no passado, tenta estabelecer pontes, lançar o diálogo entre o Cristianismo, a Igreja Católica e os seus mais encarniçados opositores, fundamentalmente contrários, porque os princípios cristãos são exatamente a negativa dos seus. Trata-se, nada menos e nada mais, que conciliar o catolicismo e o Comunismo, a Igreja de Deus e a revolução de Marx, como se fosse possível juntar o frio e o quente, a luz e a treva, a água e o fogo, cousas possíveis apenas na mentalidade intoxicada pela dialética mentirosa do marxismo.<sup>51</sup>

O progressismo de que se queixava o Prof. Denizard Macedo<sup>52</sup> tinha origem em 1968, quando entre 25 de agosto e 6 de setembro daquele ano, realizou-se em Medellín, na Colômbia, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. O episcopado brasileiro teve nesta conferência uma participação marcante, sendo Dom Avelar Brandão Vilela, então arcebispo de Teresina (PI), presidente do CELAM. O encontro dos prelados em Medellín intensificou o desenvolvimento de uma Igreja latino-americana e de solidariedade continental. A partir da tomada de consciência da existência de problemas sociais semelhantes, estabeleceu-se a construção de uma pastoral calcada na realidade do continente.

---

50 MACEDO, Denizard. *Razão de Ser*. Prefácio escrito para a reprodução do livro “A Gradual Marxistização da Teologia”, do padre. Miguel Poradowski. Fortaleza: Ed. A FORTALEZA, 1975.

51 Ibid., p. 4.

52 José Denizard Macedo de Alcântara nasceu em Crato-Ce, em 1º de setembro de 1921. Filho de Júlio Teixeira de Alcântara e Corina Macedo. Sócio efetivo do Instituto do Ceará, tomou posse em 25 de agosto de 1955. Bacharel pela Faculdade de Ciências Econômicas, depois agregada à Universidade Federal do Ceará, em 1945, onde seria doutor livre docente de Geografia Econômica, em 1960. Professor do Colégio Militar do Ceará, Instituto de Educação do Ceará, Faculdade católica de Filosofia e da Escola de Serviço Social do Ceará. Faleceu em Fortaleza, no dia 12 de novembro de 1983.

Medellín, por um lado, desenvolveu a concepção do Concílio sobre a Igreja situada no mundo. Por outro, ultrapassou a mera aplicação do Vaticano II, buscando interpretar o Concílio à luz da realidade da América Latina, nas suas conclusões, destacava que:

Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação. É o momento de inventar com imaginação criadora a ação a ser realizada e, sobretudo, levá-la a término com a audácia do espírito e o equilíbrio de Deus. (...) A América Latina está evidentemente sob o signo da transformação e desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se com rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso. Isto indica que estamos no umbral de uma nova época da história de nosso continente. Época plena de um desejo de emancipação total, de libertação de qualquer servidão, de maturidade pessoal e integração coletiva. Notamos aqui os prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização.<sup>53</sup>

Por outro lado, o documento de Medellín não escamoteou as denúncias frequentes que se faziam em relação à hierarquia e ao clero que ostentavam riquezas ou eram aliados das classes privilegiadas, afirmando que vários fatores eram responsáveis para a criação de um imaginário popular, crítico da hierarquia da Igreja abastada. Entre os principais motivos que contribuíam para aquelas denúncias, citava:

Os grandes edifícios, as casas paroquiais e de religiosos quando são de qualidade superior às do bairro em que vivem, os veículos, às vezes luxuosos, e a maneira de vestir herdada de outras épocas são alguns desses fatores. O sistema de espórtulas e pensões escolares para prover o sustento do clero e a manutenção das obras educacionais tornaram-se malvistas e formaram uma opinião exagerada sobre o montante das somas recebidas. Acrescentamos a isso o exagerado segredo que se manteve sobre o movimento econômico dos colégios, paróquias e dioceses: ambiente de mistério que agiganta as

---

53 CELAM-CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *A Igreja na Atual Transformação da América latina à Luz do Concílio*. - Conclusões de Medellín. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980. pp. 41 -42.

sombras e ajuda a desenvolver fantasias. Há também casos isolados de condenável enriquecimento que foram generalizados. Tudo isso provocou a convicção de que a Igreja na América Latina é rica.<sup>54</sup>

O episcopado da América Latina, por ocasião do encontro de Medellín, tomando como exemplo a vida de Jesus Cristo e acrescentando a situação de milhões de pobres do continente, estabelecia para a Igreja do cone sul, desafios e missões inadiáveis, dos quais não poderia fugir, porém, dar respostas urgentes.

A questão-chave para a Igreja da América Latina, a partir de Medellín, passou a ser a justiça social. Serbin,<sup>55</sup> considera que as tensões entre Igreja e Exército no Brasil, recrudesceram no período da ditadura Médici, em torno das temáticas que envolviam a justiça social e a subversão. Para a Igreja, tratava-se de saber onde terminava a primeira e começava a segunda. Conforme o estudo de Serbin (2001, p. 239-270):

Justiça social significava a tentativa de a Igreja estabelecer uma sociedade mais igualitária na qual os direitos humanos e democráticos fossem respeitados. Para alguns católicos, justiça social significava aderir aos comedidos apelos dos papas, enquanto para outros implicava muito mais, inclusive a implantação do socialismo. Sem dúvida, algo da justiça social era de fato “subversão”, no sentido de que ela ameaçava perturbar ou transformar o status quo. Subversão tinha uma definição ainda mais difusa do que justiça social. Podia se referir especificamente a ações revolucionárias ou políticas proibidas pelo regime, como, por exemplo, seqüestros, assaltos a bancos e a criação de movimentos oposicionistas armados. Mas, durante os anos Médici, ela se tornou uma expressão polivalente para os militares, servindo para tudo que cheirasse a esquerdismo, que ameaçasse o status quo político ou que implicasse crítica ao regime, como por exemplo, organizações de camponeses, movimentos estudantis e canções de protesto.<sup>56</sup>

---

54 Ibid., pp. 145-146.

55 SERBIN, Kenneth. P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.p. 239 -270.

56 Idem.

Para Löwy<sup>57</sup>, a Igreja do Brasil configurou-se como a mais avançada do continente latino-americano, entre os anos de 1975 e 1995, transformando-se em *locus* privilegiado de predominância da teologia da libertação. Quais os fatores que explicariam essa singularidade da Igreja brasileira? Não é possível dar respostas definitivas a essa indagação. Para este autor, trata-se, na realidade, da convergência de vários fatores que incidiram nas características peculiares do catolicismo brasileiro. Em primeiro lugar, considera um fator de natureza secular, que teria resultado em uma dinamização à esquerda do clero brasileiro na década de 1960: a “insuficiência” do clero, muito pequeno para as dimensões de um país como o Brasil, cuja população crescia rapidamente. Em segundo, a forte ligação da cultura católica brasileira com o catolicismo de origem francesa, disponibilizando as ordens religiosas brasileiras ao acolhimento de ideias radicais. Em terceiro, considera a ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, que na sua ânsia de enquadramento e de fechamento de todos os canais institucionais que poderiam encaminhar estratégias e práticas políticas de oposição ao regime, contribuiu para que a Igreja se transformasse no último reduto dessa oposição. Acrescenta, ainda na sua análise, as características singulares de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ou seja, diferentemente de outros países latino-americanos, a velocidade desse desenvolvimento, a partir da década de 1950, no Brasil, implicou numa intensificação vertiginosa da urbanização e da industrialização, provocando o agravamento das contradições sociais no campo, com a consequente concentração maciça de moradores pobres nas periferias urbanas.

Seria cair em anacronismo tosco, acreditar que a Igreja Brasileira desempenhará o mesmo papel social e político que marcou sua trajetória nas décadas de 60, 70 e 80 do século passado. Entretanto, é preciso dizer que as vozes silenciadas e dissonantes desse passado recente, de certa maneira, ainda se fazem ouvir, na defesa do Grito dos Excluídos, na Pastoral Indígena (Conselho Indigenista Missionário), na Pastoral da Terra, nas CEBs e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

---

57 LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 148.

## **Escritos de Dom José de Medeiros Delgado:**

*Deus e a Igreja em Você.* São Paulo: Edições Loyola, 1979. 109 p.

*O Homem e a Comunidade.* Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1956. 211 p.

*Pedaços de Mim Mesmo.* Fortaleza: Impresso nas Oficinas do Jornal *A Fortaleza*, 1973. 117p.

*O Amor Fraterno: Terceira Carta Pastoral.* Salvador (BA): Tipografia Beneditina, 1949. 115p.

*Evangelho Fé e Concílio.* Fortaleza, datilografado, 1968. 95 p.

*Juazeiro, Padre Cícero e Canindé.* Fortaleza: Documentário Pastoral, outubro de 1968.

*Com o Povo de Deus em Marcha.* Fortaleza, datilografado, novembro de 1966. 35 p.

**Periódicos do Ceará** – Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel:

*Correio do Ceará* (1964 – 1970)

*O Nordeste* (1964 – 1970)

*Tribuna do Ceará* (1964 – 1970)

*Unitário* (1964 – 1970)

*Gazeta de Notícias* (1964 – 1970)

*A Fortaleza* (1963 – 1966)

## Referências

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BOA NOVA, Antonio Carlos. *Clero e Povo: o Catolicismo da América Latina nos anos 60*. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1981.

BOFF, Leonardo. *Igreja: Carisma e Poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRUNEAU, Thomas C. *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo: Loyola, 1974. p. 325.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os Baluartes da Tradição: o antimodernismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Juiz de Fora. 278 p. 2009.

CELAM-CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *A Igreja na Atual Transformação da América latina à Luz do Concílio*. - Conclusões de Medellín. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FRAGOSO, Dom Antonio Batista Fragoso. *O rosto de uma Igreja*. São Paulo: Loyola, 1982.

LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 141.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SERBIN, kenneth, P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

# A FAFIDAM e o Golpe de 1964: perspectivas de aprendizado com o passado

Maria Lenúcia de Moura<sup>1</sup>  
Breno do Nascimento Leal<sup>2</sup>

## Introdução

O golpe de 1964 tinha linhas claras e itens acordados pelos grupos envolvidos. Embora discordassem em vários pontos – desde a tomada do poder até a política da censura –, o combate ao comunismo e a política de restrições à universidade não era um deles. Vemos que o comunismo e a educação sempre estão na pauta do dia num prenúncio dos estados de exceção.

Aprendemos no período vivido – desde o impeachment de Dilma Rousseff até o presente – que os acordos dos grupos envolvidos nos golpes contra a democracia só têm um único inimigo, a classe trabalhadora, e que cada um desses grupos têm interesses internos.

---

1 Doutorado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil./ Mestrado em Educação. Universidade Federal do Ceará, UFC, Brasil./ Aperfeiçoamento em Pedagogia. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil./ Graduação em Pedagogia. Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE, IEPRO, Brasil./ Pós-Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil. - Filiação: Universidade Estadual do Ceará, UECE - Grupo de Pesquisa: - Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8982803544118030> - [lenucia.moura@uece.br](mailto:lenucia.moura@uece.br).

2 Estudante do 3º semestre do curso de Pedagogia. Universidade Estadual do Ceará, UECE - Endereço eletrônico Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6531742759573653> - [breno.leal@aluno.uece.br](mailto:breno.leal@aluno.uece.br).

O objeto sob o qual se debruça este trabalho é a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/FAFIDAM, instituição de ensino superior localizada na microrregião do Baixo Jaguaribe, no interior do Estado do Ceará. Conhecida como a princesa do Vale, Limoeiro do Norte é conhecida por sua política conservadora e por manter historicamente uma política interna de estar à frente dos outros municípios da região. Localizada a 210 km de Fortaleza, a cidade abriga a primeira instituição de ensino superior do interior do estado, saber da origem eclesiástica da instituição é fato conhecido, essa pesquisa propõe novas formas de compreender o objeto e dar a conhecer.

Faz parte de nossos interesses contribuir com uma leitura regional da ditadura civil militar que interpôs quatro militares no poder e fazer uma análise descritiva e dissertativa dos fatos históricos que colocam no centro do debate a FAFIDAM e, por que não, os desdobramentos da ditadura na educação superior e na vida daqueles que ousaram se contrapor ao regime ditatorial aqui retratado.

Para desenvolver a análise descritiva/dissertativa a qual orienta os resultados desta pesquisa, utilizamos uma ampla pesquisa bibliográfica que permite uma leitura do contexto regional e nacional do período. Do ponto de vista metodológico, nada pode ser compreendido isoladamente, buscar o todo, as partes, as rupturas, contradições faz parte do desvelamento do real, da construção do contexto histórico do objeto. A análise percorre todo o texto, sendo desnecessária – para efeito deste texto – uma seção apenas para resultados. A construção do conhecimento foi processual por meio do desvelamento do movimento e das relações contingentes do objeto pesquisado.

O recorte temporal se perfaz entre as décadas de 50 e 60, período de desdobramento das questões relativas ao objeto, que tem como recorte espacial a microrregião do Vale do Jaguaribe, mais especificamente a cidade de Limoeiro do Norte.

Diferente do ocorrido em outros lugares, em Limoeiro do Norte, os mecanismos de controle foram incorporados ao dia a dia da população, no entanto, Limoeiro, ou mesmo a microrregião do baixo Jaguaribe, não é uma ilha, dessa forma, os condicionantes e/ou determinantes daquele contexto histórico chegariam à

cidade. Além dos condicionantes que deixam a população de fora dos acontecimentos que marcaram aquela década na história do Brasil, outros fatores, como os valores tradicionais mediaram a vida social, política e educacional. Destarte, queremos confirmar um contexto de controle no qual vivia boa parte da população, que, distante da liberdade de pensar por si, de criar o seu próprio caminho e de sair dos trilhos dos ditames da igreja e da sombra da elite, fora “mergulhada” em instituições que disseminavam o projeto militar e da igreja. Compreendemos a necessidade da mediação durante a análise aqui pretendida, haja vista as partes revelarem e esconderem o todo, e o todo se mostrar de forma aparente nas partes.

Instituição de ensino superior, a FAFIDAM é uma instituição social de natureza educacional. Nesse sentido, se enquadra num padrão de controle, há uma disposição para normatizar a conduta do indivíduo, ou seja, contribui para programar a conduta do indivíduo na sociedade. Quando refletimos sobre essas instituições, normalmente nos remete a imagens de escolas, igrejas, nas quais os indivíduos, em sua maioria, seguem um determinado padrão, seja mesmo a norma de comportamento que o convívio requer ou atitudes de comando normatizadas nos ritos das igrejas.

Para compreender o contexto do desenvolvimento das instituições sociais e educativas em Limoeiro do Norte e a sua função na dinâmica das relações entre igreja e política, faz-se necessário debater dois conceitos de fundamental importância para a pesquisa: coronelismo e instituição social. Os dois conceitos nos permitirão abrir um leque de análise das circunstâncias de fundação e constituição da FAFIDAM, esses conceitos serão trabalhados ao longo do texto.

Este texto busca compreender o papel da FAFIDAM durante a ditadura militar no interior das práticas políticas desenvolvidas entre a elite limoeirense e a igreja – fundadoras da faculdade - bem como o papel das instituições criadas por Dom Aureliano Matos durante o desenvolvimento do projeto da igreja e que reforçou a política do governo ditatorial na microrregião do baixo Jaguaribe. Para embasar a discussão a que nos propomos, convém iniciar pelo contexto que integra a dimensão espacial da investigação – a FAFIDAM – no contexto da tomada do poder pelos

militares, bem como, as relações entre os herdeiros do poder local - “dos coronéis” - e a igreja, realçando brevemente o lugar do “coronelismo” no jogo de poder que caracterizou as práticas políticas no interior do Nordeste e a ação da igreja na definição das políticas sociais para a região que integra o objeto de análise.

## **Antecedentes históricos necessários à construção da análise**

Cidade tradicionalmente produtora de algodão e cera de carnaúba, Limoeiro do Norte se desenvolveu igual a tantas outras cidades do Nordeste brasileiro – em volta de uma capela - e tendo a igreja como agente principal de seu desenvolvimento. Alcançou seu apogeu no início da década de 1940 devido à Segunda Grande Guerra, que elevou o preço do algodão e da cera gerada pela premente necessidade internacional desses produtos.

A exportação da cera de carnaúba significou para os proprietários de terras da região alcançarem o *status de* “Barões da Cera” e a consolidação de um padrão de vida antes adquirido com muito trabalho. Muitos produtores, depois desse período, construíram um patrimônio na capital do estado, com a aquisição de casas. O volume da produção possibilitou a instalação de indústrias de beneficiamento do algodão não apenas em Limoeiro do Norte, mas em outras cidades da região, como Tabuleiro do Norte. A compreensão da gênese dos “barões da Cera” nos permite adentrar no universo da elite da microrregião do Baixo Jaguaribe e de suas estratégias para serem parte do governo ditatorial.

Desenvolvida nas margens dos rios Jaguaribe e Banabuiú, a cidade de Limoeiro do Norte tem sua história sempre marcada pela proximidade dos rios, seja pelas benesses que eles ao longo dos anos trouxeram, ou mesmo pelas enchentes que cobriam a cidade.

Para melhor compreender a dinâmica social da cidade, faz-se necessário discorrer sobre a criação de sua diocese, fato marcante que selou uma aliança profícua para o desenvolvimento da cidade e consolidação desta na região do Baixo Jaguaribe. Sobre esse fato, Chaves relata que em visita à região Jaguaribana,

mais precisamente em Russas e Aracati em 1936, o Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes anuncia a criação de uma nova diocese, a situar-se na citada região. Na ocasião, ressaltou as condições para que as cidades se colocassem na condição de cidades sede da diocese, que seria a apresentação de 200 contos de réis. Quantia esta, segundo ainda a autora, considerável à época, “*Tal divulgação agitaria a dinâmica política e social da região, motivando até os segmentos sociais daquelas localidades*” (Chaves, 2001. p. 13), cabe frisar que antes de sua visita às cidades de Russas e Aracati, o arcebispo esteve em Limoeiro do Norte, não mencionando a criação da diocese.

Na entrega da quantia ao arcebispo, a comissão foi lembrada que a quantia se subscrevia em duzentos e não cem contos de réis. Rapidamente, a comissão recorreu ao interventor do estado Francisco Menezes de Pimentel, que fez uma doação em apólices do estado no valor de cem contos de réis, esta ação do interventor confirma o prestígio político da comissão limoeirense. Notamos que nessa ação as pretensões da elite já se definiam, a percepção da igreja como mediadora dos interesses já estava clara. A elite aposta nas históricas relações da igreja com o Estado para alcançar suas pretensões futuras.

A escolha de Limoeiro do Norte à sede do bispado não foi aceita sem questionamentos e, melhor retratando os fatos ocorridos, sem acusações entre os dirigentes eclesiais envolvidos na escolha. A agudeza de espírito do Padre Caminha foi ressaltada em meio às elevadas trocas de acusações. O cônego Pedro Alcântara Araújo acha que houve “*ladinice eclesiástica*” do Pe. Caminha, vigário de Limoeiro e “*bairrismo político*”. Os limoeirenses teriam conseguido que o interventor federal do Ceará Menezes Pimentel doasse cem contos, em ações do estado, para o patrimônio da nova diocese, em troca de ser convidado para parainfo da sagração do primeiro bispo.

A emulação a respeito do fato ainda é sentida em cada palavra quando nas entrevistas o tema é a escolha de Limoeiro do Norte à sede do bispado. Segundo Lima (2002), as acusações não se restringiram a esse fato, a comissão limoeirense foi acusada ainda pelo cônego Pedro Alcântara, da cidade de Russas, de tomarem posse de quantia que estava sendo levantada para a construção

da igreja da cidade de Alto Santo e, agravando ainda mais a acusação, que a quantia não teria sido convertida.

Percebemos o quão importante era para as cidades – ao menos as envolvidas – sediar a diocese, os dirigentes à frente das comissões não se furtaram a trocar farpas, as queixas circularam em torno de graves acusações que, no entanto, não tiveram desdobramentos maiores. Se considerarmos todas as ações envolvidas em torno da criação da Diocese e os critérios utilizados pela igreja na escolha de seu espaço de atuação, percebemos que estes critérios ganharam novas significações no momento de aceitação da cidade de Limoeiro do Norte na disputa. Diríamos que Limoeiro do Norte, com sua comissão de “barões da cera”, apadrinhados pelo Interventor Federal do Ceará, Menezes Pimentel, constituíam naquele momento o maior grau de unicidade em torno do empreendimento da igreja, suplantando as fragilidades que de início levaram a cidade a não ser cogitada. Este fato já aponta as relações de interesses que viriam a se consolidar entre elite, igreja e estado. Relação que permeia a história da educação do município.

Nota-se, ainda, a “querela” desenvolvida na criação do bispado e, em se tratando do contexto limoeirense, as forças que se uniram para salvaguardar os interesses da elite. Nesse momento, essa mesma elite organizava, liderados por integralistas, os primeiros passos para o desenvolvimento educacional da cidade. Nesse momento, o grupo convoca os proprietários dos carnaubais, para financiar a construção do que viria a ser a Escola Normal Rural, uma escola para as moças, que chegou a ter cerca de duzentas internas.

O forte vento integralista que chega a Limoeiro do Norte fazia parte de um contexto nacional no qual os ideários liberal, integralista e católico se faziam presentes. Apesar do conservadorismo, os ideários católicos e integralistas se distinguiam, muito embora tivessem fortes simpatizantes nessa relação. Segundo Lima (2002), o padre Misael Alves de Sousa era integralista. Nacionalmente, (...) na movimentação política católicos e integralistas não fundiram suas entidades exatamente por causa de divergências teóricas (...) é óbvio que o namoro e o verdadeiro casamento de vários sacerdotes com os integralistas não foi cerceado pela Igreja.

As relações descritas acima são a expressão do ocorrido em Limoeiro do Norte, onde integralistas e igreja desenvolviam, aparentemente em harmonia, os seus ideários. Podemos dizer com base no trabalho desenvolvido pelo grupo integralista e pela igreja na cidade que ambos compartilhavam dos mesmos valores: patriotismo, religiosidade e anticomunismo.

De acordo com Vasconcelos Júnior, “a família Chaves como líder da liga eleitoral católica e do movimento integralista e tendo o apoio do prefeito municipal e do interventor geral do Estado, podia concretizar, de forma mais rápida, seu projeto institucional” (2006; p.26).

## **As instituições e seu campo de atuação**

Conhecida como modernização conservadora, a fase que se inicia em 1964 – período aqui analisado – propicia à igreja um fértil campo de atuação, principalmente no que se refere à educação e às instituições sociais que foram criadas pela igreja. A natureza das instituições expressa não apenas sua forma de organização em sociedade, mas a sua capacidade de interferência na vida social. Desta forma, percebe-se a forte influência da igreja – de cunho mais conservador – na orientação da organização da sociedade limoeirense. Pensando dessa forma, sejam instituições políticas ou sociais, se inserem na dinâmica, alterando a prática social do indivíduo.

No que tange às instituições, estas se orientam por um padrão de controle, uma regulamentação da conduta do indivíduo imposta pela sociedade e com características como exterioridade, coercitividade, objetividade, autonomia moral e historicidade.

Pretende-se aqui estabelecer uma compreensão sobre a constituição da FAFIDAM enquanto instituição que representa a manutenção das ideias do grupo que a criou e a satisfação das necessidades políticas da elite limoeirense no contexto da ditadura civil-militar. O estudo sobre a atuação da FAFIDAM no contexto citado é condição à análise dos limites e possibilidades de atuação dessa instituição no espaço educacional.

À luz de Berger e Berger (2004), iremos situar as instituições criadas por Dom Aureliano Matos no contexto político de Limoeiro do Norte, no intuito de perceber a manutenção e desenvolvimento das ideias do grupo político que estava diretamente ligado ao bispo, e sua relação com as ideias do regime civil-militar.

De acordo com os autores, uma instituição se caracteriza por princípios fundamentais que vão desde a forma como se situam fora do indivíduo. Dessa forma, as construções elaboradas pelo indivíduo não lhe pertencem, lhes antecede, o que por sua vez tem um caráter histórico acumulado durante um longo período. É nesse aspecto que a instituição toma seu papel na programação da conduta individual imposta pela sociedade. Tal imposição é desenvolvida através da linguagem, que permite a construção de um universo de significados que fundaram os padrões de controle da instituição. A linguagem para os autores se constitui na primeira instituição que o indivíduo tem contato, a qual permite a atuação das demais instituições por meio do arcabouço linguístico.

Segundo os autores, as instituições são dotadas de objetividade e, como tal, essa objetividade é quem determina seu campo de atuação e a importância de sua existência na sociedade, bem como a imposição da sua existência na vida do indivíduo. Assim, entramos num outro aspecto da instituição, a coercitividade. A força coercitiva existente nas instituições impede, ou melhor, tenta impedir as mudanças que porventura o indivíduo tende a fazer no estado das instituições. A coerção se dará de forma mais sutil ou mesmo mais dura, dependendo da situação a que o indivíduo esteja exposto. Ao serem retratadas dessa forma, as instituições se apresentam como algo acabado, impossível de ser transformado pelo indivíduo. Apesar de suas características constituírem justamente padrões para assegurar o *status quo*, as instituições são passíveis de mudanças.

Além da coercitividade, a instituição se constitui também de autonomia moral que dificulta as mudanças oriundas do indivíduo. No reforço à coercitividade, a autonomia moral permite a instituição repreender e até

punir este indivíduo, invocando o direito à legitimidade. Essa punição na história do Brasil levou à morte e à tortura jovens que, durante o período da ditadura civil-militar, não se “adequavam” à nova ordem social imposta pelo Estado. As formas de punição nesse contexto se apresentaram de forma diversa, se caracterizaram por sequestro, prisão, tortura, perda dos direitos civis, afastamento de atividade profissional, dentre outras.

Dentro desse panorama, a instituição, ao ser objetiva e possuir um caráter exterior ao indivíduo, e contar com mecanismos de coerção e autonomia moral, se historiciza. As ideias corporificadas na instituição foram desenvolvidas durante um longo tempo, fazendo-a parte e construtora da história. Tomemos essas características fundamentais elegidas pelos autores para proceder à compreensão das instituições criadas por Dom Aureliano em Limoeiro do Norte.

Historicamente, as instituições sociais estavam atreladas ao Estado, seja por uma necessidade de organização da própria sociedade, para controle, ou mesmo para salvaguardar os direitos dos cidadãos diante da negligência do Estado. As políticas educativas têm reforçado o papel subsidiário do Estado. Tal política orquestrada desde os anos de 1950 no Brasil estimularam a expansão do setor privado à custa do Estado. Inserida no contexto limoieirense, a FAFIDAM é a instituição social que as instâncias políticas da região elegeram para institucionalizar e disseminar a política dominante local pensada por Dom Aureliano Matos – então bispo da diocese de Limoeiro do Norte – e viabilizada pelo então governador do estado do Ceará, Coronel Virgílio Távora. Este pensamento toma concreitude partindo do ponto de abrangência da própria instituição na região do baixo Jaguaribe. Enquanto instituição social se inseriu na cultura local como fomentadora do pensamento de centenas de professores ligados a instituições de vários matizes, públicas ou privadas, que, por sua vez desenvolveram a educação de milhares de crianças e jovens.

A FAFIDAM se projeta como instituição superior de ensino, num momento ímpar para a cooptação da juventude para a igreja e para o esta-

do ditatorial que surgia. Nesse aspecto, a parte apresenta o todo ao mesmo tempo que esconde suas pretensões. Ao desvelar o aparente fenômeno, percebemos a essência fortemente construída do discurso negativo sobre o comunismo e forte apelo à família.

Precede a criação da FAFIDAM a necessidade de uma formação em ensino superior na região do Vale do Jaguaribe, formação esta que promovesse a graduação na área de educação e formação dos jovens. Esta demanda se coaduna com o histórico descaso dos homens afeitos à vida política no nordeste do país, que ocasionou décadas de instrução em escolas ministradas por professores leigos. A necessidade de uma instituição com esse perfil para a região definiria o seu caráter social.

No intuito de abranger pessoas interessadas na área de educação, a FAFIDAM integrou o bojo de instituições criadas para dinamizar a vida social na cidade de Limoeiro do Norte, bem como para suprir carência ligada ao poder político. Criadas para satisfazer as demandas da sociedade, uma vez ligadas ao estado, as instituições sociais introjetam valores, instrumentando e regularizando as atividades cotidianas e servindo às instituições políticas. No Ceará, mais precisamente em Limoeiro do Norte, o projeto da FAFIDAM estava em pleno desenvolvimento, igreja e elite local traçaram os contatos necessários à aprovação pelo Conselho de Educação do Estado.

O interesse da elite pela educação já era fato em Limoeiro do Norte antes da chegada do bispo, a educação das moças já era uma realização, com a Escola Normal. Com a chegada do bispo e o desenvolvimento de seu projeto institucional, a elite limoeirense integrou junto às suas as ideias da igreja que, na realidade, tinham muitos dos valores das “boas famílias” da cidade. Segundo Chaves, a proximidade do bispo com o grupo político articulado por Franklin Chaves não deixa dúvidas sobre o papel que teria representado a igreja no contexto das relações políticas desenvolvidas em Limoeiro do Norte.

## **Na contramão do contexto nacional: o projeto educativo FAFIDAM**

Na obra *Na ribeira do rio das Onças*, publicada em 2002, o professor Lauro de Oliveira Lima - autor da obra - resume o trabalho sacerdotal do padre Francisco de Assis Pitombeira, como “o padre que não deu certo”, com esta expressão o autor quer dizer que o centro da prática do padre Pitombeira – como conhecido – foi educativa e não sacerdotal. Porém, esquece o autor que a história da educação brasileira começa com a ação sacerdotal através dos padres-professores da companhia de Jesus.

Queremos, então, aqui, reafirmar que a história da igreja passa pela história da educação visando reforçar a sua doutrina através do trabalho social-educativo. Nesse sentido, na contramão da caracterização feita por LIMA (2002) na nossa leitura, o padre Pitombeira “deu certo” quando deu continuidade ao projeto social da igreja na microrregião a partir de Limoeiro do Norte. Para tanto, indagamos qual a relação da doutrina social da igreja e o projeto educativo implementado em Limoeiro do Norte, ou mais especificamente, qual a relação da doutrina da igreja e o projeto educativo do governo brasileiro no contexto da ditadura civil-militar? A afirmação do professor Lauro de Oliveira Lima desvincula a ação sacerdotal da ação da educação, tarefa, para efeito da história da educação brasileira, impossível.

Basta ver que nos anos de 1967 a 1978 a igreja controlava as instituições educativas. Para essas instituições, a intervenção nessa atividade social específica visa, como diz a doutrina, – colocar qual o papel da igreja nessas instâncias.

Em se tratando de ensino superior no Ceará, a análise de Sofia Lerche Vieira (2002) em seu livro *História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos* é de que o movimento de abertura dessas instituições acompanhou a lógica nacional no período em estudo. Dadas as devidas proporções, o fato a ser observado é a natureza de cada instituição criada nesse período (2002, p. 294). Quando começa o regime militar, já estão em funcionamento as primeiras instituições estaduais. Pelo menos duas delas são citadas nas mensagens do pe-

ríodo: a Escola de Administração do Ceará, instalada em 1961, e a Faculdade de veterinária, instituída em 1963. (...) Em 1966, o governo encampa a Faculdade de Filosofia do Limoeiro do Norte. Em dezembro de 1971, é criada a Faculdade de Filosofia de Fortaleza, (...) a Fundação Edson Queiroz é instituída em março de 1971 com o objetivo de captar recursos para viabilizar a criação da Universidade de Fortaleza, a UNIFOR. Como podemos perceber no período de criação da FAFIDAM, o ensino superior do Ceará contava com apenas três instituições, uma privada e duas públicas.

Em agosto de 1966, em pleno acirramento das forças ditatoriais, o governador do estado do Ceará, Virgílio Távora, criou, por meio da lei 8.557, a FAFIDAM. Entidade estruturada como autarquia estadual, em 1967, através da lei 8.716, para ter autonomia administrativa, financeira, pedagógica, didática e disciplinar a exemplo de outras faculdades, como a Escola de Administração e a Escola de Veterinária do Ceará.

No documento da criação da instituição, ao tratar da entidade mantenedora, percebemos o comprometimento do governo para com a instituição, embora o documento abra um leque de possibilidades orçamentárias, na realidade o mantenedor era o estado, haja vista a faculdade não possuir bens e nem ter recebido doações que pudessem suprir o orçamento. Além disso, o orçamento da instituição era planejado e conseqüentemente discutido diretamente com o governador, o que possibilita uma enorme vantagem para a instituição. Declarando uma capacidade financeira, entre ativo e passivo, em 31 de dezembro de 1972, 411.681,00 cruzeiros são os proventos da instituição, seu diretor, o Cônego Misael Alves de Sousa declara ainda no documento o orçamento sintético para o ano de 1973, que seria de 931.800,00 cruzeiros. No interior do processo de criação da FAFIDAM, a contradição nas ações do estado é uma realidade, ao mesmo tempo que no cenário nacional a oferta é represada no estado do Ceará, é aberta uma IES privada, custeada pelo estado. Dentre as despesas, a Formação dos Professores recém-chegados ganha destaque, os docentes provinham de concurso público e de contratações como veremos a seguir.

O primeiro concurso público de provas e títulos para ingresso no magistério superior de profissionais para compor o quadro da recém-criada faculdade foi publicado em 08 de novembro de 1967, no Diário Oficial do Estado do Ceará, no decreto nº. 8.295. O quadro de professores, como já frisado acima, era composto de professores concursados e alguns contratados, no geral em áreas em que não havia uma grande oferta de profissionais, como é o caso da contratação do professor Valter Pinheiro para a área de francês. Com relação aos docentes, ocorreu na FAFIDAM um caso comum no serviço público do período. Sem lei que circunscrevesse a obrigatoriedade da entrada no serviço público através de concurso, alguns professores foram efetivados na instituição via decreto. Essa prática foi muito desenvolvida no Ceará em todos os órgãos de competência do estado. Em entrevista, o professor José Maria Nunes Guerreiro confirma esse fato, demonstra o quão constrangedor foi se enquadrar na categoria por meio de um decreto. No entanto, a prática política do período, e a falta de leis que organizassem o serviço público – como já dito – permitiu o apadrinhamento e o clientelismo político nas diversas áreas, possibilitando as práticas políticas que tanto imobilizaram o serviço público.

Está claro que a forma de ingresso na carreira docente na universidade não tem o menor peso sobre o indivíduo, as formas de legitimação de sua prática é que concorrerão a uma análise satisfatória ou não das contribuições desses docentes durante sua vida profissional. Para o professor José Maria Nunes Guerreiro, a forma de ingresso não foi legítima, no entanto naquele contexto a recusa estava fora de cogitação pela sua história de vida e mesmo pela conjuntura do momento. Um fator relatado pelo entrevistado é a relação política entre os números de professores colaboradores e o voto. Este fato evidencia ainda mais a própria criação da FAFIDAM. Na lógica política, o investimento em educação superior não era objetivo – nem no período em estudo nem hoje – de fato o que o governador percebeu foi a grande força política do bispo e sua influência junto aos fiéis.

O bispo esteve sempre muito ligado ao cenário político, a documentação da Cúria Diocesana referente ao período em que estava à frente da diocese comprovam isso. Em documento datado de 28 de agosto de 1962, na Circular de

Nº 85, ele chama os diocesanos a exercer a cidadania no ato de votar ciente das responsabilidades. A referida circular foi lida para os fiéis nas missas, em igrejas e capelas da região Jaguaribana, esta veio a público pouco antes das eleições gerais de 07 de outubro de 1962, realizadas em 22 estados. No Ceará, foi eleito Virgílio Távora para governador e Figueiredo Correia para vice-governador, e os senadores Carlos Jereissati e Wilson Gonçalves. No documento, o bispo salienta que o voto é sagrado e que vendê-lo ou trocá-lo seria desfazer-se da própria dignidade, acrescenta ainda que aquele contexto é um delicado momento da história política. Em nossa leitura, o bispo não apenas participava das decisões políticas referentes a Limoeiro do Norte como sabia a força que tinha diante do governo e consequentemente dos fiéis.

O bispo encerra o documento abrindo dois caminhos possíveis diante da cabine, ou seremos homens de bem, cristãos autênticos, votando com a nossa consciência de católicos, com os olhos na Pátria e na Igreja; ou então seremos traidores e suicidas entregando nas mãos dos inimigos o futuro da pátria. O inimigo a que o bispo se refere está claro para nós que se trata dos políticos ligados à ala comunista. Fica evidente em todos os documentos escritos pelo bispo aos fiéis a recorrência da vida política da região e os objetivos sempre confluindo ao desenvolvimento de seu projeto educativo.

Para desenvolver os trabalhos e dar organicidade à instituição, os funcionários do corpo administrativo foram contratados. Logo após, a faculdade lança seu primeiro edital de vestibular, neste constam vagas para os cursos que foram autorizados pelo Conselho de Estadual do Ceará através do parecer nº. 425/68. Foram abertas vagas para os cursos de Pedagogia, História, Geografia, Matemática e Letras.

A aula inaugural da FAFIDAM contou com a presença do secretário de cultura do estado e historiador, Raimundo Girão, o reitor da Universidade Federal do Ceará, os Secretários de Estado, a congregação e duzentos e oito alunos. Após um curto espaço funcionando em prédio alugado, a instituição passa a funcionar no prédio que hoje se localiza, na principal avenida de Limoeiro do Norte, antiga Santos Dumont e hoje denominada de Avenida Dom Aureliano Matos.

A forma cuidadosa com que o projeto foi escrito pelo padre Misael Alves de Sousa fica evidente no documento por ele organizado para justificar a criação da faculdade junto ao Conselho Estadual de Educação, no qual consta um adendo em relação aos aspectos da região do Vale do Jaguaribe – que é composta pelo baixo, médio e alto Jaguaribe – focalizando os aspectos geográficos e culturais das cidades da região, à qual a instituição buscava dar suporte à formação em nível superior.

O cônego Misael Alves de Sousa finaliza o documento dando ênfase aos esforços do Governo Estadual na melhoria da educação, criando a faculdade de filosofia, e que ele teria adotado todas as providências para que a instituição pudesse alcançar os seus objetivos como semente de cultura confiada à Terra Generosa da Região Jaguaribana, cabendo agora ao Conselho Estadual de Educação completar este ato governamental autorizando de imediato o funcionamento da faculdade.

Percebemos o teor impositivo da conclusão do documento, não deixando margem a dúvidas no que diz respeito às relações entre o governante maior e aqueles que estavam à frente da criação da instituição. Enumera, ainda, a população das 15 cidades que seriam beneficiadas com a criação da faculdade, deixando clara a dependência entre estas e, com relação a Limoeiro do Norte.

## Referências

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Usos & abusos da história Oral. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985,

BERGER, P. L. ; BERGER B. Sociology – A biographical Approach, 2ª ed. Basic Books, Inc, New York, 1975, pp 73 – 81. Tradução de Richard Paul Neto. Reproduzido com autorização de Basic Books, Inc.

BESSA, Dom Pompeu Bezerra. A Antiga Freguesia do Limoeiro – Notas para sua História. Fortaleza-Ce. Premium Editora, 1998.

BRANCO, João Olímpio Castello (Monsenhor). O Limoeiro da Igreja – A história de Limoeiro do Norte a partir de seus párocos. Ed. Minerva, Fortaleza, 1995.

CASTRO, Iolanda e outros. Francisco de Assis: O Pitombeira. Fortaleza-Ce. Premium Editora, 1998.

CHAVES, Cíntia. De Deus aos homens: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954”. UECE: 2011.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. 1ª reimp. – 6ª Ed. Ver. E ampl. – Fortaleza: Armazem da Cultura, 2012.

FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.

GOMES, A. C. O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 31-58.

- GONDAR, J; Quatro proposições sobre memória social. Rio de Janeiro, 2005
- GORENDER, J. Prefácio. In: FICO, C., op. Cit., p.13. Vol. 24. São Paulo, 2004.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Sistema Escolar de Limoeiro do Norte – Da Colônia à escola que revolucionou o município. Edit. Premius, Fortaleza, 2002.
- MALVEIRA, Antonio Nunes. O Limoeiro de Dom Aureliano Matos. Rio de Janeiro: PENELUC.1998.
- MOURA, M. L. Educação em Tabuleiro do Norte: emergência e evolução do sistema escolar na perspectiva dos protagonistas. Dissertação de mestrado defendida em 24 de abril de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.
- SANTOS, Jovelina. Em campo contra o inimigo vermelho: a igreja católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará. Revista de História [26] João Pessoa, jan./jun. 20012 p. 394.
- SOUSA, Pe. Misael A. Escritos mimeografados sobre o governo diocesano de Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte, 1980.
- THOMPSON, Paul. A voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 3ª Ed. 2009.
- VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. O Limoeiro da educação: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968). UFC: 2006.
- VIEIRA, S. L. História da Educação do Ceará: Sobre promessas, fatos e feitos. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

# Os feminismos cearenses sob a vigilância da ditadura militar brasileira (1979-1985)

Sarah Pinho da Silva<sup>1</sup>

Em 26 de agosto de 1979, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683) foi assinada pelo general João Baptista Figueiredo<sup>2</sup>. A legislação concedia anistia aos envolvidos em crimes políticos, durante a ditadura militar brasileira, inclusive anistiando os militares. A exceção ocorreu para os chamados “crimes de sangue”, que eram as práticas de sequestro, assaltos ou ataques pessoais, considerados terrorismo, pelo regime, que acarretou na manutenção da condenação para militantes da esquerda, que estiveram envolvidos nessas ações.

- 
- 1 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Integrante do projeto "MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)", financiado pelo CNPq, Processo nº: 404662/2021-8. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7012253864953591>. Email: pinhosarah76@gmail.com
  - 2 João Baptista Figueiredo foi o último dos militares a presidir o país. Assumiu a presidência, em 1979, e permaneceu até 1985, quando ocorreu eleições indiretas, elegendo Tancredo Neves, para a presidência, e José Sarney para vice.

Iniciava-se, a partir dessa legislação, o processo de reabertura política. Nesse momento, o Movimento Feminino pela Anistia, que havia sido fundado em 1975, foi desfeito. O núcleo cearense, criado em 1976, também, encerrou suas atividades. Mas, muitas mulheres que integravam o movimento decidiram permanecer se reunindo, para discutir pautas variadas, que estavam sendo colocadas, pelos movimentos feministas, desde meados da década de 1970. Com isso, surgiu a União das Mulheres Cearenses (UMC), a primeira organização feminista do estado do Ceará, com sede em Fortaleza, capital do estado.

A UMC chegou a reunir mais de 1.600 mulheres associadas à organização. A iniciativa do movimento foi pensada pelo chamado “Grupo da Maria”<sup>3</sup>, o qual era composto por Maria Luíza Fontenele, Rosa da Fonseca, Jorge Paiva e Célia Zanetti. Nesse período, os movimentos feministas ganharam espaço, no país, após o retorno de diferentes mulheres do exílio político. Diferentes discussões sobre emancipação feminina, liberdade sexual, aborto e participação política foram colocadas para o debate, tanto nos partidos políticos, quanto em diferentes movimentos sociais. Os chamados feminismos de Segunda Onda<sup>4</sup> chegaram ao Brasil, na década de 1970, e colaboraram para a organização de mulheres. Apesar da forte influência de leituras e discussões, trazidas dos Estados Unidos e Europa, os movimentos feministas da América Latina tinham especificidades, porque dialogavam com a resistência às ditaduras militares do período. De acordo com Pedro (2006, p.269):

Lutar no Brasil pela “liberação das mulheres”, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o fe-

---

3 “A denominação ‘Grupo da Maria’ ou ‘Grupo da Maria Luíza’ pode ser analisada sob dois prismas: o da personalização própria de sociabilidades da esquerda, que constitui grupos de militância unidos por laços de solidariedade em torno de lideranças. O carisma pessoal de Maria Luíza é responsável pela polarização do grupo ao seu redor e da tentativa de desqualificação do agrupamento pela direção do PC do B, no início da década de 1980, quando já não se reconheciam os militantes como representantes políticos”. (Duarte. 2012, p.160).

4 “Denomina o movimento iniciado, a partir de meados dos anos 1960, e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção). Essa classificação, entretanto, tem sido questionada por alguns estudiosos”. (Pedro, 2013, p.256).

minismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas [...].

Nesse sentido, os feminismos brasileiros foram se organizando de acordo com a particularidade do período autoritário e tentaram abranger diferentes pautas de discussões, com isso, a UMC foi sendo composta por mulheres de diversas organizações e partidos políticos. Algumas integrantes derivaram do Movimento Feminino pela Anistia, outras vinham de partidos clandestinos, de movimentos das trabalhadoras rurais e do movimento estudantil. Para algumas, a UMC foi o primeiro contato com o movimento de mulheres/feminismos. Isso ajuda a compreender a pluralidade da instituição e das participantes que compunham o órgão.

O surgimento da União das Mulheres Cearenses ocorreu em um momento de reabertura política. A ditadura militar, no Brasil, perdurou entre os anos de 1964 e 1985. Os governos autoritários tiveram duração de 21 anos, compreendendo um período de exceção. A partir do Ato Institucional nº 2, os direitos políticos de diversos sujeitos da oposição foram suspensos, houve a extinção dos partidos políticos, censura, perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Os anos de autoritarismo significaram tempos difíceis, para diferentes movimentos sociais, já que ocorreu a interferência nos direitos civis e políticos, mas, nesse contexto, ocorreu a resistência de diferentes sujeitos políticos.

Na década de 1970, os feminismos ressurgiram, no país, com a efervescência de fazer frente às demandas feministas, mas também, à resistência à ditadura militar. Em meados dessa década, muitas mulheres começaram a se organizar em grupos de leituras e movimentos, como: o Movimento Feminino pela Anistia, que nasceu em 1975, no Rio de Janeiro, tendo sido criado por Therezinha Zerbini. O grupo foi pensado com o intuito de reunir mães, esposas, irmãs, familiares, amigos e simpatizantes com a causa de violações de direitos dos presos políticos. Segundo Duarte (2012, p.60):

O MFPA foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa de general atingido pela repressão do golpe militar de 1964, iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA expande-se pelo país, com núcleos e atinge outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de contestação na época em que manifestações eram estritamente proibidas.

A atuação do MFPA foi relevante pela adesão de diferentes mulheres, mas também, pelo impacto que causou entre militantes, na imprensa, e a repercussão diante da pauta da anistia para os presos do regime militar. Utilizando pautas, como: defesa da família, do direito das mães, esposas e filhas saberem o paradeiro de seus familiares. Muitas mulheres conseguiram exercer a militância sem sofrer grande intervenção dos militares, que permitiram diferentes manifestações do grupo. Foi na militância do MFPA que muitas delas tiveram seus primeiros contatos com discussões feministas. Além disso, o movimento trouxe uma noção de organização para muitas mulheres, que seguiram unidas em outros grupos após o fim do MFPA.

A UMC, no Ceará, foi um desses órgãos, derivada de uma organização prévia, sob a liderança do “Grupo da Maria”, a entidade contou com núcleos, em Fortaleza, no Cariri cearense e no Sertão dos Inhamuns. A expansão do grupo era uma demanda prevista no seu Estatuto e colaborava para ampliar o debate, em torno de pautas consideradas essenciais para a organização, como: “elevar o nível de conscientização das mulheres sobre sua situação de exploração, submissão e discriminação na sociedade”. (Estatuto da UMC. Art. 2º).

As demandas que cercavam os movimentos feministas eram diversas, mas, algumas delas estavam centradas na disputa entre as chamadas pautas gerais e específicas, que buscavam dialogar demandas trazidas pelos partidos políticos e grupos clandestinos, tais como: luta de classe e o fim da ditadura militar, com pautas feministas, como a questão do aborto, contracepção, emancipação da mulher, melhores condições de trabalho, dentre outras.

Nesse cenário, os movimentos feministas buscaram dialogar de forma equilibrada com essas discussões, que se tornaram acaloradas no final da década de 1970 e 1980. As mulheres que se envolveram na militância feminista foram acusadas, por seus companheiros, de divisionismo, de realizarem a dupla militância e de enfraquecerem a luta geral. Segundo Rosemberg (2013, p.341-342):

[...] o autoritarismo também era marca dos grupos de oposição ao regime militar, que rejeitavam a demarcação da diferença como “diversionista”, “antirrevolucionária”, algo que atrapalharia “a luta” por causas “mais importantes” ou “prioritárias”. Assim, tematizar a questão “mulher” em meio ao regime autoritário significou manter um delicado equilíbrio entre situar-se nos grupos de oposição e criar um discurso novo, que levasse a condição feminina em consideração.

Os desafios para os feminismos brasileiros mostravam-se vários e a resistência foi experimentada por parte dos militares, dos colegas de organização e dos partidos políticos. A UMC, entretanto, buscou equilibrar essa chamada dupla militância, abrangendo pautas gerais e específicas. Isso ocorria em outros movimentos de mulheres, mas a entidade tentou institucionalizar, tornando algumas discussões muito próximas do que existia dentro dos partidos políticos, acarretando em desavenças na organização. Essa tática foi utilizada com o intuito de ganhar novas adeptas, afinal, abordando pautas mais gerais, a instituição poderia obter mais adesão em diferentes grupos de mulheres.

Todavia, a própria forma de sistematização acabou afastando muitas mulheres, tendo em vista o caráter institucional, adotado pela UMC, com divisões internas, como: diretoria, departamentos, conselhos e assembleia geral. A estrutura do grupo representava a manutenção de um *modus operandi*, conhecido por partidos políticos, mas muitas mulheres não enxergaram positivamente para um grupo feminista. Todos os órgãos estavam previstos no Estatuto da entidade, que foi aprovado em 1981. Esse modelo de organização interferiu na forma de conduzir certas discussões, de acor-

do com Verônica Guedes<sup>5</sup>: “a UMC não tratava de questões específicas, ela tratava da participação das mulheres, segundo a esquerda, das mulheres nas lutas gerais”. [...].

A narrativa da ex-militante da UMC revela o desgaste que surgiu com a institucionalização do movimento e a aproximação do grupo com debates propostos por partidos políticos, o que ocasionou um distanciamento, em algumas situações, das demandas mais específicas abordadas pelos feminismos do período. Ao mesmo tempo, a forma da UMC se estruturar não diferia do que muitas militantes estavam adaptadas, visto que várias delas derivaram de alguma organização de esquerda, ou seja, elas já conheciam o modelo e a postura de diferentes participantes, principalmente, as que compunham os órgãos de direção.

A estrutura da UMC foi pontuada como uma maneira de organizar melhor as demandas e discussões, tendo em vista o grande número de associadas. Para Grace Vitorino<sup>6</sup>: “Estou pensando na direção, como uma direção mesmo de dirigir processos, liderar o processo”, na narrativa, Grace expôs que o modelo visava contribuir para coordenar mais adequado as ações do grupo. Ao passo que a infraestrutura da UMC buscava dispor melhor as atividades, muitas militantes discordavam dessa sistematização. Os ruídos internos na instituição colaboraram para a evasão de algumas mulheres para outros grupos. Nesse contexto, foram fundados o Grupo Feminista 4 de Janeiro e o Centro Popular da Mulher. Os conflitos da UMC não significaram o fim da organização, mas as dissidências colocaram em debate os feminismos construídos pela entidade.

Questionando as principais lideranças do grupo e as pautas de discussões, mulheres como: Verônica Guedes e Nilze Costa e Silva rompe-

5 GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal. Verônica Guedes integrou a UMC, posteriormente, saiu da organização e foi uma das fundadoras do Grupo 4 de Janeiro, criado em 1981, como uma dissidência da UMC.

6 VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal. Grace integrou a UMC no início da década de 1980. Em 1994, defendeu a dissertação sob o título: Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero, que discorreu sobre a história da UMC.

ram com a UMC para fundar o 4 de Janeiro, um grupo pequeno, mas que buscou aprofundar leituras e demandas promovidas pelos feminismos de Segunda Onda e questionar algumas posturas da diretoria da UMC. Para Nilze Costa e Silva<sup>7</sup>: “Havia assim um policiamento quanto ao comportamento, por exemplo, você tá num congresso, você tá numa reunião, você tem que se comportar daquele jeito, você não pode dar aquela saidinha, fumar um cigarro”.

O desconforto causado por algumas mulheres, que integravam a UMC, deixou outras companheiras descontentes, causando conflitos, no início da década de 1980, mas essas discordâncias dos grupos feministas não foram visualizadas, apenas, pelas militantes. Os órgãos de controle e vigilância da ditadura militar estavam atentos a essas organizações, inclusive, exercendo o monitoramento das atividades da UMC, das reuniões, dos Congressos e das desavenças internas.

## **Controle e vigilância: os feminismos em suspeição**

Em 1964, o Sistema Nacional de Informação (SNI) foi criado pelo militar Golbery de Couto e Silva. O órgão era um desejo antigo dos militares e previa fortalecer o controle e vigilância sobre as organizações de esquerda no período da ditadura militar. O SNI dialogava com a Doutrina de Segurança Nacional<sup>8</sup>, projetando-se como o principal mecanismo de coleta de informações sobre qualquer sujeito que fosse considerado suspeito pelos militares. O órgão de controle coletou informes que iam

---

7 SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 10 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

8 “A Doutrina de Segurança Nacional foi oficializada pelo Decreto-Lei nº314, de 13 de março de 1967, substituído pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. E pela Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 e pela Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, atualmente em vigor. No combate à guerra revolucionária e a expansão do comunismo, justificava-se toda a forma de opressão contra o inimigo interno”. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- Relatório Final, Brasília, 2014, p.337.

desde atividades partidárias clandestinas até a vida pessoal de militantes, de acordo com Fico (2001, p.76):

[...] saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o inimigo.

O SNI atuou como um órgão de informação para os militares e como um mecanismo para manter a dita ordem e a tranquilidade, fornecendo relatórios sobre as atividades clandestinas dos militantes. Ademais, operou em duas frentes que consistiram na coleta de dados e na contrainformação, que buscavam interceptar a troca de informes entre os militantes de oposição. Seguindo a lógica do controle e da vigilância, os militares responsáveis pelo órgão demonstraram interesse pelos feminismos que se organizavam, no país, durante a ditadura.

No Relatório Especial de Informação, o SNI justificou a observação feita sobre os feminismos: “Nossa intenção, ao elaborar o presente Relatório Especial de Informações é ressaltar o crescimento e a influência do Movimento Feminista, junto à sociedade, e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas”<sup>9</sup>. Inicialmente, o SNI buscou perceber se os feminismos do período estavam sendo instrumentalizados por grupos de esquerda, posteriormente, o órgão procurou mapear com maior empenho as atividades desses grupos, as demandas e as pautas de discussões.

A União das Mulheres Cearenses, o grupo 4 de Janeiro e o Centro Popular da Mulher foram citados em relatórios e dossiês, produzidos pelo Sistema Nacional de Informação, isso demonstra o quanto os militares cercavam as diferentes atividades de resistência do período, tendo em vista que o grupo 4 de Janeiro contava com um número pequeno de participantes, a saber: entre 12 e 15 mulheres. O controle sobre esses grupos nos

---

9 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

ajuda a compreender que os militares estavam atentos à efervescência do movimento e às discussões produzidas pelas mulheres nesses grupos, reiterando que os feminismos não eram vistos de forma irrelevante pela ditadura. O Relatório Especial de Informação, produzido em 1983, discorre:

As entidades feministas, em suas reuniões, valorizam o debate como um elo de integração entre procedimentos metodológicos, já consagrados, e posturas teóricas inovadoras, onde se sobressai o desejo das mulheres em ver a implantação de uma política social igualitária<sup>10</sup>.

O SNI buscou compreender quais eram as principais discussões abordadas pelos movimentos e as correntes teóricas adotadas. Nesse mesmo documento, foram traçados os perfis de autoras e as obras que influenciaram o movimento de mulheres nas décadas de 1970-1980. Além disso, o órgão estava atento às divergências com as organizações de esquerda e dentro do próprio movimento. O mapeamento dava conta, ainda, de identificar membros, ao menos as principais lideranças e/ou as responsáveis por discursar nas reuniões, eventos e Congressos.

Em 1982, a União das Mulheres Cearenses realizou seu primeiro Congresso, que ocorreu em Fortaleza. O evento foi monitorado, por agentes do SNI, mas não sofreu nenhum tipo de intervenção explícita, transcorrendo do início ao fim sem intercorrências. Todavia, um relatório foi produzido sobre a reunião, demarcando o tema do Congresso e as divisões de pautas discutidas.

Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSÉ MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES”, com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4(quatro) temas: “Mulher, Família e Sexo”; “Mulher e Comunidade”; “Mulher e Sociedade”; “Mulher e Trabalho”, distribuídos a igual número de grupos, constando

---

10 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

cada um de 30(trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas<sup>11</sup>.

Não há qualquer tipo de identificação sobre os responsáveis pela produção dos relatórios, mas, levando-se em consideração que algumas reuniões e eventos contavam com a presença só de mulheres, provavelmente, eram agentes femininas que ficavam encarregadas de se infiltrar nos grupos, vigiar o movimento e produzir a documentação. Exercer o controle e a vigilância sobre os diferentes grupos integrava uma forma de manter ativa a relevância do SNI, principalmente, nos anos finais da ditadura. Então, os militares produziam relatórios e dossiês das mais diversas atividades independente da quantidade de mulheres reunidas.

No dia 04 Jan 84, as 19:00 horas, realizou-se no CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM), Rua Solon Pinheiro, 360, FORTALEZA/CE, uma reunião com a participação de 20 mulheres aproximadamente, para debater o tema: “A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA A MULHER, SOB TODOS ASPECTOS<sup>12</sup>.”

A vigilância de uma reunião com 20 mulheres reitera a premissa de que agentes femininas se infiltraram nos grupos, além disso, demonstra que qualquer atividade, realizada pela oposição aos militares, estava passível de ser colocada sob suspeição. Os grupos feministas despertaram interesse dos militares, que buscaram compreender o movimento e a participação das mulheres, ademais, os relatores tentaram perceber a relação entre os feminismos e as organizações de esquerda. Havia a preocupação do órgão em manter o controle sobre os movimentos de mulheres e as pautas de discussão. Todos esses elementos demonstram que os militares tinham precaução e buscaram manter o controle sobre as organizações feministas. De acordo com Duarte (2019, p.15):

---

11 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

12 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão.

A ideia de que os feminismos eram encarados de modo insignificante, pela ditadura, não se sustenta diante da documentação produzida pelo SNI. Se não havia uma grande preocupação em proibir as atividades, os militares, no mínimo, estavam atentos a todas as discussões e eventos, mantendo uma precaução em relação às organizações de mulheres. Em 1984, durante a realização do III Congresso da União das Mulheres Cearenses, agentes do SNI, mais uma vez, acompanharam de perto as atividades e produziram relatórios sobre o evento.

Teve lugar nos dias 06, 07 e 08 Abr 84, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do CEARÁ (UFC), o III CONGRESSO DA MULHER CEARENSE, uma promoção da UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES (UMC), entidade criada e dirigida pelo Partido Revolucionário Comunista/CE<sup>13</sup>.

Os militares identificaram a relação da UMC com o Partido Revolucionário Comunista, que atuava de modo clandestino. A associação entre os grupos ocorria, porque muitas mulheres da UMC integravam partidos políticos ou outros movimentos durante a ditadura militar. Aliás, essa prática foi comum e tornou-se alvo da observação dos agentes, que buscaram identificar as que integravam diferentes organizações e partidos, além das lideranças feministas. No I Congresso da UMC, o relatório, produzido pelo SNI, trouxe a identificação das mulheres com detalhes.

---

13 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

VALERIA FEITOSA, do Núcleo da Mulher Secundarista; INES SILVIA VITORINO SAMPAIO, representante do Centro Acadêmico Batista Neto, da Faculdade de Ciências Sociais da UFC, que defenderam o tema: “Mulher, Família e Sexo”. REIJANE FERREIRA DE OLIVEIRA do Núcleo dos Funcionários do Sindicato dos Bancários, representante do grupo que defendeu o tema “Mulher e Trabalho”, levantou os problemas da profissionalização e da discriminação da mulher no trabalho<sup>14</sup>.

Identificar as responsáveis pelos debates era importante, porque permitia saber quais eram os principais nomes envolvidos e qual a participação política das mulheres, também, era relevante compreender se elas participavam de outras organizações de esquerda. Além disso, os agentes teciam conclusões sobre as discussões promovidas e produziam documentos argumentando com as perspectivas que tinham sobre os movimentos.

Além da UMC, majoritária e organizadora, há mais quatro entidades que diferem entre si: Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), encarregado do estudo e documentação das questões específicas do sexo; Grupo 4 de Janeiro, de cunho eminentemente feminino; Departamento Feminino do PMDB, de caráter partidário e o Centro Popular da Mulher (CPM), recém criado.<sup>15</sup>

A vigilância consistia na identificação e na compreensão das organizações, nas dissidências e nos conflitos que ocorreram dentro da UMC, ocasionando o surgimento de outros grupos. Durante o período da ditadura, manter o controle sobre as diferentes organizações de resistência foi algo essencial para os militares. Segundo Joffily (2008, p.37): “Havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a ‘segurança interna’ do país”. Os militares utilizaram diferentes

---

14 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

15 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

estratégias para cercear as liberdades individuais e coletivas, durante o regime, desde a coleta de informações até tortura e assassinatos, a perspectiva era manter a “ordem” e a “segurança” do país. O período de exceção foi marcado por perseguições a diferentes movimentos sociais e de oposição à ditadura. O fato de os feminismos não terem sido perseguidos pelos militares - impedindo a realização de atividades - não significou que eles fossem vistos de maneira irrelevante, muitos agentes acabaram reproduzindo a lógica de que as mulheres não eram uma ameaça à ditadura.

Ao mesmo tempo, os movimentos foram vigiados de perto, mas também, estudados pelos órgãos de informação. Foi importante levantar dados sobre o que ocorria nas organizações, as principais discussões e as mulheres que participavam. Uma das hipóteses levantadas foi a de que os militares avaliavam os feminismos brasileiros como sendo menos radicais do que outros grupos, isso possibilita explicar o porquê de não interromper reuniões ou eventos, mas, de toda forma, implementavam a vigilância.

As feministas brasileiras revêem conceitos e formas de lutas e, hoje, abandonam posições tidas como radicais pelas adeptas do movimento, da década de 60, que culpavam o comportamento do homem pela situação marginalizada e de subalternidade a que estariam sendo submetidas, no âmbito da sociedade<sup>16</sup>.

O trecho do relatório, produzido em 1983, apresentava o que seria um novo tipo de feminismo, que se diferenciava de posturas mais radicais, que foram adotadas nos anos 1960. Mas, essas eram as conclusões, feitas pelos agentes do SNI, durante a elaboração do documento. Além disso, por ser um período de exceção, muitas mulheres exerciam a militância com cautela, entendendo que várias pautas precisavam dialogar com a luta pelo fim da ditadura militar brasileira. A própria forma de se organizar ocorria de forma diferente por causa do contexto, fazendo com que as demandas se adaptassem ao período.

---

16 ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

Os militares reforçaram muitos estereótipos que cercavam o movimento de mulheres e os feminismos, acreditando que eles não representavam nenhum risco ou que serviam de manipulação para os partidos de esquerda. Todavia, mantiveram de perto o controle sobre as organizações. Essa posição dúbia pode significar que os próprios agentes não estavam convencidos de que os feminismos eram inofensivos, por isso a vigilância era realizada.

## Considerações finais

Ao longo do texto, analisamos o surgimento dos feminismos, no Brasil, a partir da União das Mulheres Cearenses durante o período da ditadura militar. A organização surgiu da confluência de diferentes movimentos e contou com uma pluralidade de mulheres. Ao mesmo tempo, foi possível compreender os desafios que marcaram a UMC, desde a sistematização até as dissidências, que ocasionaram o surgimento de outros grupos no estado.

A UMC buscou dialogar com diferentes pautas, já em sua formação, esse foi um dos principais objetivos da instituição. A forte ligação com partidos políticos clandestinos, como o PRC, afetou a relação de algumas mulheres com a entidade, visto que discordavam da interferência do partido nas reuniões da associação. Porém, durante os anos de 1970-1980, foi comum assumir a chamada dupla militância e muitas integrantes da entidade faziam parte de partidos políticos e da organização de maneira concomitante. Além disso, Maria Luíza Fontenele destacou: “Nós vimos que seria fundamental dar continuidade a essa luta das mulheres, criamos, então, a União das Mulheres Cearenses [...]. Esse processo nos levou a compreensão do papel destacado que as mulheres tinham”<sup>17</sup>.

---

17 FONTENELE, Maria Luíza. Entrevista, 19 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

A narrativa de Maria Luíza, uma das fundadoras da organização, dialoga com a perspectiva de tornar a associação em um órgão plural, que discutisse a questão da mulher, na sociedade, à medida que conversava com outras pautas de discussões. É necessário enfatizar que esse modelo da UMC não diferia tanto de outros movimentos feministas do período, levando-se em consideração o contexto de autoritarismo, foi comum que alguns grupos feministas fossem derivadas de partidos políticos e/ou tivessem membros vinculadas a outras organizações de esquerda. Além disso, os feminismos que ressurgiram, na década de 1970, derivaram das camadas médias da sociedade, mas não ficaram restritos a esse local. Segundo Sarti (1998, p.05):

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de movimento de mulheres pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses.

A expansão dos feminismos permitiu que diversas mulheres tivessem contato com as principais pautas abordadas pelo movimento, essa adesão despertou o interesse dos militares, ocasionando o controle e a vigilância de diferentes grupos feministas. Apesar da reprodução de estereótipos, feitos por muitos agentes do SNI, que consideravam os feminismos como um movimento menos relevante, houve um aparato de monitoramento das atividades de grupos, como: UMC, 4 de Janeiro e Centro Popular da Mulher, mesmo quando as reuniões concentravam um número pequeno de mulheres.

Com a criação do SNI, as diferentes organizações de esquerda passaram a ser alvo de vigilância e a estrutura do órgão foi montada para manter a inspeção das atividades ditas “subversivas”. O SNI foi uma ferramenta importante, usada pelos militares para coletar informações, mas também funcionou como um aparelho repressor da ditadura. As ações do órgão se intensificaram, na década de 1970, e aliado à polícia política realizou uma

série de ações, que manteve o controle sobre as organizações de esquerda e restringiu a troca de informações entre os grupos de oposição à ditadura.

As atividades do SNI sobre os feminismos consistiram na vigilância, mas os militares procuraram compreender a formação do movimento. Em muitos relatórios, foi possível perceber o interesse dos relatores em discorrer sobre as teorias, autoras e a circulação de leituras pelo país. Os agentes estavam dispostos a ter o controle dos feminismos e em saber como eles se constituíam. Esse monitoramento foi feito de modo cauteloso e as mulheres tiveram dificuldades de perceber que estavam sendo vigiadas, algumas não desconfiaram e se surpreenderam, posteriormente, com o acesso à documentação.

Essa surpresa está associada à ideia de que os feminismos eram vistos de maneira irrelevante para os militares, todavia, eles exerceram um patrulhamento semelhante ao que ocorreu com outras organizações de esquerda. Durante a ditadura militar, alimentar a estrutura com informações era importante e o SNI foi um órgão relevante na elaboração disso, mas não significa dizer que não havia uma preocupação com a organização de mulheres.

Os Congressos, reuniões da UMC e outros grupos ocorreram, porque o país vivenciava a reabertura política depois da Lei de Anistia. Isso colaborou para que os feminismos se organizassem e realizassem seus eventos. Todavia, os movimentos feministas estavam sob o escopo dos militares e foram observados de perto, ao mesmo tempo, as mulheres buscaram resistir às diferentes pressões que foram exercidas pela ditadura e por colegas partidários.

## Referências

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- **Relatório Final**, Brasília: [s.n.], 2014.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). **Anos 90**. Porto Alegre, v.26, 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 349f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978).

**Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez.2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA, **Anais**. Chicago, 1998. P.1-12.

# Ditadura e pânico moral: a perseguição às prostitutas no Ceará

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo<sup>1</sup>

## Considerações iniciais

Em 1964, os militares promoveram um golpe de Estado e instauraram uma ditadura no Brasil que perdurou por 21 anos. Nesse regime de exceção, o pânico moral foi utilizado como justificativa pelos militares para legitimar suas ações brutais contra os sujeitos tidos como “inimigos internos”, recorrendo a uma série de dispositivos legais e contravençionais, como acusações de vadiagem ou violação da moral e dos bons costumes para execução de prisões arbitrárias. Isso foi usado para perseguir as sexualidades consideradas desviantes, como as prostitutas, que eram vistas como degeneradas e subversivas. Muitas delas sofreram torturas,

---

1 Mestra em História. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pertence ao NUSS - Núcleo de Pesquisas sobre Sexualidade, Gênero e Subjetividade (UFC), ao Ímpar - Laboratório de Estudos Críticos da Família (USP) e ao Paralaxe - Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (UFC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6073326016967235>. Pesquisa financiada pela Funcap - Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. E-mail: [taynara.mirelle.araujo@gmail.com](mailto:taynara.mirelle.araujo@gmail.com)

estupros e algumas foram mortas pelo regime. Elas foram continuamente impedidas de exercer sua profissão, devido às constantes perseguições e prisões, num processo de profunda marginalização e empobrecimento destas mulheres e de seus familiares. Nesse contexto, o objetivo central deste trabalho é analisar as ações de repressão por parte do Estado contra as prostitutas no Ceará, durante o período da ditadura civil-militar, usando como fontes da pesquisa: decretos, entrevistas, autobiografias e reportagens. No trato metodológico, a pesquisa se deu a partir de revisão bibliográfica e da análise das fontes, a partir da técnica de análise de conteúdo.

Em 9 de abril de 1964, foi lançado o Ato Institucional nº 1, onde se confirma a vitória do movimento militar que derrubou o governo democrático de João Goulart com um discurso de salvação da nação do domínio comunista, instaurando-se uma ditadura civil-militar. A base ideológica do golpe de Estado e o que viria a ser também o mote para as ações no regime de exceção era a Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina tinha como foco o combate aos subversivos, que na visão dos militares estavam tentando “bolchevizar o país”. Sendo suas ações, em grande medida, defendidas como medidas para “drenar o bolsão comunista” (Duarte, 2011). É evidente, como afirma Quinalha (2017, p. 24), que “as tentativas de enquadramento e normalização das sexualidades dissidentes, a partir do pânico moral, remontam a períodos muito anteriores à formação do Estado brasileiro”, já que o discurso religioso, médico, legal e criminológico produz uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico. Contudo, é fundamental compreender o que há de específico em relação à violência usada em cada contexto histórico. Uma série de dispositivos legais e contravencionais foram mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes, durante a ditadura civil-militar, de forma mais intensa do que em outros períodos. Para além desses mecanismos jurídicos, “o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da in-

tolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social” (Quinalha, 2017, p. 25).

A questão da moralidade foi um dos pilares deste regime, inserida como base para segurança interna da nação, tanto quanto questões políticas e econômicas. Sarah Silva (2020, p. 59) apontou que o pânico moral era utilizado como justificativa para os setores militares, que buscavam legitimar suas ações, utilizando-se desse argumento para espionar, perseguir, prender e torturar todos aqueles que fossem considerados perigosos para o regime. Não só a militância de esquerda tinha seus passos seguidos e reprimidos, mas todo um setor que se encontrava à margem desses ideais da moral e dos bons costumes pregados pelos militares e pelo setor mais conservador da Igreja Católica. Um desses sujeitos criminalizados era a prostituta, sendo reprimida de diversas formas por não se encaixar nesse padrão de mulher “recatada e do lar”.

Um dos documentos emblemáticos dessa corrida moral é o texto *Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes*, de autoria de Alfredo Buzaid, Ministro da Justiça no governo do general Médici. Publicado em 1970, pelo Departamento de Imprensa Nacional. Este documento procurava justificar legalmente a censura como instrumento para barrar a ameaça comunista aos ideais da família tradicional brasileira. Segundo o discurso da Escola Superior de Guerra, as liberdades individuais e as novas formas da juventude se relacionar, afetiva e sexualmente, eram uma grande ameaça ao regime e ao modelo de sociedade pregado por este, havendo uma defesa aberta do sistema patriarcal.

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoçada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E,

fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais, a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade. (Brasil/ESG, 1975b, p. 13).

Nota-se na fala do ministro Alfredo Buzaid que este coloca o patriarcalizado na posição de sistema protetor da família, acusando os ideais da chamada revolução sexual<sup>2</sup> como causadores da destruição do modelo familiar, pois contribuem para o enfraquecimento das estruturas patriarcais. Estes ideólogos da ditadura ampliaram o raciocínio sobre os perigos da sexualidade livre, da homossexualidade e da prostituição, associando-as a um submundo dos tidos como degenerados, que representavam não só uma ameaça à família, mas à própria segurança nacional, já que entendidos como nocivos aos bons costumes da nação. Segundo Quinalha (2017, p. 44, 45), “a preocupação com a liberalização dos costumes não se subordinava à luta contra o comunismo”. Esta preocupação retratava, na verdade, uma postura reativa em relação às mudanças causadas pela revolução sexual em curso mundo afora, com famílias preocupadas com a exposição de seus filhos à revistas pornográficas nas bancas de jornais e à cenas eróticas nas telenovelas. “Mães, famílias, religiosos e outros cidadãos não agiam, necessariamente, por repulsa à ameaça comunista, mas

---

2 A revolução sexual teve seu auge com o movimento hippie e os movimentos feministas, na década de 1960, mudando para sempre os velhos costumes, já que com o advento da pílula o casal podia manter relações sexuais só por prazer e a mulher passou a ter o poder de controlar a reprodução, podendo escolher ter filhos ou não, surgindo assim um novo modelo de comportamento sexual e cultural. Segundo Fátima Mendes, “esse novo poder de controle da reprodução teve um impacto importante no modo de vida das mulheres na sociedade onde elas antes eram destinadas a serem apenas esposas e mães, abriram espaço para se introduzirem e se consolidarem no mercado de trabalho que antes era dominado pela maioria dos homens”. A primeira pílula anticoncepcional oral foi lançada em 18 de agosto de 1960, nos Estados Unidos, o Enovid-10. No Brasil, a pílula chegou dois anos depois, em 1962, fazendo parte do plano de controle de natalidade do governo dirigido às camadas mais pobres da população. Com o uso da pílula o índice de filhos por mulher despencou: de 6,3 em 1960 para 2,2 nos dias atuais. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1960-primeira-p%C3%ADlula-anticoncepcional-chega-ao-mercado/a-611248>.

antes por um sentimento quase atávico de autoproteção dos papéis sociais e dos valores tradicionais”.

De acordo com os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV), há muitos relatos de presas que tiveram tratamento diferenciado nos órgãos de repressão por serem mulheres e militantes de esquerda. A tortura, os castigos infligidos, aconteciam no sentido de recolocá-las na posição de submissão e obediência tida como natural de toda mulher. Elas eram vistas como degeneradas e rotuladas como prostitutas, sendo, por isso, merecedoras de violações sexuais, no entendimento dos militares. O Relatório concluiu, a partir da análise de uma vasta documentação e de muitos depoimentos, que nas prisões arbitrárias e ilegais neste regime de exceção,

os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em locais de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.). (Brasil, 2014, p. 402).

Vê-se que as pautas morais eram direcionadas às mulheres, as quais os militares entendiam como guardiãs do lar. De acordo com essa visão tão restrita sobre as mulheres, os agentes do regime consideravam muito mais graves as ações de resistência destas do que dos homens, já que elas deveriam ser seres dóceis, inocentes e obedientes, que prezassem pelos valores do regime. A partir desses ideais, a ditadura intensificou a “caça às bruxas” às mulheres “desviantes”, como as prostitutas, as lésbicas, as feministas e as militantes de organizações de esquerda. As prostitutas, especificamente, sofreram forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua, que ao mesmo tempo em que entendia esses corpos como necessários para a coesão social, para a permanência da virgindade da moça da elite e da união monogâmica burguesa, também punia severamente seus agentes.

## **Pânico moral e violência de gênero: a repressão às prostitutas no Ceará**

Numa sociedade estruturalmente patriarcal e misógina, as mulheres são o alvo preferencial da política de disciplinamento dos corpos. O estigma da puta é uma ameaça a todas as mulheres, ameaça de violência, de desprezo, de exclusão do rol das mulheres honestas, dignas de um homem, dignas de matrimônio. Como reflete a prostituta e ativista Monique Prada (2018, p. 65) ao dizer que, “todas as mulheres que de algum modo contrariam a ordem das coisas na sociedade patriarcal se arriscam a sofrer por conta desse estigma: a Ofensa Madre, parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta”. O termo “puta” está sempre relacionado ao engano, à perversidade, ao pecado carnal. Têm-se um engodo de pensamentos e ações na sociedade em relação à figura da prostituta, que misturam julgamentos com falas salvacionistas. Têm-se, ao mesmo tempo, colocações que vitimizam essas mulheres, como as “escravas” do mundo atual, e falas que as demonizam, como desviadas do caminho das moças direitas, das mulheres de respeito. Em ambas as posições, as prostitutas são tratadas não como agentes da sua própria história, mas como seres sem escolha ou que não souberam ou não puderam escolher e devem ter as suas vidas tuteladas: pela criminalização do Estado, pela salvação da Igreja ou pela libertação oferecida pelo feminismo hegemônico. Lourdes Barreto, uma das lideranças históricas do movimento de prostitutas no Brasil, reflete que ao mesmo tempo que a Pastoral da Mulher Marginalizada tinha um papel importante de defesa das prostitutas diante da perseguição do regime militar, ela também silenciava sua fala diante da sua sanha salvacionista, por isso a primeira grande reivindicação do movimento de prostitutas que se formava era exatamente pelo direito à fala pública. Uma fala sem intermediários, para contar de si e lutar por direitos na sua profissão.

Fazia parte da Pastoral da Mulher Marginalizada que se chamava Serviço à Mulher Marginalizada. Elas aconselhavam, faziam algumas ações com as mulheres. A gente participava das reuniões e elas tinham a intenção de tirar a gente da prostituição, muitas vezes nos vitimizavam e a gente não podia falar. Por isso, o nosso Primeiro Encontro em 87 foi “Fala, mulher da vida”, porque realmente a gente não falava. A gente tinha vontade de falar, mas não podia falar da nossa vida, da nossa determinação. (Barreto, 2023, p. 90).

Margareth Rago (1997, p. 85) observa que as prostitutas eram, para militares e setores mais conservadores da sociedade, um exemplo de degradação, de um modelo anti-higiênico de ser mulher. Sendo criadas algumas políticas públicas para combater e conter a prostituição, e mais precisamente, a figura da prostituta. “Assim como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como ‘vício’, ‘fermento corrosivo lançado no grêmio social’, que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social”. Assim como em outros estados, no Ceará, as autoridades utilizaram a acusação de atos obscenos, vadiagem ou outras violações para justificar a repressão e prisão de prostitutas. Essas leis com conteúdo vago permitiam uma ampla margem de atuação policial. Em sua autobiografia, Lourdes Barreto conta sobre esse controle sobre os seus corpos feito tanto pela Delegacia de Costumes, como pela Secretaria de Saúde, analisando os muitos avanços conquistados através da luta por direitos que culminou na criação da Rede Brasileira de Prostitutas.

nós tínhamos os horários de sair, já éramos controladas pela polícia. Quando eu cheguei, com três ou quatro dias que estava aqui, fui levada pra fazer exame ginecológico pra ver se tinha doença. Tinha aquele serviço sanitário de saúde pública. E a gente tinha que ir pra Delegacia de Costume tirar a carteirinha. Tinha todo um controle sobre nós. Nós éramos controladas. Hoje, depois da organização política do movimento, da própria Rede Brasileira de Prostitutas, isso mudou. Hoje a gente é livre, vai pra onde quer. Vai pra o médico porque tomou consciência, tem que estar matriculada na Unidade de Saúde e lutar pelo SUS. (Barreto, 2023, p. 44).

A repressão policial nas ruas foi a face mais visível da constante violência que se abateu contra as prostitutas na ditadura civil-militar. A prostituição era encarada como uma “desordem moral” que necessitava da intervenção do Estado. Zonas de prostituição foram constantemente assediadas por batidas policiais seguidas das mais variadas formas de violação de direitos humanos. As polícias, que logo integraram o complexo de aparatos repressivos do regime militar contra os subversivos, passaram a regular também o direito à rua para os corpos sexualmente divergentes. Ao lado da espionagem, da censura e da propaganda, essa polícia política se constituiu como um dos pilares da atuação estatal. Ela “foi investida de atribuições cada vez mais abrangentes e de caráter militarizado na proteção da vaga ideia de segurança nacional contra os “inimigos internos”, cujos contornos eram definidos convenientemente em termos políticos e também morais” (Quinalha, 2017, p. 171). Assim, a integração das polícias neste complexo de segurança ordenado para a perseguição de dissidentes significou uma carta branca para a permanência e intensificação dos abusos com essa clientela já tradicional do sistema penal nas periferias urbanas e nas zonas rurais mais isoladas. Os relatos de Gabriela Leite sobre o toque de recolher que os agentes do regime faziam nesse período, na zona e nos seus arredores, corroboram com a análise de Quinalha sobre o aparato de segurança implementado pelo regime.

Eram tempos de ditadura, década de 70. E nessa época a polícia instituiu um toque de recolher na Boca do Lixo: as prostitutas não poderiam ficar na rua depois das dez da noite. Ou as meninas deixavam o prédio correndo na direção do ponto de ônibus antes desse horário ou saíam depois e se arriscavam a ser presas e tomar uma surra dentro do camburão, estivessem ou não fazendo programa. Aliás, qualquer mulher, se estivesse naquela região depois do toque de recolher, seria considerada prostituta e iria presa. Não podíamos sequer sentar num restaurante para jantar. Tínhamos que fugir e nos esconder como criminosas sob o risco de cair nas garras dos policiais. [...] A situação foi se agravando, todo dia eles enchiam um camburão de gente. Tiravam o dinheiro

das mulheres e das travestis e depois batiam muito nelas. As meninas entravam no camburão e quando apareciam de volta estavam em estado lastimável. Eu, de minha parte, combinei com o porteiro de ele comprar comida para mim e não punha os pés para fora. Nós só podíamos sair durante o dia, e mesmo assim havia o risco de na volta encontrarmos um carro de polícia na porta do prédio e se formar uma situação. (Leite, 2009, p. 74, 75).

As prisões de prostitutas, travestis, transexuais e homossexuais eram rotineiras neste regime, embasadas na chamada Lei da Vadiagem que remonta a outro período ditatorial no país, a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas. A legislação previa a punição por ociosidade de uma pessoa apta a trabalhar, sendo tipificadas as condutas de ato ofensivo ao pudor (art. 61) e de embriaguez (art. 62), que se relacionam muito bem ao enquadramento e à perseguição de prostitutas. Desde então, segundo Villela, “a vadiagem serviu, em muitos casos, como uma espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia — representante do Estado — nas prisões efetuadas para averiguações”. Serviu, principalmente, para enquadrar os corpos que não se encaixavam no modelo desenhado para homens e mulheres dentro do padrão de cidadão da Lei de Segurança Nacional. As prostitutas foram um dos segmentos da sociedade mais perseguido na ditadura por esta legislação. Como o trabalho sexual nunca foi legalizado e nem expressamente proibido no Brasil, ele sempre existiu numa “zona cinzenta de normatividade permitindo uma arbitrariedade muito grande no tratamento que as forças policiais dispensavam para essa população”. Esta situação se “agravava com a estigmatização social e o preconceito cultural largamente difundido, que acabava conferindo legitimidade às violências que levavam a cabo os projetos de limpeza ou higienização” social perpetrados pelo sistema. (Quinalha, 2017, p. 399). A prostituta e ativista Gabriela Leite analisa que este universo de clandestinidade da prostituição, vivenciado até hoje no Brasil, facilita o ambiente de violência, abusos e exploração.

há um elemento decisivo nessa história toda que é a clandestinidade da prostituição. Exatamente por ser um negócio tão encoberto, por ser contravenção, é que ocorrem práticas como o tráfico de meninas. Enquanto for assim, tudo protegido pela própria ilegalidade, essas transgressões continuarão a acontecer. Num mundo ilegal, excluído, tudo pode acontecer, tudo faz parte da mesma coisa, tudo é aparentemente o mesmo emaranhado, mesmo não sendo. Na clandestinidade as pessoas fazem o que querem. (Leite, 1992, p. 166).

Contudo, todo esse emaranhado de violências, prisões e punições não ocorriam sem resistência, como se pode perceber em diferentes momentos de ação coletiva desses setores contra o autoritarismo do Estado. Como foi, o “Ato Público contra a Repressão Policial Arbitrária contra Homossexuais”, realizado em 13 de junho de 1980, com a presença de mais de mil manifestantes em protesto às arbitrariedades da polícia paulista, sob o comando do delegado José Wilson Richetti. Os policiais operavam prendendo indiscriminadamente todas as pessoas que estivessem nos arredores dos típicos lugares de batida policial, como boates e cabarés, tendo como principais alvos homossexuais, travestis e prostitutas. Segundo Zanatta (1997, p. 208), a repercussão desse ato “é tal, que, após ouvir o depoimento de diversos detidos, principalmente das prostitutas - as mais agredidas fisicamente nas operações policiais”, são abertas denúncias públicas e um jurista entra com representação judicial contra o delegado Richetti e o Secretário de Segurança. Gabriela Leite conta sobre outro ato organizado por prostitutas neste período que acabou recebendo bastante visibilidade e apoio diante da gravidade do que se denunciava, como o desaparecimento de prostitutas após prisões ilegais.

Numa dessas, sumiram duas meninas. Elas entraram no camburão e depois disso não foram mais vistas. Uma delas estava grávida. Eu tinha certeza de que a gente devia fazer alguma coisa, que a sociedade paulistana tinha que saber o que estava se passando ali. Mas por causa de sua baixíssima autoestima, as prostitutas achavam aquilo razoavelmente normal. Fazer o quê? Nós somos prostitutas mesmo. Decidimos fazer uma manifestação na praça da Sé. Nos organizamos

por áreas, cada um ficou responsável por avisar uma turma. Demos aos malandros, que ficavam o dia inteiro coçando o saco na esquina, a missão de ir na Folha de S. Paulo, que ficava na mesma rua do nosso prédio, e avisar aos jornalistas. Coube a mim escrever um folheto, explicando que duas colegas nossas estavam desaparecidas há duas semanas depois de terem sido colocadas num camburão da polícia. Fizemos uma vaquinha e convencemos as cafetinas a colocar algum dinheiro nisso, afinal era interesse delas também. Então, fizemos milhares de cópias em mimeógrafo e distribuímos maciçamente. A adesão foi imediata. Estavam todos sofrendo muito com tudo aquilo, e é nessas horas que as pessoas conseguem se mexer, nunca antes, só depois da porrada. O boca a boca correu rápido. Donos de bares, garçons, cafetinas, malandros, travestis... a Boca do Lixo e a Boca do Luxo se juntaram em nome das prostitutas. Chegou o grande dia. É claro que a polícia já estava sabendo de tudo. Mas a manifestação foi um sucesso, os jornais todos compareceram numa brilhante atuação dos nossos assessores de imprensa improvisados. Centenas e centenas de pessoas na praça da Sé. Foi um susto na cidade. E a repressão foi ainda mais braba, a polícia imediatamente mandou fechar os prédios. Mas, a imprensa e os artistas, que, apesar da vizinhança, nunca haviam se aproximado, se tornaram nossos maiores aliados. (Leite, 2009, p. 75, 76).

Apesar dessas mobilizações e da articulação das prostitutas com outros setores, as violações de direitos perduraram deixando marcas. Tanto que o I Encontro Nacional de Prostitutas no Brasil, em 1987, denunciou a violência policial contra as prostitutas nas principais capitais do país como responsável pelo maior índice de agressões e de desrespeito de direitos fundamentais dentro do meio, como o direito de ir e vir. Muitas prostitutas sofreram tortura, estupro, foram submetidas à trabalho forçado, algumas foram até mesmo mortas, outras foram impedidas de trabalhar, por conta da perseguição e das prisões constantes. Nanci Feijó, coordenadora da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo, relembra este cenário de horror que acabou vivenciando neste período:

Éramos presas por vadiagem. Ia para a delegacia fazer faxina, levar palmatória e até lavar defunto. Levei muita carreira. Nem todas suportavam. Algumas morreram. Era uma época de comissário e de rádio patrulha. Todo mundo tinha medo

da rua. Naquela época ninguém tinha como pedir socorro, como tem hoje.<sup>3</sup>

Segundo o sociólogo Carlos Anjos Júnior (1983, p. 35-37), a Delegacia de Costumes e Diversões no Ceará, muito atuante nesse período, dispunha de uma Seção de Repressão ao Lenocínio, onde se tinha um volumoso acervo de controle, contendo fichas, em cinco modelos diferentes, de prostitutas e de casas de prostituição. E, embora os dispositivos legais não estivessem voltados contra a prostituta, conforme consta nos artigos 408 e 410 do Decreto 4.405, de 17 de abril de 1928, do Regulamento Policial, a perseguição era direcionada exclusivamente para esta. “Aos olhos da polícia, a prostituta, “mulher estragada”, deve ser ostensivamente registrada e controlada, ao passo que o proxeneta anda bem relacionado com a polícia, “nada havendo em seu desabono”. Anjos (1983) denuncia ainda que, apesar da proibição ao lenocínio na legislação brasileira, a Receita Estadual tinha participação nos lucros dos cabarés do Farol do Mucuripe, visto que os cabarés pagavam taxas de funcionamento. As concessões de funcionamento eram regulamentadas pela Secretaria da Fazenda, através do Decreto 13. 567, de 07 de dezembro de 1979. Os cabarés pagavam nesse período 1.220 cruzeiros para funcionar, 270 cruzeiros para vender bebidas e 74 cruzeiros como petição ao DAR (Divisão de Arrecadação Regional), sendo o alvará renovado anualmente.

Anjos Júnior (1983, p. 35) observa que “na zona do Farol, o destacamento policial age sobre as prostitutas de maneira indiscriminada, procurando em seus mínimos deslizes, um motivo para espancá-las e confiná-las às grades”. Em muitas ocasiões, quando as madames não conseguiam intervir, a prostituta sofria abusos sexuais até a sua liberação do cárcere. As prostitutas eram também coagidas a prestar serviços precarizados diversos como explica Lourdes Barreto em sua autobiografia:

---

3 ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição da ditadura reivindicam anistia, O Globo, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2013. Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiçao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>.

Em 1964, a gente sofreu o golpe militar. Foi quando entrou a ditadura. E eu, como puta e outras companheiras [...], a gente viveu uma repressão e uma violência que eu nem gosto de lembrar. [...] era presa, botada no camburão e levada pra Central de Polícia. Era fichada. Tinha uma carteirinha da Delegacia de Costumes. Chegava lá, a cela cheia de mulheres presas por nada, a troco de nada! Faziam medo sempre, nos prendiam e levavam no necrotério de Belém pra lavar os cadáveres. (Barreto, 2023, p. 80, 81).

O relato de Lourdes, juntamente com as investigações de Anjos Júnior, expõe o lado mais sombrio do regime militar em relação às prostitutas, com um cotidiano de violências sexuais, patrimoniais e trabalhistas praticadas pelos agentes do Estado. Uma liderança do Ninho Cearense<sup>4</sup> conhecida como Tia Rita, em entrevista para o jornal *O Povo* sobre as madrugada na zona de prostituição do Farol do Mucuripe, relata tanto esse cotidiano de violência e extorsão, como também o medo da população em denunciar o autoritarismo reinante.

Vivemos apesar da presença da polícia no Farol ostensiva, dos “ais” e gritos de dor que nos atravessam a alma de madrugada a fora. Pessoas desmaiam em suas casas. Brecham e escutam: “São ladrões!” Espancados, arrastados, esfolados. Ninguém se atreve a ir ver. Testemunhar. O medo tolhe. E como!<sup>5</sup>

Tia Rita utilizava os jornais cearenses para denunciar a violência e a corrupção policial dentro das zonas de prostituição de Fortaleza. Segundo suas observações, “se a polícia encontra menores exploradas em casa de

4 O movimento Ninho nasceu em 1937, na França, como parte de uma articulação da Juventude Operária Católica (JOC) com prostitutas que estavam se organizando para lutar por direitos. O Ninho chegou ao Brasil através de Dom Fragoso pela Diocese de Crateús, no interior do Ceará, em 1963, com um trabalho pastoral ligado aos princípios da Teologia da Libertação, e depois se difundiu por todo o país. O Ninho tinha um posicionamento alinhado ao discurso abolicionista, o qual anunciava que a libertação das prostitutas viria através do trabalho de conscientização sobre a sua situação de opressão, a partir da orientação e do acompanhamento, neste caso das agentes pastorais, a respeito do melhor caminho a seguir, seguindo a metodologia das Comunidades Eclesiais de Base (CEB): Ver, Julgar e Agir. O Ninho teve nomes diferentes ao longo do tempo, sendo mais conhecido nacionalmente como Pastoral da Mulher Marginalizada e no caso do Ceará como Ninho Cearense.

5 TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. *O Povo*, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

prostituição – a Madame paga multa – por que não paga pena? Quando uma das moças, vítimas da prostituição, é encontrada embriagada, fica presa até três dias, mesmo se não faz desordem. Por quê?”. Tia Rita denuncia nessa entrevista que a polícia, ao lidar com a prostituição, viola ainda mais os direitos das prostitutas, resguardando, em parte, os direitos dos cafetões/cafetinas e dos seus clientes. Ela relatava, inclusive, como a prostituição e a perseguição às prostitutas faziam parte de uma mesma rede de empresários e agentes do regime, os quais obtiveram muito lucro com a repressão. Como analisa Faria (2013, p. 124), o sistema judiciário e a “política criminal teve seu papel fundamental no projeto de opressão à prostituição, ao estabelecer crimes ligados diretamente a essa prática e ao legitimar a ação policial contra mulheres com um comportamento fora dos padrões”. Gabriela Leite também relata em sua autobiografia sobre essas extorsões dos policiais, mas em seu relato ninguém sai ileso, cafetinas e clientes também pagam o “arrego”, o que mostra como a criminalização desta atividade contribui para a vulnerabilidade de todos os envolvidos, abrindo portas para violações e arbitrariedades.

As cafetinas tinham como rotina fazer o famigerado “PP”, pagamento à polícia. Mas às vezes a Rota, uma polícia especial de São Paulo, entrava no prédio com a prerrogativa de “caçar” bandidos. Parava aqueles operários que só tinham ido ao prédio para ter uma satisfação sexual e tirava todo o dinheiro deles, chamando-os de otários para baixo. (Leite, 2009, p. 56).

As prostitutas, geralmente, não ficavam presas por longos períodos, o mais comum eram as prisões de curta duração. Elas ficavam incomunicáveis, em condições precárias, sofrendo todo tipo de abuso físico, sexual e psicológico. Sendo o principal objetivo desses órgãos repressivos, a execução de um verdadeiro saneamento moral, de uma higienização social. Segundo Quinalha (2017, p. 174), essas ações implicavam o “disciplinamento das sexualidades dissidentes, sua normalização a partir dos

valores conservadores irradiados pelo regime autoritário e a expulsão dos homossexuais e prostitutas dos espaços públicos”. Dias após uma passeata em São Paulo, em dezembro de 1979, diante da escalada crescente de agressões contra as prostitutas, realizou-se uma reunião no Teatro Ruth Escobar com prostitutas, homossexuais, feministas, deputados da oposição e estudantes para discutir formas de apoio às prostitutas. Uma dessas prostitutas fez um relato sobre as dificuldades enfrentadas e suas reivindicações que saiu numa reportagem do jornal *Lampião da Esquina*.

Queremos condições para vender direito nosso corpo, sem perseguição da polícia. Tem aqui uma que já foi presa quatro vezes nesta semana. A gente trata bem a freguesia, mas a polícia vem e estraga tudo. Depois que a gente se movimentou, a polícia não deixa nem encostar ali no nosso canto, com respeito. Ninguém dá valor pra prostituta. Homem passa, mexe e xinga. Todo mundo mexe. Queremos ganhar nosso dinheiro sossegada, sem polícia espancando e deixando a gente nua na rua. Não deviam ter esse direito de enfiar a gente no xadrez, em sala forte. Eles marcam a gente e ficam prendendo sem parar. Levam para inspeção, mas acabam deixando presa dez dias. Já vi muitas abortando na cadeia. Lá a gente não recebe nem um café, só água fria no corpo. Queremos ganhar nosso dinheiro, porque temos filhos para criar, diária no hotel e restaurante para pagar. Mas eles não querem nem saber.<sup>6</sup>

Nesse depoimento, a prostituta traz um relato detalhado do cotidiano nas zonas de prostituição com a perseguição acirrada dos agentes do regime, lançando denúncias de prisões arbitrárias, espancamento, aborto forçado, fome e desamparo. Traz à tona esse dia a dia de violências de todos os lados, tanto do lado dos clientes como dos policiais, não tendo como se proteger, vendo os seus corpos sendo violados e seus filhos expostos à miséria, sem nenhum direito resguardado. Em um outro relato, de uma prostituta conhecida como Flávia, numa nova reportagem do *Lampião da Esquina*, tem-se a denúncia contundente de estupro sumá-

---

6 A VIDA é fácil?, *Lampião da Esquina*, n. 21, fevereiro de 1980, p. 2.

rios realizados pelos policiais com prostitutas presas, como única forma destas conseguirem a liberdade, como o que as lideranças comunitárias já vinham denunciando na zona do Farol do Mucuripe, no Ceará.

às vezes o policial exige que a gente faça sexo pra soltar a gente. Com a polícia, com o carcereiro, com o ... O carcereiro é quem solta, então eu tive que fazer muito programa pra ele me soltar. Aliás, não foi programa, foi assim um meio-programa, um meio termo de sexo. Muitas vezes, levam a gente pras quebradas, e depois soltam. Não só eu: várias amigas vão juntas. E tem quatro policiais, geralmente. Eles escolhem quatro travestis, soltam as outras, fazem festa e tchau.<sup>7</sup>

Em um documento do Encontro Anual do Ninho Cearense, em 1980 no Crato, interior do Ceará, que contou com a presença de 43 prostitutas, têm-se uma série de denúncias que versam sobre a segregação e a repressão sofrida pelas prostitutas, como neste relato: “Cada dona de casa no Farol paga à polícia 100,00 por semana; no entanto, os soldados agridem as mulheres por qualquer motivo, as mulheres dão parte ao delegado que não age”<sup>8</sup>. Neste relato, pode-se observar o modus operandi sistemático da polícia na sua perseguição, com extorsão semanal e violência física. Além de ser possível a análise de que estas mulheres se encontravam abandonadas à sua própria sorte de maneira generalizada, já que nem diante de provas concretas dos abusos sofridos as demais instâncias do poder judiciário agiam para coibir as ações abusivas e protegê-las. Tinha-se, então, uma ação coordenada dos diferentes órgãos do Estado para a promoção da perseguição, encarceramento e marginalização destas mulheres. Estando estas ações num escopo maior de ação estatal na luta contra os ditos “inimigos internos”: os corpos dissidentes.

---

7 DOIS travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco, **Lampião**, n. 19, dezembro de 1979, p. 5-7.

8 Anjos Júnior, 1983, p. 59.

## Considerações finais

“Será possível pensar outros sentidos para prostituição, prostituir? Sentidos revoltosos, insubmissos, que desafiem essa teia de associações que nos querem presas?”

Amara Moira<sup>9</sup>

Este trabalho buscou trazer uma discussão sobre a perseguição às prostitutas no Ceará pelos agentes do Estado, durante a ditadura civil-militar. Concluindo-se que os militares atuaram de forma coordenada com base na Doutrina de Segurança Nacional e no pânico moral instaurado no período, agindo de forma a destruir esses corpos dissidentes, impossibilitando seu trabalho e convivência social, contribuindo para uma maior marginalização e empobrecimento dessas mulheres e de seus familiares. Entende-se que é crucial reconhecer que, para as prostitutas, a repressão da ditadura não foi apenas de cunho político, mas de gênero. Com ações voltadas para a sua subalternização e subserviência a partir da violência de gênero.

Sendo, portanto, importante trazer à tona a memória da repressão às prostitutas, assim como outras violências cometidas durante a ditadura civil-militar, que são até hoje uma ferida aberta no Brasil, para que se possa avançar no reconhecimento dessas violações para uma possível reparação, a partir de políticas públicas que visem a real inserção das prostitutas na sociedade como sujeitos de direitos. Para dar visibilidade a esses corpos silenciados pelo regime e também pelos estudos que não trazem as suas vivências de repressão e resistência à ditadura, como fazem em relação aos universitários, políticos e intelectuais perseguidos neste período. É necessário um olhar mais atento para ver as marcas deixadas pela violência e exclusão na trajetória dessas mulheres.

---

9 Moira apud Prada, 2018, p. 13.

Porém, para além disso, é preciso fazer como Amara Moira propõe acima: pensar outros sentidos para a prostituição, para as prostitutas, se desvencilhar um pouco dessa narrativa exclusiva da violência e entrar no discurso do acesso aos direitos, da reivindicação da fala pública, sem a tutela da Igreja, do Estado ou do feminismo hegemônico. Num caminho que já vem sendo trilhado pelo movimento de prostitutas no Brasil, desde os seus primórdios, na luta contra a ditadura com seus encontros, marchas e associações em cada região do país. Até os dias de hoje, com a visibilidade alcançada através das autobiografias de muitas prostitutas que lideram o movimento e a repercussão desses escritos para um debate mais amplo de suas pautas. Saindo de uma lógica de silenciamento para um percurso de visibilidade para contar a sua versão dos fatos, a sua própria história. Saindo de um lugar de ser contada para contar-se. Numa perspectiva de que, tanto estas publicações como as novas pesquisas sobre essa temática, possam avançar num debate mais aberto, menos engessado, sobre gênero, sexualidade e trabalho sexual.

## Referências

- ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A Serpente Domada: um estudo sobre a prostituição de baixo meretrício**. Dissertação (mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 1983.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Lourdes. **Putá Autobiografia**. São Paulo: Claraboia, 2023.
- BENEDETTI, Marcos Renato; FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana Isabel. **Na Batalha: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição**. Porto Alegre: Da-casa, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de habitus e campo. *In: O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório; v. 1. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório; v. 2: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. Relatório do Grupo do Tema 25. Campo Psicossocial – A Família, 1975b.
- BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, p. 859-888, set./dez. 2020.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- FARIA, Thaís Dumêt. **Memória de um silêncio eloquente: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX**. Tese (doutorado). Univer-

cidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito. Brasília, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GIDDENS, Anthony. **Novas Regras do Método Sociológico**. Lisboa: Gradiva, 1996a.

GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA. **Sobre a violência**. São Paulo, 1982.

GUEDES, Mardônio Silva. **Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930 – 1940)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, p. 61-73. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 15 dez. 2019.

JOFFILY, Mariana. Os nunca mais no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

LAGENEST, J.P. Barruel. **Mulheres em leilão: um estudo da prostituição no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MENEZES, Valderiza Almeida. **Corpo de batalha, corpo de luta: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

MINAYO, Maria C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e saúde coletiva**, v. 17 n. 3, Rio de Janeiro, mar. 2012.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher. *In: Intérpretes do Brasil: como pensar o Brasil hoje?* 2018. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2442888&forceview=1>.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luís. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. *In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org). Acesso em: 13 jun. 2019.

SILVA, Sarah Pinho da. Os feminismos de Segunda Onda: a união das mulheres cearenses (1979-1985). 2020. 121f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2020.

VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune 'vadiagem' com prisão de 3 meses. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-consideraociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ZANATTA, Eliane Marques. Documento e Identidade: movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, São Paulo. Arquivo Edgard Leuenroth. Centro de Pesquisa e documentação/ UNICAMP, 2011.

# **“Estranho ao problema do erotismo”: mães dedicadas, BEMFAM e o controle de natalidade em tempos de ditadura civil-militar**

Valderiza Almeida Menezes<sup>1</sup>

As “características” femininas, se é que realmente existem, resultam mais de fatores culturais do que de fatores genéticos relacionados com o sexo. Resultam do método pelo qual as meninas são educadas, que por sua vez depende em grande parte do conceito que a sociedade faz do papel da mulher. A mulher é condicionada desde a infância ao seu futuro papel de mãe, cada aspecto da sua vida é marcada por esse condicionamento. A maternidade tornou-se, assim, um instrumento de sujeição social e cultural da mulher (Mulher, 1977, p. 3).

A citação que inicia este artigo foi extraída da matéria intitulada “Mulher,” divulgada no *Boletim da BEMFAM* do primeiro semestre do ano de 1977. Como é possível perceber, o discurso aponta para uma compreensão das tais “características” femininas – questionando inclusive a

---

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutoranda UFC/FUN-CAP. Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos em Gênero e História - GPEGH-UFC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1424335228250627>. E-mail para contato: [valderizamenezeshist@gmail.com](mailto:valderizamenezeshist@gmail.com).

existência delas – como uma construção cultural e não como algo inato, trazido nos genes com o nascimento.

A BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil – foi criada durante a XV Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, no Rio de Janeiro, em 1965. Com a intenção, segundo seus fundadores, de agenciar o planejamento familiar e reduzir o número de abortos realizados no Brasil, ela recebeu, dois anos depois, o financiamento da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF).

Com forte atuação principalmente nos estados do Nordeste Brasileiro, a BEMFAM distribuiu pílulas anticoncepcionais e realizou a inserção de dispositivos intrauterinos em mulheres pobres. Suas ações receberam muitas críticas da sociedade em geral, pois foram várias as denúncias de que esta entidade estaria realizando esterilizações sem consentimento das mulheres. Criticada pelas esquerdas, por parte dos militares e por feministas, aquela sociedade foi identificada como um órgão a serviço dos países desenvolvidos, com intenções imperialistas. O *Boletim da BEMFAM*<sup>2</sup> foi, durante muito tempo, o principal veículo para divulgação de suas atividades e defesa de sua atuação.

A leitura de ideias, que apontam para a importância da cultura na idealização dos sujeitos e para a maternidade como um meio de dominar as mulheres, em um periódico ligado à BEMFAM – apesar de visar justificar sua atuação – causa surpresa e estranhamento e aproxima-se de certa forma, a nosso ver, da definição de gênero nos termos de Joan Scott. Esta autora define “gênero” em duas partes que se inter-relacionam: gênero como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e gênero como “forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

---

2 O Boletim da BEMFAM começou a ser editado em março de 1967 e tinha como principal objetivo legitimar as atividades visando o planejamento das famílias. Os principais temas abordados naquele periódico referiam-se às ligações entre planejamento familiar e desenvolvimento econômico, religião, aborto, saúde materna, meio ambiente, promoção da mulher, menor abandonado e outros.

Não há aqui a intenção de tratar aquela instituição como uma grande defensora da igualdade entre as pessoas e questionadora de uma hierarquia de gênero. Contudo, não deixa de causar inquietação a utilização de escritos como esse nas publicações da entidade. Colocações como essa – e outras que podem ser identificadas no *Boletim*<sup>3</sup> – deixam óbvio que a intenção é se adequar a um contexto histórico – ainda que com ressalvas – em que as mulheres ocupavam cada vez mais o espaço público e buscavam resistir a determinados condicionamentos.

Mas de que mulheres a BEMFAM falava? De que forma o entendimento das “características femininas” anteriormente referida poderia ser aplicado à vivência das mulheres no Brasil dos anos 1960? Antes de adentrarmos nessa discussão, é interessante e necessário que discutamos o contexto de surgimento da BEMFAM e o peso que a instauração de uma ditadura civil-militar<sup>4</sup> no Brasil, um ano antes de sua fundação, teve para a atuação e posições daquela entidade.

A partir dos anos 1960, nos países ditos de “terceiro mundo” – dentre eles o Brasil – a divulgação de métodos contraceptivos estava inserida nas políticas internacionais voltadas para a diminuição da população (Corral, 1996), (Felitti, 1999), (Fonseca Sobrinho, 1993), (Minella, 2005), (Pedro, 2003), (Scavone, 1998), (Vieira, 2002). O investimento na redução populacional no Brasil e na América Latina estava relacionado com a Revolução Cubana (1959): os políticos norte-americanos teriam, a partir daquele momento, começado a perceber a América Latina, em

3 No Boletim de Janeiro de 1972, por exemplo, a BEMFAM apresenta, na matéria “Único julgamento”, as palavras de Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti sobre o planejamento familiar: para aquele religioso, “o tema exige que se considere a posição da mulher dentro e fora do lar e que ‘seu valor provém não só do fato de ser mãe, mas de ser mulher, de ser pessoa humana’” (Único...1972, p.4).

4 Neste artigo concordamos com a denominação “Ditadura civil-militar” por compreendermos o apoio e participação da sociedade brasileira como aspecto fundamental para a consolidação e manutenção do regime no país. De acordo com Marcos Napolitano, “O conceito de ‘ditadura civil-militar’ surgiu entre os historiadores da Universidade Federal Fluminense, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, que vêm destacando as bases sociais do regime autoritário e a ampla participação de civis no golpe e no regime. O termo se consagrou e passou a ser utilizado na imprensa, suscitando uma revisão da memória sobre o período e matizando o caráter puramente militar do regime, que pode mascarar suas conexões com o tecido social como um todo”. (Napolitano, 2014, p. 269)

geral, e em particular o Brasil, como um ambiente propício para uma Revolução Comunista.

O Nordeste brasileiro teria passado a merecer atenção especial, devido às constantes secas e à sua população descrita como “pobre, doente e sem instrução” em dois artigos de primeira página no *New York Times*, em 1960. (Gordon *apud* Fonseca Sobrinho, 1993, p. 84) A preocupação dos EUA ficava evidente em correspondências que indicavam o interesse do presidente John Kennedy em conversar com Celso Furtado, à época diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

De acordo com Fonseca Sobrinho, em julho de 1961, o Secretário-Executivo do Departamento de Estado dos EUA, L. D. Battle, teria encaminhado à Casa Branca uma solicitação de entrevista com o Presidente para o Dr. Celso Furtado. A intenção era discutir com este as “maneiras possíveis através das quais os Estados Unidos possam adequadamente assistir o Brasil em seus planos para desenvolver o Nordeste”. Parte do documento dizia que o Nordeste do Brasil, área deprimida, de seca, com alta taxa de doenças e analfabetismo, constituía “*um campo fértil para uma crescente agitação comunista, pró-Castro[...]*” (Battle *apud* Fonseca sobrinho, 1993, p. 85-86. Grifos no original).

Assim, o Nordeste apresentava-se para os EUA naquele momento como uma “Cuba em potencial” e a Aliança para o Progresso<sup>5</sup> colaboraria para o desenvolvimento dos países da América Latina, mas exigia, em contrapartida, que os governos fizessem o possível para evitar que as populações crescessem demasiadamente (Scavone, 1998).

---

5 A Aliança para o Progresso foi instituída em 1961, durante a Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, promovido pela OEA (Organização dos Estados Americanos) em Punta Del Leste, Uruguai, e inauguraria uma nova fase na postura dos EUA frente aos países latino-americanos: agora além da diplomacia e da intervenção militar, uma terceira opção complementar aquelas duas: a ajuda econômica. A preocupação maior era atender aos setores da população que apresentassem maior insatisfação já que, como aponta Motta, “na ótica das teorias da modernização, a revolução comunista representava ameaça maior nas áreas atrasadas, em que a pobreza e a desigualdade extremas serviam de estímulo ao questionamento radical da ordem social e política.” (MOTTA, R. P. S., 2010, p. 239).

O ano de 1965 foi um momento chave no que se refere à postura do governo norte-americano frente ao controle de natalidade. Naquele ano, foram fundadas agências que se dedicavam ao apoio de atividades populacionais. As organizações realizavam desde pesquisas à distribuição de contraceptivos. Os recursos vinham da Fundação Rockefeller, do Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (FNUAP), da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), que patrocinaria as atividades da BEMFAM no Brasil, a partir de 1967 (Fonseca Sobrinho, 1993).

Em alguns boletins da BEMFAM, encontramos referências à cidade de Fortaleza. Dois deles merecem ser destacados. No *Boletim* de setembro de 1969, discutia-se os problemas decorridos da “explosão populacional de Fortaleza”. A densidade demográfica na cidade, segundo o documento, era de 2.517 habitantes por quilômetro quadrado e isso se devia às constantes migrações que ocorriam do interior para a capital. De acordo com o documento “(...) à população de Fortaleza não corresponde uma multiplicação das instituições e serviços em quantidade e qualidade suficientes, de tal forma a garantir aos habitantes o nível de vida a que todos aspiram” (A população... 1969, p.3).

Já no Boletim de novembro de 1971, o assunto era o número de abortos praticados na cidade. De acordo com a BEMFAM, eram seis mil por ano. Tomando como base as informações do ginecologista José Gerardo da Ponte, dizia-se que grande parte desses abortos era praticada por “parteiras diplomadas e ‘caximbeiras’, sem conhecimentos técnicos necessários” (Seis...1971, p. 6). Assim como a “explosão populacional” (e a desproporção entre o número de pessoas e os serviços ofertados, tais como a educação), o número de abortamentos apresentados justificava as atividades da BEMFAM em Fortaleza.

A questão populacional foi um tema importante durante o período que compreende o Regime Militar e não havia uma única posição sobre o assunto. Para alguns políticos brasileiros, setores das Forças Armadas e gru-

pos de esquerda, uma limitação da natalidade seria algo maléfico para o Brasil. Para os dois primeiros porque aumentariam os espaços vazios já existentes no país, prejudicando a segurança e produção de riquezas; para os grupos de esquerda porque representaria uma nova forma de imperialismo, uma tentativa de dominação exterior e capitalista sobre questões nacionais.

Outra corrente, entretanto, acreditava na necessidade desse controle. Militares da ESG – Escola Superior de Guerra<sup>6</sup> – também preocupados com a segurança nacional e o aumento de “inimigos internos”<sup>7</sup> a combater; médicos interessados na abertura de maiores espaços para o planejamento familiar e grandes empresários, certos do prejuízo para o desenvolvimento econômico nacional que o crescimento demográfico “desenfreado” poderia causar (Fonseca Sobrinho, 1993).

O surgimento e atuação da BEMFAM coaduna-se a esta segunda corrente. Apesar de constantemente apresentar o Planejamento Familiar como um direito e escolha dos casais, a entidade nos deixa entrever nas páginas de seu *Boletim* que aquele assunto não deveria, na prática, restringir-se apenas aos quartos dos casais, deixando óbvio que o sexo havia tornado-se “objeto de disputa, e disputa pública” (Foucault, 1988, p. 29).

O crescimento populacional desordenado é um grave problema. A explosão demográfica é antidesenvolvimentista. O crescimento excessivo da população é um atentado ao equilíbrio dos níveis de vida. O planejamento da família não pretende acabar com a população mas evitar o crescimento exdrúxulo (sic) da mesma. (Oliveira, 1972, p. 4).

---

6 De acordo com Ana Rita Fonteles Duarte (2014), a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada no ano de 1949 vinculada ao Ministério da Defesa. No período da ditadura tornou-se “o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis.” (Duarte, 2014, p. 13).

7 Segundo Nilson Borges, a Doutrina de Segurança Nacional pregava a “guerra total” que se manifestava como uma resposta aos inimigos externos, mas também aos inimigos internos. A presença destes últimos gerava um estado de crise que legitimava a repressão. Sobre esse assunto, Borges afirma: “a guerra interna ou a eliminação do inimigo interno passa a ser uma estratégia imposta pelos imperativos da Segurança Nacional”. (Borges, 2007, p. 28).

Nesse sentido, o planejamento familiar, objetivo que fundamentava a atuação da BEMFAM segundo os seus criadores, não aparecia, nos escritos daqueles que compunham a entidade, como uma possibilidade para a vivência do amor livre e descompromissado; o objetivo maior seria o desenvolvimento do país. Isso não causa espanto se pensarmos na idealização de mulher que perpassava os documentos que aqui analisamos. Tal projeção embasava-se em um entendimento relevante para a sobrevivência daquele órgão: era melhor para aquela instituição agir com cautela em tempos de ditadura civil-militar. Some-se a isso, não se pode esquecer, o conservadorismo de homens e mulheres comuns, não ligados diretamente ao governo<sup>8</sup>.

Assim, percebe-se que ainda que fosse feita uma defesa da contracepção “moderna”<sup>9</sup> (pílulas e dispositivos intrauterinos) havia, em geral, uma preocupação em não apresentar opiniões que viessem a ser entendidas como uma afronta aos “costumes sadios”. É possível, inclusive, que tal prudência tenha sido fundamental para que a BEMFAM conseguisse e mantivesse o reconhecimento que obteve por parte do Governo Federal como uma entidade de Utilidade Pública.<sup>10</sup>

Mesmo que seus textos tivessem uma circulação restrita<sup>11</sup>, pensamos que a BEMFAM, que surgiu menos de um ano após a instalação de uma ditadura civil-militar, seguia os ditames do regime, e as usuárias de

---

8 Um exemplo de tal conservadorismo pode ser identificado nos escritos de Carlos Fico. Ao analisar cartas enviadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas, o autor aponta como o conservadorismo de homens e mulheres comuns podem chocar aqueles que pensam a memória da ditadura apenas como resistência ao regime. Para mais sobre o assunto, ver Fico (2014).

9 Walter Rodrigues, primeiro secretário executivo da BEMFAM e durante muito tempo diretor responsável pelo Boletim da BEMFAM, define os contraceptivos em métodos “modernos” (pílulas e DIUs) e “tradicionais” (condon, diafragma vaginal, coito interrompido, abstinência periódica e ducha vaginal). (PLANEJAMENTO FAMILIAR E PROMOÇÃO..., 1973, p. 2-3).

10 Tal reconhecimento se deu através do Decreto-Lei Nº 68.514 de 15/04/1971, ainda durante o governo do presidente Emilio G. Médici.

11 Era possível fazer a assinatura do Boletim (que era gratuita) e também solicitar livros. Na seção “Correio do Leitor” de um Boletim de 1979, Maria Bernadette Borges Bueno Netto, em nome do Núcleo de Estudos de Serviço Social da Universidade Católica do Paraná pedia que fossem enviados para aquela universidade 70 exemplares do livro “Planejamento Familiar e Desenvolvimento Brasileiro” de autoria de Walter Rodrigues, diretor responsável pelo periódico (SERVIÇO..., 1979, p. 4).

seus serviços em nada deveriam se assemelhar às militantes de esquerda, como as estudantes que estavam no Congresso da União Nacional dos estudantes (UNE) em 1968 e que tiveram cartelas de pílulas apreendidas<sup>12</sup>.

A entidade mostrava-se, por exemplo, totalmente contrária à prática do aborto. O Boletim de janeiro/março de 1979 dedicou-se à questão, concluindo que

[...]matar um feto é um ato imoral sob qualquer circunstância. Nem o fato de, recentemente, os partidários dos direitos da mulher sustentarem que o aborto deve ser um assunto privado entre a gestante e o seu médico e que toda mulher deve ter o direito de decidir sobre a interrupção da gestação, diminui a sua gravidade (O ABORTO..., 1979, p. 9).

Assim, se a BEMFAM se aproximava de algumas feministas ao expor que a maternidade poderia ser uma forma de subjugar as mulheres e que características femininas não eram congênitas, ela afastava-se quando deixava de reconhecer o aborto como um direito delas, em um momento em que a interrupção voluntária da gravidez era descriminalizado na França<sup>13</sup> e nos Estados Unidos<sup>14</sup>. Nas páginas do *Boletim*, o planejamento aparece como “uma das grandes necessidades do nosso tempo” e seu papel seria o de garantir “o bem-estar de cada *família*” e com isso “o bem da nação” (A Bemfam..., 1970, p.2. Grifo nosso).

No que se refere à família, a BEMFAM alinhava-se (ainda que não totalmente), em suas publicações, a um ideal que era mobilizado pela di-

12 Segundo Maria Cecília Adão, uma das formas de repressão aplicada às mulheres militantes durante a ditadura, era criar uma imagem que as desvalorizasse. A militante política era exatamente o oposto daquelas mulheres que, por exemplo, uniram-se a seus maridos na defesa da ordem na Marcha com Deus pela Família e Liberdade, em 1964. A mulher pertencente às organizações de esquerda era uma ameaça aos padrões familiares. O governo militar procurou vincular militância à promiscuidade e uma “prova da tentativa de desmoralizar as militantes foi a exibição das caixas de anticoncepcionais apreendidas junto das participantes do Congresso da UNE em Ibiúna.” A pretensão era mostrar que as mulheres ali presentes não buscavam apenas a discussão de questões políticas. (ADÃO, 2002, p. 71).

13 De acordo com Françoise Thébaud, a Lei Veil, que descriminaliza o aborto e autoriza a interrupção da gravidez em meio hospitalar foi aprovada em 1974 e passou a ser adotada definitivamente em 1979 (THÉBAUD, 2003, p. 213).

14 A legalização do aborto nos Estados Unidos ocorreu em 1973, quando o Estado decidiu proibir o aborto apenas após a 24ª semana (TORRES, 2012, p. 41).

tadura militar no Brasil. Para Antônio Maurício Freitas Brito (2023), o discurso que perpassava os documentos dos acervos repressivos apontavam para uma noção universal de família de padrão patriarcal, independente de contextos (seja econômico, social ou demográfico), que naturalizava padrões de gênero e próprio da branquitude. Assim, tendo os seus serviços direcionados para mulheres pobres, era a mulher de classe média – que frequentava a universidade, trabalhava fora do lar e dividia as tarefas domésticas com o marido – a idealizada, como objetivo a ser alcançado.

Analisando fontes de diversas fases da ditadura, o autor identificou o uso do argumento de “ameaça da família” e a defesa desta passando pela honra das mulheres e por um discurso de proteção das crianças e jovens frente aos perigos da subversão moral e comunista. Os riscos apresentavam-se, principalmente, em decorrência da ascensão de métodos contraceptivos como a pílula anticoncepcional, pelo crescimento dos meios de comunicação de massa e pelo enfraquecimento de autoridades tradicionais como padres, pais e maridos (Brito, 2023).

Assim, ainda que elogie a mulher que acompanhou a época moderna<sup>15</sup> e que trata a maternidade como uma opção, os dirigentes da BEMFAM não vão além: ser mãe ainda seria uma “missão” e o uso da contracepção seria válida, já que teria como um de seus objetivos fazer com que a mulher pudesse ter mais dedicação aos filhos que já possuía. Nesse sentido, e a partir de um malabarismo discursivo, para a BEMFAM a mulher se manteria enquanto guardiã e cuidadora do lar e da família:

A mulher, no novo conceito social decorrente da evolução

---

15 No número especial do ano internacional da mulher (1975), a BEMFAM trazia uma matéria com Romy Medeiros da Fonseca, advogada e presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB), expondo a sua opinião sobre o planejamento familiar. Romy Medeiros, de acordo com Celi Pinto, tinha boas relações com os militares e representava uma transição entre o “velho” e o “novo feminismo” (Pinto, 2003, p. 46-47) Assim, é possível que essa “boa relação” explique sua presença naquele periódico. Para a advogada, a mulher brasileira havia se acostumado “a ficar dentro de casa, exercendo os papéis de mãe e reprodutora, isolada dos acontecimentos” e seria preciso conscientizá-la e lhe arrancar o rótulo de “rainha do lar”. Essa mudança, contudo, não poderia ser brusca, de “um dia para o outro”. Além disso, não se poderia confundir “libertinagem sexual com liberdade feminina” (EMANCIPAÇÃO..., 1975, p. 8).

moderna, tem já uma dignidade própria, fazendo-se respeitar como pessoa e como profissional. Não impede isso que possa exercer também os seus deveres e direitos de mãe. O importante é que, em todos os casos, a maternidade seja voluntária e que uma mulher tenha apenas os filhos que deseja e que pode criar. (Planejamento familiar...1973, p. 21-22).

Tanto nos jornais em circulação à época, como nos Boletins da BEM-FAM, era possível identificar o que Gayle Rubin (2017) denominou de “ideologia sexual”. Esta reparte a sexualidade em “boa” e “má” ou “normal” e “anormal”. A sexualidade “boa”, no caso, ocorreria

entre casais, dentro da mesma geração e em casa. Ela não envolveria pornografia, objetos de fetiche, brinquedos sexuais de nenhum tipo ou quaisquer outros papéis que não fossem o masculino e o feminino. Qualquer forma de sexo que viole essas regras é “má”, “anormal” ou “não natural”. O sexo mau pode ser homossexual, o que acontece fora do casamento, promíscuo, não procriador ou comercial (RUBIN, 2017, p. 85).

Para Rubin, a mídia teria uma importância considerável para a definição de uma sexualidade “boa” e “má” e para uma “ideologia sexual popular”, fundamental para a manutenção de uma “opressão sexual”. Nesse sentido é que o jornal *O Povo* noticiava, em agosto de 1968, o “largo uso” dos anticoncepcionais na cidade de Fortaleza:

(...) com o aparecimento de ‘novulum’, ‘anovar’, ‘anfertil’, ‘primovlar’, ‘novular’, ‘previson’, ‘ovalen’, ‘noraciclina’ [...]  *muitas esqueceram imediatamente os seus princípios de moral religiosa* e passaram a ser freguesas assíduas da farmácia mais próxima. [...] Existem mulheres que chegam mesmo a pedir esmolas para adquirir as pílulas [...] (Paiva, 1968, p.5).

A matéria apresentava o uso da pílula como um “problema” a ser enfrentado pela sociedade e discutido por médicos, religiosos e educadores, principalmente quando verificou-se que “o seu uso *se alastra*[va] inclusi-

ve, entre as solteiras<sup>16</sup>.” Assim, percebe-se que as pílulas eram pensadas à época apenas para mulheres casadas e ainda assim com ressalvas: “o casal sem filhos ou com um filho” não deveria se dar “ao luxo de usar o anticoncepcional”, dizia um educador. (PAIVA, 1968).

Também a BEMFAM, em suas publicações, não estimulava a utilização da pílula entre as mulheres solteiras, sendo a regulação voluntária dos nascimentos, para aqueles que faziam a entidade, “estranho ao problema do erotismo” e à “dissolução dos costumes”. Tecendo críticas à corrente anti-controlista, a BEMFAM dizia direcionar seus serviços ao equilíbrio físico, psíquico e social das famílias e entendia a oposição ao planejamento familiar como avessa ao patriotismo: “a ideologia dos brâmanes sociais que enxerga na família do concidadão, menos privilegiado, somente uma unidade procriadora de material humano, não é ideologia nacionalista, é ideologia desumana” (As motivações...1971, p.3).

Nesse sentido, entendendo a importância da família enquanto base da nação e símbolo estruturante da ordem, a BEMFAM tratou de trazer em seu discurso a defesa do planejamento familiar sem que este oferecesse riscos e abalos aos “fundamentos da família” ou que fosse confundido com uma força que deteriorasse as “forças morais”. Não haveria, assim, nenhuma ligação entre a BEMFAM e movimentos comunistas<sup>17</sup> e o hipotético

---

16 Em outra matéria, já no ano de 1985, o Jornal Diário do Nordeste destacava que a revolução sexual havia trazido problemas para a atividade da prostituição e uma das causas seria a ascensão de métodos contraceptivos. Apontando estar o bordel vazio e as prostitutas mudando de profissão, o autor da matéria ressaltava que “[...]hoje em dia está muito fácil fazer sexo. A garotada emancipada está noutra. As garotas estão na de deixa pra lá e tome pílulas[...]” (S. FZENARDO L., 1985, p. 13). Assim, percebe-se a manutenção de uma “ideologia sexual” que condena o sexo fora do casamento e não procriador.

17 Em conferência pronunciada no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra, por sua vez, Walter Rodrigues, dirigente da BEMFAM, apresentava os principais setores de oposição às atividades de Planejamento Familiar, prestados por aquela instituição. Seriam eles: Igreja Católica, pessoas bem intencionadas, mas “com pouca informação sobre os problemas demográficos” e “elementos esquerdistas”. De acordo com a publicação, os “esquerdistas” viam no controle da natalidade um entrave para a Revolução de esquerda e para as reformas estruturais mais radicais e necessitavam de “tensão social como elemento fundamental para alcançar estes objetivos” (RODRIGUES, 1978, p. 22).

objetivo deste de “desencaminhar os jovens e disseminar maus hábitos” (FICO, 2002, p. 260).

Sem pretender negar que pílulas anticoncepcionais e outros métodos medicalizados de contracepção tenham sido instrumentos de controle de natalidade visando à diminuição do número de nascimentos nos países da América Latina, buscamos avaliar de que maneira essa tentativa de controle chegou até algumas mulheres pobres<sup>18</sup> e como estas lidaram com os discursos que à época tentavam definir um modelo (ou novo modelo) de mulher. Como uma questão pública/política interferiu em um assunto privado/doméstico? A propósito, é possível, nesta discussão, apartar tais esferas?<sup>19</sup> Nossa análise teve ainda o intuito de ouvir pessoas durante tanto tempo invisibilizadas e recusar “uma atitude que desqualifica a percepção dos sujeitos sobre uma determinada experiência que vivenciaram, para delegar exclusivamente aos agentes científicos a produção da verdade” (Minella, 2005, p.48).

Das treze mulheres entrevistadas, sete fizeram uso, em algum momento da vida reprodutiva, de algum método contraceptivo medicalizado. A pílula foi usada por quatro delas, duas fizeram laqueadura de trompas e

---

18 Foram realizadas, durante o ano de 2011, treze entrevistas com mulheres que tinham entre 64 e 85 anos à época. Essas mulheres, tomadas como “unidades qualitativas” e não como “unidades estatísticas” (Alberti, 2004, p. 32) eram viúvas ou separadas (apenas uma era casada ainda) e a grande maioria tinha no máximo quatro anos de estudo. Todas residiam, durante o recorte dessa pesquisa, em áreas periféricas de Fortaleza (a grande maioria no bairro Pirambu). Todas eram mães (relataram ter tido de 1 a 12 gravidezes). Elas nos falaram dos usos da contracepção medicalizada ou de métodos caseiros para evitar as gravidezes, sobre o (des)conhecimento que tinham de seus corpos, os nascimentos de seus filhos e sobre a morte dos filhos ou abortos. Utilizamos para guiar a entrevista um questionário semi-estruturado, mas também as deixamos livres para falar, evitando interrupções. A escolha pela história oral de vida, nos termos de Meihy (2002), se deu no sentido de considerarmos válidas as suas lembranças sobre origens familiares, formação, gostos e cotidiano e também porque dispunhamos de uma ambiente propício para os diálogos: um centro de convivência de idosos. Todas elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitaram que seus verdadeiros nomes fossem divulgados. Para saber mais sobre o encontro com as narradoras desta pesquisa, ver: Menezes (2012).

19 De acordo com Susan Okin, termos como público e privado não podem ser tomados como se não fossem problemáticos. Antes de constituírem esferas isoladas e neutras, são construções generificadas e carregam em si a (a)firmção de um masculino superior e ligado ao público/político em detrimento de um feminino que deveria responsabilizar-se pela esfera doméstica, incluindo-se aí o cuidado com os filhos. Para mais, ver: (OKIN, 2008)

uma usou o DIU. Das que fizeram uso da pílula, apenas uma não as conseguiu através da BEMFAM. A narradora que utilizou o DIU como método contraceptivo também teve acesso a ele por meio daquela entidade<sup>20</sup>.

As mulheres que entrevistamos alegam que foram informadas dos serviços prestados pela BEMFAM<sup>21</sup> através de amigas e vizinhas, em fins dos anos 1960 e durante a década de 1970. O fato de residirem próximo ao posto da entidade também favorecia esse conhecimento. As entrevistadas que foram, durante algum tempo, usuárias da BEMFAM, afirmaram que não havia dificuldade para obter consultas, pílulas anticoncepcionais ou mesmo a inserção do DIU na entidade<sup>22</sup>, bastando apenas preencher “uma ficha” (fazer um cadastro).

Percebemos, a partir dos relatos, que após uma conversa com o médico/a, as pacientes eram encaminhadas para o recebimento de pílulas. Maria Cleide Gomes dos Santos, por exemplo, relata-nos como foi a primeira vez que foi até a BEMFAM:

Ele [o médico] perguntou assim: “a senhora veio como pra cá, fazer o que?” Aí eu fui e disse: “vim atrás de comprimido”, porque eu tinha... eu tinha facilidade de ter filho, isso e aquilo outro... Aí ele disse: “pois tá. Aí você saia aqui, faça sua ficha e vá lá pro outro salão que você recebe logo seus comprimidos. E o nome dos seus comprimidos é assim [não lembra o nome]”. Aí “tá certo!”. Ora! [exprime felicidade]. Primeiro dia que eu me consultei, recebi logo (Santos, 2011)

---

20 Neste texto, por seu limite de páginas, nos deteremos a discutir apenas um pouco da experiência das narradoras que fizeram uso das pílulas e do DIU.

21 No início dos anos 1970, a BEMFAM havia fundado pelo menos dois postos de atendimento na capital cearense: um no conjunto integrado de Mondubim e outro nas Oficinas da Segunda Divisão Cearense (que ficava na antiga Estrada dos Urubus, hoje Avenida Francisco Sá). Além disso, mantinha assistência médica na MEAC - Maternidade Escola Assis Chateaubriand, localizada atualmente no bairro Rodolfo Teófilo, antes chamado de Porangabussú. (Bemfam...1971, p.2). As narradoras entrevistadas nesta pesquisa, devido ao local em que residiam, só tomaram conhecimento ou usufruíram dos serviços oferecidos pelo posto da BEMFAM localizado na atual Avenida Francisco Sá, no bairro Pirambu.

22 Para o caso da inserção do DIU, no entanto, era necessário o consentimento do marido. Porém, nada impedia que essa regra pudesse ser burlada e uma de nossas entrevistadas trouxe o exemplo. A narradora Maria Almeida mentiu para o médico, dizendo que seu esposo passava meses fora de casa, pois trabalhava em outra cidade.

Conforme percebemos, o requisito principal para o recebimento das pílulas era o desejo da paciente (o que, de certa forma, reforça o discurso da BEMFAM de que era interesse das mulheres e casais realizar o planejamento familiar). Ainda que relatem com satisfação a atenção dedicada a elas e a possibilidade de troca de pílulas, as narradoras não mencionam terem feito exames ginecológicos antes de tomar os anticoncepcionais pela primeira vez. Maria Cleide nos relatou, inclusive, uma consulta muito rápida, em que apenas se perguntou qual era a intenção dela ao dirigir-se até o posto daquela entidade.

Em nosso diálogo com as narradoras, soubemos como se dava o esquema de atendimento. Além da distribuição de pílulas, aconteciam palestras<sup>23</sup>, momentos essenciais seja porque indicavam como as pílulas deveriam ser tomadas ou porque buscavam convencer as mulheres da eficácia dos métodos ofertados e das vantagens advindas deles:

Elas [assistentes sociais] falavam sobre o DIU, sobre a família (...) Quem tinha muito filho, a pessoa tinha muito filho às vezes não podia criar, não é? Botar filho no mundo só pra judiar não era futuro...elas explicavam isso. E com aqueles comprimidos a pessoa evitava de ter filhos. Às vezes a pessoa esquecia de tomar um dia, tomava no dia seguinte, elas diziam também, não tinha problema nenhum, o importante era tomar, né? (...) Diziam que quem quisesse colocar [o DIU] era só dar o nome e que o DIU o médico botava, ou a doutora botava. Era de graça, tudo de graça. (Barbosa, 2011)

No discurso acima, a contracepção é colocada como uma solução para as famílias pobres que não tinham condições financeiras para cuidar dos filhos. Podemos vislumbrar, de igual maneira, a ideia de que a maternidade não deveria ser rejeitada por completo, afinal, a dificuldade estaria em criar *muitos* filhos. Dessa maneira seguia-se, localmente, os direcionamentos contidos nos Boletins da BEMFAM.

---

23 A entrevistada Maria Helena da S. Moreira nos disse, porém, que recebeu pílulas na BEMFAM durante 10 anos e que nunca foi a nenhuma palestra.

Durante as entrevistas, percebemos que assim como era idealizado nas publicações (e também palestras) da BEMFAM, as narradoras que se utilizaram da contracepção medicalizada eram casadas e só começaram a fazer uso daqueles métodos depois que já eram mães. Muitas delas engravidaram pouco tempo depois de casar e “evitar filho” só era por elas pensado após experimentar a maternidade ao menos uma vez.

Indagada sobre o motivo que a fez optar por usar pílulas, Maria Helena Moreira nos disse: “Mulher, [fala em tom de voz baixo] por que ele [o marido] era muito ruim! De noite, ele bebia muito... acordava os meninos de noite, ele atirava...” (Moreira, 2011). Assim, o comportamento do marido foi, segundo a entrevistada, o motivo principal para que a narradora quisesse usar contraceptivos. De certa maneira, Maria Helena utilizava-se das pílulas para garantir uma melhor vida para si e para os filhos que tinha<sup>24</sup>, seguindo, por sua realidade específica, o ideal que perpassava as páginas da BEMFAM.

Ainda que afirme não ter utilizado pílulas anticoncepcionais – por ter se separado do marido ainda jovem –, Cleidia Sousa, que à época da entrevista frequentava esporadicamente a Igreja Pentecostal, não acreditava que a utilização de métodos contraceptivos constituía um “pecado”. Este ocorreria, ao contrário, quando os pais não evitavam o nascimento dos filhos, mesmo que não pudessem criá-los e dar-lhes uma boa educação:

Tu sabe o que eu acho que seja pecado? A pessoa ter um filho (...)botar no mundo e não tomar de conta(...) Pra aquela criança crescer e dar pra um marginal! Tá entendendo? Morrer de bala, porque vai roubar. Isso aí é que eu acho que seja pecado! Não uma mãe evitar, tomar um comprimido, evitar de ter um filho (...) não por que você vai tomar um comprimido pra evitar uma coisa que não tá feita ainda! Qual o pecado que tem? Nenhum! (...) Deus não vai condenar uma pessoa dessa não. (Sousa, 2011)

---

24 Maria Helena nos diz que três filhas faleceram por conta de situações que passava enquanto estava grávida, em decorrência da maneira como seu marido agia, principalmente quando estava embriagado. Segundo ela, o marido relacionava-se com outras mulheres e ficava indiferente quando sabia de suas gravidezes.

Percebemos, nesse trecho da entrevista, a forma como o discurso religioso é adaptado com o objetivo de tornar legítimo o uso dos contraceptivos. Não se trata, exatamente, de perda de “princípios de moral religiosa”, como quis demonstrar matéria do jornal *O Povo* anteriormente apresentada. Neste caso, em um momento de novas possibilidades, é a não utilização dos anticoncepcionais, e o que ela provocaria, que constituiria um “pecado”. A ação moral tem, nesse sentido, “relação com o real em que ela se realiza, e uma relação com o código ao qual ela se refere; mas também implica uma certa relação consigo mesmo (...)”, como afirma Foucault (2006, p. 213-214).

A narradora Cleidia Sousa mostra-se, como percebemos, totalmente favorável ao uso dos anticoncepcionais, mas ao dizer que “evitar uma coisa que não tá feita ainda” não é pecado, sugere que o aborto seja. Esta opinião é confirmada posteriormente pela narradora e constitui um ponto comum entre ela e a maioria das outras entrevistadas, inclusive entre as duas que assumiram ter abortado<sup>25</sup>.

Quanto às possibilidades de utilizar os métodos contraceptivos para a obtenção de prazer sem os riscos de uma gravidez, somente uma das narradoras assumiu de forma direta que tinha desejos sexuais: “(...) quando a gente não se sentia doente [menstruada] queria tá junto da...do negócio do homem (risos)” (Almeida, 2011). Ainda assim, quanto a este assunto, chama atenção a utilização do termo “cavalo” por esta e outra de nossas narradoras para se referir aos companheiros. A entrevistada Maria do Socorro de Araújo nos disse “(...) ele parecia assim um cavalo. Quando ele chegava de viagem, podia tá menstruada, podia tá de resguardo, qualquer jeito. (...) qualquer hora do dia e da noite quando ele chegasse, tinha que ter relações com ele” (Araújo, 2011).

---

25 As duas narradoras disseram que arrependeram-se de terem abortado. Uma delas justificou-se por encontrar no aborto uma forma de evitar que o filho sofresse humilhações e se envergonhasse por não ter um pai presente. O amor de mãe parecia ser uma motivação justa para não dar continuidade a aquela gravidez.

Percebemos, nesse sentido, que ainda que o “excesso” de desejo sexual fosse mal visto, este era aceito (não sem queixas) pelas esposas, pois era um comportamento admissível para um homem. Além disso, referir-se ao comportamento dos maridos dessa maneira é uma forma das narradoras mostrarem-se desinteressadas (ou menos interessadas) na relação sexual: se comparadas à vontade destas, eles pareciam “cavalos”; como diz Weeks, “a linguagem da sexualidade parece ser avassaladoramente masculina” (2001, p. 41).

Assim, nosso interesse foi perceber, dentro de uma conjuntura de ditadura, de temor de superpopulação e de “inimigos internos”, como instrumentos de controle de natalidade teriam chegado às vidas de mulheres pobres residentes em bairros periféricos de Fortaleza, cidade cuja população crescia de forma acelerada e desproporcional aos olhos de entidades como a BEMFAM. Esta, longe de colocar a contracepção como uma recusa da maternidade, acabava por fortalecê-la: evitar filhos e cuidar melhor dos que já se tem. Até mesmo os filhos evitados o eram em decorrência do “amor materno”: evitar para não “maltratar”. Este foi também um motivo apontado pelas narradoras desta pesquisa.

Quanto ao aborto, as entrevistadas pareciam seguir um posicionamento presente nos boletins da BEMFAM, mostrando-se contrárias a aquele ato. A que se considerar, porém, as possíveis omissões – ou mesmo demonstrações contrárias – partindo do entendimento de que a prática do aborto, além de constituir crime, é bastante julgada por questões morais. Considere-se também a relação pesquisada X pesquisadora: a temática tratada e a diferença de idade entre as partes envolvidas pode ter dificultado o diálogo e causado silêncios.

O prazer sexual e a vontade de ter relações surgem, nos discursos das narradoras, quase sempre como algo inerente aos companheiros e alheio nelas. Uma possibilidade de explicação para essa situação é dada por Inês Castilhos, em um artigo do periódico *Mulherio*, analisado por Atháide: a dificuldade em harmonizar maternidade e prazer seria de fato

difícil, “numa sociedade que nos divide em ‘santas’ e ‘putas” (Athaíde, 2010, p. 157) ou mesmo em um “sistema de poder erótico” que afeta a todos, para citarmos novamente Rubin (2017).

Por fim, pode ser válido mencionar a impressão que a narradora Maria Almeida teve, em relação à perda da sua capacidade de engravidar, quando iniciou o uso do DIU: “aí fiquei, fiquei...como é que se diz? Fiquei homem e não precisou ligar”. Ao dizer “fiquei homem”, Maria Almeida demonstra que não estava, ao fazer uso do DIU, apenas evitando uma gravidez indesejada. Em um momento em que as usuárias da contracepção poderiam ser vistas, por alguns, como “libertinas” e questionadoras da “moral e bons costumes”, Maria Almeida conquistava um direito que era, até então, somente de seu marido: o de ter poder sobre seu corpo.

## Fontes

### *Boletins da BEMFAM*

A BEMFAM e a controvérsia sôbre os anticoncepcionais. In: **Boletim da BEMFAM**, vol. 2, fev 1970, p. 2.

A POPULAÇÃO e os problemas sociais de Fortaleza. In: **Boletim da BEMFAM**. Rio de Janeiro, ano VII, nº 9, set. 1969. p. 3.

AS MOTIVAÇÕES da anticoncepção. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 3, set. 1971.

EMANCIPAÇÃO da mulher só com Planejamento Familiar. **Boletim da BEMFAM**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 89, p. 8, jan/fev/mar. 1975.

MULHER. In: **Boletim da BEMFAM**, Ano XI, nº94, p. 3, jan/jun 1977.

O ABORTO no mundo. In: **Boletim da BEMFAM**. nº 98, p. 9, jan-mar 1979.

PLANEJAMENTO Familiar e Promoção Social. In: **Boletim da BEMFAM**. Rio de Janeiro, ano VII, nº 80. Out/Nov/Dez. 1973.

RODRIGUES, Walter. Painel sobre Planejamento Familiar – Planejamento Familiar: um direito de todos, um dever de cada um. (Conferência pronunciada no Ciclo de extensão da escola Superior de Guerra) 5 jun. 1978.

SEIS mil abortos por ano em Fortaleza. In: **Boletim da BEMFAM**. Rio de Janeiro, ano V, nº 11, p. 6, nov. 1971.

SERVIÇO Social. In: **Boletim da BEMFAM**, nº98, p. 4, 1979 (seção Correio do Leitor)

SÍNTESE do trabalho apresentado pela Deputada Estadual Ana Oliveira na Câmara de Deputados em Salvador, Bahia em 11-12-71. In: **Boletim da BEMFAM**. Rio de Janeiro, ano VI, nº 3, p. 4, mar. 1972.

ÚNICO julgamento. In: **Boletim da BEMFAM**, ano VI, nº1, p. 4, jan 1972.

## Entrevistas

ALMEIDA, Maria Moreira. 76 anos. Depoimento, agosto de 2011, Fortaleza. Entrevistador: Valderiza Almeida Menezes. Acervo da autora.

ARAÚJO, Maria do Socorro Andrade de. 70 anos. Depoimento, outubro de 2011, Fortaleza. Entrevistador: Valderiza Almeida Menezes. Acervo da autora.

BARBOSA, Marilac da Silva. 64 anos. Depoimento, dezembro de 2011, Fortaleza. Entrevistador: Valderiza Almeida Menezes. Acervo da autora.

MOREIRA, Maria Helena da Silva. 73 anos. Depoimento, outubro de 2011, Fortaleza. Entrevistador: Valderiza Almeida Menezes. Acervo da autora.

SOUSA, Cleidia Maia. 68 anos. Depoimento, novembro de 2011, Fortaleza. Entrevistador: Valderiza Almeida Menezes. Acervo da autora

### Jornais

BEMFAM declarada de utilidade pública. O Povo, Fortaleza, p. 2, 6 maio 1971.

L. S. F. Zenardo. Damas da Noite. In: Diário do Nordeste. Fortaleza, 07 de outubro de 1985, Coluna SEXUS, p. 13.

PAIVA. Luciano de. Mais de cinqüenta mil mulheres usam a “pílula” em Fortaleza. Largo uso entre as solteiras. O Povo. Fortaleza. p. 5. 02 ago 1968.

## Bibliografia

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Militância Feminina: Contradições e Particularidades (1964-1974)**. 2002, 146f. Dissertação (Mestrado em História) –Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

ATHAÍDE, Maria Cristina de Oliveira. **Corpo, sexualidade e prazer: um olhar historiográfico sobre periódicos feministas do Brasil e Argentina (1974-1985)**. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 32

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). O Brasil Republicano Vol. 4 – O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-42.

BRITO, Antônio Maurício Freitas. 'Em defesa da família': ditadura, anticomunismo e racialização na escrita repressiva (1968-1985). **REVISTA DE HISTÓRIA**, v. 1, p. 1-29, 2023.

CORRAL, Thaís. Controle de população no Brasil: o fracasso de um “sucesso”. In: SCAVONE, Lucila (org.). **Tecnologias reprodutivas: gênero e ciência**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

COSTA, Ney Francisco Pinto. (org.). **BEMFAM: 40 anos de história e movimento no contexto da saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: BEMFAM, 2005.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mobilizar o gênero: uma questão de segurança nacional. In: Ana Rita Fonteles Duarte; Meize Regina de Lucena Lucas. (Org.). **As mobilizações do gênero pela ditadura militar brasileira**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014. p. 11-28.

FELITTI, Karina Alejandra. Natalidad, soberanía y desarrollo: las medidas restrictivas a la planificación familiar en el tercer gobierno peronista (Argentina, 1973-1976). In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, V.7, nº 1-2, p. 517-537, 1999.

FICO, Carlos. Prezada Censura: cartas ao regime militar. *Topoi* (online), Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 251-286, dez. 2002.

FONSECA SOBRINHO, Dêlcio da. **Estado e população**: uma história do planejamento familiar no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos/ FNUAP, 1993.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 15. ed. Tradução Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault: **Ética, Sexualidade, Política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro, Inês Auran Dourado Barbosa. (Coleção Ditos & Escritos). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 213-214.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Manual de História Oral**. 4. ed. rev. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MENEZES, Valderiza Almeida. **“Fiquei homem”**: maternidade, conhecimento e contracepção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960-1980). 2012, 242f. Dissertação (Mestrado em História Social) Centro de Humanidades – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e contracepção**: uma perspectiva sociológica. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59. p. 237-266, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 2. p. 305-332, maio-agosto 2008.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Vol.23, nº45, p. 239-260, 2003. SCAVONE, LUCILA, Scavone. Tecnologias reprodutivas: novas escolhas, antigos conflitos. In: **Cadernos Pagu** (10), São Paulo: Núcleo de Estudos de gênero/UNICAMP, p. 83-112, 1998.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: UBU Editora, 2017, p. 63-128. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

THÉBAUD, Françoise. A política natalista da França no século XX: uma coação física? In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel. O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 199-221.

TORRES, José Henrique Rodrigues. Aborto e legislação comparada. *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 64, n. 2, p. 40-44, abr/jun 2012.

VIEIRA, Elizabeth Meloni. **A medicalização do corpo feminino**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

# A DITADURA MILITAR NO CEARÁ

UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO  
(1964-2024)

PROFESSOR EM  
CONTRATO  
ESTUDANTE  
COM MALTRATO

A INDA  
R ESTA  
ESPERANCA?  
NÃO.  
ABSOLUTAMENTE!

FIM AS PRISÕES  
TORTURAS E ASSASSINATOS

JORNALISTAS  
CONTRA O  
CRIME OFICIAL

ABAIXO A DITADURA

ARTISTAS  
CONTRA  
DITADURA



ATO INSTITUCIONAL EM VIGOR  
CONGRESSO ENTRA EM RECESSO



FORA



# ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO CEARÁ

## Mesa Diretora 2023-2024

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Osmar Baquit**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Dannel Oliveira**  
1º Secretário

**Deputada Juliana Lucena**  
2ª Secretária

**Deputado João Jaime**  
3º Secretário

**Deputado Dr. Oscar Rodrigues**  
4º Secretário



Escaneie o QR CODE  
e acesse nossas  
publicações